

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras. E-mail: <bib@anpocs.org.br>.

Diretoria (Gestão 2011-2012)

Presidente: Marcos Costa Lima (UFPE); *Secretário Executivo:* Maria Filomena Gregori (UNICAMP); *Secretário Adjunto:* Julio Simões (USP); *Diretores:* Andréa Zhouri (UFMG); Flávia Birolli (UnB); Jacob Carlos Lima (UFSCar)

Conselho Fiscal: Angela Maria de Randolpho Paiva (PUC-RJ); Carlos Arturi (UFRGS); Carlos Guilherme O. Valle (UFRN)

Coordenação: Maria Filomena Gregori (Unicamp)

Editor: Rossana Reis (USP)

Comissão Editorial: André Botelho (UFRJ); Andrei Koerner (UNICAMP); Arlei Sander Damo (UFRGS)

Conselho Editorial: Gustavo Lins Ribeiro (UnB); Jane Felipe Beltrão (UFPA); João Emanuel Evangelista de Oliveira (UFRN); Jorge Zaverucha (UFPE); Lívio Sansone (UFBA); Lúcia Bógus (PUC/SP); Helena Bomeny (CPDOC-FGV/RJ); Magda Almeida Neves (PUC/MG); Paulo Roberto Neves Costa (UFPR); Roberto Grün (UFSCar)

Edição

Editora assistente: Mírian da Silveira

Copidesque/preparação/revisão de textos: Ponto Final Edição e Editoração

Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans (francês) e André Villalobos (inglês)

Editoração eletrônica: Signorini Produção Gráfica

Produção gráfica: Signorini Produção Gráfica

Appropriate articles are abstracted/indexed in:
Hispanic American Periodicals Index; DataÍndice; Sumários.org

BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996), -- São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995: BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais.

ISSN 1516-8085

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciência Política 5. Antropologia
I. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, 1º andar
05508-900 – São Paulo – SP
Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043
E-mail: anpocs@anpocs.org.br

Apoio:



Ministério
da Educação

Ministério da
Ciência e Tecnologia



**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais****Sumário**

A vida social ativa da ética na Antropologia <i>Patrice Schuch</i>	5
Principais abordagens sociológicas para análises das profissões <i>André Filipe Pereira Reid dos Santos</i>	25
Perspectivas sobre a política na teoria de Émile Durkheim <i>Raquel Andrade Weiss</i>	45
Questionando o fracasso estatal: um balanço da literatura crítica <i>Aureo de Toledo Gomes</i>	69
Revisitando os estudos do desenvolvimento <i>Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo</i>	95
A literatura sobre movimentos sociais: interações entre a política institucional e a política não institucional <i>Lucas Coelho Brandão</i>	123

Colaboraram neste número:

André Filipe Pereira Reid dos Santos é sociólogo, professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos e Garantias Fundamentais, da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), e líder do grupo de pesquisa Direito, Sociedade e Cultura. E-mail: <afprsantos@gmail.com>.

Aureo de Toledo Gomes é professor adjunto de Relações Internacionais no Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE-UFU). Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), é líder do grupo de pesquisa Pós-Colonialismo e Relações Internacionais, cadastrado no CNPq, e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais (Nepri-UFU). Temas de pesquisa: segurança internacional; análise do discurso aplicada a relações internacionais; e teorias de relações internacionais. E-mail: <aureotoledo@gmail.com>.

Edison Ricardo Emiliano Bertonceolo é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2010). Desde o início de 2012, faz pós-doutorado no Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea). O objeto de investigação de seu estudo recente é a relação entre classe social, mobilidade e educação. Suas áreas de interesse incluem: classes sociais; movimentos sociais; estilos de vida; cultura; teoria sociológica; métodos de pesquisa. É autor de *A campanha das diretas e a democratização* (Humanitas; Fapesp, 2007). E-mail: <edison_ricardo@uol.com.br>.

Lucas Coelho Brandão é mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2011), com a dissertação intitulada *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular*. No campo da sociologia política, pesquisa a interface dos movimentos sociais com o Estado e os impactos das ações coletivas. E-mail: <lucasbrandao@yahoo.com.br>.

Patrice Schuch é professora adjunta de Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Suas linhas de pesquisa estão concentradas nas temáticas de antropologia do direito, da infância e da juventude e de ética em pesquisa antropológica. Publicou o livro *Práticas de justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA* (ed. UFRGS, 2009). Sobre o tema da Ética e Antropologia, coorganizou as coletâneas: *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo* (ed. UFRGS, 2010) e *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica* (Brasília, Letras Livres; ed. UnB, 2010). E-mail: <patrice.schuch@uol.com.br>.

Raquel Andrade Weiss é bacharel em Ciências Sociais, mestre em Sociologia e doutora em Filosofia pela USP-Fapesp, com estágio doutoral na University of Oxford. É professora adjunta do departamento de Sociologia da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia dessa universidade e diretora do Centro Brasileiro de Estudos Durkheimianos. Foi coorganizadora dos livros *Émile Durkheim: 150 anos* (Argumentum, 2010) e *David Émile Durkheim: a atualidade de um clássico* (ed. UFPR, 2011), e, no último ano, publicou, entre outros, os artigos “A redescoberta de um sociólogo: considerações sobre a correspondência de Durkheim a Salomon Reinach”, em coautoria com Rafael Benthien (*Novos Estudos Cebrap*, n. 94, dez. 2012) e “From ideas to ideals: effervescence as the key to understanding morality” (*Durkheim Studies/Études Durkheimiennes*, v. 20, nov. 2012). E-mail: <weiss.raquel@gmail.com>.

Introdução

O título deste texto é inspirado no artigo escrito por Lila Abu-Lughod, publicado no *Journal of Middle East Women's Studies*, em 2010, chamado: “The active social life of ‘Muslim women’s rights’”: a plea for ethnography, not polemic, with cases from Egypt and Palestine”. Nesse texto, Abu-Lughod argumenta em favor de um deslocamento do debate – muito polêmico e, segundo ela, pouco produtivo – sobre a existência ou não de direitos das mulheres muçulmanas para a premissa de que esta questão tem hoje uma vida social ativa, que deve ser estudada etnograficamente. Nessa etnografia, importam interrogações como: quais tipos de debates e de instituições os “direitos das mulheres muçulmanas” partilham? Como eles são mediados? Que tipo de trabalho essa noção e as práticas organizadas nesses termos fazem em vários lugares, para diversos tipos de mulheres? Abu-Lughod opta por estudar alguns desses espaços – ONGs de mulheres palestinas e egípcias e comunidades rurais onde mulheres e crianças vivem sua vida na interseção com instituições locais e mídias nacionais – mostrando o quanto a questão sobre “os direitos das mulheres muçulmanas” está diferencialmente colocada nesses múltiplos âmbitos, o que requer atenção para suas mediações e transformações.

Acredito que a análise sugerida por Abu-Lughod possa ser interessante para o debate da relação entre Ética e Antropologia. Isso

porque a discussão sobre Ética, tal como o domínio dos Direitos Humanos, preza-se muito facilmente para uma espécie de normatização empobrecedora que reduz a dimensão ética e os âmbitos diferenciados de prática antropológica ao caráter de domínios ontológicos e estáticos. Sabemos que o ideário ético, enquanto uma condição de possibilidade para o trabalho antropológico, sempre esteve no horizonte epistemológico disciplinar da Antropologia; no entanto, a própria diversificação das práticas antropológicas (Ribeiro, 2004), conjugada com as crescentes demandas de regulamentação dos procedimentos de pesquisa (Fleischer e Schuch, 2010), dinamiza esse debate, expandindo-o em outras direções. Neste contexto de discussões, talvez mais do que posições apressadas ou fáceis generalizações, importa compreender em quais domínios e debates a relação entre Ética e Antropologia está em jogo e como ela é configurada nos múltiplos mundos sociais nos quais opera, isto é, compreender a sua vida social ativa, nos termos de Abu-Lughod (2010).

Meu interesse neste artigo é exatamente arguir nessa direção e defender que qualquer discussão sobre Ética em pesquisa antropológica tem que levar em conta a multiplicidade de domínios em que a primeira existe na segunda, isto é, a complexidade de sua vida social ativa. Refiro-me a esse termo em sentido semelhante àquele empregado por Abu-Lughod (2010). A autora usa o termo “vida social” para sugerir que os direitos

das mulheres muçulmanas só podem ser compreendidos a partir do seu jogo social – o que é diferente de dizer que podem ser achados na circulação social desse conceito, como em Appadurai (1986), para o caso da circulação de mercadorias, ou nos contextos sociais de sua reprodução, transplante ou vernacularização, como na sugestão de Sally Engle Merry (2006) para o estudo acerca dos enunciados de Direitos Humanos. Abu-Lughod (2010) refere-se à “vida social” dos direitos das mulheres muçulmanas como a sua mediação diferencial através de várias redes sociais e instrumentos técnicos, inspirando-se nas sugestões de Bruno Latour (1999) em seus estudos sobre a ciência.

Destaco a importância desse tipo de análise porque ela rompe com a suposição de que existe alguma espécie de “centro” de enunciação ético-normativa ao qual outros domínios seriam subordinados, ao mesmo tempo que opta por uma definição performativa dos domínios em questão. Em meu entender, tomado como um todo e entendido a partir de sua parcialidade, o argumento em torno de uma vida social ativa da Ética na Antropologia conduz não apenas ao combate de formulações sobre as possibilidades de uma ética universal ou metadisciplinar, mas também à rejeição da noção de que se trata de procurar a adaptação de uma Ética geral a situações particulares; sob meu ponto de vista, não é disso que se trata. Trata-se de investir na ideia de que a ética é diferencialmente produzida em múltiplos domínios da prática antropológica – em sua vida social ativa –, o que requer delicadeza na sua discussão e consideração, assim como compreensão da diversidade e situacionalidade dos espaços de sua realização.

À luz dessa inspiração, meu objetivo é examinar alguns domínios em que a relação entre Ética e Antropologia ganha vida social ativa, através da análise de certa bibliografia brasileira relativamente recente sobre esse assunto. No Brasil, há uma produção crescente de artigos, capítulos de livros e coletâneas temáticas sobre Ética e pesquisa antropológica¹. No entanto, tomarei como ponto de partida os debates presentes em dois livros sobre o assunto: *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*, organizado por Ceres Vítora, Ruben Oliven, Maria Eunice Maciel e Ari Oro, publicado em 2004, a partir de uma série de simpósios homônimos realizados pela ABA em 2002 (Vítora *et al.*, 2004), e *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*, publicado em 2010, organizado por mim e por Soraya Fleischer, produto de um seminário nacional realizado na Universidade de Brasília, com o apoio do Departamento de Antropologia (Fleischer e Schuch, 2010).

Concentrei-me nessas publicações, embora fazendo associações com outras literaturas, porque em ambas há uma espécie de preocupação em sistematizar certas discussões sobre o tema e reunir algumas das principais problemáticas em torno do assunto, sem se circunscrever em algum âmbito especializado da atuação antropológica. Por meio desse recorte, espero deixar evidente que não é meu interesse generalizar os argumentos aqui esboçados para o que seria uma “Antropologia brasileira”, nem totalizar o “estado da arte” atual das discussões sobre o assunto. Através da singularidade das produções em questão, procurarei explicitar alguns domínios de problematização nos quais a Ética na Antropologia se configura. Dessa forma, os

1 Veja-se, por exemplo, Machado (2007), Schuch, Vieira e Peters (2010), Diniz, (2005) e Lagdon, Maluf e Tornquist (2008).

textos analisados permitem pensar na relação entre certos domínios de fatos e práticas e o que está sendo formulado como um problema ético na Antropologia. Nesse sentido, destacam-se três espaços de problematizações: (1) o pesquisador/atuante: autorreflexão, responsabilidade e prática política; (2) Antropologia e multidisciplinaridade: ciência e sua inserção social; (3) a Ética como campo de regulamentações: quando dizer “não” não basta. A análise desses campos diversos coloca em evidência uma dimensão fundamental: o debate sobre ética é inescapável das reflexões sobre qual a tarefa ou vocação da própria Antropologia.

Preocupações éticas, tradições nacionais e a Antropologia brasileira

Didier Fassin publicou um artigo provocador, intitulado: “The end of ethnography as collateral damage of ethical regulation?”, em 2006, na revista *American Ethnologist*, no qual salienta sua própria experiência como pesquisador, ao estudar políticas de intervenção e instituições públicas nos contextos francês e sul africano (Fassin, 2006). O autor contrasta tais espaços no que diz respeito aos esforços de regulamentação dos procedimentos de pesquisa. Afirma que, na França, é surpreendente o que chama de falta de preocupação com os assuntos da Ética nas Ciências Sociais: apenas no ano de 2005 é que a Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais começou a se engajar nessa problemática. Até recentemente, conta ele, as propostas de pesquisa não apresentavam nenhuma consideração específica sobre Ética, a menos que o pesquisador candidatasse seu projeto ao financiamento de alguma instituição médica, tal como o Instituto Nacional de Saúde (Inserm) ou a Agência Nacional de Pesquisa sobre Aids (ANRS). Nesse caso, a questão ética era reduzida ao preenchimento de alguns

formulários sobre a proteção dos sujeitos da pesquisa, para os quais os cientistas sociais, afirma ele, sempre tinham a mesma resposta: “não se aplica”. Essa situação teria começado a se modificar tanto pelas novas realidades da União Europeia, quanto pela pressão dos próprios países chamados do “terceiro mundo” sobre o assunto.

Já sua experiência na África do Sul contrasta fortemente com o contexto francês: a partir da década de 2000, percebe-se um incremento substantivo no conjunto de regulações éticas, regras e constrangimentos severos delimitando o campo das possibilidades de pesquisa; atrasos na implementação de programas produzidos pela demora das avaliações nos Comitês de Ética, obstáculos crescentes impostos à medida da progressão da pesquisa, mesmo após a permissão para sua realização ter sido obtida. Fassin (2006) estranha as duas experiências: na França, onde diz se surpreender com o fato de qualquer pesquisador poder ser muito crítico em relação aos procedimentos médicos, sem, no entanto, jamais ter apresentado suas próprias formulações de pesquisa para nenhum Comitê de Ética, e na África do Sul, onde, não obstante a forma precária de tratamento dos pacientes, a exposição dos corpos e a negligência da dor, a presença antropológica é que parecia causar problemas éticos.

Esses dois extremos são representativos, segundo ele, de culturas nacionais distintas no que diz respeito à Ética nas Ciências Sociais: enquanto os cientistas sociais franceses parecem se colocar acima ou dão pouca atenção aos domínios éticos oficiais exteriores às suas disciplinas, considerando a Ética – autodefinida, não escrita e não certificada – como um atributo incorporado à figura do antropólogo ou sociólogo, na África do Sul, a preocupação com a soberania nacional teria sido um grande incentivo para a preocupação com a regulamentação ética (Fas-

sin, 2006). Para o autor, tais fatos também são relevantes para mostrar que não apenas as intervenções provenientes da biomedicina importam na definição das pressões para regulamentação ética, mas também nacionalismos e geopolítica mundial.

As sugestões de Fassin (2006) fazem sentido e são interessantes porque associam as problematizações sobre Ética não apenas com os procedimentos regulamentadores biomédicos, que podem funcionar às vezes como “bodes expiatórios” da própria discussão sobre o assunto, mas também levantam questões sobre a própria relação entre Ética e os *estilos antropológicos* e as configurações socioculturais das quais emergem. Gostaria de seguir essa direção, detendo-me nos seus efeitos para configuração do debate acerca da Ética na Antropologia brasileira e sua vida social ativa. Como sabemos, a relação entre *estilos antropológicos* e os contextos culturais nos quais emergem já foi trabalhada eficientemente por Roberto Cardoso de Oliveira (1998) e Mariza Peirano (1992), entre outros. No caso brasileiro, Peirano (1992) já mostrou que incorporamos a Antropologia como uma Ciência Social numa figuração que une conhecimento e comprometimento político, estudando temas e grupos próprios da sociedade brasileira e, de certa forma, praticando uma “antropologia endógena”. Essa realidade está em transformação, a partir dos processos de internacionalização da pesquisa antropológica brasileira realizada com fôlego a partir do ano 2000.

No entanto, apesar dessas mudanças recentes, a leitura dos artigos dos livros selecionados como base para minha investigação mostra que um dos pontos mais recorrentes dos debates é, justamente, qual a tarefa, função ou vocação de uma Antropologia que, nos termos de Roberto Cardoso de Oliveira (2004) no artigo de abertura do livro *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil* (Víc-

tora *et al.*, 2004), vai além da construção de conhecimentos e se vê enleada em demandas da ação. “Qual de nós (pergunta o autor), especialmente os etnólogos, não se viu um dia pressionado a *agir* simultaneamente ao seu esforço de *conhecer*? (R. Cardoso de Oliveira, 2004, p. 22).

A vida social ativa da Ética antropológica: três espaços de problematização

O pesquisar/atuar: autorreflexão, responsabilidade e prática política

É exatamente em torno da complexidade do pesquisar/atuar – dilema bem representativo de nosso *estilo disciplinar* – que marca uma forte vertente em que a Ética antropológica ganha vida social ativa nos textos selecionados. Destaco que a Ética aparece nessa configuração de interrogações em torno do binômio *pesquisar/atuar* como associada à definição de modos de relacionamento do antropólogo com grupos em interlocução – no caso de Roberto Cardoso de Oliveira, na situação de “contato interétnico” – e na reflexão sobre o que constitui a tarefa antropológica e suas responsabilidades. No artigo em questão, R. Cardoso de Oliveira (2004) conta a experiência de ter sido contratado pela Funai, no ano de 1975, para estudar a situação dos Ticuna diante do “Movimento da Cruz” e diz com clareza:

Meu problema ético de então era de como manter minha independência de pesquisador em relação à agência indigenista que me contratara, ainda que jamais tenha recebido dela qualquer recomendação para intervir em seu nome na situação interétnica (R. Cardoso de Oliveira, 2004, p. 22).

Nessa experiência, o autor explica que não houve nenhum conflito evidente entre os grupos estudados e, portanto, não teve

que interceder por nenhuma das partes; no entanto, utiliza tal situação para evidenciar onde reside o que chama de “mal-estar ético” na *antropologia prática*, aquela envolvida com as dimensões morais da ação, mas não prescinde da autorreflexão, a qual, por sinal, estaria crescentemente marcando a realidade dos antropólogos brasileiros². Tal “mal-estar ético” residiria na condição antropológica brasileira de mediar culturas e pessoas de carne e osso em confronto e na sua complexa tarefa de traduzir sistemas culturais, dentro da sociedade nacional³. Como uma sugestão de superação de tal “mal-estar ético”, R. Cardoso de Oliveira (2004) evoca a capacidade crítica e reflexiva da Antropologia, a abertura à Ética discursiva e, para o que me interessa aqui destacar, abandono do que chama de um “relativismo absenteísta, responsável por uma neutralidade equívoca”. Somente a par-

tir desse abandono, a conciliação entre Ética e Antropologia poderia ser realizada⁴.

Na interseção do debate pesquisar/atuar, colocam-se também as dimensões éticas no trabalho de formulação de laudos antropológicos, o necessário diálogo com o campo jurídico e as tensões desse diálogo. Ilka Boaventura Leite, em artigo publicado no livro de 2004, salienta que um dos principais dilemas vivenciados nesse tipo de trabalho é a externalidade da demanda pelo laudo e a atuação antropológica em situações que, de antemão, se apresentam como conflituosas.⁵ O que parece estar em jogo aqui são questões que relacionam a Ética com autorreflexões sobre os domínios da *autoridade* e *posicionalidade* do antropólogo, num contexto em que suas responsabilidades sociais são imensas, na medida em que seu trabalho pode ter muitos desdobramentos políticos e sociais para a vida das comunidades em questão. Isso

-
- 2 Nota-se no texto de Roberto Cardoso de Oliveira (2004) uma preocupação em distinguir uma “antropologia aplicada” de uma “antropologia da ação”: enquanto a primeira se caracterizaria pela vinculação com o colonialismo e praticismo inaceitáveis, a última estaria relacionada aos sentidos que Sol Tax deu ao termo em 1952, para evocar o caráter da atuação antropológica na prática social. No entanto, o autor prefere o termo “antropologia prática”, pois, segundo ele, a “antropologia da ação” também teria um déficit reflexivo importante, inaceitável para a Antropologia contemporânea. Evidencia-se uma espécie de tensão em torno dos limites e responsabilidades do antropólogo, em suas diversas modalidades de atuação na vida pública, o que se mostra nos próprios debates em torno da nomeação das atividades antropológicas. Pode-se dizer que tais debates se renovaram na década de 2000, a partir da elaboração de laudos periciais antropológicos. O título do texto de Eliane Cantarino O’Dwyer (2005), publicado na parte “Ética e intervenção” de um livro sobre a produção de laudos antropológicos, intitulado “Laudos periciais antropológicos: pesquisa aplicada ou exercício profissional da disciplina?”, é muito representativo dessa tensão. A autora defende a posição de que os laudos antropológicos não são pesquisa aplicada, uma vez que não prescindem de dois aspectos fundamentais: a reflexão teórica e o trabalho de campo antropológico.
 - 3 João Pacheco de Oliveira (2004), discutindo as possibilidades de uma “antropologia participativa”, também refere a existência de um “mal-estar” na Antropologia brasileira, ao qual o autor atribui uma espécie de *cultural lag* dado pelo fato de que as representações hegemônicas da disciplina estão em desacordo com sua prática cotidiana, na qual se problematiza, entre outros fatores, a externalidade do olhar antropológico, a participação dos “nativos” na formulação do problema de pesquisa e a apropriação do trabalho antropológico com possibilidades de luta política.
 - 4 Nesse sentido, tal posição poderia ser aproximada da de Otávio Velho (1995), para quem o relativismo, já em 1995, era tomado como uma espécie de “arrombador de portas abertas”. Ver também Velho (2008), texto em que o autor incita ao desenvolvimento de outras formas de justificação do trabalho antropológico brasileiro, para além da posição de antropólogos como “mentores da democracia”.
 - 5 Outra grande dificuldade nesse tipo de trabalho é, para Leite (2004), uma expectativa errônea que confunde o trabalho do antropólogo com o do próprio juiz – um juiz sobre a verdade do grupo pesquisado e demandante de direitos e não o colaborador na tradução de tal verdade dos grupos demandantes e suas concepções de direito.

requer, diz a autora, uma reflexão sobre esse lugar de responsabilidade social do antropólogo:

No momento em que deposei o laudo sobre a comunidade do Casca no Ministério Público, na verdade o trabalho estava apenas começando. O procurador me disse: “Agora você vai começar a ser chamada para responder pelo que está escrito no laudo”. Compreendi que só então o processo estava começando porque novas questões seriam colocadas, todas as pessoas identificadas seriam chamadas a depor e a coisa tomaria o rumo de embate decisório. Estando aí, o antropólogo é parte envolvida porque escreveu o documento. Hoje, o tema de pesquisa e o campo não são mais aleatórios (Leite, 2004, p. 72).

Como se vê, tanto na posição de R. Cardoso de Oliveira (2004) quanto na de Leite (2004), a questão da produção de um conhecimento com responsabilidade, já que constituído em associação com problemáticas centrais na forma de existência de diferentes grupos sociais e étnicos, parece ser o próprio sentido da Ética nesse espaço ativo de sua vida social. Há aqui uma espécie de relação da atividade profissional do antropólogo com a sua condição de cidadão, numa esfera em que se conciliam os interesses do Estado e de diferentes grupos sociais e étnicos, seja para a construção da nação (como tais textos mostraram), seja mesmo para sua explosão, como sugere Otávio Velho num artigo de 2008, que é retomado por mim, num artigo-comentário presente no livro: *Ética e regulamentação da pesquisa antropológica* (Fleischer e Schuch, 2010). Em meu comentário, saliento o quanto a proposta de Otávio Velho clama para o redirecionamento de uma Antropologia que não se defina como “mentora da democracia” – cujo foco seria a valorização e a tolerância à diversidade cultural –, mas que se faça a partir de interlocuções negociadas e prática política, o que exige uma participação pública antropológica para além, inclusive, dos limites de nossa “corporação”, como a chama Otávio Velho (2008). As implicações éticas desse cha-

mado ainda estão para ser problematizadas, mas, sem dúvida, sugerem a renovação das relações entre a antropologia e outros saberes.

Antropologia e multidisciplinaridade: ciência e sua inserção social

É exatamente essa expansão da prática antropológica que marca outro conjunto de questões em que é possível compreender uma vida social ativa da Ética na Antropologia, que são as interrogações acerca da multidisciplinaridade. Nesse domínio, a Ética aparece relacionada a uma tensão produtiva entre um conjunto de comportamentos e procedimentos dirigidos à definição sobre o que é pesquisa antropológica e suas particularidades e as concepções em torno da ciência e sua inserção social. Isto é, o debate aqui se dirige às interrogações sobre como praticar uma Antropologia a partir de certos procedimentos de pesquisa particulares e/ou seu englobamento por demandas mais amplas de engajamento e responsabilidade social, as quais podem colocar em suspenso éticas particularistas ou mesmo a dimensão da autonomia da ciência.

Debates do campo de uma antropologia da saúde, tematizações sobre a produção de laudos antropológicos e acerca de pesquisas sobre políticas diversas de intervenção social e relações do antropólogo com mediadores diversos – líderes comunitários, assistentes sociais, enfermeiros, médicos, professores, etc. – são, nesse caso, preponderantes nas discussões. Há uma percepção, bem explícita nos escritos de Maria Luiza Heilborn (2004) no livro *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*, de que a interdisciplinaridade veio redefinir a tradição de pesquisas antropológicas no país e os estudos em equipe passaram a ser cada vez mais frequentes. Para Heilborn (2004), antropóloga com vasta experiência nos estudos sobre saúde, gênero e sexualidade, as condições dessa passagem teriam que ser pensadas tam-

bém relativamente à questão ética: como conciliar uma ética pessoal, disciplinar e multidisciplinar? Nota-se que o enfrentamento dessa questão pode reformular outras dimensões do trabalho antropológico, como as dimensões da *autoria e autoridade*, também levantadas no texto de Leite (2004) sobre a prática de laudos antropológicos em que se tem que lidar com equipes mais amplas de profissionais e engajamentos ativos dos próprios pesquisados.

Os relatos de Ceres VÍctora (2004), Daniela Knauth (2004) e Perry Scott (2004), todos pesquisadores que contam suas experiências de pesquisas multidisciplinares no campo da saúde, seguem a mesma preocupação em relacionar a Ética a um conjunto de procedimentos válidos de pesquisa, em colaboração com outros saberes. VÍctora (2004), a partir de sua experiência de pesquisa sobre saúde e sexualidade em grupos populares, tematiza os perigos de usos de materiais produzidos em contextos disciplinares específicos por outras disciplinas (como, por exemplo, o uso etnográfico de prontuários médicos sem o consentimento do paciente), abordando também as altas expectativas dos outros profissionais para a resolução de problemas imediatos pela indicação de caminhos objetivos para a ação. De modo semelhante, as expectativas em torno de uma “urgência na ação”, as quais colocam em discussão as diferentes temporalidades de produção do trabalho antropológico, aparecem como uma preocupação no texto escrito pelo etnólogo Silvio Coelho dos Santos (2004) que, ao falar da crescente inserção de antropólogos em ONGs, órgãos estatais,

projetos de educação e assistência à saúde, lembra os desafios de tal disposição⁶:

Se, por um lado, temos profícuas experiências com a aproximação com advogados, por exemplo, de outro, estamos recebendo demandas que não temos condições de responder satisfatoriamente, especialmente porque essas demandas pretendem exigir respostas prontas e acabadas (Santos, 2004, p. 99).

Mais uma vez, assim como no dilema pesquisador/atuar que abordei anteriormente, a problemática de como responder satisfatoriamente a demandas sociais diversas aparece configurada como uma questão ética. O que se põe em questão, nesse caso, são exatamente os procedimentos para sua efetivação, o que por vezes implica considerar certo descompasso entre as formas de pesquisa antropológica e outras formas disciplinares.

Já na proposta de Russel Perry Scott (2004), que escreve um texto contando suas vivências no trabalho de promoção da saúde em comunidades periféricas do Recife, vê-se uma subordinação dessas problemáticas acerca das particularidades da Antropologia ao que ele chama de “objetivo ético maior”, comum tanto aos antropólogos quanto a outros profissionais e agentes envolvidos com as políticas de intervenção, que seria a própria promoção da saúde. Nesse caso, a Ética ganha uma vida social ativa não apenas na sua associação com procedimentos disciplinares de pesquisa em contextos de práticas inter/multidisciplinares, mas na configuração do próprio objetivo da pesquisa. Para Scott (2004), a sensibilidade política necessária nesses tipos de empreendi-

6 A questão do “tempo” e a sua importante problematização num contexto em que as nossas etnografias são feitas em períodos temporais bem circunscritos e progressivamente menores – não apenas na prática de pesquisas realizadas por demandas externas de assessorias e consultorias, mas também na pesquisa acadêmica dos cursos de mestrado e doutorado – é um tema premente de maiores produções, uma vez que tal diminuição pode acarretar configurações importantes na formação de conhecimento em Antropologia e, consequentemente, nas dimensões éticas do trabalho antropológico. Sobre isso, sugiro ver: Schuch, Vieira e Peters (2010).

mentos de colaboração estaria justamente na efetivação de linguagens e práticas de comunicação entre os envolvidos que possibilitem a valorização dos múltiplos caminhos de buscar a saúde, sem tentar isolar uma voz, privilegiando-a como mais ou menos correta em relação às demais: “Éticamente, este papel cabe ao cientista tanto quanto a qualquer outro agente social” (Scott, 2004, p. 151).

A perspectiva sobre ética trazida pela prática de Scott (2004) assemelha-se àquela trazida por Cláudia Fonseca (2010a), no texto: “Que ética? Que ciência? Que sociedade?”, a qual recupera uma pesquisa da etnografia da ciência Sheila Jasanoff (2005). Esta autora, ao realizar uma análise antropológica comparativa dos comitês nacionais de bioética na Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos mostrou como, na prática, a Ética era entendida em tais domínios de ação. Seus resultados mostraram que havia um reconhecimento crescente da Ética como um fórum de comunicação e de deliberação democrática, em oposição ao seu entendimento como um ramo disciplinar, particularizado, dos “especialistas na análise da moral”. Noto que tal construção sobre ética abre a participação de atores diversos – inclusive leigos – nas discussões acerca de princípios e procedimentos de pesquisa e traz para o centro do debate a dimensão política, muito mais do que técnica, envolvida na produção de conhecimento científico. Nesse sentido, a dimensão da própria autonomia da ciência coloca-se na berlinda.

A Ética como campo de regulamentações: quando dizer “não” não basta

No entanto, vale evidenciar que, à progressiva construção da Ética como um domí-

nio político por excelência, se associa o movimento de incremento de procedimentos e recursos técnicos para sua regulamentação e controle, ou seja, a consideração da Ética como tópico de regulamentação. Parece haver, portanto, dois movimentos correlatos: de um lado, a crescente consideração da Ética como um domínio político por excelência; de outro lado, uma espécie de seu encapsulamento prático em artefatos técnico-burocráticos próprios de órgãos para sua regulamentação e controle, não raro forjados como um domínio de “técnico-especialistas”. Como expõem as antropólogas Marie-Andrée Jacob e Annelise Riles (2007), em um texto de introdução a um dossiê da *revista PoLAR* sobre o assunto, publicado em 2007 e provocativamente chamado “The new bureaucracies of virtue: an introduction”, um dos mais evidentes produtos da ética moderna é que esse domínio tem que ser constantemente explicitado e burocraticamente evidenciado. Todo esse trabalho é apresentado como um bem autoevidente, sempre carregado de sentido de tornar as coisas melhores (Jacob e Riles, 2007). A primeira questão suscitada nessa configuração é, sem dúvida, melhores para quem, ao que se acompanha da interrogação sobre como, afinal de contas, produzir esse melhor e também de que forma esse bem autoevidente chega a ser burocratizado e institucionalizado nas rotinas das práticas disciplinares. Daí o clamor por etnografias dos Comitês de Ética, dessas “burocracias da virtude”, como as autoras os chamam (Jacob e Riles, 2007)⁷.

Conscientes de tal cenário e dos múltiplos planos em que a Ética aparece na pesquisa antropológica – em sua vida social ati-

7 No Brasil, ainda temos poucas etnografias dos Comitês de Ética, mas destaco a dissertação de mestrado de Harayama (2011), a qual manifesta um visível entusiasmo pelas políticas de regulamentação, embora também sofra de uma espécie de lacuna etnográfica advinda de uma preocupação com o sigilo dos dados, perigo já apontado em Fonseca (2010b) na realização de etnografias de instituições “modernas”.

va, como eu prefiro chamar – antropólogos que fazem pesquisa no Brasil têm visto com suspeita o incremento dos procedimentos de regulamentação ética. Sobretudo, em razão de uma crítica ao modo como tais regulamentações foram introduzidas no Brasil, não tão diferente do cenário internacional, isto é, com forte influência disciplinar biomédica (Diniz, 2005). Como fica evidente na leitura dos artigos dos dois livros analisados aqui, na sua construção como política de regulamentação, a Ética na Antropologia é um campo aberto de debates, não obstante a consensual rejeição da generalização do modelo biomédico, motivada por justificativas diversas, nesse caso nem tão consensuais, entre os artigos estudados. Tais justificativas diferenciariam as pesquisas antropológicas dos estudos biomédicos segundo alguns fatores: as diferentes formas contextuais e situacionais de produção da verdade (Kant de Lima, 2004); as particularidades das pesquisas *in situ* e pesquisas *ex situ* (Ramos, 2004); as dificuldades de conciliação entre uma ética universal, fundada na representação da pessoa livre, igual e autônoma, intrínseca à ideologia individualista ocidental com o acesso a formas outras de ser pessoa, próprias da investigação antropológica (Duarte, 2004); e a diferença proposta por Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2004), que especifica as pesquisas *com* seres humanos, nas quais o chamado objeto de pesquisa é um interlocutor ativo, e as pesquisas *em* seres humanos, que envolvem situações em que os seres humanos são objetos de intervenção à semelhança de cobaias.

Somam-se a isso os relatos de confrontos concretos de pesquisadores com os Comitês de Ética em Pesquisa, como aqueles apresentados por Dora Porto (2010), Fernanda Bittencourt Vieira (2010), Luciane Ouriques Ferreira (2010) e Raquel Lima (2010), presentes num dos livros aqui analisado: *Ética e regulamentação da pesquisa antropológica*

(Fleischer e Schuch, 2010), mas que foram constatados por outros pesquisadores brasileiros, principalmente concentrados no campo da saúde (Luna, 2007 e Nascimento, 2010, entre outros). Tais experiências revelam as dificuldades de compreensão das técnicas de pesquisa da Antropologia, como a observação participante, o privilégio do qualitativo, as complexidades de aplicação de um consentimento livre e esclarecido em pesquisas em que o trabalho de campo é uma modalidade de interação social que não está dada *a priori*, sobretudo em populações de tradição oral (Ferreira, 2010 e Heilborn, 2004). No caso relatado por Dora Porto (2010), que apresentou seu projeto de pesquisa a um Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB e teve seu projeto recusado em função de inúmeros fatores – uma das objeções foi, inusitadamente, o título do projeto: “Qualidade de vida, qualidade da saúde e qualidade de atenção à saúde: as bases da pirâmide social no coração do Brasil”. Segundo o Comitê, as mulheres negras – grupo de seu interesse – não estavam na base da pirâmide social e o Distrito Federal – local de seu estudo – não era o coração do país, mas, sim, São Paulo, estado mais rico da federação (!).

Em vista desses fatores e não obstante o reconhecimento de alguns textos presentes nas coletâneas analisadas de que pesquisas antropológicas não podem menosprezar o alto “poder simbólico” envolvido nas suas produções (Caroso, 2004) e da sugestão de que seus efeitos não seriam incólumes para as populações-alvo das pesquisas (Fonseca, 2010a), são claros os argumentos de que existem profundas diferenças entre os modos de produção de pesquisa nas áreas sociais e biomédicas, o que expõe a extrema dificuldade em normatizar procedimentos a partir de uma única tradição disciplinar. Como em meu próprio comentário presente no livro

Ética e regulamentação na pesquisa antropológica (Fleischer e Schuch, 2010), as orientações biomédicas, ao focarem na noção de risco e vulnerabilidade dos sujeitos pesquisados, ainda produzem estruturalmente dois tipos de agência: a de um pesquisador ativo e todo poderoso e a de um pesquisado passivo e vulnerável, que necessita ser protegido (Schuch, 2010a).

Noto que essa agência dos pesquisados sendo configurada com base na noção de vulnerabilidade é tão ou mais paradoxal num contexto em que a própria percepção da politização do campo de trabalho antropológico (Velho, 2008) associa-se à politização dos grupos por nós pesquisados, tornando difícil a sua estrutural subordinação à posição de “objeto” de pesquisa. As “autoetnografias” descritas por Alcida Ramos (2007) são realidades inescapáveis de reflexão. O quadro de crescente expansão do ensino superior brasileiro, que vem trazendo perfis renovados de estudantes de Antropologia, também apresenta um cenário de grande complexidade no que se refere à produção de conhecimentos (por exemplo, Freitas e Harder, 2011). Cabem perguntas aqui sobre a própria agência de regulamentações éticas que trabalham estruturalmente com uma noção de “vulnerabilidade” e os possíveis efeitos dessa estruturação das relações de pesquisa entre pesquisador-pesquisado nos estudos antropológicos.

Nesse contexto, o desconforto frente ao quadro de hegemonia disciplinar biomédica vem produzindo uma série de outras inquietações, num domínio em que cada vez mais chegamos à conclusão de que simplesmente dizer “não” não basta. A julgar pela produção antropológica sobre o assunto que aqui estou analisando, pode-se dizer que há um esforço duplo: de um lado, o investimento na participação de antropólogos e cientistas sociais em Comitês de Ética em Pesquisa e a tentativa de adaptação das orientações legais

existentes às especificidades próprias das Ciências Sociais (Diniz, 2010; Fleischer, 2010; Heilborn, 2004; VÍctora, 2004), assim como uma luta para ampliação dos termos legais para abarcar especificidades da pesquisa nas humanidades; de outro lado, há o esforço para uma “recusa reflexiva”, como incitou Duarte (2004), que se propõe a combater orientações metadisciplinares, debatendo ao mesmo tempo seriamente as principais tensões em torno do assunto.

Do ponto de vista de pesquisadores que se engajam praticamente nas atividades relacionadas aos Comitês de Ética, é visível uma espécie de “aposta” de que tais artefatos ético-políticos possam ser usados como oportunidades para ensejar novos relacionamentos em pesquisa, aproximando-se da noção de uma “ética incorporada”, não exterior aos procedimentos de pesquisa, defendida na introdução da coletânea norte-americana organizada por Meskell e Pels (2005). A partir desse ponto de vista, Soraya Fleischer (2010) salienta a importância da nossa própria autotradução e autorrepresentação para públicos mais amplos, em consonância ao já escrito por Perry Scott (2004) sobre pesquisas multidisciplinares. Esse trabalho se torna mais importante se considerarmos as observações de Dora Porto (2010) que, refletindo sobre a referida solicitação de modificação do título de seu projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética de sua universidade, também sugere que houve um extremo desconhecimento, por parte dos membros desse comitê, dos termos e modos de pesquisa em Ciências Sociais. A autora sugere que essa situação pode não ter sido causada apenas pela postura de tal comitê, mas por uma dificuldade dos antropólogos em comunicar claramente as formas de pesquisa específicas dessa área disciplinar.

Pode-se dizer que a criação de Comitês de Ética em Pesquisa dedicados à avaliação de estudos da área de “pesquisa social”, em clara

oposição à pesquisa biomédica, faz parte desses esforços em direção a uma apropriação de procedimentos de regulamentação éticos condizentes com as particularidades das pesquisas em Ciências Humanas, como, por exemplo, a criação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP/IH), mencionado no artigo de Débora Diniz (2010). A autora nos informa que o CEP/IH foi o primeiro Comitê de Ética no Brasil especializado em pesquisas das Ciências Sociais e Humanas, tendo sido oficializado pelo sistema CEP/Conep em 2008, após ter funcionado por dois anos como um comitê independente, à semelhança da experiência argentina.

Com o texto de Diniz (2010), é possível verificar os imensos esforços para viabilizar procedimentos éticos condizentes com as particularidades das pesquisas na área. Não obstante, é também possível verificar que a noção de *risco*, própria da racionalidade biomédica associada às políticas de regulamentação ética, ainda marca significativamente o campo de intervenção sobre Ética, mesmo em tal comitê especializado em “pesquisa social”. Isso porque à definição de “pesquisa social” como aquela que utiliza técnicas qualitativas de investigação e/ou adota a perspectiva analítica das Ciências Sociais e Humanas (Diniz, 2010, p. 184), se adiciona, para afirmar a particularidade das pesquisas dessa área, a “tese do risco mínimo” – as quais, pela definição adotada no CEP/IH, envolveriam riscos semelhantes aos existentes nas relações sociais cotidianas. Em que pese tal interpelação, a “tese do risco mínimo” das pesquisas sociais se contrapõe às especificidades das pesquisas da área biomédica e é nesse senti-

do que tal noção é empregada pelo CEP/IH, para problematizar o uso do Consentimento Livre e Esclarecido nas pesquisas sociais:

A tese do risco mínimo exige, portanto, uma reconfiguração do modelo contratual do TCLE para ser sensível às particularidades da pesquisa social (Gordon, 2003). Não apenas porque a participação no estudo não acarreta danos à vida, mas também porque o encontro de pesquisa parte de outros fundamentos morais, que recusam a lógica contratual, tais como a confiança no pesquisador, o desejo da escuta, a troca simbólica, a cumplicidade política ou a identificação do tema de estudo (Diniz, 2010, p. 186-187).

Nesse âmbito de discussão, ficam ainda em aberto questões sobre a própria composição desses comitês (Diniz, 2010 e Fonseca, 2010a) e como realizar a articulação entre vários planos regulamentadores da atividade antropológica que, como Ciméa Bevilacqua (2010) propõe, pode ser entendida como um “multiverso” em que se conjugam, no mínimo, três planos: (1) o plano das regulamentações mais ou menos implícitas que as pesquisas sofrem no decorrer de sua execução, oriundas do universo investigado e das relações nele estabelecidas; (2) o plano das regulamentações explícitas disciplinares, como o Código de Ética da ABA e, finalmente, (3) o plano das normas e dispositivos legais exteriores que não tem relação direta com a pesquisa acadêmica.

Já no que se refere à “recusa reflexiva” incitada por Duarte (2004), percebe-se uma vida social intensa de debates, manifesta na crescente visibilidade da temática em congressos e reuniões diversas, como aquelas promovidas pela Associação Brasileira de Antropologia e seminários e fóruns regionais⁸. As temáticas de interesse nessas discussões são

8 Como exemplo desses esforços, temos as reuniões específicas sobre o tema promovidas pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizadas durante o ano de 2002, as quais resultaram na publicação de um dos livros ora analisado (VICTORA *et al.*, 2004), e o encontro realizado na Universidade de Brasília em 2009, também publicado

várias e se dirigem à curiosa observação de antropólogos de que muito se regula a ética da pesquisa antropológica, mas a prática antropológica em ONGs, instituições estatais e mesmo em projetos de extensão permanece intocável (Amorim, Alves e Schettino, 2010 e Cardoso de Oliveira, 2010). As limitações do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, instrumento que regulamenta o trabalho de campo antropológico, também são objeto de grande atenção, e uma das críticas mais fundamentais ao seu uso refere-se ao fato de que, em Antropologia, a aceitação de participação em uma pesquisa e a forma de emprego das informações são negociadas ao longo do processo de pesquisa, e não dados de antemão (Bevilaqua, 2010); outro ponto de crítica está na impropriedade de instrumentos de regulação ética, que focalizam a noção de autonomia como base de regulações (Goldim, 2004 e Fonseca, 2010a).

Em termos de discussão acerca de instrumentos regulatórios, pode-se dizer ainda que um debate interessante evidencia-se, nos textos analisados, em torno da suficiência do *Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia* (ABA) e de seu conteúdo para regulamentar a Ética na Antropologia⁹. Acredito que a discussão sobre o Código de Ética

da ABA, tomada em seu conjunto, de certa forma sintetiza a complexidade da articulação entre os três diferentes espaços em que a vida social ativa da ética antropológica é problematizada – as reflexões sobre o pesquisar/ atuar, Antropologia e multidisciplinaridade e a Ética como campo de regulamentação – que aqui expus brevemente. Isso porque, de um lado, mesmo sem ter nenhum papel legal punitivo, esse código institui certos princípios a serem seguidos que se tornam potentes criadores de imagens de avaliação acerca de comportamentos profissionais; de outro lado, porque o Código de Ética da ABA anuncia claramente um compromisso ético do pesquisador com o grupo pesquisado, subordinando os interesses do profissional aos dos sujeitos pesquisados e colocando em questão a própria finalidade ou vocação do conhecimento antropológico, questão subjacente aos três domínios problematizados.

Pode-se dizer que um dos pilares da autorrepresentação antropológica é, justamente, o respeito, a valorização e o compromisso com o ponto de vista dos sujeitos e/ou comunidades pesquisadas. No debate sobre Ética, isso se evidencia na recorrente insistência dessa orientação, presente em vários dos textos abordados nessa discussão, como,

em livro, e o outro objeto da análise deste texto (Fleischer e Schuch, 2010). Houve também sessões especiais sobre a problemática nos encontros da IX Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada em Curitiba/PR (2011), a partir do simpósio especial “Ética e Antropologia” e da III Reunião Equatorial de Antropologia (2011), que contou com a mesa-redonda “Ética em Pesquisas Antropológicas” e com o grupo de trabalho: “Dilemas éticos e dificuldades operacionais: como etnografar práticas e pensamentos moralmente condenáveis?”. Saliento ainda os vários encontros promovidos por órgãos vinculados às políticas de saúde, que convidaram antropólogos para discutir o tema, entre os quais cito: “Ética em pesquisa qualitativa em saúde” (2006), organizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, e o I Seminário sobre Ética nas Pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e na Saúde, organizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde/SP e pelo Instituto de Psicologia/USP (2007), do qual resultou uma publicação com um capítulo escrito pelas antropólogas envolvidas no referido seminário: Langdon, Maluf e Tornquist (2008).

9 Sobre a questão da paradoxal relativa liberdade encontrada em projetos de extensão e as extensas obrigações de regulamentação ética enfrentadas em pesquisa, ver também o texto de Patrícia Reinheimer (2011), que contrasta a sua experiência de extensão e de pesquisa no campo da saúde mental.

por exemplo, nas palavras de Caroso (2004, p.149): “no necessário respeito à pessoa e às comunidades, que deve prevalecer em todos os momentos da pesquisa e também nas palavras de Luís Roberto Cardoso de Oliveira, que escreve sobre os três compromissos ou responsabilidades éticas que permeiam as atividades de pesquisa dos antropólogos:

[...] o compromisso com a verdade e a produção de conhecimento em consonância com os critérios de validade compartilhados na comunidade de pesquisadores; **o compromisso com os sujeitos de pesquisa cujas práticas e representações constituem o foco de nossa investigação – daí a ideia da pesquisa com seres humanos e não em seres humanos**; e, por fim, o compromisso com a sociedade e a cidadania, que exige a divulgação dos resultados de pesquisa, usualmente por meio de publicações, e eventualmente demanda a intervenção pública do pesquisador, quando esses resultados são distorcidos para beneficiar interesses que ameacem direitos da população pesquisada (Cardoso de Oliveira, 2010, p. 27-28; destaques meus).

O próprio Código de Ética da ABA, produzido no final dos anos 1980 e alterado na gestão 2011-2012, entre outros aspectos, enumera claramente que constituem direitos dos antropólogos enquanto pesquisadores, entre outros:

- 1) Direito ao pleno exercício da pesquisa, livre de qualquer tipo de censura no que diga respeito ao tema, à metodologia e ao objeto de investigação.
- 2) Direito de acesso às populações e às fontes com as quais o pesquisador precisa trabalhar.

No entanto, tais orientações são válidas apenas com a condição de que os antropólogos também levem em consideração o item 7, que enuncia:

- 7) Os direitos dos antropólogos devem estar subordinados aos direitos das populações que são

objeto de pesquisa e têm como contrapartida as responsabilidades inerentes ao exercício da atividade científica (Código de Ética da ABA, gestão 2011-2012).

A orientação ética para o privilégio dos sujeitos pesquisados ainda é expressa quando investigamos alguns dos direitos das populações que são objeto de pesquisas a serem respeitados pelos antropólogos, entre outros:

- 1) Direito de ser informado sobre a natureza da pesquisa.
- 2) Direito de recusar-se a participar de uma pesquisa.
- 3) Direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais.
- 4) Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado.

Considerando esse contexto de orientações formais da ABA, que nesse âmbito de regulamentação associa a ética profissional do antropólogo ao compromisso com os sujeitos pesquisados, Debert (2004) interroga-se sobre uma questão fundamental: a falta de proteção do trabalho do antropólogo quando esse profissional pesquisa grupos com alto poder social e simbólico¹⁰. Isso se torna pertinente, segundo a autora, num contexto em que à interpretação das culturas de grupos subalternos e minoritários se adiciona a tarefa antropológica de estudo dos processos de mudança social e dos modos como poder e responsabilidade são exercidos, inclusive a partir da análise de domínios tais como políticas públicas, ciência, polícia, sistema judiciário etc. O que se coloca em jogo, a partir das inquietações levantadas por Debert (2004), é a própria tarefa da Antropologia no estudo de tais grupos e as possibilidades das regulamentações éticas serem adequadas às novas

10 Sobre isso, ver também Debert (1997).

possibilidades de trabalho antropológico, que põem em cena o desafio da compreensão de como os grupos poderosos operam, mesmo quando provocam os sentimentos de indignação dos antropólogos. Como diz a autora:

É parte da responsabilidade do antropólogo denunciar essas formas de operação e o caráter das práticas que podem ser nefastas para a sociedade como um todo ou para os grupos que tradicionalmente têm sido estudados pela Antropologia (Debert, 2004, p. 46).

Para tanto, Debert (2004) destaca a necessária revisão de alguns pressupostos da pesquisa antropológica: uma refocalização dos temas e objetos de pesquisa que abranja não apenas o estudo de grupos definidos, mas que problematize as formas de interlocução entre fragmentos aparentemente desconexos; o questionamento da centralidade da observação participante e da noção de uma identificação empática com os informantes como condição da pesquisa, com a problematização dos prejuízos causados pela clareza na explicitação dos objetivos e hipóteses que organizam a pesquisa em grupos dominantes; e o foco nos significados sociais e na organização do mundo de significado dos sujeitos pesquisados, ao que passaria a se adicionar os próprios efeitos que tais sentidos e organização do mundo têm na vida cotidiana dos grupos tradicionalmente abarcados pela pesquisa antropológica. Tudo isso implica uma modificação das relações do antropólogo com os grupos pesquisados, quando estes são grupos dominantes, que a autora resume na seguinte citação:

Na pesquisa com as minorias desprivilegiadas é central a ideia de que as populações estudadas devem ser informadas sobre a natureza da pesquisa

desenvolvida e de que os resultados obtidos na investigação não podem prejudicá-las. O estudo dos grupos privilegiados não se reduz a mostrar que os cientistas, por exemplo, não têm a neutralidade científica pretendida, mas é preciso analisar como os significados por eles produzidos afetam de maneiras distintas a nossa vida cotidiana e dos grupos tradicionalmente pesquisados pelos antropólogos, redefinindo vínculos sociais, projetos e expectativas (Debert, 2004, p. 51-52).

Para Debert (2004), a relevância democrática da Antropologia exigiria que antropólogos pudessem denunciar práticas que afetam e podem ser nefastas ao destino e dignidade humana; para tanto, se justificaria a possibilidade de não explicitação com clareza dos objetivos e hipóteses da pesquisa, tal como é indicado no primeiro Código de Ética da ABA (gestão 1986-1988), orientação que é mantida no Código vigente (gestão 2011-2012).

Tais sugestões atendem a uma justa preocupação de Debert (2004) acerca da proteção dos antropólogos ao trabalharem com grupos dominantes. Não obstante, acredito ser essencial não somente refletir sobre a politização do trabalho antropológico e seus possíveis reflexos sobre orientações de regulamentação ética, como também problematizar a necessária relação entre orientações éticas e perspectivas metodológicas¹¹. Isto é, trata-se de acrescentar à reflexão de Debert (2004) o debate em torno dos significados metodológicos do tipo de suspensão ética proposto pela autora, uma vez que é viável considerar que a existência de *relações* – de proximidade ou mesmo de confronto – com os sujeitos pesquisados são as próprias condições de possibilidade do sucesso do empreendimento antropológico de complexificação das relações de poder e autoridade no mundo contemporâneo, sugerida pela autora. Trata-

11 Sobre a realização de pesquisa antropológica em grupos dominantes e seus desafios, ver Schuch (2009 e 2010b).

-se da sugestão de admitir que a Antropologia não tem, necessariamente, que se identificar, mimetizar ou defender o “ponto de vista nativo”; o que se necessita é, exatamente, o estabelecimento de uma *relação* com tal ponto de vista, aquilo que, para alguns, seria a sua própria condição epistemológica¹².

Esses argumentos impõem a necessária cautela na discussão sobre certos princípios de regulamentação do Código de Ética da ABA, tal como exposto na desafiante discussão proposta por Debert (2004). Não obstante, suas reflexões importam também para fazer funcionar um argumento implícito nos vários domínios de problematização ética aqui considerados: a discussão acerca da Ética é inescapável sobre as reflexões sobre a própria vocação da Antropologia e/ou definição de quais são suas tarefas, fins e responsabilidades.

Considerações finais

Neste artigo, argumentei em torno da existência de uma “vida social ativa” da Ética na Antropologia, expressão que atende ao interesse de afirmar que a Ética é, nessa disciplina, diferencialmente produzida nos seus múltiplos domínios de práticas. Através do estudo de certa bibliografia brasileira relativamente recente sobre esse assunto, busquei analisar a relação entre certos domínios de práticas e o que estava sendo formulado como um problema ético na Antropologia. Na tentativa de expandir os debates sobre Ética e Antropologia para além de qualquer apressada enunciação normativa e incentivando as reflexões sobre os diferentes âmbitos de construção da ética antropológica, meu objetivo foi compreender o que classifiquei como três domínios

em que a Ética aparece como espaço de problematizações: (1) o pesquisar/atuar: autor-reflexão, responsabilidade e prática política; (2) Antropologia e multidisciplinaridade: ciência e sua inserção social; (3) a ética como campo de regulamentações: quando dizer “não” não basta.

A análise de tais espaços de emergência da questão ética mostrou desafios particulares, assim como a impossível dissociação das reflexões sobre Ética das discussões sobre a própria tarefa antropológica. É visível a existência de um campo disciplinar não somente múltiplo e diverso em termos de problemáticas de estudo, objetos e universos de análise, mas também reflexivo em termos de sua politização e engajamento com os desafios de sua própria existência. Em todos os três domínios analisados, a Ética aparece como um domínio de reflexões sobre a *prática* e, nesse sentido, constitui-se em uma *atividade*, mais do que um estado de consciência do investigador individual ou meramente uma norma. A Ética, então, aparece como uma dimensão essencial da prática antropológica, inescapável de processos reflexivos contínuos sobre a forma de seu exercício e estatuto.

A riqueza da vida social ativa da Ética na Antropologia, nesse sentido, está justamente no desafio de como pensar constantes reposicionamentos e novos relacionamentos da Antropologia com endereçamentos diversos, tal como percebido nos três espaços de problematização aqui estudados: com a produção de um conhecimento engajado e socialmente relevante, com a diversidade de saberes e ciências que participam de nossos debates e de nossos campos de pesquisa e, finalmente, com os sujeitos que participam de nossos estudos e dinamicamente nos

12 Ver, por exemplo, a discussão levantada por Goldman (2003).

interpelam a nos deslocar e a nos colocar também em questão – uma questão ética por excelência. Longe de ser uma produção disciplinar solitária, a vida social da Ética na Antropologia está, portanto, orientada por relacionamentos diversos com “outros” aos quais antropólogos e antropólogas esta-

belecem relações e que nos desafiam a constantemente nos “des-centrar” e “compor”. A ética antropológica aparece, dessa maneira, como uma produção emergente de contextos diversos de relações, o que assinala seu caráter dinâmico, aberto às contingências e, eminentemente, relacional.

Bibliografia

- ABU-LUGHOD, Lila (2010). “The active social life of Muslim human rights. A plea for ethnography, not polemic, with cases from Egypt and Palestine”. *Journal of Middle East Women's Studies*, v. 6, n. 1, p. 1-45, Winter.
- AMORIM, Elaine; ALVES, Kênia; SCHETTINO, Marco Paulo Fróes (2010). “A ética na pesquisa antropológica no campo pericial”. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Ed. UnB; Letras Livres. p. 193-216.
- APPADURAI, Arjun (ed.) (1986). *The social life of things. Commodities in a cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BEVILAQUA, Ciméa (2010). “Ética e planos de regulamentação da pesquisa: princípios gerais, procedimentos contextuais”. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Ed. UnB; Letras Livres. p. 71-90.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (2004). “Pesquisa em *versus* pesquisas com seres humanos”. In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA; EdUFF. p. 33-44.
- _____. (2010). “A antropologia e seus compromissos e/ou responsabilidades éticas”. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Ed. UnB/Letras Livres. p. 25-38.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (1998). *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo Quinze; São Paulo: Ed. Unesp.
- _____. (2004). “O mal-estar da ética na antropologia prática”. In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA; EdUFF. p. 21-32.
- CAROSO, Carlos (2004). “A imagem e a ética na encruzilhada das ciências” In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA; EdUFF. p. 137-150.
- DEBERT, Guita Grin (1997). “A antropologia e os novos desafios no estudo da cultura e da política”. *Revista Política & Trabalho*, PPGS, UFPB, Ed. A União, n. 13.
- _____. (2004). “Ética e as novas perspectivas da pesquisa antropológica”. In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA; EdUFF. p. 45-54.
- DINIZ, Débora (org.) (2005). *Ética na pesquisa*. Brasília: Ed. da UnB; Letras Livres.
- _____. (2010). “A pesquisa social e os comitês de ética no Brasil”. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Ed. UnB; Letras Livres. p. 183-192.
- DUARTE, Luís Fernando Dias (2004). “Ética de pesquisa e ‘correção política’ em antropologia”. In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA; EdUFF. p. 25-130.

- FASSIN, Didier (2006). "The end of ethnography as collateral damage of ethical regulation?". *American Ethnologist*, v. 33, n. 4, p. 522-524.
- FERREIRA, Luciane Ouriques (2010). "A dimensão ética do diálogo antropológico: aprendendo a conversar com o nativo". In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Ed. UnB; Letras Livres. p. 141-158.
- FLEISCHER, Soraya (2010). "Comentário: para quem os antropólogos falam?". In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Ed. UnB; Letras Livres. p. 171-180.
- FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.) (2010). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Ed. UnB; Letras Livres.
- FONSECA, Claudia (2010a). "Que ética? Que ciência? Que sociedade?". In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Ed. UnB; Letras Livres. p. 39-70.
- _____. (2010b). "O anonimato e o texto etnográfico: dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'". In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam S.; PETERS, Roberta (orgs.). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. p. 205-226.
- FREITAS, Ana de Castro; HARDER, Eduardo (2011). "Alteridades indígenas no ensino superior: perspectivas interculturais contemporâneas". In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, Curitiba, jun. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/ram/arquivos/21_6_2011_7_57_56.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2011.
- GOLDIM, José Roberto (2004). "Ética e pesquisa em antropologia". In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA; EdUFF. p. 163-167.
- GOLDMAN, Márcio (2003). "Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia". *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 46, n. 2, p. 445-476.
- HARAYAMA, Rui Massada (2011). *Do ponto de vista do sujeito da pesquisa: evento e cultura material em um comitê de ética em pesquisa*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.
- HEIBBORN, Maria Luiza (2004). "Antropologia e saúde: considerações éticas e conciliação multidisciplinar". In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA; EdUFF. p. 57-64.
- JACOB, Marie-Andrée; RILES, Annelise (2007). "The new bureaucracies of virtue: an introduction". *PolAR: Political and Legal Anthropology Review*, v. 30, n. 2, p. 181-191.
- JASANOFF, Sheila (2005). *Designs on nature: science and democracy in Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press.
- KANT DE LIMA, Roberto (2004). "Éticas e identidades profissionais em uma perspectiva comparada". In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA/Ed. UFF. p. 73-78.
- KNAUTH, Daniela (2004). "As implicações éticas da pesquisa antropológica: uma reflexão a partir do caso da Aids". In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA/Ed. UFF. p. 131-136.
- LAGDON, E. J.; MALUE, S.; TORNQUIST, C. S. (2008). "Ética e política na pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados". In: GUERRIERO, Iara C. Z.; SCHMIDT, Maria Luisa S.; ZICKER, Fábio. *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais e na saúde*. São Paulo: Hucitec. p. 128-147.

- LATOURE, Bruno (1999). *Pandora's hope. Essays on the reality of science*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- LEITE, Ilka Boaventura. “Questões éticas da pesquisa antropológica na interlocução com o campo jurídico”. In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA; EdUFF. p. 65-72.
- LIMA, Raquel (2010). “Até onde funciona? Uma breve reflexão sobre a atuação dos comitês de ética em pesquisas no estudo antropológico da saúde”. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Ed. UnB; Letras Livres. p. 159-170.
- LUNA, Naara (2007). *Provetas e clones: uma antropologia das novas tecnologias reprodutivas*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- MACHADO, Lia Zanotta (org.) (2007). *Ética em pesquisa biomédica e antropológica: semelhanças, contradições, complementaridade*. Brasília: Ed. UnB; Letras Livres.
- MERRY, Sally Engle (2006). *Human rights and gender violence: translating international law into local justice*. Chicago: University of Chicago Press.
- MESKELL, Lynn; PELS, Peter (2005). “Introduction: embedding ethics”. In: MESKELL, Lynn; PELS, Peter (eds.). *Embedding ethics*. Oxford, UK: Berg. p. 1-28.
- NASCIMENTO, Pedro F. G. (2010). “Alguns comentários sobre a mesa ‘Antropologia em Campos Up’”. In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam S.; PETERS, Roberta (orgs.). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. p. 71-81.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (2005). “Laudos periciais antropológicos: pesquisa aplicada ou exercício profissional da disciplina?” In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: Nuer; ABA. p. 215-231.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (2004). “Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia”. In: LANGDON, Esther Jean; GARNELO, Luiza (org.). *Saúde dos povos indígenas. Reflexões sobre a antropologia participativa*. Rio de Janeiro: ABA; Contracapa Livraria. p. 9-32.
- PEIRANO, Mariza (1992). *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Ed. UnB.
- PORTO, Dora (2010). “Relato de uma experiência concreta com a perspectiva das ciências da saúde: construindo o *anthropological blues*”. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Ed. UnB; Letras Livres. p. 101-126.
- RAMOS, Alcida (2004). “A difícil questão do consentimento informado”. In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA; Ed. UFF. p. 91-96.
- RAMOS, Alcida (2007). *Do engajamento ao desprendimento*. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB. (série Antropologia da UnB, 414).
- REINHEIMER, Patrícia (2011). *Dilemas entre a extensão e a pesquisa em saúde: de que forma interpretar discursos que contribuímos para construir?* In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, Curitiba, jun.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. (2004). “Prefácio”. In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA/EdUFF. p. 9-12.
- SANTOS, Silvio Coelho dos (2004). “Ética e pesquisa de campo”. In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA; EdUFF. p. 97-104.
- SCHUCH, Patrice. *Práticas de justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

- _____. (2010a). “Comentário: multiplicando perspectivas e construindo verdades parciais”. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Ed. UnB; Letras Livres. p. 91-98.
- _____. (2010b). “Antropologia com grupos *up*, ética e pesquisa”. In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam S.; PETERS, Roberta (orgs.). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. p. 29-48.
- SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam; PETERS, Roberta (orgs.) (2010). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- SCOTT, Russel Perry (2004). “A ética da comunicação em saúde: a escolha política de diferentes linguagens para compreensão e ação”. In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA; EdUFF. p. 151-162.
- VELHO, Otávio (1995). “Relativizando o relativismo”. In: *Besta-fera: recriação do mundo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. p. 172-184.
- _____. (2008). “A antropologia e o Brasil, hoje”. *RBCS*, v. 23, n. 66, p. 5-9, fev.
- VÍCTORA, Ceres. “Ética de pesquisa em equipe multidisciplinar”. In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA; EdUFF. p. 83-88.
- VÍCTORA, Ceres *et al.* (orgs.) (2004). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA; EdUFF.
- VIEIRA, Fernanda Bittencourt (2010). “Desencontros e descaminhos de uma pesquisa sociológica em um hospital público”. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Ed. UnB/Letras Livres. p. 127-140.

Artigo recebido em 08/05/2012

Aprovado em 21/02/2013

Resumo

A vida social ativa da Ética na Antropologia

O objetivo deste artigo é analisar, a partir de certa bibliografia brasileira, o que chamo de “vida social da Ética na Antropologia”. Meu interesse é compreender em quais domínios e debates a relação entre Ética e Antropologia está em jogo e como ela é configurada nos múltiplos mundos sociais nos quais opera. Na tentativa de expandir os debates sobre Ética e Antropologia para além de qualquer apressada enunciação normativa, meu interesse é analisar o que classifiquei como três domínios em que a ética aparece como espaço de problematizações: (1) o pesquisar/atuar; (2) Antropologia e multidisciplinaridade; (3) a Ética como campo de regulamentações. A análise de tais espaços de problematização mostra que os debates sobre Ética são inescapáveis das reflexões sobre o próprio estatuto ou vocação da Antropologia.

Palavras-chave: Antropologia; Ética; Brasil; Regulamentação ética.

The active social life of ethics in anthropology

Based on certain Brazilian bibliography, this paper aims at analyzing what the author calls “the social life of ethics in anthropology”. His concern here is to understand in which areas and debates the relationship between ethics and anthropology is at stake, and how this relationship is configured in the multiple social worlds in which it operates. In an attempt of expanding the debates on ethics and anthropology beyond any hasty normative enunciation, the article is interested in analyzing what it classifies as three domains where ethics appears as a questioning space: (1)

research/perform; (2) anthropology and multidisciplinary studies; (3) ethics as a field of regulations. The analysis of such questioning spaces shows that the debates about ethics cannot avoid the reflections about anthropology's own status and vocation.

Keywords: Anthropology; Ethics; Brazil; Ethical regulations.

Résumé

La vie sociale active de l'Éthique dans l'Anthropologie

L'objectif de cet article est d'analyser, à partir d'une bibliographie brésilienne, ce que j'appelle la "vie sociale de l'Éthique dans l'Anthropologie". Mon intérêt est de comprendre dans quels domaines et dans quels débats apparaît le rapport entre l'Éthique et l'Anthropologie. J'aimerais aussi comprendre de quelle façon ce rapport est configuré dans les divers mondes sociaux dans lesquels il opère. Mon intérêt est, tout en tentant d'étendre les débats sur l'Éthique et l'Anthropologie au-delà de toute énonciation normative précipitée, d'analyser les trois domaines dans lesquels, selon moi, l'éthique apparaît comme un espace de problématisations : (1) la recherche/représentation ; (2) l'Anthropologie et la multidisciplinarité ; (3) l'Éthique en tant que domaine de réglementations. L'analyse de ces espaces de problématisation démontre que les débats sur l'Éthique sont incontournables par rapport aux réflexions sur le propre statut ou la vocation de l'Anthropologie.

Mots-clés: Anthropologie; Éthique; Brésil; Réglementation éthique.

Quando aparece uma nova instituição ou um novo campo científico, nem sempre se tem, imediatamente, a dimensão do que está surgindo e nunca se sabe aonde as mudanças produzidas vão nos levar. Com o campo da sociologia das profissões também foi assim: começou como uma abordagem sociológica do fenômeno das ocupações modernas e hoje já constitui, ou se autointitula, um campo autônomo dentro da sociologia, com autores e teorias próprias, com objetos de pesquisas próprios e com sua historicidade e metodologias. O objetivo deste artigo é permitir melhor compreensão dos diferentes modelos teórico-metodológicos desse novo campo da sociologia, como o funcionalismo, o interacionismo e o weberianismo.

Antes de iniciar, é preciso dizer que o desenvolvimento da sociologia das profissões remonta diretamente à sociologia funcionalista norte-americana, razão pela qual o marxismo acaba sendo apenas mencionado em algumas partes específicas deste texto. Numa abordagem funcionalista, autores como Carr-Saunders, Parsons, Goode e Merton foram imprescindíveis para os primeiros passos e o desenvolvimento da

sociologia das profissões. Posteriormente, Freidson realizou importantes contribuições para análises dos grupos profissionais, já de uma perspectiva que podemos chamar de interacionista, mas são os weberianos que serão responsáveis pela sedimentação da sociologia das profissões como um subcampo da sociologia e fazem isso ao focar o poder profissional, explicitando suas ideologias e seus projetos. Contudo, sem dúvida, todos os teóricos anteriores foram importantes para que os weberianos chegassem a imprimir mudanças significativas nas análises das profissões, relacionando processos educacionais com lutas por demarcação de espaços de poder na sociedade¹. Mas todas as mudanças nas teorias para análises das profissões acontecem em cenários de conflitos entre escolas de pensamento e autores, em contextos sociais específicos.

Funções sociais das profissões

Os funcionalistas levantaram as primeiras questões da sociologia em torno do papel das profissões nas sociedades modernas. De maneira geral, eles deram ênfase à

1 No Brasil, os principais avanços na sociologia das profissões aconteceram com Marinho (1985), Schwartzman (1987), Simões (1989), Grün (1994), Coelho (1992), Barbosa (1993, 1998, 1999, 2003), Bonelli (1993), Sadek (1995), Diniz (1995), Machado (1995, 1996) e Vianna, Carvalho e Melo (1997). Mas os avanços produzidos por estes autores não seriam possíveis sem o desbravamento do campo da sociologia das profissões, realizado desde meados dos anos 1960 por Nogueira (1967), Durand (1972), Donnangelo (1975), Pastore (1979), Kawamura (1981), Faria (1983) e Falcão (1984).

formação profissional e à constituição dos papéis profissionais como decorrência da modernização inexorável das sociedades, valorizando os profissionais na estrutura social. Para Durkheim, a divisão social do trabalho se organizava a partir da divisão técnica do trabalho, uma divisão funcional das tarefas requeridas numa sociedade. As profissões desempenhariam funções específicas dentro do corpo social em prol da harmonia, do bom funcionamento, da própria sociedade. Para ele, o desenvolvimento da divisão do trabalho era a base da organização e identificação dos grupos sociais. A identificação profissional seria quase automática, decorrente da divisão técnica do trabalho, uma consciência de pertencimento ao grupo, fruto de um processo de socialização. Os demais funcionalistas não se afastaram muito desses pressupostos durkheimianos.

Os trabalhos do inglês Carr-Saunders foram emblemáticos dos primeiros passos do que viria a ser conhecido posteriormente como sociologia das profissões, que começa a tomar forma como ramo autônomo da sociologia a partir da década de 1930. O verbete “*profession*”, elaborado por Carr-Saunders e Wilson para a *Enciclopédia de Ciências Sociais*, publicada em 1934, foi uma primeira tentativa de definir/conceituar profissão. Conforme Dubar (2005, p. 170), nesse verbete, os autores definem profissão da seguinte maneira: “dizemos que uma profissão emerge quando uma quantidade definida de pessoas começa a praticar uma técnica definida fundamentada em uma formação espe-

cializada”. A partir dessa primeira definição de profissão, que se tornou clássica segundo Dubar (2005), fica marcada a importância da formação para o surgimento de uma profissão. Essa formação dita superior, especializada, dá às profissões um aspecto elitizado.

Para Carr-Saunders e Wilson, as profissões modernas descendiam das guildas, corporações de ofícios da Idade Média, e incorporavam um sentido de missão, vocação², que apontava para o surgimento das associações profissionais como instituições responsáveis pela ajuda mútua dos profissionais e pela demarcação entre os profissionais e os não profissionais, os qualificados e os não qualificados. Nessa perspectiva não se fazia nenhuma crítica às profissões, pelo contrário, entendiam-se as profissões como resultado normal (natural) do processo evolutivo das técnicas nos “países civilizados”. É como se os profissionais fossem substituir progressivamente a mão de obra não qualificada nas sociedades modernas, condenando os não qualificados à extinção.

Foi na sociologia norte-americana, graças a Talcott Parsons e seus pupilos, que, no final da década de 1930, a sociologia das profissões encontrou maior impulso. Sem jogar fora as concepções básicas propostas por Durkheim e por Carr-Saunders e Wilson³, Parsons inclui a relação profissional-cliente como parte da construção dos papéis profissionais, ressaltando que as profissões atendem às necessidades da sociedade. Para ele, a sociedade necessita do trabalho dos diferentes grupos profissionais. Falar em diferença, em vez de desigual-

2 “Reconhecemos uma profissão como uma vocação, fundada num treinamento intelectual prolongado e especializado que capacita ao exercício de um serviço particular” (Carr-Saunders e Wilson, 1934, p. 478 – tradução livre). No original: “We recognize a profession as a vocation founded upon prolonged and specialized intellectual training which enables a particular service to be rendered.”

3 Dubar (2005, p. 171), citando Heilbron, destaca “a grande semelhança” do verbete “*Profession*” de 1934, feito por Carr-Saunders e Wilson, com o de 1968, feito por Parsons.

dade, não é sem propósito em se tratando do funcionalismo. Como cada parte do corpo tem uma função específica, não há hierarquias ontológicas para o funcionalismo, mas diferenciação. Os funcionalistas se preocupam principalmente com o funcionamento da estrutura social e não com os processos históricos de formação da estrutura.

Em relação ao processo de profissionalização, a dimensão do conhecimento é o mais importante para Parsons. O funcionalismo parsoniano liga profissão a trabalho e educação, porque a formação é a integração do profissional ao corpo social para o desempenho de sua função. O processo de profissionalização tem a função de garantir a coesão social e a socialização dos profissionais. Para ele, a universidade moderna é a base das profissões e, por isso, os profissionais são verdadeiros vocacionados a desempenhar uma missão na sociedade e não meros negociantes. “Ao contrário dos negócios [...] as profissões são marcadas pelo ‘desprendimento’”⁴ (Parsons, 1939, p. 458 – tradução livre).

As diferenças (de prestígio, remuneração e autonomia) entre as profissões decorrem, segundo ele, da competência do grupo profissional na realização de suas tarefas. Com isso, ele acaba separando profissões (sentido mais nobre) de ocupações (sentido menos nobre). Toda profissão é ocupação, mas nem toda ocupação é profissão. A profissão teria a preocupação de devolver à sociedade os conhecimentos desenvolvidos e ocupa o topo da estratificação ocupacional.

William J. Goode, outro funcionalista⁵, desenvolve um pouco mais a ideia de diferen-

ça entre as profissões ao definir o processo de profissionalização como o desenvolvimento de um corpo abstrato de conhecimentos. Aqui se coloca a questão da identidade social das profissões, processo de socialização e formação da identidade do grupo profissional, discutindo a relação entre grupo profissional e sociedade. Rodrigues (2002, p. 10, 11) afirma que, segundo Goode:

A sociedade concede às profissões autonomia em troca da capacidade de controle; recompensas e prestígio em troca de competência; monopólio através de licenças em troca das melhores prestações ou serviços. É a sociedade que confere poder às comunidades profissionais, que oferecem como contrapartida principal uma procura constante de elevação dos níveis de formação dos seus membros.

Para Goode, o controle social sobre as profissões é feito pelos próprios grupos profissionais, numa espécie de concessão feita pela sociedade como um todo para os grupos profissionais. Goode trata os grupos profissionais organizados como comunidades homogêneas que desempenham papéis intermediários entre a sociedade e as profissões. Barbosa (1993a, p. 185) chama a atenção para o fato de que “a base dessa homogeneidade é o longo período de treinamento ao qual os seus membros são submetidos”. Este treinamento profissional seria responsável pela transmissão e reprodução dos valores profissionais, desempenhando, portanto, papel valorativo considerado positivo pela sociedade.

A abordagem de Goode sobre o controle social das profissões aponta para um aspecto duplo na relação sociedade-profissões: a sociedade mantém o controle sobre os profes-

4 No original: “But by contrast with business in this interpretation the professions are marked by ‘disinterestedness’”.

5 Dubar (2005, p. 175) e Rodrigues (2002, p. 10) concordam que Goode seja um dos mais importantes pupilos de Parsons.

sionais, que desempenham funções específicas no corpo social, e os grupos profissionais protegem os profissionais de serem constrangidos pela sociedade como um todo.

Robert King Merton é também sociólogo funcionalista, mas devemos considerar que ele tentou incorporar em sua abordagem algumas discussões realizadas por Freud e por Weber e seus seguidores. Embora ele tenha sido influenciado pela leitura que Parsons fazia de Weber, afinal Parsons traduziu para o inglês a obra do autor alemão e foi professor/orientador de Merton, este deu um passo à frente na abordagem funcionalista, ao distinguir funções manifestas de funções latentes.

Para Merton, um grupo social (por exemplo, as profissões) cumpre funções objetivas, esperadas, *manifestas*, para os membros do grupo ou mesmo para o sistema social ou cultural como um todo. Mas, além de cumprir sua função manifesta, a função à qual se destina ou que se espera, o grupo social pode cumprir funções *latentes*, funções não intencionadas pelo grupo ou mesmo desconhecidas do próprio grupo. Segundo ele, os sociólogos só faziam análises do visível, dos fatos objetivos da vida social, deixando de lado os fenômenos sociais não esperados ou não reconhecidos pelo grupo social estudado. “O conceito de função latente amplia a atenção do observador para mais além de se saber se a conduta consegue ou não a sua finalidade confessada” (Merton, 1970, p. 131).

Pensando especificamente as profissões, Merton mostra, usando para isso a medicina, que a vocação de servir à sociedade (o ideal de prestação de serviço à sociedade) que o médico teria, e que começa a se aperfeiçoar numa longa formação, segue paralelamente a uma segregação social dos não vocacionados. Se a formação profissional permite a socialização dos futuros profissionais nos valores de serviço à sociedade, uma vez com o diploma na mão, os agora profissionais o utilizariam

também como forma de se distinguir dos não profissionais, daqueles que não enfrentaram o longo e difícil percurso da formação. A formação profissional, ao mesmo tempo em que iguala os formandos (função manifesta), estabelece uma hierarquia entre eles e os não profissionais, ou falsos profissionais, depois de formados (função latente).

Assim, de “profissão” aberta a todos os que sentem a vocação para a realização de um ideal do serviço (função manifesta), o grupo profissional passa a ser, nesse modelo, uma “organização fechada”, preocupada antes de tudo com sua própria reprodução (função latente) (Dubar, 2005, p. 195).

Merton ainda não analisa essa relação como uma relação de luta por poder, mas como contradições da formação profissional. A função manifesta e a função latente não são excludentes e podem ser identificadas num mesmo objeto de pesquisa. Merton também dá atenção aos intelectuais na burocracia (obra de 1970) e ao papel das associações profissionais (obra de 1984).

Andrew Abbott é outro autor que não chega a romper com o funcionalismo, embora tenha se afastado um pouco mais dos funcionalistas em sua teoria dos sistemas profissionais, chegando a introduzir uma noção de competição. Para Abbott, a divisão do trabalho está dada e os grupos profissionais lutam por áreas específicas da divisão do trabalho. O sistema profissional se assemelha a um sistema funcional. Só que o instrumento de organização da disputa no sistema profissional é o grau de abstração do conhecimento que a profissão controla. Quanto mais abstrato o conhecimento, maior o poder da profissão. O grau de abstração do conhecimento profissional é uma medida da probabilidade de um grupo profissional vencer uma disputa com outro grupo profissional. Rodrigues (2002, p. 94), elencando os cinco principais pressupostos da teoria de Abbott, aponta como item quatro que:

[...] o principal recurso na disputa jurisdicional, e a característica que melhor define profissão, é o *conhecimento abstracto* controlado pelos grupos ocupacionais: a abstração confere capacidade de sobrevivência no competitivo sistema de profissões, defendendo de intrusos, uma vez que só um sistema de conhecimento governado por abstração permite redefinir e dimensionar novos problemas e tarefas.

Profissões que não conseguem tornar o seu corpo de conhecimentos suficientemente abstrato tendem a desaparecer. Para entender melhor as relações sociais que um grupo profissional estabelece com seus conhecimentos, Abbott cria o conceito de *jurisdição*. Jurisdição é uma espécie de laço entre o grupo profissional e seus conhecimentos específicos. Como há campos de conhecimentos da divisão do trabalho que estão sendo disputados por mais de um grupo profissional, o autor afirma que estará configurado aí um conflito jurisdicional. Assim como Parsons e os demais funcionalistas, Abbott também chama a atenção para a importância da educação (conhecimento) para autonomização dos grupos profissionais. Porém, assim como os demais autores da tradição funcionalista, padece de um olhar mais crítico do objeto de análise, que é tido como dado. O interacionismo tenta corrigir esse problema metodológico do funcionalismo, sem, no entanto, romper completamente com essa escola de pensamento sociológica.

A contribuição interacionista

Os chamados interacionistas, provenientes, sobretudo, da escola de Chicago, também contribuíram para a sociologia das profissões, principalmente no aspecto metodológico. Os principais autores dessa abordagem são Hughes e Freidson.

Everett Hughes faz uma aproximação interessante das profissões com as religiões,

mas que em alguns momentos parece mais poética que sociológica, sem desmerecimento da importância da poesia para a vida em sociedade. Para ele, há profissão essencial à sociedade (sagrada) e sociedade essencial à profissão (profana). Quer dizer, há profissões que desempenham funções essenciais e outras que desempenham funções secundárias na sociedade. Para estas últimas, parece até que a sociedade é mais importante para ela do que ela para a sociedade. Quem define o que é ou não “sagrado” é a própria sociedade, segundo ele. É a sociedade também que autoriza o exercício profissional pela distribuição da *licença* para atuação, que pode ser simbolizado pelo diploma, e que determina o *mandato* social dos profissionais, sua missão.

Hughes segue discutindo os problemas relacionados às profissões fazendo sempre um paralelo com as religiões, tratando de ritual, iniciação, disciplina, conversão etc. Mas a maior contribuição da abordagem interacionista é a possibilidade de análise da socialização do profissional, que não está restrita à formação profissional, como nos funcionalistas, mas acontece também na atuação profissional, no mercado de trabalho, sob três olhares: um olhar para o outro (profissional), um olhar para a estrutura (profissional) e um olhar para si mesmo (como profissional). Fica marcada a relevância da subjetividade do profissional para Hughes, psicologizando, de certa maneira, a abordagem sociológica das profissões. Dubar afirma (2005, p. 184, 186, 187) que o interesse dessa abordagem

[...] reside menos na originalidade e no rigor do “modelo” apresentado do que em sua fecundidade operacional. [...]

Hughes e os sociólogos às vezes agrupados sob o rótulo de “escola de Chicago” tiveram o grande mérito de vincular estreitamente o universo do trabalho aos mecanismos de socialização. [...] Hughes enfatiza o fato essencial de que o “mun-

do vivido do trabalho” não podia ser reduzido a uma simples transação econômica (a utilização da força de trabalho em troca de um salário): ele mobiliza a personalidade individual e a identidade social do sujeito, cristaliza suas esperanças e sua imagem de si, engaja sua definição e seus reconhecimentos sociais.

Como o funcionalismo restringe a possibilidade de análises empíricas, uma vez que o indivíduo não exerce papel relevante para aquela corrente teórica, o interacionismo, que valoriza o poder criativo dos indivíduos, apresenta melhor capacidade metodológica para a análise empírica. O interacionismo está preocupado com análises qualitativas, criando inferência a partir dos fatores para o surgimento de um fenômeno social. Por isso, para os interacionistas é preciso que se escolha uma margem de diferenças qualitativas (diferentes profissões, por exemplo), considerando a regularidade das diferenças.

Embora Eliot Freidson seja também considerado um interacionista, rótulo que ele mesmo rejeita, ainda mantém algumas características funcionalistas, como veremos. Para o interacionismo, o estudo de caso deve ser feito comparativamente entre profissões, como já dissemos. Uma vez que os funcionalistas consideravam os indivíduos sem poder criativo, suas análises das profissões corriam o risco de reprodução das próprias ideologias profissionais. Barbosa (1999, p. 186, 187) afirma que:

Se esta abordagem (o funcionalismo) teve o mérito inegável de “construir os princípios de coerência do conjunto de características das profissões, isto é, uma *teoria do funcionamento*, e mesmo da gênese, dos grupos profissionais” (Chapoulie, 1973, p. 91 – grifo da autora), ela pode ser criticada por uma proximidade excessiva ao seu objeto.

Freidson (1975) questiona justamente as ideologias profissionais ao tentar entender empiricamente a relação entre médicos e pacientes em seu livro *Profession of Medicine*, embora ele mesmo às vezes pareça não resistir a essas ideologias. Freidson promove um maior afastamento do sociólogo para com o objeto de pesquisa (profissões) do que os funcionalistas, mas ainda mantém algumas características funcionalistas.

No entanto, no que há de interessante nessa corrente teórico-metodológica, há também de problemático, porque o interacionismo não prescinde totalmente do funcionalismo, razão pela qual se poderia colocar Freidson com os funcionalistas⁶. Isso porque, para o interacionismo, o indivíduo escolhe em uma estrutura social dada, que não é questionada ou discutida. A preocupação do interacionismo é com a relação entre indivíduos em determinado espaço social, e não com o processo de formação social das organizações, das instituições e mesmo da estrutura de relações sociais.

Freidson trabalha com identidades profissionais, não no sentido de identidades coletivas, mas discutindo as diferenças intraprofissionais. Para ele, os excluídos de um grupo profissional são aqueles que não tiveram competência para entrar ou se manter no grupo. Embora ele sinalize para um processo de disputa intraprofissional, o poder ainda não aparece como um problema, mas como decorrência do conhecimento que a profissão acumula. O poder dos médicos na sociedade norte-americana, por exemplo, decorreria de sua competência e serviria para garantir a homogeneidade do grupo profissional, o que de certa maneira apresenta uma função

6 Barbosa (1999) classifica o trabalho de Freidson como “paradigma funcional fraco” porque ele mantém certa divisão do trabalho como “limitador da capacidade de agência das profissões” e porque não problematiza o poder nas competições profissionais.

social para o poder profissional: organizar e controlar a atuação profissional e garantir a felicidade e o bem geral da sociedade.

Se Abbott (1988) permitiu o questionamento das disputas interprofissionais, embora para ele a disputa ainda acontecesse em termos cognitivos, Freidson permitiu a análise de disputas intraprofissionais, principalmente quando dá ouvidos aos próprios profissionais na investigação de seus dilemas e conflitos para a construção das identidades profissionais. O método qualitativo largamente utilizado pelos interacionistas acaba privilegiando um olhar sociológico sobre a construção interna do grupo profissional, a partir de suas lutas identitárias. O problema desse tipo de investigação é que muitas vezes ele reproduz a ideologia do grupo profissional, já que o próprio grupo estará sendo entrevistado. Embora o interacionismo tenha emprestado importante contribuição para análise dos grupos profissionais, são os weberianos que impactarão a sociologia das profissões, ao focar o poder profissional, explicitando suas ideologias, suas lutas e seus projetos.

Profissões e poder

As abordagens teóricas que associam profissões a poder descendem da linha weberiana de pesquisa e análise. Para Weber (1999, p. 91), profissão era “aquela especificação, especialização e combinação dos serviços de uma pessoa que, para esta, constituem o fundamento de uma possibilidade contínua de abastecimento ou aquisição”. A definição weberiana de profissão destaca a capacitação (“especialização”), o individualismo metodológico (“uma pessoa”) e a competição (“possibilidade contínua de abastecimento ou aquisição”). A profissão seria o meio de o indivíduo capacitado se inserir no mercado para satisfazer suas necessidades materiais (“abastecimento”) ou imateriais (“aquisi-

ção”). Aquisição pode subentender posições sociais, honras, títulos, enfim, poder social.

Os autores que serão apresentados agora são representantes da tradição weberiana. Há um tema em comum entre esses autores: o poder. Podemos dizer que o poder é algo que aparece em todos eles como uma categoria unificadora, doadora de sentidos, e diferenciadora, estabelecendo os limites entre os que estão dentro e os que estão fora das disputas e honras prezadas pelos profissionais. As profissões se estabelecem como unidade integradora e excludente ao mesmo tempo, cumprindo a dupla função de fechar os grupos profissionais em si e estabelecer a competição com os outros grupos profissionais. O poder das profissões estaria exatamente na capacidade de doar sentido aos que pertencem ao grupo profissional e estabelecer a dominação de um grupo sobre outros e sobre a sociedade. Mas cada autor apresentado contribui de maneira específica para uma análise sociológica do poder profissional.

Numa perspectiva histórica da importância das abordagens teóricas de matriz weberiana para a sociologia das profissões, podemos afirmar que Terence Johnson (1989) foi um dos primeiros autores a relacionar profissões a poder, no início da década de 1970. O título sugestivo de seu livro, *Professions and power*, já aponta esta tentativa do autor em relacionar as profissões a uma lógica de competição por poder social. Rodrigues (2002, p. 50) vai além e afirma que:

Com a contribuição de Johnson pode dizer-se que se inicia uma nova fase marcada pela preocupação de alargamento do campo de observação, isto é, passar da visão internalista das profissões para o estudo em simultâneo das interações estabelecidas com o exterior, a estrutura de classes da sociedade envolvente e, sobretudo, o Estado.

Johnson insere o poder alcançado pelas profissões numa dimensão maior de luta por

poder na estrutura das classes sociais⁷. Para ele, a separação entre economia e política está no fundamento do poder alcançado pelos grupos profissionais, mascarando a expansão capitalista sob a marca do profissionalismo. Sua abordagem mistura marxismo com aspectos da sociologia weberiana, como vai acontecer também com Larson.

Magali S. Larson (1977) entende a profissionalização como uma estratégia para conquistar poder, prestígio e renda na sociedade. Essa estratégia se desenvolve simultaneamente na ordem econômica, defendendo um monopólio legal de atuação num mercado profissional, e na ordem sociossimbólica, promovendo o *status* social da profissão. Para ela, as profissões são uma forma de organização da desigualdade social nas sociedades modernas e de imposição da perspectiva dos grupos dominantes sobre os demais grupos profissionais. Barbosa (1993b, p. 8) reforça esse ponto afirmando que, segundo Larson, “com o fortalecimento das profissões inaugura-se uma nova forma de desigualdade estrutural”.

Na estrutura de estratificação social, as profissões lutam por remuneração e prestígio. As lutas profissionais às vezes são perceptíveis, outras não, mas elas existem e demarcam territórios de poder político e

econômico, de identidades e desigualdades. Como o grupo dominante consegue impor as regras do jogo social para os outros grupos, organizando e controlando o acesso ao conhecimento e às profissões, a profissionalização acaba se resumindo numa tentativa de conversão de recursos escassos (qualificação) em outra ordem de recursos (econômicos e de poder). Larson dá ênfase ao controle da produção da *expertise*, valorizando a formação.

O principal meio de ascensão da profissão, mais do que o altruísmo, se dá pela capacidade de reivindicar habilidades esotéricas e identificáveis – quer dizer, criar e controlar uma base cognitiva e técnica⁸ (Larson, 1977, p. 180 – tradução livre).

Para ela, o controle sobre a dimensão cognitiva, controle do sistema de ensino, e sobre a dimensão mercadológica, fechamento do mercado, são fundamentais para a tomada do poder profissional e para a realização de um projeto coletivo de mobilidade social. O fechamento do mercado serve para que as profissões criem “necessidades” por seus serviços e, com isso, tornem-se indispensáveis à sociedade. As profissões controlam a produção e satisfação de “necessidades” sociais. Larson dá outra grande contribuição à sociologia das profissões ao analisar a rela-

7 Ao falar em classes sociais, precisamos dizer também que a importância do marxismo para as ciências sociais durante quase todo o século XX não pode ser desconsiderada como fator que também contribuiu (mesmo que por oposição) para um olhar sociológico sobre as profissões, o que se iniciou efetivamente a partir do modelo funcionalista. Por um tempo, a sociologia das profissões discutia as classes médias antes mesmo de discutir as profissões porque as profissões eram vistas como *locus* de atuação das classes médias, que atuavam, principalmente, como profissionais liberais ou na estrutura burocrática do Estado. De uma perspectiva marxista, os grupos profissionais respondem a uma divisão econômica do poder em classes sociais, ficando as classes médias entre a burguesia e o proletariado. No passado, as teorias de classes eram as mais utilizadas para estudo de desigualdades. Com o avanço das teorias de estratificação, concomitante à perda de prestígio do marxismo no plano teórico, as teorias de classes foram perdendo espaço na análise sociológica. Sobre o tema da relação das classes médias com as profissões, ver Grusky e Sorensen (1998) e Barbosa (1998).

8 No original: “The main instrument of professional advancement, much more than the profession of altruism, is the capacity to claim esoteric and identifiable skills – that is, to create and control a cognitive and technical basis.”

ção entre burocracia e profissões, definindo a importância do Estado para o avanço dos processos de profissionalização.

Na década de 1970 havia um debate na sociologia das profissões sobre o papel do Estado no processo de profissionalização. Alguns autores entendiam que as profissões entre os anglo-saxões se desenvolveram sem a participação do Estado, voltando-se para o mercado, o que caracterizaria as profissões liberais típicas: medicina e advocacia. Já a profissionalização nas sociedades europeias continentais, França e Alemanha, por exemplo, teria sido atrelada ao Estado, o que retiraria o poder e a autonomia das profissões. Fora o etnocentrismo desse tipo de análise, que dá maior valor a um modelo de desenvolvimento que a outro, elegendo o modelo anglo-saxão como padrão de aferimento do desenvolvimento do processo de profissionalização, é preciso considerar que, ao fim e ao cabo, o Estado foi importante nos dois modelos, mesmo que ele tenha aparentemente atuado menos em um modelo que em outro.

Larson afirma a necessidade do Estado em ambos os processos de profissionalização, desfazendo a ideia de que a sociedade norte-americana teria sido berço das profissões liberais, enquanto a sociedade francesa teria dado à luz as profissões burocráticas. As profissões, para essa autora, só podem atuar no mercado e se organizar como grupo social porque, em última instância, o Estado permite isso, seja pelo reconhecimento e regulamentação de uma profissão, seja pelo oferecimento de sua estrutura, a estrutura burocrática estatal, para a realização das atividades profissionais de determinadas profissões, como é o caso das profissões jurídicas.

Prazos, cargos, funções, editais, concorrências, atestados, hierarquias, enfim, toda a estrutura burocrática do Estado e seus procedimentos típicos podem ser um espaço potencial para o desenvolvimento de uma atuação profissional específica. Nesse sentido, a autora mostra que não há contradição entre burocratização e profissionalização. Pelo contrário, provavelmente não há e nem haveria profissionalização e atuações profissionais sem a existência dessa estrutura de suporte e possibilidades que é a burocracia estatal. Burocratização e profissionalização são partes do processo de racionalização capitalista. Barbosa (2003, p. 598) afirma que Larson “mostra como a burocracia é um dos recursos sociais mais relevantes para as profissões modernas assegurarem seus nichos no mercado de trabalho e seu poder social”.

Outro importante sociólogo das profissões, o norte-americano Randall Collins (1988) parte de uma análise da relação entre educação e estratificação e discute as profissões como grupo de *status*. Educação e economia são as duas grandes áreas temáticas utilizadas por ele para tentar entender se a educação contribui para o desenvolvimento econômico de uma sociedade, particularmente a sociedade norte-americana. Para Collins, as sociedades modernas vão de um sistema de privilégios a uma meritocracia técnica. Mas ele diminui a importância da educação, do conteúdo do ensino, na estratificação econômica de uma sociedade moderna. Ele chega a afirmar que a educação é não só irrelevante para a colocação do indivíduo no mercado de trabalho, como às vezes é até contraproducente.

Collins vê a meritocracia como uma ideologia⁹ posta em marcha principalmente

9 Para melhor entender os vários aspectos sociológicos sobre a meritocracia, o que inclui a ideologia meritocrática, e sobre a “meritocracia à brasileira”, ver Barbosa (2001, p. 21-103).

pela classe média e que serve para fazer uma seleção por classes sociais para o mercado de trabalho. Ninguém mais do que a classe média assumiu o discurso meritocrático como “verdade”, principalmente porque representaria a possibilidade de mobilidade social da própria classe média. A classe média, mais do que as outras classes, frequentou as escolas e se empenhou em tornar universal e absoluta a ideologia de uma sociedade em que os mais qualificados teriam seu posto de trabalho garantido e acesso às melhores remunerações. E se empenhou tanto, principalmente, porque não dispunha de outros recursos, sociais ou políticos, para alcançar mobilidade social ascendente. E toda vez que se invoca o fator educacional (qualificação) como fator de seleção para o mercado de trabalho, está-se selecionando entre a própria classe média (Collins, 1988, p. 42). Ele afirma que os certificados são mais valorizados que os conhecimentos, propriamente ditos. Os certificados seriam as credenciais para atuação profissional numa sociedade meritocrática, que ele chama de sociedade credencialista. O sistema de distribuição de credenciais educacionais tem sido o grande catalisador do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos e de expansão das profissões, segundo o autor.

Mas para ele, só as credenciais (certificados) não bastam para encontrar um posto no mercado de trabalho, é preciso também se apropriar de uma cultura profissional adequada, que passa pela identificação entre a cultura escolar (incorporada na faculdade) e a cultura do empregador. Ele argumenta que o empregador não quer correr riscos nem colocar sua empresa em risco contratando pro-

fissionais que não tenham a cultura escolar com a qual ele se identifica. O que mais uma vez retomaria o ponto central de sua tese de que não basta ter conhecimento, nem qualquer credencial, em suma, que a educação não é tão relevante para a seleção profissional. Ou melhor,

a educação será mais importante onde a correspondência seja maior entre a cultura dos grupos de *status* que surgem das escolas e o grupo de *status* que contrata os trabalhadores; será menos importante onde exista certa disparidade entre a cultura educativa e a dos empregadores¹⁰ (Collins, 1988, p. 46 – tradução livre).

Então, ser membro de um grupo cultural (profissional) é a melhor arma para lutar por uma boa colocação no mercado de trabalho. Collins também chama a atenção para o poder das associações profissionais na monopolização do mercado de atuação profissional.

Analisando especificamente a medicina norte-americana, Paul Starr (1991) também chega a algumas possibilidades de análises das profissões que foram importantes para a sociologia das profissões como um todo. A contribuição de Starr pode ser identificada com o conceito de autoridade cultural. Tomando emprestado de Hannah Arendt a noção de autoridade para tentar entender de onde vem a autoridade cultural, o poder econômico e a influência política que os médicos têm na sociedade norte-americana, Starr indica um interessante caminho para pensar a profissionalização como processo de controle profissional.

Partindo das distinções feitas por Arendt, em seu livro *Crises da república*, entre autoridade, poder, força e violência, Starr entende

10 No original: “Así, la educación será más importante donde la correspondencia sea mayor entre la cultura de los grupos de status que surgen de las escuelas y el grupo de status que contrate a los trabajadores; será menos importante donde exista una cierta disparidad entre la cultura educativa y la de los empleadores.”

autoridade como meio mais eficaz de controle, e suas raízes estariam na legitimidade e dependência. “A primeira está apoiada na aceitação, por parte do subordinado, da ideia de que deve obedecer; a segunda, na previsão das consequências desagradáveis que poderá acarretar a sua desobediência”¹¹ (Starr, 1991, p. 23 – tradução livre). Para ele, autoridade requer submissão voluntária a alguém, ou a alguma coisa, que tenha, efetivamente, legitimidade para submetê-lo. Em outras palavras, a autoridade seria um casamento entre legitimidade (para o exercício da autoridade) e submissão (ao exercício da autoridade). Não se poderia ter autoridade sem esse binômio.

Aplicando esse conceito às profissões, ele afirma que o conhecimento seria a base principal da autoridade profissional. Afirma ainda que os mais ricos e instruídos validam a competência dos profissionais porque conseguem dialogar com o profissional, no caso o médico, e identificar se ele tem competência, conhecimento e credenciamento, ou não. Segundo ele, os ricos vão ao médico voluntária e frequentemente. Já os mais pobres vão ao médico compulsoriamente, quando sentem alguma coisa, e não conseguem dialogar com o médico, não sobrando alternativa senão submeter-se ao parecer médico. Os ricos se submeteriam aos médicos por crença, na medicina e na capacidade do médico, e os pobres, por dependência, por necessidade.

Utilizando o conceito weberiano de dominação como sinônimo de autoridade, Starr mostra que autoridade (dominação para Weber) tem uma dimensão social e que, para analisar as profissões, seria preciso pensar numa dimensão cultural. Para isso, ele cria o conceito de autoridade cultural. A essên-

cia seria a mesma do conceito weberiano de dominação, com a diferença de que a autoridade social se aplicaria somente aos atores sociais, enquanto a autoridade cultural se aplicaria também a produtos culturais, como obras de referência, conhecimentos científicos, leis etc. Os conceitos de autoridade cultural e autoridade social não seriam excluídos para Starr: com frequência o médico tem autoridade cultural (e o fato de que ele é procurado, consultado, seria uma prova dessa autoridade cultural), mas não tem autoridade social (visível, por exemplo, em sua incapacidade de impor determinado tratamento a um paciente que se recuse a fazê-lo). A autoridade cultural das profissões serviria tanto à ordem social quanto aos profissionais.

Para Starr, a autoridade profissional se baseia nos seguintes pontos: (1) que seja validada a competência do profissional pela comunidade de seus pares (no sentido de estar apto e de ser capaz); (2) que os fundamentos da competência profissional sejam racionais e científicos; (3) que haja uma orientação de condutas para valores essenciais. Este último ponto fica mais aberto na possibilidade de interpretação do argumento do autor, porque ele defende a existência de valores essenciais. Mas quais seriam esses valores essenciais? Essenciais para quem? Para não deixar de tentar entender o autor, podemos arriscar a dizer que o autor considera como “valores essenciais” uma atuação profissional que sirva à sociedade como um todo. Ele parece manter, em seu conceito de autoridade cultural, o ideal de serviço das profissões em prol do corpo social, típico dos funcionalistas. Arriscamos essa interpretação porque, no texto, Starr (1991, p. 30) define profissão enfatizando aspectos típicos de di-

11 No original: “La primera descansa en la aceptación por parte del subordinado de la pretensión de que debe obedecer; la segunda en la previsión de las consecuencias desagradables que tendrá no obedecer”.

ferentes escolas sociológicas em seu enunciado: autorregulação, capacitação universitária, conhecimento técnico-científico e orientação para o serviço e não para o ganho pecuniário.

A luta das profissões médicas, nos Estados Unidos, por autoridade cultural e mobilidade social resultou na conquista não só dos objetivos pretendidos, como também na conquista do controle de mercado, de organizações profissionais e políticas governamentais, segundo o autor. A autoridade cultural da medicina fora convertida em privilégios. Em outras palavras, houve uma conversão da autoridade cultural, conquistada pelos médicos num longo processo histórico-estrutural, em poder econômico e influência política nos Estados Unidos. A institucionalização da medicina na sociedade norte-americana trouxe ganhos sociais, econômicos e políticos para as profissões médicas e seus profissionais.

A principal mudança da medicina do século XIX para a do século XX foi a institucionalização da medicina, no sentido da institucionalização do saber médico (que passou a ser vinculado às faculdades de medicina) e das profissões médicas (que passou a ter associações de representação dos seus interesses, que conquistaram, por exemplo, o monopólio de atuação).

Outro importante autor de linha weberiana, que ajuda a discutir o poder das profissões nas sociedades modernas, embora não seja considerado um autor especificamente de sociologia das profissões, é Norbert Elias. No texto em que Elias (2006) analisa as profissões navais na Inglaterra, ele faz uma espécie

de reconstrução histórica (sociogênese), sem se preocupar muito com datas, do surgimento das profissões navais, apenas a partir de aspectos que ele considerou importantes da evolução das profissões navais inglesas. Partindo de uma briga entre dois profissionais da Marinha inglesa pelo comando, de fato, de uma esquadra, financiada pelo governo para dar a volta ao mundo, Elias mostra que, mais do que desavenças pessoais, estavam envolvidas, na briga, também, lutas entre grupos sociais distintos daquela sociedade.

A briga envolveu Francis Drake, marinho profissional, forjado na prática, e seu ex-amigo Thomas Doughty, *gentleman* da corte da rainha Elizabeth¹², e aconteceu durante a viagem, resultando no assassinato do membro da classe dominante, militar formado em boas escolas, por Drake, membro dos grupos sociais dominados; na embarcação que, de fato, comandava, Drake invertera a hierarquia social. Esse conflito não só expressa uma disputa num campo novo de atuação profissional, como teve consequências no próprio desenvolvimento das profissões navais na Inglaterra, com a famosa separação entre profissionais formados por escolas apropriadas e os forjados na lida.

O conflito entre Drake e Doughty foi expressão da desigualdade de suas origens sociais, principalmente porque *gentlemen* não realizavam trabalhos manuais e marujos não comandavam embarcações. Ao longo dos séculos, essa briga foi perdendo sentido na história das profissões navais, à medida que as diferenciações sociais foram mudando¹³ e as

12 Doughty recebeu da rainha a incumbência de comandar a esquadra numa expedição marítima, mas Drake esperava ser o comandante porque se sentia mais capacitado para isso.

13 “No curso do século XX, ‘gentleman’ tornou-se um termo genérico, vago, que se refere mais à conduta que à posição social. [...] durante os séculos XVII e XVIII, no entanto, tinha um significado social muito estrito. Tratava-se, durante o período de formação da profissão naval, da marca distintiva dos homens das classes altas e de algumas porções das classes médias, uma designação que os diferenciavam do restante do povo”. (Elias, 2006, p. 92).

escolas de formação naval passaram a incorporar, em seus currículos, os dois tipos de formações exigidas para a boa prática profissional¹⁴.

Mais do que analisar um caso concreto de surgimento de uma profissão no século XVI, Elias propõe, como lhe é peculiar, uma teoria geral para estudar a gênese de uma profissão ou outra instituição. Para Elias (2006, p. 110), “o conflito é uma das características básicas de uma instituição nascente”. Esses conflitos se dão no interior da nova profissão e entre profissões, numa tentativa de firmar posições de poder nas e das novas instituições. Se Elias vê os conflitos como condição *sine qua non* da vida em sociedade, é nas instituições, nas profissões, por exemplo, que eles se materializam. O estudo das profissões, para Elias, é a análise, sobretudo, de conflitos profissionais.

No verbete *Professions*, escrito por Elias (1964, p. 542) mais de dez anos após a publicação de seu artigo sobre profissões navais, ele já incorpora à definição de profissão, além da necessidade de formação adequada e da existência de competições profissionais, o papel das associações profissionais para mediação das lutas profissionais, estabelecendo os limites e possibilidades das próprias profissões, bem como para o condicionamento do *ethos* dos profissionais.

Por fim, Pierre Bourdieu é outro importante autor da tradição weberiana¹⁵ que pro-

duz um modelo teórico que permite a realização de análises sobre profissões, mantendo os conflitos como constituintes do campo profissional. Bourdieu (2005) entende uma profissão como um grupo social dotado de recursos sociais específicos para delimitar seu campo no espaço social. Esses recursos sociais são desenvolvidos e utilizados em duas vertentes ao mesmo tempo: institucional e individual. Nestes dois eixos pode-se pensar: (1) a força e a importância que as instituições têm no processo de criação identitária das profissões e; (2) como os indivíduos naturalizam suas “visões de mundo” profissionais. Para Bourdieu (2004), a construção do mundo está diretamente ligada à construção de uma “visão de mundo”. E a construção de “visões de mundo” próprias às profissões e aos profissionais é atributo das profissões como ator coletivo¹⁶ em luta por reconhecimento (poder) social e por monopólios de atuação profissional (Bourdieu, 2003, p. 233).

A sociologia de Bourdieu é uma sociologia de combate¹⁷, porque faz o leitor participante da manutenção ou transformação da realidade social analisada. No caso dos campos profissionais, Bourdieu vai salientar o papel do ensino superior para a conformação dos *habitus* dos grupos profissionais dominantes numa sociedade. A educação,

14 Para Elias (2006, p. 95), “o novo processo de guerra marítima criou a necessidade de haver pessoas que, em uma nova esquadra, fossem marinheiros e militares ao mesmo tempo”.

15 O próprio Bourdieu, em entrevista concedida a Maria Andrea Loyola (2002, p. 17), afirma que “quando todos os intelectuais eram marxistas, eu era mais weberiano, porque eles me irritavam e para irritá-los. E também para defender a autonomia da pesquisa contra modismos. Muitos desses marxistas precoces tornaram-se muito conservadores e me denunciavam, hoje em dia, como o último dos marxistas, o que nunca fui e nem serei”.

16 Em outro artigo, “Uma introdução à sociologia das profissões jurídicas” (*Prisma Jurídico*, Uninove, v.11, p. 1-18, 2012) discuto mais detalhadamente a importância de Bourdieu para a sociologia das profissões.

17 O termo ficou cunhado a partir do documentário sobre Bourdieu, intitulado “A sociologia é um esporte de combate”, dirigido por Pierre Charles, em 2001.

segundo Bourdieu, assume uma importância capital também na entrada para o campo profissional. A formação, além de preparar tecnicamente o futuro profissional, realiza o papel de adequação do olhar, da visão de mundo do futuro profissional às expectativas do grupo profissional.

As faculdades seriam, dessa perspectiva, um dos responsáveis pela transferência de algum capital simbólico para os novos ingressantes do campo e pela disseminação do *habitus* apropriado à inserção do novo profissional (neófito) no campo a que se destina. As trajetórias profissionais seriam fortemente condicionadas por sua formação superior, porque as instituições podem moldar comportamentos, criar tradições intelectuais, modos particulares de pensar. Para Bourdieu, nas sociedades modernas, a escola teria uma função integradora, a partir da padronização do pensamento e da linguagem, mas também uma função distintiva, a partir da diferenciação que realiza entre os alunos nos modos de classificar e entender as coisas da vida, de construir uma visão de mundo, que varia de acordo com as trajetórias pessoais (oportunidades) e com as diferentes escolas. Nas palavras do próprio Bourdieu (2005, p. 221):

A escola não cumpre apenas a função de consagrar a “distinção” – no sentido duplo do termo – das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem como “cultura” (no sentido dos etnólogos) a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção, de linguagem, de pensamento e de apreciação, que os distingue daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes.

Mesmo que o sistema escolar oferecesse oportunidades idênticas, o mesmo ensino a

todos os alunos, ainda assim o capital cultural prévio dos alunos será sempre diferente um do outro distinguindo os alunos, permitindo maior ou menor capacidade de o aluno construir seu conhecimento e sua carreira profissional.

Bourdieu se mostra bastante crítico em relação ao papel desempenhado pela educação nas sociedades, em particular na sociedade francesa, evidenciando como a educação pode acirrar desigualdades sociais e reproduzir as elites. No caso da educação superior, Bourdieu (1989) mostra, por exemplo, como os alunos da Escola Nacional de Administração (ENA) ocuparam as melhores posições do mercado, tornando-se parte da elite. O acesso escolar a essas posições sociais elitizadas se tornou tão difícil quanto era restrito o acesso à nobreza durante o Antigo Regime. Os alunos oriundos das Escolas Superiores (*Grandes Écoles*) tornaram-se verdadeira nobreza de Estado (*noblesse d'Etat*).

Ainda sobre a questão da educação, em particular sobre a expansão do sistema de ensino e suas relações com o sistema econômico, Bourdieu e Boltanski (1998) mostram como o sistema de ensino é autônomo em relação ao sistema econômico, tendo cada um uma lógica própria de operação. O diploma estaria para o sistema de ensino, assim como o cargo para o sistema econômico. Diploma e cargo seriam as “unidades monetárias” dos sistemas de ensino e econômico, respectivamente. Para eles, a relação entre o primeiro e o segundo seria conflituosa. O primeiro sistema tenderia a querer valorizar seus diplomas, enquanto o segundo tenderia a desejar comprar pelo menor preço as capacidades profissionais atestadas pelos portadores de diplomas. Os economistas “têm interesse em suprimir o diploma e seu fundamento, ou seja, a autonomia do SE [sistema de ensino]; interessa-lhes a confusão completa entre o diploma e o cargo” (Bourdieu e Boltanski,

1998, p. 136). Isso permitiria a ocupação de um cargo sem a necessidade de um diploma conferido pelo sistema de ensino. Então, essa tentativa de o sistema econômico incorporar o de ensino já demonstra o quanto este sistema ainda representa um impedimento para o avanço desenfreado daquele. A passagem por um sistema de ensino e a posse de um diploma dão certa liberdade aos portadores de diplomas e reforçam o poder social do próprio sistema de ensino, fazendo o sistema econômico, de certa maneira, refém do sistema de produção dos produtores.

Quanto maior for a autonomia da instância produtora de diplomas em relação à economia, menor será a dependência do diploma que ela assegura em relação à economia. Daí, o sonho patronal de uma escola confundida com a empresa, de uma escola “da casa” (Bourdieu e Boltanski, 1998, p. 136).

A inflação de diplomas e certificados pode gerar uma luta por maiores distinções sociais entre os portadores de diplomas inflacionados, que pode ser entendido também como luta por estabelecer maiores distâncias sociais para com determinados grupos sociais diplomados, o que pode produzir ainda inflação de profissões ou de cargos, mesmo que nominalmente. A simples mudança de nome de uma profissão ou de um cargo é uma estratégia de diferenciação e mobilidade. A inflação de diplomas e cargos está interligada, numa tentativa de reordenação do campo profissional. O sistema econômico tenta dar respostas, o mais rápido possível, às variações do mercado de trabalho provocadas pelo sistema de ensi-

no, no caso, pela inflação de diplomas. As respostas do sistema econômico podem ser produzidas nos próprios campos profissionais inflacionados de diplomas.

Toda essa preocupação de Bourdieu com a educação é para demonstrar que há uma tentativa de apropriação do sistema de ensino pelo sistema econômico, o que torna os grupos profissionais atores sociais que reproduzem os próprios interesses coletivos nas lutas que travam por apropriação das melhores posições da estrutura social. Nesse sentido, a perspectiva bourdieusiana se aproxima do conceito de projetos profissionais, cunhado por Larson (1977).

Não há como estudar os grupos profissionais sem fazer reflexões sobre as lutas por poder, que são lutas individuais e/ou coletivas por ascensão social. E essa característica analítica é típica da tradição weberiana. Mas é claro que essa tradição sociológica só foi possível chegar a esse tipo de reflexão por conta das delimitações teórico-metodológicas traçadas pelos funcionalistas e interacionistas em torno das formações, dos conhecimentos e das identidades profissionais. Hoje em dia a sociologia das profissões caminha para uma especialização a partir do tipo de ocupação analisada. Assim, já há sociologia das profissões jurídicas¹⁸, das profissões de saúde¹⁹ etc. Cada uma dessas áreas com seus arcaibouços teóricos mais utilizados e autores próprios e temas específicos. Mas muitos dos autores discutidos neste artigo continuam vivos nos novos campos especializados que se abrem na sociologia das profissões.

18 Maria da Glória Bonelli (2002) foi pioneira no uso de teorias sociológicas para análise das profissões jurídicas no Brasil.

19 O livro organizado por Maria Helena Machado (1995), pesquisadora da Fiocruz, ainda é referência no Brasil sobre o tema das profissões das áreas de saúde.

Considerações finais

Fizemos um balanço dos principais modelos teórico-metodológicos para investigação do crescimento das profissões no mundo moderno, ressaltando inicialmente a importância histórica do funcionalismo. Para esse modelo teórico, as profissões cumprem uma função social e a preocupação sociológica sobre elas ficam mais restritas à formação/capacitação dos futuros profissionais, embora alguns autores desse modelo já discutam as identidades profissionais e, conseqüentemente à discussão das identidades, a demarcação de espaços sociais destinados aos profissionais.

Já o modelo teórico chamado interacionismo simbólico permitiu uma aproximação maior com os atores sociais, no caso, os profissionais, discutindo as identidades a partir da autoidentidade do grupo profissional e reconhecendo conflitos intraprofissionais. O interacionismo simbólico reforçou a importância metodológica de ouvir os próprios profissionais na construção das análises qualitativas sobre determinada profissão.

No último modelo teórico apresentado/discutido, a ênfase maior fica nos conflitos entre grupos profissionais presentes na sociedade. Em meio a esses conflitos sociais por poder, as profissões produzem projetos coletivos (profissionais) de mobilidade social, ideologias próprias, controle da formação e fechamento do mercado de atuação. Tudo

para aumentar a coesão interna do grupo profissional, construir a imagem social da profissão e dar visibilidade social (poder) ao próprio grupo.

Tentamos na elaboração do artigo demonstrar as idas e vindas das mudanças teóricas para análises das profissões. Como todo processo social, as transformações nos modelos teóricos consistem em avanços e retrocessos no interior dos modos de olhar os fenômenos sociais. Historicamente, as análises das profissões foram feitas de modo mais ou menos crítico em contextos sociais diferentes. Mas até essa classificação (“mais” ou “menos”) só pode ser feita se respeitado o contexto de produção do texto, o processo histórico em que está envolvido o autor. A visão que deve ficar ao final deste artigo é de que os diferentes modelos teórico-metodológicos para análises das profissões (como de qualquer outro fenômeno social) não é fruto de pessoas capacitadas ou inspiradas que retiraram da cabeça ideias brilhantes ou obscuras, como se esses autores não estivessem inseridos em um contexto social específico e em relações de forças com outros autores ou escolas de pensamentos. Se o modelo analítico pautado nas lutas por poder, nos (e entre os) grupos profissionais é mais aceito hoje, isso se deve muito mais ao fato de essa abordagem ser mais próxima do nosso tempo, uma vez que as sociedades mudam os modelos teórico-metodológicos também.

Bibliografia

- ABBOTT, Andrew Delano (1988). *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago: The University of Chicago Press.
- BARBOSA, Livia (2001). *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira (1993a). *Reconstruindo as minas e planejando as gerais: os engenheiros e a construção dos grupos sociais*. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp.

- _____. (1993b). “A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto”. *BIB*, v. 36.
- _____. (1998). “Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil?” *Tempo Social*, v. 10, n. 1.
- _____. (1999). “Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política”. *RBCS*, v. 14, n. 39.
- _____. (2003). “As profissões no Brasil e sua sociologia”. *Dados*, v. 46, n. 3.
- BONELLI, Maria da Glória (1993). *As ciências sociais no sistema das profissões: mercado de trabalho e identidade profissional dos cientistas sociais*. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp.
- _____. (2002). *Profissionalismo e política no mundo do direito*. São Carlos: Ed. UFSCar.
- BONELLI, Maria da Glória; DONATONI, Silvana (1996). “Os estudos sobre profissões nas ciências sociais brasileiras”. *BIB*, n. 41, p. 109-142, 1º sem.
- BOURDIEU, Pierre (1989). *Noblesse d'Etat*. Paris: Minuit.
- _____. (2003). *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2004). *Razões práticas*. 5. ed. Campinas: Papirus.
- _____. (2005). *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc (1998). “O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução”. In: BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. 7. ed. Petrópolis: Vozes.
- CARR-SAUNDERS, Alexander M.; WILSON, Paul A. (1934). “Profession”. In: *Encyclopaedia of the Social Sciences*. vol. 12. London: Macmillan.
- COELHO, Edmundo Campos (1992). *Trajetória acadêmica e profissional de egressos da UFRJ*. Rio de Janeiro: Iuperj. (Relatório de pesquisa).
- COLLINS, Randall (1988). *La sociedad credencialista*. Madrid: Akal.
- DINIZ, Marli (1995). *Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais*. Tese de doutorado em Sociologia, Rio de Janeiro. (Orientação de Nelson do Valle Silva).
- DONNANGELO, Maria Cecília Ferro (1975). *Medicina e sociedade: o médico e seu mercado de trabalho*. São Paulo: Pioneira.
- DUBAR, Claude (2005). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes.
- DURAND, José Carlos (1972). *O arquiteto: estudo introdutório de uma ocupação*. Dissertação de mestrado em Sociologia, São Paulo, USP. (Orientação de Luiz Pereira).
- ELIAS, Norbert (1964). “Professions”. In: GOULD, Julius; KOLB, William. *A dictionary of the social sciences*. New York: Free Press.
- _____. (2006). *Escritos & ensaios 1*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FALCÃO, Joaquim (1984). *Os advogados: ensino jurídico e mercado de trabalho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.
- FARIA, Vilmar (1983). “Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, B., TAVARES, M. H. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense.

- FREIDSON, Eliot (1975). *Profession of Medicine. A study of the sociology on applied knowledge*. New York: Dodd, Mead & Company.
- GRÜN, Roberto (1994). *A revolução dos gerentes brasileiros*. São Carlos: Ed. UFSCar.
- GRUSKY, David B.; SORENSEN, Jesper B. (1998). "Can class analysis be salvaged?" *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 5.
- JOHNSON, Terence (1989). *Professions and power*. Basingstocke: MacMillan.
- KAWAMURA, Lili Katsuco (1981). *Engenheiro: trabalho e ideologia*. São Paulo: Ática.
- LARSON, Magali Sarfatti (1977). *The rise of professionalism: a sociological analysis*. Berkeley: University of California Press.
- LOYOLA, Maria Andrea (2002). *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andrea Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- MACHADO, Maria Helena (org.) (1995). *Profissões de saúde: uma abordagem sociológica*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- _____. (1996). *Os médicos e sua prática profissional: as metamorfoses de uma profissão*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- MARINHO, Marcelo Jacques Martins da Cunha (1985). *Profissionalização e credenciamento: a política das profissões*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Rio de Janeiro. (Orientação de Edmundo Campos Coelho).
- MERTON, Robert King (1970). *Sociologia – teoria e estrutura*. São Paulo: Ed. Mestre Jou.
- _____. (1984). *Social research and the practicing professions*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- NOGUEIRA, Oracy (1967). *Contribuição ao estudo das profissões de nível universitário no Estado de São Paulo*. Tese de livre-docência, Osasco, Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas.
- PASTORE, José (1979). *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Ed.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (2002). *Sociologia das profissões*. Oeiras: Celta Ed.
- SADEK, Maria Tereza (org.) (1995). *Uma introdução ao estudo da justiça*. São Paulo: Idesp; Ed. Sumaré.
- SCHWARTZMAN, Simon (1987). A força do novo – por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil. *RBCS*, v. 5, n. 2.
- SIMÕES, Solange de Deus (1989). *The position of engineers in the Brazilian class structure and their political and industrial orientation*. Tese de doutorado em Sociologia, Londres. London School of Economics. (Orientação de Ian Roxborough).
- STARR, Paul (1991). *La transformación social de la medicina en los Estados Unidos de América*. México: Fondo de Cultura Económica.
- VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manuel Palacios da Cunha e (1997). *Corpo e alma da magistratura brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan.
- WEBER, Max (1999). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 1. Brasília: EdUnB.

Artigo recebido em 10/05/2010

Aprovado em 28/06/2012

Resumo

Principais abordagens sociológicas para análises das profissões

Este artigo faz um balanço bibliográfico das principais abordagens teóricas da sociologia das profissões, destacando, em primeiro lugar, as teorias funcionalistas de Durkheim, Carr-Saunders, Parsons, Goode, Merton e Abbott, que inauguraram as análises sobre as profissões. Posteriormente, foram revisados os modelos interacionistas de Hughes e Freidson, que contribuíram metodologicamente para as análises sociológicas das profissões. Encerramos enfatizando as abordagens de tradição weberiana de Johnson, Larson, Collins, Starr, Elias e Bourdieu, que são as que hoje mais contribuem para uma discussão das lutas por poder entre os grupos profissionais. Trata-se de uma contribuição teórica aos iniciantes na sociologia das profissões e que preza pela articulação das transformações teóricas para análises das profissões com as críticas metodológicas feitas à escola funcionalista.

Palavras-chave: Sociologia das profissões; Teorias sociológicas; Funcionalismo; Interacionismo; Weberianismo.

Abstract

The main approaches to the analysis of professions

This article provides a bibliographical account of the main theoretical approaches to the sociology of professions. It starts with the functionalist theories of Durkheim, Carr-Saunders, Parsons, Goode, Merton, and Abbot, which inaugurated the analysis of professions. After that, are analyzed the interactionist models of Hughes and Freidson, which contributed methodologically to the study of professions. Finally, the approaches of weberian tradition developed by Johnson, Larson, Collins, Starr, Elias, and Bourdieu, are emphasized as those which provide today the more significant contribution to the discussion of power struggles between professional groups. On the whole, in articulating the theoretical transformations experienced by the field with the methodological criticisms undergone by the functionalist school, the article intends to be a contribution to the beginners in the study of the sociology of professions.

Keywords: Sociology of professions; Sociological theories; Functionalism; Interactionism; Weberianism.

Résumé

Principaux abordages sociologiques pour l'analyse des professions

Cet article propose un compte rendu bibliographique des principaux abordages théoriques de la sociologie des professions en mettant en avant, en premier lieu, les théories fonctionnalistes de Durkheim, Carr-Saunders, Parsons, Goode, Merton et Abbott, qui ont inauguré les analyses sur les professions. Postérieurement, les modèles interactionnistes de Hughes et Freidson, qui ont contribué méthodologiquement aux analyses sociologiques des professions, ont été révisés. Nous concluons en insistant sur les abordages de tradition webérienne de Johnson, Larson, Collins, Starr, Elias et Bourdieu, qui sont ceux qui, de nos jours, contribuent le plus pour une discussion des luttes pour le pouvoir entre les groupes professionnels. Il s'agit d'une contribution théorique adressée aux débutants dans la sociologie des professions qui respecte l'articulation des transformations théoriques pour les analyses des professions avec les critiques méthodologiques faites à l'école fonctionnaliste.

Mots-clés: Sociologie des professions ; Théories sociologiques ; Fonctionnalisme ; Interactionnisme ; Wéberianisme.

Introdução

No ano de 1971, Anthony Giddens chamou a atenção da comunidade acadêmica para o fato de que uma parte importante da obra de Émile Durkheim estava sendo praticamente ignorada, qual seja, aquela que abrange seus escritos sobre política. Segundo o autor, “a teoria de Durkheim sobre a política e o Estado é indubitavelmente a mais negligenciada de suas contribuições para a teoria social” (Giddens, 1971, p. 477). Alguns anos mais tarde, essa mesma tese foi reiterada em sua introdução à coletânea de textos políticos de Durkheim¹, quando argumentou que ele “não é ordinariamente considerado como um autor que tenha feito importantes contribuições para a sociologia política”, até porque, segundo Giddens (1986, p. 1), “ele envolveu-se apenas marginalmente em atividades políticas práticas, e durante sua vida jamais chegou a publicar nenhuma grande obra cujo principal assunto fosse concernente à análise política”.

Sem dúvida, a amplitude da influência de Giddens contribuiu em larga medida para colocar os escritos políticos de Durkheim em evidência, isso sem mencionar a pertinência e mesmo a originalidade de sua análise acerca desse aspecto, bem como a importância

de haver publicado em inglês um compêndio de textos selecionados do autor sobre esse tema, tornando-os disponíveis para um público maior. Entretanto, o diagnóstico apresentado por Giddens com tanta convicção nos induz a crer que nada, ou quase nada, foi dito acerca desse aspecto da obra durkheimiana, obscurecendo os diversos textos que, antes de Giddens, já se debruçaram sobre esse ponto.

Partindo dessa constatação, meu primeiro objetivo nesta apresentação consiste em expor de forma sucinta e panorâmica os argumentos de diversos autores que se preocuparam com os aspectos políticos dos escritos de Durkheim. Ainda em relação a isso, pretendo chamar a atenção para a diversidade dessas interpretações, que não apenas enfatizam diferentes ângulos disso que podemos chamar de “aspectos políticos da obra durkheimiana”, como também encontramos interpretações e classificações até mesmo contraditórias. Ao colocar esses autores lado a lado, será possível tecer um quadro que permita contemplar o quão numerosas e instigantes são as interpretações possíveis sobre um mesmo autor.

Não proponho julgar a pertinência dessas interpretações, mas a simples constatação dessa diversidade ora complementar,

1 Cf. “Introduction” (Giddens, 1986). Conforme observado pelo próprio autor, este texto reproduz boa parte do que já foi escrito no texto de 1971.

ora contraditória, já deve bastar para tornar evidente o quanto o estudo desse aspecto da obra deste clássico das ciências sociais ainda pode e deve ser aprofundado, o quanto este aspecto permanece como um terreno fértil, que possibilita novos *insights* sobre problemas contemporâneos, sejam práticos, sejam teóricos. É no âmbito dessa proposta de “atualização” que está circunscrito o segundo objetivo desta apresentação, qual seja, pensar o autor no contexto do debate da teoria política contemporânea, especialmente em sua vertente normativa, que tem em um de seus extremos os autores designados de “comunitaristas” ou “republicanos”, para utilizar a expressão de Habermas, e, no extremo oposto, os chamados “liberais”².

Entre os primeiros, defende-se a tese de que os valores e o próprio modo de vida de uma comunidade devem prevalecer sobre os valores de natureza abstrata e universal. Para os liberais, ao contrário, o ator central é o indivíduo, entendido como ser dotado por natureza desses direitos fundamentais de liberdade e igualdade. Defenderei aqui o argumento de que a teoria política de Émile Durkheim não pode ser situada em nenhum desses dois polos, enfatizando o modo como o autor concebeu de maneira peculiar a relação entre Estado, sociedade civil e indivíduo, sendo este um valor próprio das sociedades modernas.

As diversas interpretações sobre os aspectos políticos da teoria durkheimiana

Giddens apontou a pouca participação de Durkheim em atividades políticas práticas como uma das explicações para o descaso

em relação a esse aspecto da obra do autor. Entretanto, se é verdade que Durkheim nunca ocupou nenhum cargo na administração pública e nem mesmo filiou-se a qualquer partido político, isso não quer dizer que não tenha se envolvido diretamente com aspectos práticos da vida política de seu tempo, desde que “vida política” seja compreendida como algo mais amplo do que “vida partidária”. Afinal, foi justamente em virtude de seu envolvimento com questões de natureza prática que seus escritos políticos tiveram maior repercussão, ao menos durante sua vida: Durkheim militou em favor da República, defendendo ardorosamente uma educação moral laica; foi um dos membros fundadores da Liga pelos Direitos do Homem; teve participação no importante debate sobre “Pacifismo e Patriotismo”, em 1907; condenou publicamente a guerra e as formas mórbidas de nacionalismo no texto “A Alemanha acima de tudo”, de 1915; e, finalmente, foi sua participação como ativista pró-Dreyfus, até mesmo por pertencer à referida liga, que resultou em um de seus mais importantes e polêmicos artigos, “O individualismo e os intelectuais”, que consiste, antes de tudo, em uma exposição dos fundamentos do individualismo, base de sua convicta defesa do general Dreyfus e de sua crítica ao obscurantismo das forças políticas de direita.

A “interferência” de Durkheim em assuntos de natureza prática já parecia causar bastante desconforto entre alguns de seus contemporâneos que militavam em favor de um modelo político oposto àquele defendido por Durkheim. Aliás, o primeiro registro de um artigo que discute os aspectos políticos da obra durkheimiana data de 1896, quando a carreira de Durkheim ainda

2 Utilizo aqui a classificação proposta por Habermas (1995), no artigo “Três modelos normativos de democracia”.

começava a se consolidar. Nesse artigo, cujo título é “Sociologie et démocratie”, o autor, Charles Andler, contesta a legitimidade da sociologia para se pronunciar acerca de prognósticos políticos; em particular, contesta a defesa que fazem da democracia como modelo político mais adequado às sociedades modernas. Segundo Andler, para os sociólogos, nomeadamente Durkheim e Bouglé, “a democracia realiza-se necessariamente; e também necessariamente ela confia a direção das coisas públicas a um pensamento coletivo medíocre”. Em seguida, manifesta seu descontentamento em relação à sociologia e à defesa que esta faz da democracia, afirmando que “é a essa doutrina política que chega a sociologia contemporânea. Nós não sabemos se a sociologia é tão unânime e tão explícita em relação ao prognóstico desse desastre. Mas os enunciados sobre os quais se apoiam essas conclusões mostram-se conformes a essa mitologia especial compartilhada pelos sociólogos” (Andler, 1986, p. 245). Portanto, nesse primeiro registro, Durkheim é apresentado negativamente como um defensor da democracia.

Alguns anos mais tarde, em 1911, outro contemporâneo de Durkheim, o filósofo Dominique Parodi, considera o autor como parte importante de uma linhagem de pensamento, que começa com Comte e passa por Taine e Renan, e que teria oferecido os elementos teóricos que posteriormente serviram de fundamentação teórica para o “tradicionalismo”, o “partido da reação”, que advogava o retorno das instituições tradicionais, em especial a Igreja e a monarquia. Uma apreciação diametralmente oposta àquela de Andler, para quem, como vimos, Durkheim seria um dos grandes inimigos dos “tradicionalistas”. É curioso que em alguns momentos o autor utiliza argumentos durkheimianos para fundamentar sua crítica aos tradicionalistas, especialmente à falta de

critério e de método na legitimação dessas ideias, como podemos constatar no seguinte trecho de Parodi (1924, p. 100):

O método científico, que eles reclamam e que utilizam tão pouco – aquele método que constitui a força do senhor Durkheim e de toda sua escola – consistiria, ao contrário, em constatar com paciência e com imparcialidade todos esses fatos, quaisquer que sejam, que a história nos apresenta, todas essas forças que ela apresenta como fruto de sua obra [...] Esforçando-se para aplicar realmente o método científico à sociologia, o senhor Durkheim chega a definir a tendência das sociedades modernas, estabelecendo suas causas econômicas e individuais, históricas e geográficas, como um individualismo crescente e inevitável. [...] Através de quais pesquisas positivas os tradicionalistas conseguem estabelecer que essas induções científicas são aventureiras ou errôneas?

Mesmo cuidando de estabelecer algumas diferenças fundamentais entre Durkheim e os tradicionalistas, Parodi não deixa de considerar-lo parte dessa doutrina que faz apologia à “política do fato”, característica do espírito tradicionalista, em oposição à “política da ideia”, característica do espírito racionalista. Afinal, “o que constitui a unidade de toda essa linha de pensadores tão diferentes, é sua negação do racionalismo” (*idem, ibidem*, p. 74). Um pouco mais adiante, Parodi (p. 80) não deixa dúvidas quanto à semelhança que percebe entre Durkheim e os autores propriamente tradicionalistas:

Ora, assim como o senhor Bourget, ou o senhor Barres, nossos sociólogos reabilitaram, à sua maneira, a ideia de tradição. Sabemos que o senhor Durkheim proclama-se a si mesmo um “intelectual conservador”, e também o senhor Lévy-Bruhl, logo depois dele, e acreditamos poder aproximá-los em virtude de sua defesa, com base na lógica, de um puro “conformismo social”.

Na década de 1930, essa interpretação que aponta Durkheim como um “precursor” de movimentos conservadores é bastante racionalizada, e o sociólogo é apontado por dois

autores, Marion Mitchel (1931) e Svend Ranulf (1939), como um dos precursores dos movimentos nacionalistas radicais, leia-se, dos movimentos fascistas. Para Mitchel, as concepções de Durkheim, inclusive sua defesa dos grupos intermediários como meios de atenuar a situação de anomia, teriam aberto o caminho para o “integral nacionalismo” de Maurras. Para Ranulf, a própria crítica de Durkheim à sociedade industrial, demasiado individualista e pouco integrada, teria contribuído para a emergência do fascismo, mesmo que não intencionalmente.

Embora consideradas absurdas pela maioria dos intérpretes contemporâneos, esses argumentos não passaram sem deixar marcas e fazer herdeiros. Algumas importantes premissas que sustentam essa interpretação podem ser encontradas na análise de autores bastante conhecidos, por exemplo, Robert Nisbet (1952)³. Talvez o mais importante trabalho que permite desmontar esses argumentos de Mitchel e Ranulf, uma vez que aponta suas graves inconsistências interpretativas, é o artigo de Joseph Llobera, publicado em 1994. O texto deste autor aborda um aspecto bastante particular dos escritos políticos de Durkheim, qual seja, o de suas contribuições teóricas para o estudo do nacionalismo e de suas contribuições práticas para a consolidação da república francesa. Sua conclusão é a de que, embora não haja uma “teoria da nação” ou uma “teoria da pátria” propriamente dita, seus escritos oferecem uma teoria implícita acerca de alguns temas centrais envolvendo essa questão. Do ponto de vista mais prático, ressalta a importância de seu papel como um dos

grandes construtores da nação francesa, bem como alguns argumentos de Durkheim que seriam favoráveis à constituição de uma “pátria europeia”.

Depois desse salto cronológico, voltamos um pouco no tempo, cerca de dez anos após a primeira edição do livro de Parodi. Em 1920, um autor inglês, Harry Barnes, chamou a atenção para a contribuição de Durkheim para a teoria política, dando ênfase a alguns aspectos que viriam a ser retomados pelos intérpretes contemporâneos e que se referem às relações entre o Estado e o indivíduo e à importância dos grupos intermediários, especialmente das associações profissionais, como elementos necessários à manutenção das relações de solidariedade e da vida política democrática. Após haver examinado com certa minúcia as proposições de Durkheim em relação a isso, especialmente aquelas apresentadas em *Da divisão do trabalho social* (1893), o autor chega à conclusão de que sua proposta “é capaz de prevenir um Estado centralizado e todo-poderoso, e ainda assegura aos trabalhadores um alto grau de autoridade na regulamentação de suas próprias condições de trabalho” (Barnes, 1920, p. 252). Em suma, embora não considere que se possa falar de uma teoria política original de Durkheim, ele afirma tratar-se de uma síntese significativa dos elementos mais importantes e mais progressistas da teoria política, que poderiam contribuir para a própria renovação desta.

Ainda na linha dos autores que tematizam as contribuições de Durkheim para o domínio da teoria política, encontramos a análise de Lucio Mendieta y Nuñez, que

3 Nisbet é um dos mais conhecidos intérpretes de Durkheim no Brasil, ainda nos dias de hoje. Este autor notabilizou-se por propor que a sociologia durkheimiana seria essencialmente conservadora e teria no movimento reacionário de Bonald e de Maistre sua principal fonte de inspiração.

data de 1959 e versa especialmente sobre a concepção de democracia que pode ser apreendida na leitura de diversos textos do autor, a maioria destes geralmente considerados de importância secundária, mas que são reveladores de definições realmente originais sobre democracia e mesmo sobre o Estado. Na verdade, o autor enfatiza a relação especial entre esses dois conceitos, que são tão conexos que um não pode ser devidamente compreendido sem o outro. É exatamente isso que ele destaca no seguinte trecho em que trata do conceito durkheimiano de Estado:

Esse conceito sociológico, baseado no processo histórico das sociedades e na observação da realidade, é o mais aceitável dentre os diversos conceitos de Estado. O Estado, enquanto um órgão de reflexão social, não pode ser o instrumento de um grupo ou de uma classe; sua função é manter um equilíbrio de interesses. [...] Mas, para compreender plenamente sua concepção de Estado, é preciso compreender sua concepção de democracia (Mendieta y Nuñez, 1964, p. 257).

Quanto à definição de democracia, Mendieta y Nuñez observa tratar-se de um conceito bastante amplo, que não restringe a democracia a um método da escolha de lideranças, mas pressupõe determinado tipo de relação entre o Estado e o povo. Sua avaliação sobre os escritos políticos de Durkheim é, na verdade, bastante positiva, não apenas porque considera que tenham sido importantes no contexto social francês daquele período, mas, sobretudo, em virtude do caráter atemporal das ideias implicadas na própria definição de democracia, que serviriam como parâmetro permanente para separar as democracias dos regimes totalitários, que são os dois extremos de uma escala.

Essa interação entre o governo e o povo, essa participação popular no poder político e sua participação governamental nos sentimentos coletivos, ideais e necessidades é outra característica da democracia; talvez seja sua característica fundamen-

tal, dado que confere vida e realidade à democracia, até mesmo naqueles países monárquicos em que os líderes do Estado não são eleitos. [...] Uma última característica da democracia, apontada por Durkheim, é a constante evolução do Estado. Mas para que o Estado evolua, tornando-se mais perfeito, é indispensável que “ele não seja confundido com a massa; ele precisa ter uma função própria e gozar de autonomia”. Essa conferência escrita por Durkheim em 1915, durante a Primeira Guerra Mundial, como dissemos antes, com o propósito de reafirmar a fé na democracia, possui indubitavelmente um valor contemporâneo, e poderíamos até mesmo dizer, um valor eterno, porque suas ideias permitem estabelecer uma comparação objetiva entre Estados totalitários e democráticos (Mendieta y Nuñez, 1964, p. 259).

Pouco tempo depois, em 1960, Melvin Richter já denuncia uma tese que viria a ser defendida por Giddens anos mais tarde, qual seja, a de que a leitura dos textos políticos de Durkheim é requisito fundamental para que se tenha uma compreensão mais adequada de sua teoria e da importância de suas posições políticas para seu próprio momento histórico. Segundo este autor, Durkheim teria ido além das investigações empíricas sobre a sociedade e o Estado, o que o levou a adentrar pelo terreno normativo, advogando em favor de um modelo republicano baseado nos valores liberais de autonomia e racionalidade do indivíduo. Isso seria resultante de sua tentativa de conciliação e de superação de alguns autores que ele considerava importantes, mas apenas parcialmente corretos, porque, segundo o autor, “Durkheim possuía esse *esprit du système* que ele lamentava nos outros” e “a *déformation professionnelle* daquele que constrói sistemas é o impulso para sintetizar contradições. Esse traço levou Durkheim a traduzir crenças e ideias tais como liberalismo e democracia em conceitos sociológicos, alterando significativamente o significado original desses termos, e mantendo seus nomes mais familiares” (Richter, 1960, p. 3-31).

De modo geral, o argumento de Richter é o de que os aspectos políticos da obra durkheimiana, em especial os de caráter normativo, são o resultado de seu esforço em tentar elaborar um fundamento laico e sociológico para valores liberais e judaico-cristãos, que têm no respeito ao indivíduo sua pedra angular, o que revelaria certa “ingenuidade” no pensamento do autor, tão característica do século XIX. Durkheim teria falhado em prever as grandes guerras e as instituições políticas de natureza totalitária, revelando a fragilidade de suas proposições normativas.

Em 1969, antes de publicar sua grande obra sobre Durkheim⁴, Steven Lukes também se debruçou sobre os elementos políticos desse autor, enfatizando, assim como Richter, o caráter eminentemente liberal de seus argumentos. Para ele, “enquanto um elemento de teoria política, consiste em uma eloquente defesa do liberalismo, que abarca as questões centrais da base moral dos direitos individuais, os limites da obrigação política, a legitimidade da autoridade e as implicações positivas do liberalismo” (Lukes, 1969, p. 15). No entanto, ao contrário de Richter, Lukes não acredita na caducidade ou mesmo no caráter datado dos argumentos de Durkheim, mas afirma tratar-se de uma defesa sociológica inovadora e ainda atual de

valores que continuam a ocupar uma posição estruturante no arcabouço dos valores contemporâneos, sendo o principal destes o culto à pessoa humana, o “individualismo”.

A maneira como Durkheim aborda o individualismo (“uma instituição social assim como todas as religiões que conhecemos”) é o exemplo mais claro quanto ao modo como ele via a sociologia da moralidade, como algo que vai além da filosofia social e das éticas filosóficas do passado, ao tratar as crenças e práticas morais enquanto fatos. [...] Portanto, ele argumentou, “é possível, sem contradição, ser individualista afirmando que o indivíduo é um produto da sociedade, antes do que sua causa”. Ao seguir esse caminho, ele aspirava desfazer o nó conceitual frequentemente atribuído ao individualismo metodológico, afirmando tanto a autonomia da sociologia quanto a sacralidade do indivíduo (Lukes, 1969, p. 19).

No artigo já mencionado de Giddens, de 1971, também encontramos a tematização da defesa feita por Durkheim acerca do “individualismo moral” como um dos aspectos mais importantes dos escritos políticos do autor, defesa esta que já se faria presente em *Da divisão do trabalho social*⁵. Na verdade, Giddens afirma que esses escritos oferecem subsídios cruciais para refutar a caracterização da obra durkheimiana como essencialmente conservadora⁶, bem como para romper sua classificação em “fases” descontínuas e mesmo antagônicas, tal como

4 Refiro-me ao livro *Émile Durkheim – his life and work*, que se tornou a mais difundida e respeitada biografia sobre Durkheim até o momento.

5 “A conclusão substantiva mais importante a que Durkheim chegou em *Da divisão do trabalho social* é que a solidariedade orgânica pressupõe o individualismo *moral*: em outros termos, que ‘é errado contrastar uma sociedade baseada numa comunidade de crenças (solidariedade mecânica) com aquela que possui uma base cooperativa (solidariedade orgânica), atribuindo um caráter moral apenas à primeira e vendo na outra apenas um agrupamento econômico. A fonte mais imediata desse individualismo moral, como Durkheim deixou claro em sua discussão pública sobre o Caso Dreyfus, está nos ideais gerados pela Revolução de 1789” (Giddens, 1971, p. 480).

6 Contra as interpretações de Parsons e Nisbet, Giddens (1971, p. 494) escreve o seguinte: “Nos escritos de Durkheim, não há nostalgia de uma época anterior, não há o desejo de revitalizar a estabilidade do passado. Não é possível haver uma reversão para formações sociais dos tipos de sociedade anteriores e, aos olhos de Durkheim, isso sequer seria desejável, caso fosse possível”.

defendido por Parsons. Portanto, esses textos políticos teriam uma segunda “função”, além de constituírem uma contribuição significativa no campo da teoria política, qual seja, permitiriam uma compreensão mais adequada da obra durkheimiana como um todo, de seus principais conceitos e mesmo de seus elementos normativos.

No que tange aos elementos propriamente políticos, Giddens procura apresentá-los como resultado do posicionamento de Durkheim diante das questões políticas mais prementes de sua época. Seriam, por assim dizer, um produto de seus princípios sociológicos aplicados à resolução de dilemas teóricos e problemas práticos que estavam na agenda dos intelectuais e dos homens públicos em geral. Sem considerar esta “agenda”, não é possível, segundo Giddens, avaliar adequadamente a relevância do que foi escrito pelo autor e, neste aspecto, sua interpretação também compartilha com o que já afirmara Richter⁷.

A sociologia de Durkheim estava enraizada em uma tentativa de reinterpretar as aspirações do liberalismo político diante de uma dupla ameaça: de um lado, de um conservadorismo antirracional, e de outro, do socialismo. Ambas constituíram as principais tradições no pensamento social da França e, cada uma delas, no início do século

dezenove, representava uma resposta ao legado da Revolução Francesa. Durkheim apropriou-se de elementos de ambas em uma tentativa de transcendê-las no âmbito de um republicanismo liberal revitalizado, que seria capaz de realizar completamente as mudanças estruturais na sociedade que haviam sido prometidas pela Revolução, mas que não foram realizadas (Giddens, 1971, p. 513).

Neste trecho citado, além da notória importância de inserir Durkheim no contexto mais geral das batalhas entre as teorias políticas de sua época, Giddens também ensaia “classificar” a teoria política de Durkheim, designando-a de “republicanismo liberal revitalizado”. Não se trata apenas de mais uma das muitas tentativas de classificação dos aspectos políticos da obra do sociólogo; de certo modo, Giddens inaugura uma nova tendência, retomada posteriormente por alguns autores. Essa tendência consiste em buscar uma classificação que tenta superar as supostas contradições inerentes ao pensamento político durkheimiano, uma classificação que retira o elemento contraditório precisamente ao enfatizar sua complexidade, que é a condição mesma de sua originalidade. Ao mesmo tempo que abre caminho para esse novo tipo de interpretação, ao propor uma classificação “complexa”, utilizando um adjetivo “composto”, Giddens acaba por ofe-

7 Na verdade, assim como Lukes, Giddens também concentra-se em destacar as contribuições contemporâneas dos escritos políticos de Durkheim, recusando-lhe o caráter “datado” que lhe fora atribuído por Richter. Contudo, Giddens não destaca tanto sua importância como uma defesa original do individualismo, como o fizera Lukes, mas enquanto uma chave de leitura que permite não apenas reinterpretar a própria obra durkheimiana, como também para superar uma dicotomia fundamental da sociologia atual, qual seja, a dicotomia entre as “teorias da ordem” e as “teorias do conflito”: “Não obstante suas limitações, a sociologia política de Durkheim não perdeu, de forma alguma, sua relevância para a moderna teoria social. Sua análise da divisão do trabalho e sua concepção de autoridade moral e de liberdade individual que ele construiu, possuem uma importância crucial; mais de meio século após sua morte, esses aspectos ainda não foram explorados em um nível comparável àquele imaginado por seu criador. É provável que exista fundamento na afirmação de que Marx e Durkheim são os principais criadores das duas principais correntes de pensamento da sociologia moderna. Mas é simplesmente um erro sustentar que, enquanto Marx estava preocupado em analisar o ‘conflito’ e a ‘mudança’, Durkheim estava preocupado com as condições da ‘ordem’ e da ‘estabilidade’ na sociedade. Se a interpretação dos escritos de Durkheim que foi apresentada nesse texto tiver alguma validade, ela talvez possa ajudar a dirimir a dicotomia errônea e artificial entre a teoria do ‘conflito’ e do ‘consenso’ que tem dominado boa parte da sociologia recente” (Giddens, 1971, p. 515).

recer uma pista que permite explicar classificações tão díspares, tão radicalmente opostas que apresentamos anteriormente. Precisamente por simplificarem demais, acabaram por propor interpretações insuficientes ou mesmo equivocadas. Embora considere que essa tenha sido uma inovação de Giddens, que abriu uma nova possibilidade classificatória, não pretendo com isso afirmar que os autores subsequentes tenham aceitado essa classificação proposta por ele, ou mesmo que essa “tendência” esteja presente em todas as análises; na verdade, há até mesmo quem contrarie a tese de que exista uma “teoria política durkheimiana”, dispensando, portanto, qualquer tipo de classificação.

Esse é o caso, por exemplo, de Pierre Birnbaum (1976, p. 247), que, no artigo “La conception durkheimienne de l’Etat: l’apolitisme des fonctionnaires”, afirma, logo no início, que “não encontramos na obra de Durkheim uma teoria sistemática do Estado” e, mais que isso, “Durkheim não elaborou realmente uma sociologia do político que colocasse em relevo os laços que unem o Estado às estruturas sociais”. Isso porque, segundo o autor, Durkheim conceberia o Estado como um conjunto de funcionários capazes de decifrar as leis da razão, como em Hegel, de modo que o Estado não seria uma instituição verdadeiramente política, pois, ao ser a expressão da razão, eliminaria todas as tensões existentes no seio da vida social.

Por isso, tanto o Estado como seus funcionários seriam “apolíticos”. Durkheim teria alguns argumentos sobre a função do Estado, mas não teria uma teoria política. Embora recupere com muita propriedade diferentes textos de Durkheim sobre o Estado e mostre alguns problemas que realmente são inerentes à sua concepção sobre os funcionários, Birnbaum parece não compreender corretamente ou ignorar – talvez intencionalmente – dois conjuntos de ques-

tões. Primeiramente, ele faz parecer que os funcionários que deliberam sobre questões oriundas do meio social, conferindo-lhes um fundamento mais racional, são os mesmos que são responsáveis por implementar essas decisões de forma “apolítica”. Embora não seja muito clara qual a sua teoria sobre a divisão dos poderes, podemos identificar dois grupos distintos de atores ligados ao Estado.

Um desses grupos seria equivalente ao Poder Executivo, que, no modelo durkheimiano, seria, sim, apolítico, na medida em que seria o responsável por implementar da forma mais eficaz possível a legislação elaborada politicamente. Seriam, basicamente, funcionários com as capacidades necessárias para fazer valer as decisões. O outro grupo teria funções legislativas e, de certo modo, judiciárias. Esse seria o grupo responsável por processar as demandas sociais, elaborando representações mais claras das representações que estão presentes na sociedade de forma difusa. Porém, ao contrário do que afirma Birnbaum, não se trata de impor representações completamente novas, racionais, que ignoram as representações sociais conflitantes. Não se trata de funcionários que seriam particularmente iluminados, capazes de acessar o “espírito absoluto” e traduzir a razão na forma de leis. Não é essa concepção hegeliana de razão ou de Estado que está presente aqui. Trata-se, antes, de uma racionalidade que resulta do processo de discussão e deliberação das representações, que se tornam mais claras no debate, que procura examiná-las e encontrar argumentos para criticá-las ou defendê-las. Contudo, o modo de recrutamento desses atores é algo que não fica muito claro em seu texto.

O caso mais emblemático desse tipo de interpretação, e talvez a única em que se defende tão explicitamente a inexistência de uma “teoria política” na obra de Durkheim, é aquela apresentada por Hawkins (1981),

cujo artigo tem como principal objetivo desafiar toda a literatura que procurou ressaltar a enorme importância de se prestar a devida atenção aos textos políticos de Durkheim. Dentre seus principais alvos estão Bernard Lacroix, Jean-Claude Filloux e Anthony Giddens. Como ele pretende enfrentar esses autores e suas teses sobre a teoria política de Durkheim? O caminho escolhido por Hawkins foi o de concentrar-se especialmente sobre as classificações acerca dos tipos de Estado apresentadas por Durkheim ao longo de sua obra, com ênfase especial sobre as categorias “absolutismo” e “democracia”.

Sem dúvida, é um importante documento sobre o tema, uma vez que o autor oferece um mapeamento até bastante detalhado de praticamente todas as ocorrências em que Durkheim ocupa-se em “classificar” determinado modelo político, o que se mostra particularmente interessante no caso do absolutismo, categoria que quase não foi explorada pelos demais autores. Transitando por diferentes textos e diferentes épocas, Hawkins faz um meticuloso trabalho de comparação entre as definições apresentadas, cuidando de apontar todas as discrepâncias existentes entre as definições que figuram nos diferentes registros textuais. E essa é a principal evidência levantada pelo autor para corroborar sua tese acerca da inexistência de uma teoria política durkheimiana, formulada explicitamente nos seguintes termos:

Se o requisito mínimo para que um corpo de ideias seja considerado como uma teoria, é que possua um grau razoável de consistência entre as partes, então, a partir da análise precedente, deve ficar claro que considero que as ideias de Durkheim sobre o Estado não preenchem esse requisito. Mesmo se ignorarmos o caráter vago e ambíguo de suas afirmações a esse respeito, uma comparação entre seus textos mais relevantes revela um bom número de inconsistências e diversas mudanças de ênfase. [...]Tendo em vista essa lista de inconsistências, há pouca justificativa

para a tese de que Durkheim articulou uma teoria sistemática sobre o Estado que ocupa um lugar central em sua obra. Na verdade, seus escritos sobre o Estado consistem em uma série de discussões e definições que só podem ser amalgamadas em um todo consistente se estivermos munidos de uma boa dose de ingenuidade interpretativa (Hawkins, 1981, p. 389).

Embora afirme com todas as letras a inexistência de uma teoria política, o autor pondera, logo em seguida, que isto não implica que seus escritos careçam de relevância teórica ou que não apresentem contribuições importantes para o debate acerca de diversas questões; ele somente afirma não se tratar de uma “teoria” no sentido mais estrito do termo. É evidente que uma devida discussão sobre a tese levantada por Hawkins pressupõe que antes fosse feita uma discussão em torno da definição de “teoria”, o que foge ao escopo do presente artigo.

O importante a ser notado aqui é, mais uma vez, o quanto os escritos políticos de Durkheim permanecem como um vasto campo que ainda tem muito a ser explorado, não apenas tendo em vista suas contribuições conceituais, mas, inclusive, o próprio estatuto desses escritos, seja em relação à sua própria obra, seja em relação ao conjunto das “teorias” políticas existentes. Em vez de se tomar as “críticas” de Hawkins como um sinal que aponta para um progressivo fechamento no leque das análises possíveis, em virtude da redução no estatuto atribuído aos escritos políticos de Durkheim, é provável que os ganhos teóricos sejam maiores se essa interpretação for levada a sério, nas interrogações que apresenta aos textos analisados e, ainda, se for tomada como mais um dos numerosos exemplos que evidenciam a diversidade das interpretações possíveis. Tomada dessa forma, aponta não para um fechamento, mas para uma abertura ainda maior desse leque.

É isso o que procurou fazer Bernard Lacroix, em livro que foi objeto dos ataques de Hawkins, e publicado no mesmo ano, em 1981. Embora não apresente propriamente uma “classificação” da teoria durkheimiana sobre política, Lacroix tem grande importância nesse debate, porque se trata de um autor que atua justamente na área da ciência política e reivindica que Durkheim e outros autores da escola durkheimiana sejam considerados clássicos também nessa área. Isso porque, em sua perspectiva, a ciência política é uma disciplina que tem o “poder” como seu principal objeto, e Durkheim teria apresentado importante contribuições para o estudo de tal fenômeno, fazendo com que o fenômeno do poder não fosse uma prerrogativa única do Estado, mas algo que permeia todas as instituições sociais. Em outros termos, esse autor opera com a concepção de que se não é possível identificar pontualmente uma teoria política na obra durkheimiana, ao menos se percebe uma importante “teoria sobre a política”, conquanto que política seja entendida aqui como relações de poder.

Seguindo uma ordem cronológica, chegamos a um autor cuja interpretação reflete aquela tendência classificatória inaugurada por Giddens a que me referi anteriormente, que chamei de “classificação complexa”, designada por um adjetivo composto, recusando-lhe uma “etiqueta” simplista, que apontaria mais para as contradições do que para a originalidade de seu esforço em superar as dicotomias identificadas pelo próprio Durkheim em relação às teorias de sua época. A tese advogada por Mark Cladis está expressa no próprio título de seu livro, *A communitarian defense of Liberalism – Émile Durkheim and contemporary Social Theory*.

Esse autor propõe que Durkheim seja considerado como um “liberal-comunitarista” e defende que uma releitura contemporânea de seus argumentos políticos pode

contribuir para promover um equilíbrio na posição defendida pelos autores que se situam nos lados extremos do debate da teoria política normativa. Afinal, considera que a própria trajetória do autor representaria uma tentativa de superação de antagonismos através da adoção da perspectiva sociológica, com resultados bastante positivos.

Durante sua carreira, Durkheim buscou proteger o liberalismo contra o egoísmo, e o comunitarismo contra o fatalismo, a absorção do indivíduo pela massa social. O resultado disso foi uma teoria social que articulou e promoveu a dignidade e os direitos do indivíduo no contexto de um idioma moral das tradições sociais e do compromisso com o bem comum. Sua teoria permanece como uma poderosa peça de crítica social. Ressaltando os traços da vida coletiva, ele oferece um comentário incisivo e uma apreciação acerca das diversas formas de liberalismo e de comunitarismo, apresentando caminhos para manter o comprometimento com os aspectos mais nobres desses dois ideais sociais (Cladis, 1992, p. 1).

Conforme observado pelo próprio autor, essa abordagem é diferente tanto para os leitores de Durkheim, acostumados a vê-lo como teórico da solidariedade de grupo, como para os leitores de Rawls e MacIntyre, Dworkin e Sandel, e todos aqueles que consideram que o vocabulário dos liberais, com termos como direitos humanos, é incompatível com o vocabulário comunitarista, que envolve palavras como virtude, tradição e comunidade. A despeito das possíveis críticas que possam ser dirigidas contra seus argumentos, especialmente a sua caracterização dos “liberais” e dos “comunitaristas”, esse livro de Cladis levanta questões de fundamental importância para o debate, questões que transcendem a mera “letra” dos escritos durkheimianos, apreendendo muito de seu “espírito”, o que é possível uma vez que considera tanto as circunstâncias históricas que levaram Durkheim a determinado diagnóstico de sua época, como às questões

teóricas fundamentais de sua obra como um todo, procurando traduzi-las em uma linguagem mais contemporânea⁸.

Um dos mais recentes trabalhos que enquadra a obra de Durkheim a partir de suas considerações acerca da política é o livro de Raymond Boudon, *Renouveler la démocratie – éloge du sens comum*. Não se trata de um livro sobre Durkheim, mas da defesa de determinada concepção de democracia baseada numa “teoria da evolução moral”, que busca respaldo nos argumentos dos sociólogos clássicos. Na verdade, trata-se não apenas de uma defesa da democracia, mas de uma crítica ao relativismo contemporâneo que, segundo o autor, “inspira uma concepção cínica da vida pública”, precisamente porque essa teoria “considera o interesse geral como uma ilusão que dissimularia uma realidade que pretendem mais profunda: aquela dos conflitos entre os grupos sociais. Ela quer que a vida social seja feita apenas de enfrentamentos, cuja origem reside na incompatibilidade das ‘identidades culturais’ ou na confrontação dos interesses de classe” (Boudon, 2006, p. 9).

Diante das consequências políticas do relativismo, especialmente das críticas dirigidas à democracia, Boudon considera uma tarefa urgente elaborar respostas bem funda-

mentadas a essas críticas, para que seja possível encontrar argumentos que restituam a credibilidade da democracia e, sobretudo, dos valores que sustentam, especialmente do individualismo, entendido genericamente como crença na dignidade humana. O melhor caminho que ele encontra para essa “renovação da democracia” passa justamente por uma atualização dos clássicos da sociologia, mais especificamente Tocqueville, Weber e Durkheim, procurando “reencontrar as bases sólidas sobre as quais eles propuseram a construção das ciências humanas” (Boudon, 2006, p. 15)⁹.

Vejam agora como Durkheim entra nessa partida, isto é, qual a posição estratégica que ele atribui a esse autor dentro desse “time”; de que modo ele pode ajudar a ganhar o jogo contra o relativismo. Conforme será possível constatar, a “escalação” de Durkheim depende de uma interpretação original que ele faz do autor, mais especificamente em relação ao seu conceito de individualismo que, como vimos, é um dos mais discutidos pelos autores que trataram de suas concepções políticas. Em vez de apontar para os textos em que Durkheim apresenta o individualismo como valor estruturante da sociedade moderna, Boudon parte de um trecho de *Da divisão do trabalho*

8 Essa “atualização” dos escritos políticos de Durkheim é o que também pretendo fazer, ao propor pensá-lo no contexto das teorias normativas contemporâneas, defendendo que sua concepção acerca da relação entre Estado, indivíduo e sociedade civil representam uma tentativa de superação das posições dicotômicas, afirmando-se como uma via intermediária.

9 No seguinte trecho, Boudon deixa entrever por quais razões considera que as teorias desses três autores são tão importantes no combate ao relativismo e, ao mesmo tempo, por que as considera como as perspectivas mais adequadas para uma defesa sociológica dos ideais democráticos: “Para eles, a história do Ocidente testemunha incontestavelmente um processo de seleção racional das ideias. Mas eles recusam o historicismo de Kant ou de Condorcet, bem como aquele de Hegel e de Marx que, sobre esse ponto particular, revelaram-se fiéis discípulos dos filósofos das Luzes. Eles recusam o historicismo, porque as ideias selecionadas podem sempre defrontar-se com conjunturas desfavoráveis, nada indica que elas devam necessariamente inscrever-se no real de modo indelével. Essa recusa do historicismo tem como contrapartida positiva a afirmação da responsabilidade do cidadão, do homem político ou do intelectual. Infelizmente, o espírito de responsabilidade casa-se muito mal com o relativismo” (Boudon, 2006, p. 16).

social, no qual ele afirma que “o individualismo, o pensamento livre, não datam de nossos dias, nem de 1780, nem da reforma, nem da escolástica, nem do politeísmo greco-romano ou das teocracias orientais. Trata-se de um fenômeno que não começa em parte alguma, mas que se desenvolve sem parar ao longo da história”¹⁰. Enfim, é com base nessa afirmação de Durkheim de que “o individualismo não começa em parte alguma” que ele avança em uma interpretação da teoria durkheimiana sobre o individualismo, afastando-se das interpretações mais recorrentes, tornando-a muito mais adequada a seus próprios propósitos. É precisamente a partir desse “viés”, da ênfase sobre esse trecho, que Boudon desenvolve um raciocínio que lhe permite encontrar em Durkheim um argumento antirrelativista e sociologicamente pró-democrático.

No trecho a seguir, podemos apreender a síntese da leitura de Boudon, da forma como ele apropria-se de um dos argumentos de Durkheim para sustentar sua própria concepção sobre a democracia.

O sentido desta fórmula me parece luminoso. Ela indica que, segundo Durkheim, cada um possui, em princípio, uma percepção igual quanto à sua dignidade e quanto a seus interesses vitais e que, em todas as sociedades, desde as mais arcaicas até as mais modernas, as instituições são percebidas pelos indivíduos como mais ou menos legítimas, conforme elas ofereçam ou não a impressão de que elas respeitam sua dignidade e preservam seus interesses vitais. [...] Segundo Durkheim, o indivíduo sempre possui o direito de julgar a legitimidade das instituições. [...] Durkheim propõe aqui uma conjectura de inspiração kantiana: a conjectura segundo a qual os sentimentos do indivíduo sobre as instituições em um sentido mais amplo seriam ditadas pelo valor que elas parecem ter para um indivíduo qualquer. [...]. Tal como ele indica em *Da Divisão do Trabalho Social*, Durkheim

percebeu claramente o interesse decisivo que apresenta a concepção kantiana da racionalidade para a teoria sociológica dos sentimentos morais e da evolução moral (Boudon, 2006, p. 165-166).

Como podemos constatar, estamos diante de outra maneira de inserir a teoria durkheimiana no contexto mais geral do debate das ideias políticas: não se trata de uma crítica, por exemplo, no caso de autores como Andler, Parodi e Birnbaum, nem de uma exposição detalhada de suas ideias, como no caso de Mendieta y Nuñez, Lukes ou Giddens, e nem mesmo em uma tentativa de utilizar seu pensamento para discutir modelos normativos contemporâneos ou classificá-lo em meio a esses modelos. Trata-se de uma interpretação – original – de sua tese do individualismo que é apropriada com a intenção de encontrar fundamentos para criticar o relativismo e justificar a validade da democracia como melhor modelo político.

Enfim, depois de fazer uma breve incursão por essa miríade de autores com interpretações tão diversas e, em alguns casos, até mesmo contraditórias, espero ter dado corpo ao argumento aventado inicialmente, de que a tese de Giddens quanto à inexistência de análises sobre os aspectos políticos de Durkheim é, no mínimo, insuficiente. Certamente, não pretendo sustentar a tese oposta, afirmando que essas interpretações já são suficientes, exaustivas. Muito ao contrário, a multiplicidade dos pontos de vista, das conclusões extraídas apontam precisamente para a *necessidade* de refinar cada vez mais essas análises, bem como indicam as numerosas possibilidades teóricas que podem resultar da leitura do autor a partir deste prisma – o prisma das discussões políticas –, encontrando novas interpretações para o autor ou

10 Cf. Durkheim: *De la division du travail social*, p. 146.

mesmo elementos que permitam pensar o próprio debate contemporâneo.

Para tornar mais claro o argumento apresentado até aqui, apresento abaixo um quadro comparativo que sintetiza o modo como os diversos autores se posicionam em relação à existência ou não de uma teoria política na obra durkheimiana. Com isso, podemos perceber o quão diversos são os diagnósticos e mesmo as interpretações que dizem respeito àquilo que caracterizaria essa dimensão política.

Durkheim sob a perspectiva das teorias sociais contemporâneas

O debate da teoria política contemporânea, especialmente em sua vertente normativa, tem em um de seus extremos os autores partidários do “comunitarismo”, e, no extremo oposto, aqueles que defendem a manutenção do liberalismo político como a melhor forma de estruturar a relação do

Estado com os indivíduos. Embora existam divergências profundas entre os autores situados no primeiro grupo, é possível destacar, como ponto comum, a defesa da tese de que os valores e o próprio modo de vida de uma comunidade – seja ela uma comunidade étnica, religiosa, profissional etc. – devem ser garantidos pelo Estado e devem prevalecer sobre os valores de natureza abstrata e universal. Em outros termos, trata-se de promover a “pessoa” enquanto entidade concreta, vinculada a um grupo específico, em detrimento do “indivíduo”, que não seria mais do que uma construção filosófica vazia. Para os liberais, ao contrário, o ator central é o indivíduo, entendido como ser dotado por natureza desses direitos fundamentais de liberdade e igualdade, de modo que a função essencial do Estado seria a de garantir a universalidade e a efetividade desses direitos.

Como consequência dessas divergências fundamentais implicadas na concepção quanto à função do Estado e sobre qual é

Quadro Comparativo de Autores sobre obra de Durkheim

Autor	Data	Apreciação	Aspecto considerado/Classificação
Andler	1896	Negativa	Modelo político/Democrata
Parodi	1909	Negativa	Contribuiu para a “política do fato”/Tradicionalista
Barnes	1920	Positiva	Equação Estado/Associações profissionais
Mitchel	1931	Negativa	Precursor do nacionalismo integralista
Ranulf	1939	Negativa	Proto fascista
Hayes	1941	Negativa	Nacionalista totalitário
Mendieta	1959	Positiva	Conceito complexo de democracia
Richter	1960	Positiva/Negativa	Aspectos normativos/Liberal/Pluralista
Lukes	1969	Positiva	Fundamentação sociológica para o individualismo
Giddens	1971/1986	Positiva	Individualismo moral/Republicanismo liberal
Birnbaum	1976	Negativa	Composição do Estado/Apolitismo
Hawkins	1981	Negativa	Não há “teoria política” ou “teoria do Estado”
Lacroix	1981	Positiva	Poder/Concepção ampliada de política
Cladis	1992	Positiva	Defesa comunitarista do liberalismo
Llobera	1994	Positiva	Contribuições teóricas para estudo do nacionalismo
Boudon	2006	Positiva	Democracia senso comum/Antirrelativismo

o “bem” que deve ser perseguido na esfera política, surgem pontos de vista bastante diversos a respeito do modelo eleitoral a ser adotado, do direcionamento das políticas públicas, da força e da amplitude do Estado, da participação da sociedade civil, dos tipos de segmentação que estruturam uma sociedade e, especialmente, quem deve ser responsável pelas decisões políticas. Também é fato que há tentativas de traçar caminhos “alternativos” ou “intermediários”, cujo exemplo paradigmático é a teoria de Jürgen Habermas, que procura conciliar a possibilidade da expressão das demandas culturais elaboradas nos processos de deliberação com as garantias democrático-liberais implicadas em um Estado de Direito.

Enfim, trata-se de um debate que, a despeito de suas raízes mais antigas, delineou-se com maior precisão nas últimas duas ou três décadas, e que vem mobilizando autores em torno dessas questões, com a finalidade de refletir sobre qual a melhor equação para estabelecer a relação entre Estado, sociedade civil, com seus inúmeros segmentos, e indivíduo. Tendo essas questões sob foco, meu objetivo consiste em trazer para discussão alguns elementos da teoria política de Émile Durkheim e defender o argumento de que, já em fins do século XIX e início do século XX, esse autor levantou questões que hoje se tornaram centrais, bem como procurou delinear uma solução alternativa para a dualida-

de supostamente irreduzível das teses universalidade/indivíduo *versus* cultura/sociedade.

A proposição de uma concepção sociológica de Estado

De forma geral, toda a concepção propriamente política presente na obra de Durkheim está estruturada sobre sua definição de Estado, desenvolvida no âmbito de sua teoria geral da sociedade como organização dotada de uma “consciência moral coletiva”. Portanto, é somente quando nos detemos sobre essa definição de Estado, e compreendemos sua posição em relação à organização política como um todo, que se torna possível apreender o significado real de qualquer uma de suas afirmações atinentes à dimensão política.

A teoria de Durkheim sobre o Estado encontra sua formulação mais explícita e sistemática nas aulas preparadas pelo autor para o curso Física dos Costumes e do Direito¹¹, em que tal definição aparece em conexão direta com sua concepção de sociedade. De maneira geral, a sociedade é definida como uma organização dotada de uma consciência coletiva que paira acima dos indivíduos e se impõe a eles, promovendo certa unidade moral. Entre as sociedades consideradas “políticas” pelo autor, isto é, que possuem determinada extensão territorial e em que existe uma oposição entre governantes e go-

11 O curso *Physique des Moeurs et du Droit* foi concebido por Durkheim quando ainda era docente na Universidade de Bordeaux e foi ministrado entre 1890 e 1900 e retomado na Sorbonne em 1904 e 1912. Essas lições consistiam na exposição dos estudos empíricos do autor sobre a realidade moral, em três esferas distintas: a moral doméstica, a moral profissional e a moral cívica. Atualmente, os escritos sobre a moral cívica são considerados a mais importante fonte sobre a teoria política de Durkheim. As dezoito lições sobre a moral profissional e a moral cívica foram publicadas em forma de livro no ano de 1950, com o título de *Leçons de sociologie*, na faculdade de Direito de Istambul, organizadas pelo professor Hüseyin Kubali. Essas lições lhe foram confiadas por Marcel Mauss, que tinha a intenção de publicá-las na *Revue de Métaphysique et Morale*, mas que não pôde fazê-lo por motivos de saúde. Para mais detalhes sobre o processo envolvido na pesquisa e na publicação dos manuscritos, ver o prefácio ao livro *Lições de sociologia*, redigido pelo professor Kubali (Durkheim, 2002).

vernados, o Estado aparece como um órgão de vital importância, justamente por ser o responsável por elaborar de maneira mais consciente as representações que estão presentes na sociedade de maneira difusa.

Portanto, na teoria durkheimiana, o Estado é parte da sociedade, mas não se confunde com ela, isto é, possui uma existência própria. Ele faz parte da sociedade na medida em que a sua feição própria depende das condições gerais da organização social em geral e também porque a matéria sobre a qual reflete provém da sociedade, uma vez que as representações sociais o envolvem de todos os lados, penetram nele de forma contínua. Por outro lado, ele não se confunde com a sociedade em geral porque é um tipo de vida coletiva com características muito particulares, afinal, “quando o Estado pensa e decide, não se deve dizer que é a sociedade que pensa e decide por ele, mas que ele pensa e decide pela sociedade. Ele não é um simples instrumento de canalizações e concentrações” (Durkheim, 2002, p. 69-70).

O que diferencia o Estado em relação ao conjunto da sociedade é precisamente o fato de que as representações elaboradas em seu seio pelos agentes que dele fazem parte são dotadas de alto grau de reflexividade e de precisão, enquanto as representações sociais são sempre inconscientes e difusas. Essa característica se deve ao fato de que todas as representações elaboradas no âmbito do Estado – leis a serem seguidas pela sociedade em geral – resultam de um processo de deliberação, porque, antes que qualquer lei seja estabelecida, é preciso que seja apresentada alguma justificativa para sua importância e que seja travada uma discussão sobre os seus efeitos. Em geral, essas representações possuem estreita conexão com as representações sociais gerais, mas também é possível que o Estado interfira nessas representações, por meio de políticas educacionais, culturais, econômicas

etc., de modo a adequar as representações à forma da organização social vigente, porque, segundo Durkheim, não é raro constatar casos em que as representações coletivas difusas estão em desacordo com a nova organização social constituída. Enfim, dadas essas características, o autor chegou à seguinte definição:

Eis o que define o Estado. É um grupo de funcionários *sui generis*, no seio do qual se elaboram representações e volições que envolvem a coletividade, embora não sejam obra da coletividade. [...] O Estado é um órgão especial encarregado de elaborar certas representações que valem para a coletividade. Essas representações distinguem-se das outras representações coletivas por seu maior grau de consciência e reflexão (Durkheim, 2002, p. 71).

Portanto, o autor define o Estado como a instância responsável por “dirigir” a sociedade e fazer com que esta tenha maior consciência de si mesma, uma vez que sua atribuição central é a de pensar, de refletir, não tanto para elaborar um sistema de doutrinas, como no caso da ciência e da filosofia, mas para conduzir a ação, a conduta coletiva. Mas, afinal, qual a finalidade desse pensamento, ou, nos termos de Durkheim (p. 72), “que fim persegue normalmente e, por conseguinte, que deve perseguir o Estado nas condições sociais em que nos encontramos atualmente?”. É precisamente na tentativa de responder a essa questão acerca da “função” do Estado nas sociedades modernas que podemos encontrar os elementos mais precisos de sua teoria política, a partir dos quais se pode definir uma equação original para a relação entre Estado, sociedade e indivíduo.

A finalidade do Estado nas sociedades modernas e sua relação com os indivíduos e os grupos secundários

O enfrentamento da questão relativa à finalidade do Estado deveria passar, segundo

Durkheim, por uma análise crítica das principais doutrinas que pensaram acerca desse mesmo problema. A primeira delas é designada “individualista” e abrange todos os autores que consideram o indivíduo como o único elemento real da sociedade e que defendem que este seja portador de uma série de direitos que lhe são dados por natureza. Para esses autores, o Estado desempenharia apenas o papel de guardião desses direitos, garantindo sua validade. Esse seria o caso dos utilitaristas (Bentham, Mill e Spencer), de Rousseau e de Kant, aproximados exatamente enquanto teóricos do direito natural¹². Em relação a essa perspectiva, o autor afirma que padeceria de um sério problema, qual seja, sua incapacidade para explicar o fato de que o Estado vinha, progressivamente, aumentando o leque de suas funções, o que colocaria uma sombra sobre a certeza de que este teria somente uma função negativa, de impedir a violação dos direitos do indivíduo.

Do outro lado, o autor aponta a teoria a que chama de “mística”, cujo principal representante seria Hegel. O traço característico desta vertente seria a tese predominante de que o Estado teria como função perseguir fins superiores aos indivíduos, chegando mesmo a exigir sacrifícios em nome da realização desses fins. Durkheim também formula uma objeção factual para essa teoria: a progressiva valorização da pessoa nas diversas sociedades e a correlação existente entre a força do Estado e a maior liberdade individual.

Desse modo, uma resposta satisfatória para a questão acerca da função do Estado

nas sociedades modernas deveria solucionar essa aparente contradição entre o incremento constante de suas funções, o que contraria a tese individualista dos partidários do direito natural, e a progressiva valorização do indivíduo, o que põe em xeque as teorias “místicas” do Estado. Para superar essa antinomia, Durkheim lança mão do postulado fundamental de sua teoria sociológica, segundo o qual tudo o que o homem é lhe foi concedido pela sociedade e tudo o que a sociedade é resulta de um longo processo de interação e de construção moral, relativo às necessidades impostas pelas diversas formas de organização que se sucederam no decorrer da história. No caso do problema em questão, a solução passa precisamente pela recusa da ideia do indivíduo como algo natural.

O único meio de eliminar a dificuldade é negar o postulado segundo o qual os direitos do indivíduo são dados com o indivíduo, é admitir que a instituição desses direitos é obra do próprio Estado. Então, tudo se explica. Compreende-se que as funções do Estado se ampliam sem que por isso resulte uma diminuição do indivíduo, ou que o indivíduo se desenvolve sem que por isso o Estado recue, uma vez que o indivíduo seria, em certos aspectos, o próprio produto do Estado, pois a atividade do Estado seria essencialmente libertadora do indivíduo. Ora, o que se depreende dos fatos é que a história autoriza efetivamente a admitir essa relação de causa e efeito entre o avanço do individualismo moral e o avanço do Estado (Durkheim, 2002, p. 80).

Contudo, mesmo estabelecida essa correlação entre aumento das funções do Estado e ampliação dos direitos individuais, cumpre

12 É interessante notar que em seus outros escritos, especialmente sobre a moral, Durkheim costuma salientar a oposição entre os utilitaristas e Kant, enquanto aqui eles são aproximados por compartilharem certa concepção sobre o indivíduo e de sua relação com o Estado. Especialmente no caso de Kant, essa classificação apresentada por Durkheim é passível de questionamento, uma vez que ainda hoje os intérpretes de Kant dividem-se entre considerá-lo um “liberal” ou um “republicano”, o que ocorre justamente porque há textos de Kant que dão margem a essas diferentes classificações.

ainda indagar sobre os motivos que teriam levado Durkheim a sustentar a promoção da pessoa como a finalidade última dos Estados modernos. A defesa de uma finalidade tão genérica e abstrata não estaria em contradição com a sua tese de que o Estado deveria estar em sintonia com as representações coletivas de sua própria sociedade e que estas variam enormemente de uma sociedade para outra? Como seria possível fundamentar sociologicamente o indivíduo como valor maior de um grande conjunto de sociedades, consideradas “modernas”? A resposta a essas perguntas pode ser encontrada com suficiente clareza em um artigo redigido pelo autor no ano de 1898, com a intenção de tomar partido no inflamado debate sobre o Caso Dreyfus.

Nesse artigo, o autor discorre longamente sobre o fato de que o individualismo já havia se tornado a moral predominante na França daquele período¹³ e, por isso mesmo,

por ser uma realidade moral, que o indivíduo¹⁴ poderia ser a finalidade do Estado, afinal, esse passara a ser o maior valor compartilhado pela sociedade¹⁵.

Na verdade, seu argumento não é o de que o indivíduo “poderia” ser a finalidade do Estado moderno; ele “deveria” ser essa finalidade, afinal, foi erigido ao estatuto de objeto sagrado em torno do qual a sociedade estava organizada¹⁶. Dessa forma, contribuir para o maior desenvolvimento da pessoa seria condição necessária para a manutenção da sociedade francesa e de todas as demais sociedades que comungavam dos ideais liberais, afinal, “o individualismo [...] é, a partir de agora, o único sistema de crenças que pode garantir a unidade moral do país” (Durkheim, 1970, p. 243).

Assim, temos uma primeira formulação da relação entre Estado, sociedade e indivíduo na teoria, que pode ser resumida da se-

13 Sobre os ideais que foram se constituindo na França durante o século XIX e que estiveram na base do modelo republicano adotado naquele país, ver especialmente Mayeur (1975) e Nicolet (1982).

14 É preciso deixar claro que o indivíduo a que Durkheim se refere não é o ser egoísta motivado pelo autointeresse, tal como concebido pelos economistas clássicos e utilitaristas, mas como a criação social que deve encarnar os atributos daquilo que é considerado verdadeiramente humano, como aquilo que representa o homem em geral, a própria humanidade como obra coletiva. No seguinte trecho, o autor deixa isso bastante claro, ao mesmo tempo que busca uma explicação para essa sacralidade atribuída ao indivíduo: “Sem dúvida que, se a dignidade do indivíduo advém das suas características individuais e das particularidades que o distinguem do próximo, poderíamos temer que ela o fechasse em uma espécie de egoísmo moral que impossibilitaria toda e qualquer solidariedade. Mas ele a recebe na realidade de uma origem mais elevada e que é comum a todos os homens. Se ele tem direito a esse respeito religioso é porque existe nele qualquer coisa da humanidade. É a humanidade que é respeitável e sagrada; ora, ela não está totalmente inserida nele. Está espalhada em todos os seus semelhantes; ele não pode, por conseguinte, tomá-la como objetivo do seu comportamento sem ser obrigado a sair de si próprio e estender-se nos outros. O culto de que ele é ao mesmo tempo o objeto e o agente não se dirige ao ser particular que ele é e que traz o seu nome, mas à pessoa humana, esteja onde estiver e seja qual for a forma que ela encarna. Impessoal e anônimo, semelhante fim paira portanto muito acima de todas as consciências individuais e pode assim servir-lhe de elo de ligação” (Durkheim, 1970, p. 240).

15 Segundo a constatação do autor, o que ocorreu é que a moral defendida pelos liberais do século XVIII havia se convertido, em fins do século XIX, na moral de fato: “O liberalismo do século XVIII [...] não é unicamente uma teoria de gabinete ou uma construção filosófica; ele passou aos fatos, penetrou nas nossas instituições e nos nossos costumes, estão associados a toda a nossa vida e, se realmente nos fosse preciso desfazer-mos dele, é toda nossa organização moral que deveríamos desfazer ao mesmo tempo” (Durkheim, 1970, p. 239).

16 Cf. Bayet (1926), Baubérot (1990), Durkheim (1975a, 1975b, 1992 e 2001).

guinte maneira: o Estado é definido como a instância reflexiva de uma sociedade política e tem como finalidade realizar os ideais presentes em uma sociedade, na medida em que torna mais precisas as representações que na sociedade encontram-se de maneira difusa. Ao longo da história, o indivíduo, isso é, a pessoa, foi adquirindo importância cada vez maior frente aos demais ideais coletivos, tendo como ponto de inflexão a filosofia liberal do século XVIII, que erigiu o indivíduo à posição de uma deidade. No século XIX, esses ideais se tornaram a moral vigente e passaram a estruturar a própria organização social, de modo que a finalidade última do Estado moderno deveria ser a progressiva efetivação dos direitos do indivíduo. Contudo, se foi a sociedade mesma que tornou o indivíduo algo sagrado, permanece em aberto qual a verdadeira importância do Estado, isso é, ao que parece, bastaria que a sociedade o concebesse dessa maneira para que cada ser humano fosse respeitado como indivíduo.

Porém, segundo Durkheim, da mesma maneira que a sociedade confere outro significado à existência humana, fazendo com que transcenda o estágio da simples animalidade, mesmo que lhe confira o sentimento de fazer parte de algo maior, isso é, como um indivíduo que contém em si uma parte dos bens acumulados pela humanidade ao longo dos tempos, ela também, por ser uma potência moral superior, acaba por coagi-lo, impedindo que exerça sua liberdade. Trata-se de uma coação natural, que, em geral, o indivíduo sequer percebe, uma vez que não se trata de uma coação despótica. Portanto, para que o indivíduo possa realmente existir, é preciso que a sociedade lhe ofereça certa margem de ação, isso é, que não se imponha a ele com tanta força.

De acordo com a tese do autor bastante difundida em *Da Divisão do Trabalho Social*, quanto menor a sociedade, maior a coerção

exercida sobre seus membros (Durkheim, 1999b); assim, a condição para que o individualismo possa ser a moral vigente, é preciso que a sociedade em questão seja suficientemente extensa. Trata-se de uma condição necessária, contudo não suficiente. Isso porque em sociedades bastante amplas, observa-se a presença dos grupos secundários (instituições religiosas, agrupamentos profissionais, clubes etc.), aos quais o indivíduo encontra-se vinculado de maneira mais efetiva. Concebidos por Durkheim como esferas absolutamente necessárias ao funcionamento das grandes sociedades, esses grupos secundários também podem representar uma ameaça ao indivíduo, se puderem gozar de autonomia suficiente para impor seus valores e para controlar o indivíduo, como se a sociedade nada mais fosse do que um agrupamento de pequenas comunidades.

Portanto, para que o indivíduo possa existir, é preciso um poder que se imponha aos grupos secundários, que opere como um contrapeso, que represente os interesses da coletividade total, que se confunde com os interesses dos indivíduos. É aqui que o Estado novamente entra em cena, fazendo valer a sua autoridade mediante aplicação de leis que garantam a manutenção dos direitos fundamentais do indivíduo, e o principal deles é a liberdade de reflexão. Um exemplo bastante simples é a relação do Estado francês com as diversas religiões presentes em seu território: o Estado pode permitir o culto, na medida em que serve para manter certa identidade própria a seus membros; contudo, não permite que em locais públicos qualquer religião ofereça resistência ao racionalismo, uma vez que o conhecimento racional do mundo é considerado um elemento necessário ao indivíduo, enquanto ser que deve ser capacitado para a reflexão. Eis o motivo para o Estado instituir a educação laica nas escolas públicas. É precisamente por isso que

Durkheim (2002, p. 87) afirma que “a função essencial do Estado é libertar as personalidades individuais”.

Por outro lado, há também o risco de que o próprio Estado se torne tirânico, exercendo uma opressão ainda maior sobre os indivíduos, uma vez que os próprios governantes podem, por meio de leis e decretos, impor a seus membros ações que lhes sejam estranhas, que nada tenham a ver com o estado geral da sociedade, com os valores gerais da coletividade. Se o Estado fosse a única força existente, esse despotismo seria quase inevitável, pois “o Estado, em nossas grandes sociedades, está tão longe dos interesses particulares que não pode levar em conta as condições especiais, locais etc. em que elas se encontram. Portanto, quando tenta regulamentá-las, só consegue violentando-as e desnaturando-as” (Durkheim, 2002, p. 88).

Isso pode ocorrer desde que não exista nenhuma outra força que lhe oponha certa resistência ou que intermedie os interesses dos indivíduos e do Estado. Eis a importante tarefa dos grupos secundários. Portanto, o indivíduo é produto da sociedade, e sua existência só se torna real mediante a atuação do Estado; mas é somente com um equilíbrio de forças entre os grupos secundários e o Estado que o indivíduo pode existir de fato, afinal, “é desse conflito de forças sociais que nascem as liberdades individuais” (*idem, ibidem*).

Considerações sobre a teoria política de Durkheim à luz do debate contemporâneo

Vejamos agora como a teoria durkheimiana sobre a relação entre Estado, sociedade e indivíduo pode ser analisada à luz dos problemas contemporâneos, tendo em vista as questões apontadas no debate entre comunitaristas e liberais. De certa maneira, é possível afirmar que Durkheim veria algo de

verdadeiro nos argumentos comunitaristas, já que compartilha do argumento de que o homem é, antes de tudo, uma entidade concreta produzida culturalmente, que deve ter seus próprios valores respeitados, uma vez que esses valores são parte dele. Contudo, considera que nas sociedades modernas, inspiradas pelos ideais liberais, o indivíduo enquanto ser dotado de atributos gerais é também um valor elaborado culturalmente; não só, passou a ser o valor mais sagrado, o único capaz de conferir unidade moral às grandes sociedades. Sem o culto ao indivíduo, as sociedades como tal perderiam o sentido, e o Estado, como órgão ligado à sociedade em geral, como sua instância reflexiva, perderia sua função.

Desse modo, as coisas funcionariam como se cada grupo secundário fosse uma sociedade autônoma, isto é, uma pequena comunidade como as sociedades mais antigas. Com uma grande diferença: se as comunidades eram autossuficientes, o mesmo não ocorre com essas pequenas sociedades organizadas dentro da sociedade mais ampla, uma vez que a intensificação da divisão do trabalho social tornou necessária a interdependência entre os grupos, não importando o grau de divergência existente. Portanto, o Estado não pode abrir mão de sua função de manter o culto ao indivíduo e de tornar possível sua existência, de modo que deve penetrar em todos os grupos secundários. Atender às demandas dos grupos particulares em detrimento do que é considerado interesse geral da sociedade, de seu único ideal comum, seria condenar toda a organização social vigente ao fracasso e, portanto, ao caos. Quanto a isso, é bastante notável o fato de que Durkheim, tendo nascido em uma família judaica e tendo sido educado para ser rabino, jamais se identificou publicamente como judeu, tendo sempre se considerado um cidadão francês, um membro da república.

Com relação aos liberais, também é possível identificar alguns pontos de contato, especialmente no que se refere ao argumento de que o culto à pessoa, à liberdade individual, são os mais conformes à razão. Para Durkheim, a justificativa para isso é que uma vez demovidas todas as crenças místicas, a única coisa que nos resta é a crença no indivíduo, como símbolo da coletividade maior, a sociedade humana. Portanto, considera que colocar o indivíduo no lugar de Deus é uma substituição não apenas justa, como também necessária. No entanto, se considera o culto ao indivíduo como algo necessário às sociedades modernas, discorda que isso seja um dado da natureza, isto é, não concorda que a tarefa do Estado seja tão somente a de preservar os direitos dados por natureza a cada ser humano. Portanto, em sociedades com outros valores e outras formas de organização, o indivíduo não existe, e nem é dado aos Estados que creem no indivíduo impor seus valores à força. Isso porque, em um caso como no outro, trata-se sempre de respeitar os ideais presentes nas representações coletivas de cada sociedade.

Ainda no que se refere ao papel do Estado, ao contrário dos liberais, afirma que este deve ter funções cada vez mais amplas, uma vez que ele não é apenas o responsável por criar o indivíduo, mas também por criar o meio no qual ele pode viver. Por isso, quanto mais se preza a pessoa, mais o Estado deve zelar pela liberdade e pelo bem-estar espiritual e material de seus cidadãos. E, uma vez que os direitos do indivíduo não são dados em sua constituição, não é possível que se-

jam deduzidos de uma concepção geral da natureza humana; é preciso que sejam continuamente reforçados e ampliados, motivo pelo qual a função do Estado é ilimitada.

Os direitos individuais estão, portanto, em evolução; progredem incessantemente, e não é possível designar-lhes um termo que não devem ultrapassar [...]. A tarefa que cabe assim ao Estado é ilimitada. Não se trata simplesmente, para ele, de realizar um ideal definido, que mais dias menos dia deverá ser atingido definitivamente. Mas o campo aberto à sua atividade moral é infinito (Durkheim, 2002, p. 95-96).

Outro ponto de especial divergência em relação aos liberais é a importância concedida aos grupos secundários, leia-se, da sociedade civil organizada. Para Durkheim, esses grupos são de vital importância, por duas razões essenciais. A primeira delas é que esses grupos são mais diretamente responsáveis pela educação do indivíduo, por forjar sua identidade, porque a ideia da “pessoa humana” é algo muito geral para abarcar todas as representações necessárias à ação. A segunda razão, como vimos, é o papel que desempenham como contrapeso à força do Estado e como mediadores dos interesses mais específicos dos indivíduos que representam. Portanto, a simples existência do Estado seria insuficiente à existência das sociedades e do próprio indivíduo.

Enfim, não é possível enquadrar a teoria de Durkheim em nenhum dos polos do debate contemporâneo, mas é bastante notável que seus argumentos ajudam a pensar essas mesmas questões a partir de um novo ângulo.

Bibliografia

ANDLER, C. (1896). “Sociologie et démocratie”. *Revue de Métaphysique et de Morale*, v. 4.

BARNES, H. (1920). “Durkheim’s contribution to the reconstruction of political theory”. *Political Science Quarterly*, v. 35.

- BAUBÉROT, J. (1990). “Notes sur Durkheim et la laïcité”. *Archives de Sciences Sociales des Religions*, Relire Durkheim, Paris, CNRS, n. 69, p.151-156, jan.-mars.
- BAYET, A. (1926). “Émile Durkheim: l'éducation morale”. *Revue Philosophique*, v. 102, p. 304-309.
- BIRNBAUM, P. (1976). “La conception durkheimienne de l'Etat: l'apolitisme des fonctionnaires”. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 17, n. 2, p. 247-258.
- BOUDON, R. (2006). *Renouveler la démocratie – éloge du sens comum*. Paris: Odile-Jacob.
- CLADIS, M. (1992). *A communitarian defense of liberalism – Émile Durkheim and contemporary social theory*. Stanford: Stanford University Press.
- DURKHEIM, É. (1970). “O individualismo e os intelectuais”. In: *A ciência social e a ação*. São Paulo: Difel.
- _____. (1975a). “Remarque sur l'enseignement rationnel de la morale”. In: *Textes. Religion, morale, anomie*. Vol. 2 Paris: Minuit (collection Le sens commun. Org.: Victor Karady).
- _____. (1975b). “Débat sur le fondement, religieux ou laïque, à donner à la morale”. In: *Textes. Religion, morale, anomie*. Vol. 2 Paris: Minuit (collection Le sens commun. Org.: Victor Karady).
- _____. (1978). *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos.
- _____. (1992). “L'Enseignement de la morale à l'école primaire”. *Revue Française de Sociologie*, v. XXXIII, p. 1609-1623.
- _____. (1999a). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1999b). *A divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2001) “Educação moral”. In: *Educação, sociologia e moral*. Porto: Res.
- _____. (2002). *Lições de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- GIDDENS, A. (1971). “Durkheim's political sociology”. *Sociological Review*, v. 19.
- _____. (1986). “Introduction”. In: GIDDENS, A. (ed.). *Durkheim on politics and the State*. Cambridge: Polity Press.
- _____. (2002). “A sociologia política de Durkheim”. In: *Política, Sociologia e Teoria Social*. São Paulo: Unesp.
- HABERMAS, J. (1995). “Três modelos normativos de democracia”. *Lua Nova*, n. 36, p. 39-53.
- HAWKINS, M. J. (1981). “Émile Durkheim on democracy and Absolutism”. *History of Political Thought*, v. 2, n. 2, p. 333-390.
- HAYES, C. (1941). *A generation of materialism 1870-1900*. New York: Harper.
- LACROIX, B. (1981). *Durkheim et le politique*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques; Presses de l'Université de Montreal.
- LLOBERA, J. R. (1994). “Durkheim and the national question”. In: PICKERING, W. S. F; MARTINS, H. (eds.). *Debating Durkheim*. London; New York: Routledge. p. 134-158.
- LUKES, S. (1969). “Durkheim's individualism and the intellectuals”. *Political Studies*, v. 17, p. 14-30.
- _____. (1984). *Émile Durkheim: su vida y su obra*. Madrid: Siglo Veintiuno.

- MAYEUR, J.-M. (1975). *Les débuts de la IIIe République – 1871-1898*. Paris: Seuil.
- MENDIETA y NUÑEZ, Lucio (1964). “Émile Durkheim: the State and democracy”, *Journal for the Scientific Study of Religion*, v. 3, n. 2.
- MITCHEL, M. (1931). “Émile Durkheim and the philosophy of nationalism”. *Political Science Quarterly*, v. 46, p. 87-106.
- NICOLET, C. (1982). *L’Idée républicaine en France*. Paris: Gallimard.
- NISBET, R. (1952). “Conservatism and sociology”. *American Journal of Sociology*, v. 58, p. 167-175.
- PARODI, D. (1924 [1909]). *Traditionalisme et démocratie*. 2. ed. Paris: Armand Colin.
- RANULF, S. (1939). “Scholarly forerunners of fascism”. *Ethics*, v. 50, p. 16-34.
- RICHTER, M. (1960). “Durkheim’s political theory”. In: WOLFF, K. (ed.). *Émile Durkheim, 1858-1917*. Columbus, Ohio: Ohio State University Press. p. 3-31. [In: HAMILTON, Peter (ed.) (1989). *Émile Durkheim – critical assessments*. Vol. VI. London; New York: Routledge].

Artigo recebido em 02/11/2011

Aprovado em 21/08/2012

Resumo

Perspectivas sobre a política na teoria de Émile Durkheim

O presente artigo tem como tema geral a dimensão política constitutiva da obra de Émile Durkheim. De modo mais específico, a discussão se desenvolve em três frentes distintas e complementares. A primeira dessas frentes, que consiste em apresentar os resultados produzidos a partir de uma revisão da literatura que reflete sobre a existência de uma teoria política na obra durkheimiana, com o intuito de mostrar quão divergente são essas interpretações, o que indica que esse ainda permanece um campo aberto a novas investigações. A segunda frente diz respeito à reconstrução dos principais elementos que podem ser entendidos como o núcleo da teoria política durkheimiana, centrada sobre uma concepção peculiar sobre o papel do Estado e sua relação com o indivíduo e com os grupos intermediários. Finalmente, a terceira e mais modesta frente diz respeito a um exercício de reflexão sobre como o pensamento político desse autor poderia ser enquadrado em relação ao cenário da teoria política contemporânea, inclusive apontando quais perspectivas originais poderiam resultar do trabalho de reconstrução atualizadora de seus escritos sobre o tema.

Palavras-Chave: Émile Durkheim; Teoria política; Indivíduo; Estado; Sociedade civil.

Abstract

Perspectives about politics in Émile Durkheim’s theory

This paper has as its general theme the political dimension in Émile Durkheim’s work. More specifically, the discussion here developed follows three different but complementary paths. The first of them consists in the presentation of the outcomes of an analytical review of the literature concerned with the issue of the existence – or not – of an implicit political theory in Durkheim’s work. In this sense, it intends to show how divergent are the interpretations, so as to suggest that the field remains open to new investigations. The second path relates to the reconstruction of the main elements of what can be understood as the nucleus of the Durkheimian political theory, which is centered on the role of the state and its relation to the individual and the intermediary groups. Finally, the third and certainly more modest path concerns an exercise of reflection on how Durkheim’s political thought could be framed within the general

scenario of contemporary political theory, pointing to the original perspectives that could result from a reconstruction/actualization of his writings on politics.

Keywords: Émile Durkheim; Political theory; Individual; State; Civil society.

Résumé

Perspectives sur la politique dans la théorie d'Émile Durkheim

Cet article a pour sujet principal la dimension politique constitutive de l'œuvre d'Émile Durkheim. De façon plus spécifique, la discussion présentée avance sur trois fronts distincts et complémentaires. Le premier consiste à présenter les résultats produits à partir d'une révision de la littérature qui propose une réflexion sur l'existence d'une théorie politique dans l'œuvre de Durkheim. Son but est de démontrer la divergence de ces interprétations, ce qui indique que Durkheim représente encore un domaine ouvert à des nouvelles recherches. Le second se rapporte à la reconstruction des principaux éléments qui peuvent être compris comme le noyau de la théorie politique de Durkheim, centré sur une conception particulière du rôle de l'État et sa relation avec l'individu et les groupes intermédiaires. Finalement, le troisième (et aussi le plus modeste des fronts) se rapporte à un exercice de réflexion sur la façon par laquelle la pensée politique de cet auteur pourrai s'encadrer par rapport au scénario de la théorie politique contemporaine, tout en indiquant quelles perspectives originales pourraient résulter de ce travail de reconstruction actualisatrice de ses écrits sur le sujet.

Mots-clés : Émile Durkheim; Théorie politique; Individu; État; Société civile.

Introdução

Desde os atentados de 11 de setembro de 2001, tornou-se quase que senso comum dentro da área de Relações Internacionais afirmar que os chamados Estados Falidos são uma das principais ameaças à paz e segurança internacionais. Na última década, presenciamos a produção de muitas obras dedicadas a debater as causas do fracasso e as prováveis soluções para o problema¹ e, mediante uma revisão prévia sobre tais estudos², acreditamos ser possível sintetizar este debate da seguinte maneira. Primeiramente, o fracasso estatal afloraria das inabilidades ou da relutância das lideranças dos países em questão para implantar instituições governamentais liberais em seu interior, consideradas as mais adequadas para o desenvolvimento das nações. Em segundo lugar, a ausência dessas instituições culminaria no surgimento de problemas in-

ternos que extrapolariam as fronteiras nacionais e atingiriam outros países. Finalmente, a superação e reversão do fracasso seriam alcançadas por meio de reformas em direção a um governo liberal democrático ou, no limite, pela reconstrução desses países, ambos os processos guiados por atores externos. É importante destacar que o foco dessas intervenções, segundo seus propositores, se restringe às instituições estatais, com o intuito de aumentar a eficiência e a integridade das mesmas. Um projeto limitado em escopo e técnico por natureza, portanto.

O que ainda merece a devida atenção, contudo, é a literatura de cunho crítico ao conceito Estado Falido, que vem surgindo nos últimos anos e que possibilita uma grande oxigenação ao debate tradicional, visto que procura fugir do que podemos chamar de “vilanização” da pobreza, isto é, os principais problemas de segurança internacional surti-

-
- 1 É interessante ilustrarmos a ampliação quantitativa do debate sobre Estados Falidos depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 a partir da base de dados EBSCO, que reúne grande número de periódicos internacionais e é utilizada inclusive pelo *site* Periódicos Capes (www.periodicos.capes.gov.br). Tomando como base o ano de 1993 (publicação de *Saving Failed States*, de Helman e Ratner, considerado um dos textos precursores sobre a questão) e apenas periódicos científicos, até 2011 encontramos 223 publicações referentes ao tema. Quando refinamos a pesquisa estabelecendo o intervalo de procura entre 2002 e 2010, deparamo-nos com 213 resultados. Devemos salientar, contudo, que este levantamento apenas procurou analisar o número de vezes em que a problemática é citada, e não a natureza da análise realizada – se é favorável ou crítica ao termo Estado Falido, por exemplo.
 - 2 Monteiro (2006) realiza uma boa revisão sobre a discussão envolvendo o impacto dos Estados Falidos para a segurança internacional a partir de autores como Helman e Ratner (1993), Rotberg (2004), Fukuyama (2005), entre outros. Ademais, em trabalhos anteriores, especialmente Gomes (2008, 2012), também avaliamos essa literatura sobre Estados Falidos e Reconstrução de Estados.

riam das inabilidades estruturais – ou mesmo da relutância política – de países como Afeganistão, Iraque e Somália, entre outros.

Nesse sentido, o artigo procura preencher essa lacuna ao revisar e tentar sistematizar tais contribuições recentes sobre a discussão. Para tanto, optamos por dividir os trabalhos em três rubricas.

Primeiramente, apresentaremos as críticas à forma como o fracasso estatal é analisado. Aqui cabe ressaltar que as análises compartilham da utilidade analítica do conceito Estado Falido, porém divergem das metodologias empregadas para a construção dos índices, em especial o *Failed States Index*, produzido pela *Foreign Policy* e o *think tank* Fund for Peace. Nesse sentido, um movimento prévio à apresentação das críticas é uma apresentação, ainda que sumária, da forma como são construídos tais índices, dando maior relevo para o *Failed States Index*.

Em segundo lugar, apresentaremos as análises que criticam a relação de causalidade estabelecida entre Estados Falidos e proliferação de grupos terroristas. É fato consolidado que uma parte significativa de analistas e *policy makers* argumentam haver uma relação causal direta entre Estados Falidos e a proliferação do terrorismo transnacional, e que governança democrática e reformas liberalizantes reduziriam a incidência do terrorismo. Contudo, uma leva considerável de trabalhos problematiza tal relação de causalidade, questionando as justificativas utilizadas para ações como a Guerra ao Terror.

Em terceiro lugar, sistematizaremos as críticas à forma como o discurso sobre Estados Falidos é construído e instrumentalizado para ação política. Ainda que tais críticas sejam teoricamente informadas por abordagens muito distintas entre si – desde análises que destacam o papel dos interesses estratégicos de potências, até aquelas inspiradas pelo pós-modernismo/pós-estruturalismo,

pós-colonialismo e teoria crítica –, os trabalhos reunidos nessa seção apontam exatamente para a arbitrariedade do uso político do conceito, assim como para suas deficiências ao abordar a situação dos países considerados frágeis. A seção apresenta, portanto, uma divisão temática, e não teórica, para a sistematização do debate.

Ao final, apresentamos nossas considerações finais, buscando iluminar para quais direções as críticas levam a discussão sobre o fracasso estatal.

Identificando Estados Falidos

Identificar e mensurar a fragilidade dos países é um dos principais pontos de divergência entre os analistas no debate sobre o fracasso estatal. Nesse tocante, certamente o trabalho mais conhecido é o *Failed States Index*, do periódico *Foreign Policy* e do *think tank* Fund for Peace, que se propõe a “ser uma ferramenta crítica não apenas para destacar as pressões normais que os Estados enfrentam, mas também identificar quando estas pressões estão os levando para o limite do fracasso” (Fund for Peace, 2011, p. 8). Um ponto que precisa ao menos ser sintetizado são as cinco etapas pelas quais passa a construção dos índices sobre Estados Falidos, seja ele o do Fund for Peace ou os demais que iremos revisar. Ainda que índices como o *Failed States Index* não sejam críticos à ideia de Estado Falido, é importante destacar como tais ferramentas são construídas e apontar as divergências entre os analistas sobre as maneiras mais precisas de se apreender o fracasso estatal.

Em primeiro lugar, há a definição do conceito de base (*background concept*), que consiste em fixar o entendimento dos formuladores do índice sobre o que seria fragilidade. Dessa forma, tendo-se em mente que fragilidade aqui se refere ao Estado, os índi-

ces procuram definir o que seria tal entidade para, a partir daí, tentar averiguar as fragilidades dos países em questão. Teríamos desde definições minimalistas, relativas, sobretudo, à ideia do monopólio do uso legítimo da violência, até abordagens mais amplas, as quais incluem boa governança, democracia e provisão de serviços públicos. Muitas vezes existe uma teoria de base, implícita ou explícita, que informa qual a concepção de Estado adotada.

O segundo movimento é a sistematização do conceito, ou seja, a partir do caráter teórico do termo, caminha-se à sua operacionalização. Trata-se aqui de identificar quais são os atributos do conceito que permitiriam ao analista visualizá-lo empiricamente. Na maioria dos índices criados, os atributos escolhidos são aqueles elementos considerados como setores constituidores de um Estado, destacando-se as esferas política, econômica, social, de segurança e, por vezes, a ambiental. Assim, parte-se da ideia de quais serviços um Estado deveria prover aos seus cidadãos para ser considerado bem-sucedido, além do monopólio do uso legítimo da violência. É importante frisar aqui que a discussão sobre a legitimidade do Estado restringe-se ao provimento de serviços: é legítimo o Estado que consegue prover de maneira eficiente os serviços considerados essenciais para a sua população.

A terceira etapa consiste na obtenção de dados, isto é, uma vez selecionadas as esferas que constituem um Estado, trata-se agora de recolher dados que as caracterizariam. Os dados a serem recolhidos podem ser de três tipos: *indicadores de entrada (input indicators)*, referentes à existência ou qualidade de condições estruturais. As perguntas postas por tais indicadores demandam respostas de tipo “sim” ou “não”, tais como: “Existe uma divisão de poderes no país?”; “O país ratificou as convenções internacionais de direitos humanos?”, entre outras. O segundo tipo são

os *indicadores de processo (process indicators)*, que medem os esforços para se alcançar determinado resultado. Dentre eles, podemos destacar a porcentagem do PIB em gastos de saúde, a porcentagem do PIB em gastos militares e a relação professor-aluno em escolas primárias. Por fim, o terceiro tipo são os *indicadores de resultados (output indicators)*, que procuram medir os resultados das ações, que incluem o número de mortes em combates no ano, índice de desemprego etc.

Ainda referente aos dados, boa parte dos índices faz uso de quatro metodologias específicas para coleta dos mesmos. Temos, primeiramente, as *estatísticas públicas (public statistics)*, coletadas pelos governos dos países, organizações internacionais e organizações não governamentais; em segundo lugar, os *dados produzidos por especialistas (expert data)*, os quais se ancoram na ideia de que algumas pessoas mais envolvidas em determinados processos são mais capazes de fazer julgamentos sobre tais eventos; e, finalmente, as *pesquisas de opinião (opinion polls)*, que procuram obter respostas de uma parcela considerada representativa da população total do país em tela.

Dois problemas comumente observados nesses procedimentos são as possibilidades de ocorrerem *erros randômicos*, aqueles que aparecem em razão da grande quantidade de dados a serem obtidos, cujo exemplo mais comum seria quando, em um questionário, os entrevistados preenchem lacunas erradas, e *erros sistemáticos*, aqueles nos quais a mensuração não corresponde ao conceito ao qual deveria fazer referência. Um exemplo interessante seria a tentativa de se averiguar a capacidade estatal mediante a verificação de casas com saneamento básico; se em um país esta não é competência estatal, o dado seria assim claramente enviesado. Ademais, quando se trata de Estados Falidos, outro problema comum seria, por exemplo, determinar o que seria uma

parcela representativa da população, como coletar dados primários sobre provimento de serviços, além do fato de que a fonte das informações pode ser bastante questionável, visto que o governo, fonte comum desses dados, está sendo questionado pela população e pelos construtores do índice.

A quarta etapa é o cálculo dos índices, ou seja, a quantificação do conceito. Para tanto, as diferentes escalas de dados (porcentagens e moedas, por exemplo) precisam ser padronizadas, ou seja, os valores desses dados são transformados em uma variação fixa de números, com um mínimo e um máximo definidos para que se possam comparar os países. A seguir, os dados são agregados, isto é, combinam-se os mesmos mediante operações matemáticas, uma vez que não há apenas um indicador que possa ser usado para representar a fragilidade estatal. Dessa forma, os analistas usam vários dados que representam os atributos da fragilidade estatal e os combinam em um índice. A maior parte dos índices sobre Estados Falidos faz uso de dados compostos, ou seja, aqueles que se embasam em diferentes atributos e são, portanto, multidimensionais. Podem ser incluídos no mesmo índice, entre outras variáveis, o PIB, os índices de mortalidade infantil e o número de homicídios³.

Um grande problema da agregação de dados em índices de fragilidade estatal refere-se à atribuição de um valor para cada setor sob avaliação. Para ilustrar o argumento, o exemplo que Sanín (2011) nos dá é esclare-

cedor: se compararmos duas variáveis que estão em setores diferentes do *Failed States Index*, como *fuga de cérebros devido a perseguição ou repressão* e *surto de violência política contra inocentes civis*, veremos que as mesmas são consideradas equivalentes em termos numéricos. Todavia, o que isso quer dizer? Poderíamos questionar que, como bem o faz Sanín (2011, p. 30), “a repatriação de um (ou mais de um) cientista compensaria por um massacre de inocentes?” Assim, segundo o autor, nesse tipo de cálculo há um pressuposto implícito sobre a possibilidade de uma taxa de substituição entre as variáveis, mas em contextos sociais e políticos tal pressuposto não consegue se sustentar.

Por fim, a última etapa consiste na visualização dos números, que são comumente apresentados em *rankings* ou em mapas. À guisa de ilustração, segue a visualização proposta pelo *Failed States Index* de 2011, com as primeiras 15 entradas do *ranking*, além da visualização cartográfica, dos mais estáveis aos em estado mais crítico⁴:

O *Failed States Index* possui algumas especificidades que merecem atenção. Primeiramente, a coleta dos dados é realizada pela própria equipe: além de dados primários adquiridos da Organização Mundial da Saúde, do Banco Mundial, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, os analistas, mediante um *software* denominado CAST (*Conflict Assessment System Tool*) fazem uma *análise*

3 Uma importante limitação técnica do cálculo dos índices dá-se quando o cálculo desconsidera o conceito de base. Se o conceito de base destaca que um elemento de suma importância para a compreensão da fragilidade é a falta de segurança, um método de agregação que combine, além de dados primários sobre segurança, mas também dados de economia, política e programas sociais não seria aceitável, visto que as outras dimensões poderiam compensar a falta de segurança e distorcer a real posição do país no índice.

4 Tabela e mapa foram extraídos de: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/06/17/2011_failed_states_index_interactive_map_and_rankings>. Acesso em: 10 fev. 2012.

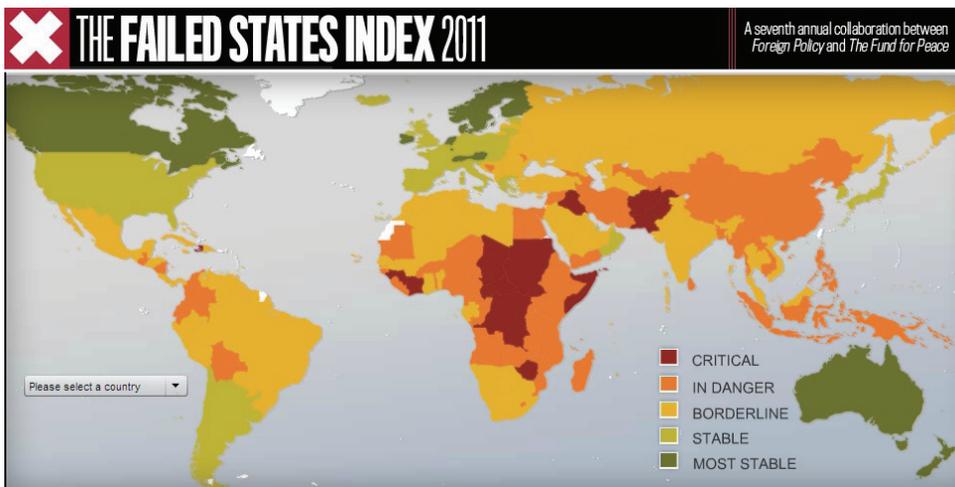
Quadro 1

As Primeiras 15 Entradas do *Ranking*

THE RANKINGS													Complete Results Methodology	
YEARS:		2011		2010		2009		2008						
RANK	TOTAL	COUNTRY	DEMOGRAPHIC PRESSURES	REFUGEES / IDPs	GROUP GRIEVANCE	HUMAN FLIGHT	UNEVEN DEVELOPMENT	ECONOMIC DECLINE	DELEGITIMIZATION OF THE STATE	PUBLIC SERVICES	HUMAN RIGHTS	SECURITY APPARATUS	FACTIONALIZED ELITES	EXTERNAL INTERVENTION
1	113.4	Somalia	9.7	10.0	9.5	8.2	8.4	9.3	9.8	9.4	9.7	10.0	9.8	9.7
2	110.3	Chad	9.2	9.5	9.4	8.0	8.9	8.5	9.8	9.6	9.3	9.2	9.8	9.1
3	108.7	Sudan	8.5	9.6	9.9	8.2	9.1	6.4	9.4	9.0	9.7	9.6	9.9	9.5
4	108.2	Dem. Rep. of Congo	9.7	9.6	8.3	7.7	9.2	8.7	9.0	8.9	9.2	9.6	8.8	9.5
5	108.0	Haiti	10.0	9.2	7.3	8.9	8.8	9.2	9.4	10.0	8.0	8.4	8.8	10.0
6	107.9	Zimbabwe	9.3	8.2	9.0	9.3	9.2	9.0	9.3	9.0	9.2	9.0	9.6	7.8
7	107.5	Afghanistan	9.1	9.3	9.3	7.2	8.4	8.0	9.7	8.5	8.8	9.8	9.4	10.0
8	105.0	Central African Republic	8.9	9.6	8.6	5.8	8.9	8.1	9.1	9.0	8.6	9.7	9.1	9.6
9	104.8	Iraq	8.3	9.0	9.0	8.9	9.0	7.0	8.7	8.0	8.6	9.5	9.6	9.3
10	102.8	Ivory Coast	8.1	8.5	8.7	7.9	8.0	7.7	9.5	8.4	8.6	8.6	9.1	9.7
11	102.5	Guinea	8.2	7.7	7.9	8.3	8.4	8.6	9.4	8.7	9.2	9.3	9.2	7.6
12	102.3	Pakistan	8.8	9.2	9.3	7.5	8.5	6.6	8.6	7.3	8.7	9.4	9.1	9.3
13	100.3	Yemen	8.7	8.4	8.6	6.9	8.3	7.7	8.6	8.7	7.7	9.3	9.3	8.2
14	99.9	Nigeria	8.3	8.0	9.6	7.7	9.0	7.3	9.0	9.0	8.6	9.1	9.5	6.9
15	99.1	Niger	9.8	6.6	7.8	6.2	7.9	8.9	8.9	9.5	8.2	8.0	8.6	8.7

Quadro 2

Failed States Index 2011



de conteúdo (*content analysis*) de relatórios e artigos em língua inglesa adquiridos de uma organização de notícias chamada *Meltwater*. Em outras palavras, os relatórios e artigos são processados pelo *software* que, utilizando álgebra booleana, procura nos documentos informações sobre conflitos, violência e outras variáveis nos 177 países sob análise, com

base em 12 indicadores⁵, separando as informações relevantes das irrelevantes.

As críticas à construção do *Failed States Index*

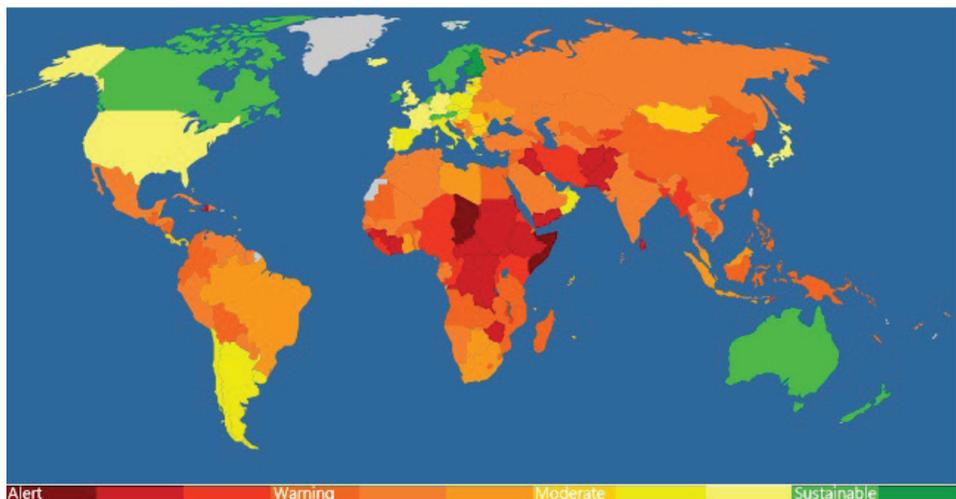
Dentre os problemas do índice, três deles são especialmente destacados por críticos

Quadro 3

Failed States Index



The Failed States Index 2011 Interactive Grid



5 Os indicadores sociais são: (1) pressão demográfica; (2) movimento de refugiados e de pessoas dispersas internamente; (3) legado de vingança por parte de facções internas; (4) fuga humana crônica e sustentável. Os indicadores econômicos são: (5) crescimento desigual entre os grupos da população; (6) declínio econômico acentuado e/ou severo. Os indicadores políticos são: (7) criminalização e/ou deslegitimação do Estado; (8) deterioração progressiva dos bens públicos; (9) suspensão ou aplicação arbitrária do Estado de Direito e violações de direitos humanos; (10) aparato de segurança operando como um Estado dentro de um Estado; (11) ascensão de facções de elites; e (12) intervenção de outros Estados ou de atores políticos.

como Sanín (2011). Em primeiro lugar, a metodologia, os dados dos indicadores, as palavras-chave utilizadas nas buscas da análise de conteúdo, e possíveis erros de mensuração não são completamente descritos no *site* e na revista, o que impede, por exemplo, a replicação do índice por outros pesquisadores. Em segundo lugar, as publicações utilizadas nas análises de conteúdo restringem-se às de língua inglesa, ainda que traduções de outras fontes para o inglês estejam em planejamento. Por fim, a categorização e a visualização são, no mínimo, controversas: enquanto na revista *Foreign Policy* os países são divididos em estados *crítico (critical)*, *em perigo (in danger)*, *no limite (borderline)*, *estável (stable)* e *mais estável (most stable)*, no *site* do Fund for Peace, como podemos ver na figura abaixo, os mesmos são visualizados mediante os termos em *alerta (alert)*, *em aviso (warning)*, *moderado (moderate)* e *sustentável (sustainable)*, o que pode acarretar problemas de avaliação de países. Se nos atentarmos para a situação africana, no mapa da *Foreign Policy* há muitos países em situação crítica, enquanto, no *site* do Fund for Peace⁶, os mesmos países são vistos em situação de aviso.

Na época de sua publicação, o *Failed States Index* provocou debates acalorados, com críticas vindas das mais diferentes esferas⁷. Além de críticas à posição de determinados países no *ranking*, outros analistas questiona-

ram a metodologia utilizada, apontando suas deficiências e propondo novas formas de se pensar a fragilidade estatal. Em especial, uma das críticas mais constantes ao *Failed States Index* girou em torno dos indicadores escolhidos para se avaliar o desempenho dos países e como estes se relacionariam entre si. Goldstone (2008, p. 287) sintetiza esse problema ao afirmar que:

[...] simplesmente listar os indicadores não proporciona nenhum sentido sobre como eles se combinam, ou qual tem mais peso, para se chegar ao fracasso estatal. Logo, o *Failed States Index* funciona mais como um *checklist* de itens para os *policy makers* considerarem com relação à estabilidade dos países. Ademais, possui valor limitado como guia para indicar o que muda ou a que processos procurar e responder em políticas direcionadas para fortalecer ou lidar com Estados em processo de falência⁸.

No mesmo diapasão, surgiram outras obras também interessadas em identificar Estados Falidos, as quais merecem ser avaliados. Os trabalhos de David Carment e seus colegas do projeto *Country Indicators for Foreign Policy*, da *Canadian International Development Agency*, inovam ao propor uma nova forma de se pensar a fragilidade dos Estados, colocando os países sob análise num *continuum* de força/fraqueza, a partir de seus desempenhos em determinados indicadores. Criticando as abordagens que se restringem ora no *nível macro* – que privile-

6 Mapa extraído de: <<http://www.fundforpeace.org/global/?q=fsi-grid2011>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

7 Por exemplo, o então embaixador colombiano na ONU, Luis Alberto Moreno, afirmara que seu país, a despeito dos problemas com grupos armados ilegais, é uma democracia pluralista caracterizada por uma sociedade civil politicamente ativa e por uma imprensa livre e que “listar a Colômbia como país em situação crítica seria ultrapassado e impreciso” (*apud* *Foreign Policy*, 2005, p. 4). Nesse caso específico, a resposta dos idealizadores do índice calcou-se no fato de que o fracasso seria um fenômeno com várias dimensões e que a grande utilidade do *Failed States Index* estaria justamente no cruzamento dessas dimensões. Assim, apenas um governo democrático e estável não seria garantia de que um país poderia deixar de ser considerado falido.

8 Todas as traduções livres do inglês para o português apresentadas ao longo do texto são de nossa inteira responsabilidade e para uso exclusivo neste trabalho.

giam as abordagens de mudança sistêmica e seus impactos nos Estados fracos –, ora no *nível intermediário* – análises de cunho institucional, as quais centram suas atenções nas estruturas políticas e econômicas dos países –, ora no *nível micro* – as quais olham processos específicos, em especial a dinâmica de conflitos internos –, Carment (2003) avança na necessidade de abordagens que combinem todos os níveis, agregando métodos econométricos e pesquisas de campo⁹. Outra inovação dos trabalhos é a definição de fragilidade, agora vista de forma relacional e em graus, não em tipos.

Um Estado pode ser forte segundo um indicador e fraco de acordo com outro. Argumentamos que o referencial para compreensão da fragilidade estatal não deve ser o desempenho passado, presente ou futuro em termos absolutos, mas sim em termos relativos *vis-à-vis* outros Estados em dado ponto. A mudança, que é compreendida ao examinarmos o desempenho relativo de um país, seja progressiva ou regressiva, nos diz se um Estado está caminhando rumo ao fracasso ou se sua situação está melhorando. [...] Em suma, fragilidade não deve ser associada com um ponto final a partir do qual o país não pode piorar. [...]

Argumentamos também que fragilidade é uma medida para verificar se as práticas e capacidades correntes dos Estados diferem de sua imagem idealizada. É uma questão de grau, não de tipo. [...] uma medida para se verificar se as instituições, funções e processos políticos dos países correspondem à imagem do Estado soberano, aquele reificado nas teorias do Estado e no direito internacional. Pela nossa definição, todos os países são, em alguma medida, frágeis (Carment; Samy, 2011, p. 3).

O grupo liderado por Jack A. Goldstone, da School of Public Policy da George Mason University, também buscou inovar a forma de se pensar a fragilidade estatal, privilegiando análises de cunho institucionalista, mensurando como instituições dos países reagiram diante de desafios internos e externos. Apesar de terem iniciados seus trabalhos antes da publicação do *Failed States Index* – especificamente em 1994, sob o nome de *State Failure Task Force* e financiados pela CIA –, Goldstone e seus colegas ganharam mais destaque após o 11 de setembro e a avalanche de trabalhos sobre Estados Falidos. Segundo os autores, sob o conceito de fracasso estatal teríamos quatro grandes eventos que indicam grave instabilidade política:

- Guerras revolucionárias: embates entre o governo e grupos organizados que tentariam derrubá-lo;
- Guerras étnicas: conflitos entre o governo e grupos étnicos, religiosos ou minorias cuja meta seria mudar o *status quo*;
- Mudanças adversas de regime: mudanças abruptas na forma de governança, desde colapsos estatais, instabilidades políticas e transições de democracias para regimes autoritários;
- Genocídios e politicídios: políticas de governo que poderiam resultar na morte de grupos minoritários inteiros¹⁰.

9 Diferentemente do *Failed States Index*, os trabalhos do grupo de Carment, em especial o relatório de 2006, avaliam os países segundo seus desempenhos em 10 áreas mediante o uso de 74 indicadores, em contraposição aos 12 indicadores do índice do Fund for Peace e da *Foreign Policy*. Os dados do grupo de Carment foram coletados de estatísticas públicas e da análise de especialistas. A grande fraqueza do índice de Carment, de forma similar ao *Failed States Index*, é que a metodologia não está claramente apresentada na publicação.

10 O banco de dados utilizado no relatório de 2000 incluiu 114 eventos ocorridos em diversos países com população acima de 500 mil habitantes, no período de 1955 a 1998. Em trabalhos mais recentes, como os de 2008 e 2010, o banco de dados lista os eventos ocorridos até 2003.

De acordo com os três relatórios produzidos pelo grupo e publicados entre 1995 e 2000, das condicionantes analisadas pelos autores, quatro foram positivamente associadas com as instabilidades políticas acima arroladas, quais sejam: (1) a qualidade de vida da população; (2) o tipo de regime político de um país e a natureza de suas instituições; (3) influências internacionais, tais como o comércio externo, participação em organizações internacionais e conflitos com países vizinhos; e (4) a composição étnica e religiosa de sua população. Ou seja, quando ocorrem alterações negativas em qualquer dessas quatro variáveis, instabilidades políticas podem ameaçar a estabilidade dos países.

A partir de 2003, o grupo foi rebatizado para *Political Instability Task Force* e continuou envidando esforços para refinar suas análises. Em artigo de 2008, Goldstone destacou duas qualidades essenciais que todo Estado deve ter para se manter estável: efetividade e legitimidade. Enquanto efetividade referir-se-ia a quão bem um país consegue executar suas funções essenciais, como provimento de segurança, promoção de crescimento econômico, oferta de bens públicos, entre outros; legitimidade refletiria se tais funções são percebidas pelas elites e pela população como justas ou razoáveis nos termos das normas sociais correntes.

Segundo Goldstone (2008), existem cinco caminhos principais que facilitariam a instabilidade política, aumentando as chances do fracasso: (1) a escalada de conflitos étnicos ou grupais, cujos melhores exemplos seriam Ruanda, Libéria e Iugoslávia; (2) predação estatal (*state predation*), caracterizada pela corrupção de recursos por parte das elites em detrimento de outros grupos, exemplificado pelos casos da Nicarágua, Filipinas e Irã; (3) rebeliões regionais ou guerrilhas, exemplificadas pela Colômbia e Vietnã; (4) colapso democrático, resultando em guerra

civil ou golpe de Estado, representados pelos casos da Nigéria e Nepal; e (5) sucessões ou crises em Estados autoritários como a Indonésia sob o governo de Suharto e o Irã sob o domínio do Xá Reza Pahlevi.

A carência de análises empíricas e a presença de generalizações simplistas na literatura que fracassariam em distinguir categorias distintas como Estados Fracos e Estados Falidos, e em explicar como países específicos podem ser associados com determinadas ameaças, são dois dos principais problemas identificados por Stewart Patrick (2007). Sem uma definição consensual, a tendência é agrupar Estados muito distintos num mesmo grupo, subestimando não apenas as especificidades históricas e culturais, mas também os desafios particulares pelos quais cada um passa, resultando em soluções que seriam em tese adequadas para todos os casos, mas que não lidariam de forma precisa com as peculiaridades de cada país.

Ainda segundo Patrick (2007), o conceito Estado Falido não habilitaria o analista a diferenciar países que não teriam capacidade para oferecer os bens públicos à sua população daqueles que não estariam interessados em ofertar tais bens. Em última instância, qual o ganho analítico em agrupar na mesma categoria a Coreia do Norte, cujo líder tem às mãos um dos maiores exércitos do mundo e que não estaria interessado em reformar o sistema político e econômico do país, e Timor Leste e Libéria, cujos governos, segundo o autor (p. 647), “demonstram interesse mas carecem das capacidades para lidar com as imensas dificuldades de suas sociedades”?

Por fim, Patrick levanta três objeções normativas ao conceito: em primeiro lugar, muitos países jamais alcançaram o *status* de Estados efetivos, ou seja, nunca conseguiram prover todos os bens que a literatura argumenta serem deveres dos Estados para com suas sociedades; em segundo lugar, ao apon-

tar os problemas internos dos Estados Falidos como causa das ameaças transnacionais contemporâneas, ignora o fato de que muitos países considerados bem-sucedidos contribuíram para a corrente situação daqueles vistos como frágeis e, por fim, esse enquadramento encorajaria políticas de reconstrução de Estado que privilegiariam regimes que garantissem a ordem e estabilidade em detrimento de democracias.

Apesar das críticas pertinentes, o autor enxerga méritos em ranquear países de acordo com o desempenho dos mesmos em prover bens públicos para suas populações, pois tais índices ajudariam a superar debates sobre como adjetivar determinados Estados (em colapso, falidos, fracos, entre outras categorias), indicariam que lacunas institucionais deveriam ser preenchidas para que as autoridades nacionais e agentes externos possam saber precisamente quais as fontes de instabilidade e, por fim, contribuiriam para direcionar de forma mais adequada os recursos econômicos.

Assim, juntamente com Susan Rice, o autor propõe o *Index of State Weakness in the Developing World* (2009), o qual avalia 141 países *vis-à-vis* suas capacidades no desempenho de funções relativas à segurança, política, economia e bem-estar social, avaliados mediante o uso de vinte indicadores¹¹. No que tange à segurança, os indicadores procurariam avaliar se o Estado é capaz de manter a segurança para seus cidadãos e sua sobe-

rania ao longo do território. Uma segunda leva de indicadores julgaria em que medida o governo do país é legítimo e capaz, avaliando a responsividade (*accountability*) do Estado para com seus cidadãos e se o mesmo governa de maneira efetiva e transparente. Com relação à economia, os indicadores analisariam a capacidade do país em garantir um ambiente econômico estável, a qualidade das políticas econômicas e das medidas regulatórias, a força do setor privado e a distribuição de renda. Ademais, o bem-estar social seria mensurado a partir de capacidade do Estado em garantir saúde, educação, acesso à água potável, entre outras variáveis.

A inovação do índice proposto por Rice e Patrick (2009) em contraposição ao *Failed States Index* é a utilização de indicadores distintos para se mensurar o fracasso estatal. Segundo Patrick (2007), o *Failed States Index* privilegia indicadores relacionados ao risco de violência, não agregando de maneira satisfatória outras variáveis que permitiriam uma melhor compreensão das capacidades institucionais dos países. De acordo com esse autor, a partir da diferença entre capacidade institucional para se oferecer bens públicos e comprometimento governamental para se levar adiante esta mesma tarefa:

É possível diferenciar quatro grandes categorias de Estados: (1) aqueles com bom desempenho e com vontade e comprometimento; (2) Estados

11 Os indicadores utilizados pelos autores para a área de segurança são os seguintes: conflict intensity, political instability and absence of violence, incidence of coups, gross human rights abuses, territory affected by conflict. Os indicadores para a área política são os seguintes: government effectiveness, rule of Law, control of corruption, voice and accountability, freedom house. No que tange à economia, os indicadores são: GNI per capita, GNP growth, income inequality, inflation rate, regulatory quality. Por fim, com relação ao bem-estar social, temos: child mortality, primary school completion rate, undernourishment, access to improved water and sanitation, life expectancy. A coleta de tais indicadores foi realizada por meio de estatísticas públicas de agências e organismos internacionais, tais como o Banco Mundial (economia), Freedom House (política), Center for Systemic Peace (segurança), Political Instability Task Force (segurança) e Governance Matters (política e segurança), além de pesquisas de opinião e análise de especialistas.

fracos, mas com comprometimento; (3) Estados que possuem os meios, mas que não tem comprometimento; e (4) aqueles os quais não possuem nem capacidade nem comprometimento para o exercício de suas tarefas (Patrick, 2007, p. 651).

Com essa nova categorização, seria possível problematizar a conexão entre países considerados fracos e ameaças transnacionais, em especial o terrorismo. Desse modo, o autor destaca que: (1) nem todos os Estados Falidos possuem grupos terroristas em seu interior; (2) os atentados que ocorrem em Estados Falidos não têm caráter transnacional, privilegiam alvos domésticos e são motivados por divergências políticas; (3) grupos terroristas tendem a optar por Estados fracos como o Paquistão ou Quênia, pois, ao mesmo tempo que são frágeis e suscetíveis à corrupção, possibilitam acesso a uma estrutura financeira e logística; e (4) a partir de uma organização descentralizada, mediante a utilização de células, hoje a ideia de santuários para atividades terroristas não seria mais tão atrativa.

Segundo Mata e Ziaja (2009), uma das grandes fraquezas do índice de Patrick e Rice é que, metodologicamente, não traz nenhuma inovação, seja na forma como os dados são coletados ou mesmo na criação de *softwares*. Ademais, podemos ainda destacar que o índice restringe-se aos países em desenvolvimento, e que apesar de ter sido uma escolha deliberada dos autores, traz consigo uma questão ética importante: apenas os países considerados fracos e em desenvolvimento merecem ser avaliados? Para além, Sanín (2011, p. 35) aponta três grandes problemas dos índices sobre fragilidade estatal, porém não exclusivos, no trabalho de Rice e Patrick (2009) e extensivos às demais tentativas de se mensurar o fracasso estatal:

Primeiramente, os conceitos a serem operacionalizados lidam com muitas formas de incerteza e

geralmente são muito obscuros e têm fronteiras difíceis de serem claramente delimitadas. Em segundo lugar, são altamente multidimensionais. Não temos a nosso dispor ferramentas que nos habilitem a reduzir todas as variáveis políticas a uma unidade numérica. Imagine que almejemos agregar os direitos das mulheres e violência. Quantas mortes seriam equivalentes a uma dada melhora na situação feminina em dado país? [...] Em terceiro lugar, índices políticos trabalham com dados corrompidos, deteriorados e muitas vezes verbais (e que em muitos casos levam o nome de dado apenas por analogia).

Nessa seção, portanto, a revisão do debate centrou-se nas maneiras consideradas mais adequadas para se apreender o fenômeno do fracasso estatal. Apesar de, metodologicamente, os trabalhos apresentarem diferenças substanciais, ontológica e epistemologicamente compartilham da ideia de que os chamados Estados Falidos são uma realidade e que é possível capturar suas características principais para, assim, reformá-los. Outro ponto em comum das abordagens revisadas é a ideia de que o fracasso é um fenômeno essencialmente doméstico e, por isso, a ênfase nas reconstruções das instituições estatais. São trabalhos eminentemente *policy-oriented* e que almejam servir de recursos para a intervenção na realidade dos países em tela.

As críticas à relação Estados Falidos-terrorismo

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, aqueles favoráveis às intervenções em Estados Falidos apontavam para o fato de que grupos terroristas poderiam fazer uso de tais países como santuários para suas ações, sendo a Al Qaeda no Afeganistão durante o regime do Talibã (1996-2001) a confirmação cabal dessa relação. Não obstante, uma leva de estudos procurou testar empiricamente as premissas de que haveria uma relação de

causalidade entre Estados considerados falidos e a proliferação de grupos terroristas, assim como o argumento de que a governança democrática e reformas liberalizantes reduziriam a incidência do terrorismo. São tais trabalhos o objeto de estudo da corrente seção.

Especificamente sobre a relação de causalidade entre Estados Falidos e a proliferação do terrorismo, destaca-se a contribuição de James Piazza que, desde 2006, envia esforços para encontrar quais seriam os principais determinantes para a proliferação de grupos terroristas. No trabalho de 2006, mediante análises de regressão múltipla e tendo como variáveis dependentes os incidentes terroristas e o número de vítimas em 96 países, entre 1986 e 2002, o autor procurou encontrar a importância de variáveis como pobreza, desnutrição, desigualdade de renda, desemprego, baixo crescimento econômico como determinantes do terrorismo¹². Todavia, segundo o autor, variáveis como o tamanho da população, diversidade étnica e religiosa, repressão estatal e o sistema partidário, em suma, a forma como a estrutura estatal lida com questões relativas à oportunidade de acesso ao aparato político e à formulação de políticas públicas são mais significativas do que os fatores anteriormente listado, problematizando assim a ideia de que pobreza e terrorismo estão intimamente ligados.

No estudo de 2008, no qual procurou verificar se democracia e mercado livre seriam positiva ou negativamente associados à proliferação do terrorismo, o autor apresenta a seguinte conclusão:

Os resultados fracassam em fornecer suporte para as duas hipóteses testadas neste estudo: que países democráticos são negativamente relacionados com a incidência do terrorismo internacional; e que políticas econômicas pró-mercado são negativamente relacionadas com a incidência do terrorismo internacional. Os resultados batem de frente com os pressupostos que alicerçam a atual política contra-terrorismo dos EUA – que o terrorismo é produto de sistemas políticos e econômicos não liberais – e apontam para população, estabilidade política e possivelmente fatores relacionados à demografia religiosa como mais importantes na previsão e prevenção do terrorismo (Piazza, 2008, p. 83)¹³.

Aidan Hehir é outro autor que busca questionar a causalidade em tela. Em seu artigo de 2007, o autor cruzou os dados da lista de Organizações Terroristas Internacionais (*Foreign Terrorist Organizations – FTO*), que, segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos, enumeraria os principais grupos que representam ameaças à segurança norte-americana, e o *Failed States Index*. Dessa intersecção, o autor argumenta ser possível tirar três conclusões:

Primeiro, a falta de qualquer relação entre o grau de fracasso de um Estado e o número de grupos

12 Os dados utilizados pelo autor são o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizado pela ONU para o relatório anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); o coeficiente de GINI, índice criado para mensurar a desigualdade na distribuição de renda; o PIB dos países sob análise; além das taxas de inflação e desemprego dos mesmos e o número de calorias ingeridas pelas pessoas por dia nesses países. Essa última variável, segundo Piazza, seria importante para ajudar a verificar se a associação pobreza-terrorismo é válida, visto que em países com pouca ingestão de calorias indicaria baixa estabilidade alimentar e a possibilidade de altos índices de inanição e fome.

13 Mediante análises estatísticas, Piazza (2008) relaciona os atentados terroristas ocorridos entre 1986 e 2003, compilados na publicação *Patterns of global terrorism*, do departamento de Estado dos EUA com quatro variáveis que medem a liberdade política e econômica de um país, criados pela Freedom House, pela Heritage Foundation e pelo Frasier Institute.

terroristas ali baseados; segundo, a pouca diferença no número de incidentes de terrorismo nos países alocados nas primeiras vinte posições do Índice de Estados Falidos [por exemplo, 11 estados listados na Tabela 3 (Estados Falidos e Terrorismo) – República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Chade, Haiti, Guiné, Libéria, República Centro-Africana, Coreia do Norte, Burundi, e Serra Leoa – juntos totalizam oito fatalidades durante o período de 1998-2006 e não possuem nenhuma Organização Terrorista Internacional]; terceiro, a presença de números significativos de Organizações Terroristas Internacionais em Estados que em tese não poderiam ser avaliados enquanto fracassados, sendo até considerados como democráticos (Hehir, 2007, p. 317).

Com raciocínio semelhante, Newman (2007) avalia a causalidade entre Estados Falidos e terrorismo ao comparar as organizações terroristas consideradas mais perigosas *vis-à-vis* os países a partir dos quais elas surgem e operam, procurando identificar possíveis padrões ou correlações entre o *habitat* dos terroristas e tipos de regimes políticos. Também compara uma amostra de países usualmente considerados fracos ou falidos¹⁴ e a quantidade de atentados terroristas que ocorreram em seus territórios. A primeira comparação capacitou Newman a afirmar que grupos terroristas apresentam operações mais significativas em países democráticos e nos quais o governo consegue projetar poder sobre o território; a segunda, por sua vez, mostrou que a despeito de baixo desempenho na provisão de bens públicos e na proteção de direitos humanos, países considerados fracos ou falidos não apresentam necessariamente atividades terroristas em seus territórios. Assim, o autor assevera que não há relação conclusiva entre terrorismo e

Estados Falidos: apesar de grupos terroristas operarem a partir de alguns países tidos como frágeis, a maioria deles não possui atividade terrorista significativa.

Por fim, outro estudo seminal é o de Pape e Feldman (2010), que, ao apresentar o que seriam as principais causas dos atentados terroristas contemporâneos, ainda que não diretamente, questiona fortemente a tese da associação Estados Falidos-terrorismo. Segundo os autores, o terrorismo suicida, nacional ou transnacional, origina-se da mesma causa, qual seja, a ocupação militar externa, e, enquanto a mesma persistir, a tendência a termos tais fenômenos persistirá. Um segundo achado dos autores é que as diferenças religiosas entre os interventores externos e a população do país ocupado é uma variável que permite compreender por que determinadas intervenções culminam em ataques suicidas e outras não. Ademais, a ocupação de *comunidades afins* (*kindred communities*), relativas à determinada cultura ou religião, e não necessariamente determinado país, é o principal fator que leva um indivíduo a cometer um atentado suicida. Dito de outra forma, a presença norte-americana na Arábia Saudita, em terras consideradas sagradas pelos muçulmanos, seria uma condicionante mais poderosa para o terrorismo suicida do que o fracasso estatal.

Logo, mediante tais trabalhos, vemos que as alegações para intervenções e reconstruções de Estados tendo em mente uma possível proliferação de grupos terroristas em seus territórios é algo bastante controverso, longe de ser consensual entre parte considerável dos analistas interessados no tema.

14 Os países analisados por Newman (2007) são: Angola, Butão, Burkina Faso, Camboja, Camarões, República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Guiné, Guiné Bissau, Haiti, Quirguistão, Laos, Libéria, Mianmar, Nigéria, Papua Nova Guiné, Ruanda, Serra Leoa, Tajiquistão, Togo, Uganda e Zimbábue.

O discurso sobre Estados Falidos em questão

Em sua análise sobre o conceito de fracasso estatal, Pureza e seus colegas (2007) apontam para o fato de que a literatura tradicional comunga de dois pressupostos básicos, de certa forma já apresentados nas seções anteriores: Estados fracassam porque não possuem as capacidades institucionais, econômicas e políticas para se manterem enquanto entidades políticas legítimas e autônomas; e a falta de tais capacidades é sobremaneira resultante de problemas de governança interna. Para além, os autores argumentam que Estado Falido é um conceito negativo, descritivo e prescritivo: refere-se a algo que não está explícito, no caso, o Estado democrático liberal ocidental, ao afirmar que alguns países fracassaram em atingir esse determinado patamar; descreve as situações de diferentes países como casos permanentes de crises e caos; e prescrevem que tipo de características e capacidades os Estados devem ter. Nesse sentido, conforme Newman (2009, p. 437):

O uso da categoria Estado Falido – quando é aplicada, por que, e com quais consequências – não é sempre resultado de uma verdade objetiva ou da realidade, mas sim de uma interpretação subjetiva de eventos que prioriza Estados Falidos, mas negligencia – por exemplo – desafios ambientais ou mesmo epidemias. Como uma demonstração da importância das construções políticas, a realidade empírica dos Estados Falidos é muitas vezes menos importante do que a percepção que poderosos atores têm do conceito e das ameaças com as quais se deparam.

A partir dessa constatação, selecionamos um grupo de estudos críticos que problematiza a forma como o conceito de Estado Falido foi construído e vem sendo instrumentalizado. Em outras palavras, esses estudos privilegiam, cada qual a seu modo, em que circunstâncias o conceito seria usado, quais os

impactos dessa utilização, assim como quais pressupostos estariam implícitos na terminologia e como se dá a lógica de construção interna desses discursos, questionamentos estes nada desprezíveis, embora pouco trabalhados pelo *mainstream* acadêmico e político.

O que une os primeiros trabalhos a serem revisados nessa seção é a ênfase nas circunstâncias e nas consequências da utilização do conceito Estado Falido, destacando como os interesses de determinados atores, especialmente as grandes potências, podem estar sendo mascarados sob o debate do fracasso estatal.

Em alguma medida, tal ponto já foi salientado pelo próprio periódico *Foreign Policy*, quando da publicação do *Failed States Index* de 2009. A reportagem centra-se na diferença entre as visões norte-americana e chinesa sobre a situação dos países do Terceiro Mundo, destacando o fato de que, na ânsia por matérias-primas e energia, Pequim vem recorrentemente buscando investimentos em países que, segundo a agenda de segurança dos Estados Unidos, seriam considerados falidos e, no mínimo, de alto risco. Contudo, além do acesso a esses insumos, a China também estaria conseguindo apoio político de diversos países em temas sensíveis da política externa chinesa, como o isolamento de Taiwan e votações relativas a direitos humanos na ONU. Segundo dados arrolados pelo jornal *O Estado de São Paulo*, de 14 de fevereiro de 2011, apenas na Argélia, empresas chinesas já têm contratos fechados de mais de 20 bilhões de dólares, e a atuação de Pequim em países como Sudão, Zâmbia e África do Sul visa garantir o acesso irrestrito a matérias-primas necessárias. Logo:

[...] enquanto os EUA e seus aliados discursam para autocratas do Terceiro Mundo sobre boa governança e transparência, engenheiros chineses constroem estradas para as casas de final de semana dos ditadores (Halper, 2010, p. 99).

O que outros autores fazem é mostrar que visualizar o fracasso estatal mais como oportunidades do que como riscos não é privilégio chinês. Bøås e Jennings (2007), ao mapear as circunstâncias em que o termo foi utilizado avançam na hipótese de que países adjetivados de falidos são aqueles nos quais a recessão e informalização do Estado – na medida em que as decisões sobre distribuição e redistribuição de bens e recursos ocorrem fora e entre as estruturas estatais – são considerados uma ameaça aos interesses do Ocidente. Em outros países, contudo, esse funcionamento do Estado não é apenas aceitável, mas em certa medida facilitado, uma vez que pode vir a criar condições mais propícias para negócios. Classificar (ou não) Estados como falidos seria um meio para delinear repostas políticas consideradas mais adequadas para esses países.

Nos casos de Afeganistão e Somália, Bøås e Jennings (2007) argumentam que prevaleceu o enquadramento securitário, ou seja, a situação de tais países foi percebida como ameaça aos interesses norte-americanos, resultando em respostas militares para as duas conjunturas. No Afeganistão, os autores destacam que o regime do Talibã controlou boa parte do território do país, conseguindo até combater o cultivo de ópio; todavia, o que levou o regime do Talibã a cair e ser considerado falido não foi uma situação de fracasso estatal, e sim a intervenção dos Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro de 2001. Os autores não descon sideram os argumentos humanitários para a derrubada do Talibã; o problema é que estes mesmos argumentos só foram formalmente verbalizados após os atentados, quando os

interesses norte-americanos que, até o final da década de 1990, não divergiam dos do Afeganistão¹⁵, mudaram a partir da conexão entre Bin Laden e o Talibã. Com relação à Somália, os autores argumentam que apesar de ser considerado um país fracassado desde o início da década de 1990, o conceito foi operacionalizado em 2006, quando as *Islamic Court Unions* (ICU) estavam conseguindo estabilizar seu domínio sobre porções consideráveis do território somali.

Por outro lado, nos casos de Sudão e Nigéria, países considerados fracassados segundo parte significativa de analistas, as respostas foram distintas. No caso do primeiro, as jazidas de petróleo existentes e a presença chinesa no país funcionariam como um eficiente escudo contra o enquadramento securitário para a situação sudanesa. Com relação à Nigéria, apesar da circunstância precária no entorno do delta do rio Níger, com destaque para pobreza e desemprego, combinados com problemas ambientais, crime e corrupção, tratar o país como falido não é do interesse de potências ocidentais visto que, além das reservas de petróleo, o governo de Abuja é visto como parceiro confiável e potência regional numa porção do continente africano vista como bastante problemática. Bøås e Jennings (2007, p. 483) concluem afirmando que “situações de Estados Falidos são ora definidas como ameaças e outras vezes não: o ponto crucial é que o conceito e o termo em si não jogam qualquer luz sobre a questão da segurança humana nos países em questão”.

Em linha similar, Nasser (2009) apon ta para o fato de que o termo Estado Falido tem se tornado um expediente conveniente para que as grandes potências, em associa-

15 Rashid (2001) afirma que após a chegada do Talibã ao poder, os EUA iniciaram conversações com o regime tendo em vista a passagem de oleodutos pelo país, além de perceberem o novo governo como um importante contraponto ao Irã na Ásia Central.

ção com empresas multinacionais, possam intervir nesses territórios e assim facilitar o acúmulo de riquezas mediante a exploração de recursos naturais, o que atualmente resulta em envolvimento cada vez maior de países como Estados Unidos, Rússia e China nos conflitos internos, ora disputando recursos, ora apoiando militarmente as facções em conflito. No caso da estratégia norte-americana para a África, por exemplo, Nasser chama a atenção para o fato de *think tanks* influentes no governo, como o *Council on Foreign Relations*, destacarem a necessidade de se ampliar o papel das forças militares do país e assim vigiar e controlar as fontes energéticas e os sistemas de distribuição do continente africano frente a vazios de poder e ameaças como o terrorismo, características do fracasso estatal.

Chapaux (2009) caminha em direção semelhante à de Nasser e Boås e Jennings, apresentando duas análises interessantes sobre o uso do conceito de Estado Falido e as consequências dessa utilização. Segundo o autor, o conceito de Estado Falido, ao menos em tese, permitiria àqueles que o criaram impor um modelo de governança aos países classificados como fracassados. Contudo, mediante os exemplos da intervenção norte-americana no Iraque e as respostas internacionais aos distúrbios ocorridos na Bolívia entre 2003 e 2006, Chapaux argumenta, primeiramente, que nem sempre o termo é utilizado com esse objetivo e que, em segundo lugar, quando o termo é utilizado para promover mudanças de regime nem sempre se obtém êxito, muitas vezes devido às resistências dos países-alvo.

Ao mapear a aplicação do termo ao regime de Saddam Hussein, o autor identifica três utilizações distintas em momentos diferentes e por atores distintos. Primeiramente, antes da intervenção, veículos de mídia e autoridades do governo negaram que o

Iraque fosse um Estado Falido. Em segundo momento, os opositores à guerra utilizam o termo para afirmar que o Iraque se tornou um Estado Falido em decorrência da intervenção norte-americana. Por fim, Chapaux identifica o retorno do conceito ao discurso oficial, momento mais significativo da utilização, seja em figuras como a do ex-secretário de Defesa Colin Powell ou mesmo no então candidato democrata à presidência, John Kerry. A especificidade desse momento deve-se ao fato de que o discurso sobre o fracasso estatal é utilizado como justificativa e legitimação para a presença das tropas estrangeiras no Iraque, pois *os Estados que estão no Iraque tem que ficar para evitar a produção de um novo Estado Falido* (Powell, 2003 *apud* Chapaux, 2009, p. 122). Sumarizando, Chapaux (2009) afirma que a noção de Estado Falido foi utilizada para tentar dar legitimidade à intervenção no Iraque, e não para impor um modelo de governança. Ademais, o autor argumenta que:

A relação de causalidade entre a intervenção e a situação atual do Iraque é esquecida; o trabalho de reconstrução dos EUA já não é descrito como a reparação de um dano e sim como uma necessidade objetiva. Assim, a legitimidade da ocupação não se avaliaria em termos da legitimidade do ataque, a qual muitos se opuseram, mas agora se apresentaria como uma missão altruísta que intenta evitar que o Iraque rume ao caos (Chapaux, 2009, p. 123).

No caso da Bolívia, quando da nacionalização dos hidrocarbonetos iniciada em 2003 pelo presidente eleito Evo Morales e dos conflitos que daí redundaram entre o governo e as empresas afetadas, Chapaux (2009) diz que o conceito de Estado Falido foi utilizado por analistas para afirmar que os problemas pelos quais o país passava eram consequências de um processo de fracasso estatal que se instaurava e que demandava soluções rápidas, pois, caso contrário (Washington Post, 2003 *apud* Chapaux, 2009, p. 132):

Poderemos ver uma possível secessão ou uma guerra civil devastadora. Tamanho caos no coração do continente se espalharia para além das fronteiras bolivianas, desestabilizando seus vizinhos e interrompendo a economia da região. Em última instância, a Bolívia pode se tornar o Afeganistão dos Andes, um Estado Falido que exporta drogas e desordem.

No caso do país andino, o autor afirma que o discurso objetivava contribuir para questionar o governo iniciado após a eleição de Evo Morales. Contudo, as críticas que esse enquadramento recebeu e a pouca receptividade que o mesmo teve tanto no discurso acadêmico como político impediram que a visão do fracasso estatal boliviano se estabilizasse.

A segunda análise, realizada por Chappaux e Wilén (2009), inicia-se com uma pergunta bastante pertinente: A distinção entre Estados Falidos e aqueles considerados bem-sucedidos teria alguma influência nas relações internacionais, mais precisamente na forma como os países se relacionam na prática? Para tentar responder a essa indagação, os autores direcionam suas atenções para o relacionamento dos Estados dentro do *Peacebuilding Commission* (PBC), órgão da ONU criado em 2005 para coordenar as reconstruções de países saídos de conflitos. Por meio da análise dos casos do Burundi e Serra Leoa, os autores argumentam que os países sob o escrutínio do PBC, mesmo que não sejam explicitamente nomeados Estados Falidos são considerados menos capazes para resolverem seus problemas. A consequência dessa visão é que a fraqueza dos referidos países os deslegitimariam para serem participantes ativos nas discussões e os alijariam da tomada de decisões sobre seu próprio processo de reconstrução.

Em sua reflexão sobre Estados Falidos, os autores utilizam o conceito habermasiano de discurso ético, o qual se refere às regras que embasariam e legitimariam um debate,

assim como as decisões tomadas após o mesmo que, nas palavras de Linklater (2007), definiriam *a priori* o formato do processo de tomada de decisões, mas não a natureza da decisão a ser alcançada. Dito de outra forma, a ética de um debate estabelece os procedimentos dos debates para que indivíduos possam expressar as suas demandas e diferenças morais e assim resolvê-las mediante a força do melhor argumento. Nesse sentido, não se almeja predizer ou condicionar o resultado final, mas, ao mesmo tempo em que aponta os critérios formais que precisariam ser satisfeitos, também convidaria os participantes a refletirem sobre que estruturas e crenças obstruem a concretização do diálogo aberto. Com esse ponto de partida, Chappaux e Wilén identificam dois tipos de ética dentro da política internacional.

Em primeiro lugar, teríamos a *ética de identidade*, cujo melhor exemplo seria a filiação à ONU: um país não precisa ser bom ou mau, ocidental, rico ou democrático para se filiar à organização; o simples fato de ser um Estado é suficiente para que sua vontade tenha peso dentro da ONU, com exceção do Conselho de Segurança. Consequentemente, em um debate envolvendo esse tipo de ética, as decisões seriam consideradas legítimas somente se seguissem a vontade de todos (consenso) ou a vontade de uma maioria predefinida e aceita pelos participantes que seriam afetados pela decisão a ser tomada. O segundo tipo seria a *ética da capacidade*, exemplificada pela filiação ao FMI, pois a importância econômica de determinados países daria mais peso às suas decisões, ou seja, não importa apenas se você é um Estado, mas também que *tipo* de Estado você é.

Essa distinção é importante para o intento dos autores, pois, a despeito de formalmente as decisões dentro do PBC serem tomadas via consenso, ou seja, todos em tese teriam o mesmo peso, o que se observa é a

consolidação de uma *ética de capacidade*: mediante os relatórios das discussões sobre os casos do Burundi e Serra Leoa, seria possível verificar uma oposição cada vez mais patente entre países considerados bem-sucedidos e aqueles vistos como fracassados e, conseqüentemente, uma tendência a considerar legítimo que países vistos como mais capazes impusessem suas decisões sobre a reconstrução de terceiros, decisões estas que afetariam mais diretamente as populações de Burundi e Serra Leoa, mas cujo plenipotenciário no PBC não teria como influenciar o conteúdo. Segundo os autores, incorrer-se-ia no risco de que países considerados incapazes não terem o que dizer sobre sua própria reconstrução, quaisquer que fossem os objetivos a serem alcançados ou mesmo onde os recursos a serem investidos deveriam ser alocados, em virtude do tipo de ética dominante no PBC.

Sobre a capacidade heurística do conceito Estado Falido, Pinar Bilgin e Adam David Morton (2002, p. 56) argumentam que ao tentar explicar as causas do fracasso, a maioria dos estudos se foca no “*comportamento político de tais países e nas implicações desse comportamento sobre a segurança da ordem econômica liberal, sem questionar o contexto econômico no qual tais comportamentos estão incluídos*”. Logo, segundo os autores, a excessiva preocupação da literatura tradicional com os supostos sintomas do fracasso estatal, em especial a proliferação de grupos terroristas em Estados Falidos, impede uma análise pormenorizada sobre as condições estruturais que levariam os países ao fracasso. Assim, Bilgin e Morton (2007) chamam as análises sobre segurança internacional após o 11 de setembro e que versam sobre Esta-

dos Falidos de *externalistas e reducionistas*: *externalistas* por não incluírem na análise o impacto que a globalização e o capitalismo hodierno tiveram sobre os países, não abordando de forma adequada como os Estados influenciam e são afetados por esses processos¹⁶; e *reducionistas*, porquanto reduzem as ameaças à segurança ao terrorismo.

Ainda segundo Bilgin e Morton (2004), a adjetivação de países enquanto fracos ou falidos teria conseqüências problemáticas, dentre as quais se destacam: a redução do sucesso ou fracasso às capacidades coercitivas dos países para controlarem seus territórios – deixando em um segundo plano a discussão sobre a natureza da democracia nesses territórios; a visão da fragilidade estatal como comportamento desviante de normas internacionalmente reconhecidas, que serviria como justificativa e legitimação para intervenções; a negligência em relação aos impactos dos programas de ajuda e estruturação econômica capitaneados por organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, que muitas vezes criam, ou então exacerbam, os sintomas do fracasso. Como alternativa às abordagens tradicionais, Bilgin e Morton (2007, p. 21) propõem:

Uma maior consideração precisa ser dada a como as diferentes lógicas de soberania e capitalismo se combinam e formatam as condições estruturais que confrontam os Estados pós-coloniais – ‘falidos’ ou qualquer outro adjetivo. Essas contradições são capturadas pela maneira como países específicos internalizam processos de acumulação de capital e formas de dominação. [...] Em suma, uma historicização mais profunda dos processos de formação estatal no mundo não ocidental é necessária, ciente das circunstâncias políticas e econômicas nas quais estes Estados evoluíram.

16 Quando tratados, a globalização e a atual conjuntura do capitalismo internacional são vistos na maioria das vezes como meios que facilitam a proliferação de ameaças como o terrorismo, e não como causadores dessas ameaças.

De outro lado, temos as análises interessantes da questão da representação e atribuição de sentidos aos chamados Estados Falidos, as quais se ancoram em pressupostos das abordagens pós-modernas/pós-estruturalistas de Relações Internacionais¹⁷, em especial no tratamento dado por essas perspectivas sobre a relação entre discurso e realidade. De forma geral, inspirados em trabalhos de Michel Foucault e Jacques Derrida, os trabalhos a serem revisados argumentam que os sujeitos, objetos e as relações entre os mesmos e que constituiriam a realidade só se tornam inteligíveis mediante a estruturação de campos discursivos. Em outras palavras, o real não poderia ser compreendido como exógeno ao indivíduo e passível de ser acessado sem qualquer interpretação pelo analista¹⁸. O estudo das práticas discursivas, portanto, não almeja revelar a verdade que até então estaria obscurecida, mas sim verificar como certas representações embasam a produção do conhecimento e de identidades, e como essas mesmas representações tornam determinados cursos de ação possíveis. Moreno (2011, p. 21) sintetiza bem o impacto que as análises pós-modernas/pós-estruturalistas teriam sobre o conceito Estado Falido:

[...] ao qualificar determinados Estados como “em ruínas”, “falidos”, ou pelo menos como representações imperfeitas do Estado moderno e suas populações como “atrasadas”, “primitivas”, “guerreiras”, a literatura não está empreendendo um mero esforço inocente de melhor compreensão destes

Estados e das suas sociedades, mas está produzindo aquilo que deve ser governado, disciplinado e modernizado e, desse modo, criando as condições de possibilidade para as “novas” operações de paz da ONU.

A visão depreciativa sobre a experiência de outros países considerados falidos é um ponto em comum das análises de Hugues e Pupavac (2005) e Manjikian (2008). Ambas as análises almejam destacar como as percepções sobre o chamado fracasso estatal após o 11 de setembro de 2001, no mínimo, assemelham-se a uma narrativa sobre enfermidades, tratando sociedades saídas de conflitos como patológicas e incapazes de se recuperarem autonomamente. Dizemos “no mínimo”, pois por vezes a metáfora utilizada para caracterizar o fracasso estatal refere-se explicitamente ao tratamento de doenças, como no seguinte trecho de Goldstone (2008, p. 293):

Impedir o fracasso estatal não é simples como consertar um telhado com vazamentos de uma casa, no qual a tecnologia é conhecida e a questão giraria em torno de se aplicar corretamente as soluções. *É mais como tentar curar um câncer*, uma vez que no estado atual do conhecimento, não sabemos precisamente como prevenir ou curar cada caso. Contudo, podemos sugerir algumas diretrizes gerais para uma abordagem global (*grifo nosso*)¹⁹.

Assim, com base em estudos de casos do Camboja e dos territórios que outrora fizeram parte da Iugoslávia, Hugues e Pupavac (2005) argumentam que a noção de Estado

17 Não é nosso objetivo reconstruir todo o percurso das abordagens pós-modernas/pós-estruturalistas na área de Relações Internacionais. Para uma revisão específica sobre o impacto do pós-modernismo/pós-estruturalismo em Relações Internacionais, sugerimos Nogueira e Messari (2005) e Resende (2010).

18 As abordagens em tela propõem uma ruptura com a concepção representacionista da linguagem, afastando-se da ideia de que a linguagem seria única e exclusivamente um reflexo das condições materiais e/ou ideacionais da sociedade. Parte-se agora do pressuposto do real como resultado de práticas discursivas, não possuindo fundação ontológica e sendo produto de relações de poder, as quais dariam forma e sentido ao mundo mediante a linguagem e teriam consequências práticas, possibilitando e legitimando determinadas ações, ao passo que também desautorizariam tantas outras.

Falido, além de fixar a culpabilidade dos conflitos nas sociedades em questão, dá a entender que a razão de ser desses mesmos conflitos pode ser encontrada em predisposições inatas das populações desses países à violência. Esse paradigma terapêutico, segundo terminologia das autoras, caracterizaria as populações do Camboja e da Iugoslávia como traumatizadas e brutalizadas, o que explicaria o fracasso estatal, ao mesmo tempo que retiraria o foco das influências políticas domésticas e internacionais sobre a constituição do Estado nessas regiões, permitindo que a soberania fosse-lhes negada, uma vez que cambojanos e os povos da ex-Iugoslávia ora seriam percebidos como passivamente à espera de ajuda externa, ora como não confiáveis para liderarem os seus próprios processos de reconstrução.

De forma semelhante, Manjikian (2008) argumenta que o ato de classificar um país como falido ou bem-sucedido repousa em pressupostos implícitos sobre o Estado, tratando-o como um corpo, assim como em premissas relativas à saúde, aos tratamentos que parecem ser mais promissores e à autonomia que os pacientes desfrutam ou não uma vez recebido o diagnóstico. Seguindo o raciocínio da autora, parte significativa das metáforas utilizadas nas caracterizações sobre a relação entre fragilidade estatal e terrorismo compara o último a uma “vírose”, focando-se nos “solos férteis” de Estados Falidos, assim como no fácil “contágio” e “transmissão” para outros territórios. A partir dessa metáfora, a comunidade internacional, assim como um “médico”, é vista como altamente capaz, possuindo todas as habilidades e capacidades para intervir e resgatar o

país fracassado. A este, uma vez que não teria capacidade para tomar conta de si próprio, restaria apenas aguardar a intervenção que o salvaria, já que aos Estados Falidos nem mesmo optar sobre qual “tratamento” se submeter seria possível.

É importante reforçar que a autora não pretende trivializar os problemas de diversos países do mundo: o intento aqui é “chamar a atenção para a forma como a cultura ocidental em geral (e a norte-americana em particular) escolhe patologizar alguns problemas de governança e sociedade e não outros” (Manjikian, 2008, p. 343). Nota-se também que um dos ganhos oriundos dos esforços tanto de Manjikian (2008) como de Hugues e Pupavac (2005) é mostrar que a doença dos Estados Falidos é, na verdade, um amontoado de sintomas (corrupção extensiva, inabilidade para prover bens públicos e projetar poder sobre o território, baixos índices educacionais, desemprego, entre outros), ou seja, não advém de nenhuma qualidade essencial, mas sim da forma como se decide interpretar o quadro geral.

São também dignos de nota os trabalhos que, amparados em *insights* da literatura pós-colonialista²⁰, problematizam a caracterização corrente dos chamados Estados Falidos. Dentre os pressupostos pós-colonialistas que informaram teoricamente as análises em tela, alguns deles semelhantes àqueles das abordagens pós-modernas/pós-estruturalistas, destaca-se a ideia de que a produção do conhecimento ou das representações é inseparável de questões relativas ao poder, e a de que o mundo social não é um objeto inerte à espera de uma descrição imparcial, objetiva e desinteressada: pelo contrário, conforme nos

19 A analogia com doenças e morte não é privilégio de Goldstone (2008). Por exemplo, Zartman (1995, p. 8) chamava o colapso estatal de uma “doença degenerativa de longo prazo”, enquanto Krasner e Pascual (2005, p. 155) diziam que os elementos do fracasso estatal assemelham-se a “folhas mortas que se acumulam em uma floresta”.

diz Krishna (2009, p. 73), as representações sobre a realidade dependem sobremaneira de questões relativas a quem descreve, de onde partem as descrições, quais são os interesses dos responsáveis pelas descrições, entre outros pontos.

Nessa linha, talvez seja de Jonathan Hill (2005) uma das críticas pós-colonialistas mais incisivas ao conceito de Estado Falido. Partindo da premissa de que o Primeiro Mundo e o Terceiro Mundo não são entidades ou divisões geográficas naturais, mas sim que se formam um em relação ao outro, o autor identifica dois elementos centrais na tese sobre o fracasso estatal: primeiramente, a identificação dos Estados Falidos como incapazes ou desinteressados em desempenhar as funções que deveriam cumprir; e, em segundo lugar, a definição de quais seriam essas funções, destacando-se o provimento de bem-estar, ordenamento legal e segurança. Logo, embasando as descrições sobre Estados Falidos jazeria a definição do que constituiria um Estado bem-sucedido e das capacidades que os países deveriam ter. Assim:

Ao adotar uma perspectiva eurocêntrica, a abordagem comparativa escolhida pela literatura tradicional para identificar Estados Falidos torna-se inadequada para explicar o desenvolvimento individual dos Estados. Ao invés de explicar por que os problemas sociopolíticos de um Estado surgiram, esta abordagem comparativa meramente salienta que os Estados africanos são diferentes daqueles do Primeiro Mundo antes de condenar os Estados africanos por serem diferentes. Estados são identificados como falidos não pelo que são, e sim pelo que eles não são. [...] O processo de identificação de um Estado Falido é, portanto, analiticamente de pouca valia para explicar porque Estados estão passando por problemas políticos, econômicos e sociais que resultaram na descrição de falidos (Hill, 2005, p. 148).

Ademais, a partir dessa caracterização problemática, a única saída para os Estados Falidos seria a ajuda de atores externos, apresentados como benevolentes, como as forças capazes de restaurá-los e os resgataram, retirando desses mesmos interventores quaisquer responsabilidades acerca do chamado fracasso estatal.

Problematizar este último ponto é a intenção de Hill (2009) em trabalho que investiga a utilidade analítica do conceito de Estado Falido quando aplicado ao caso da Argélia. Segundo o autor, tentar compreender a guerra civil argelina da década de 1990 à luz do conceito de fracasso estatal, salientando apenas a incapacidade do Estado em desempenhar determinadas funções como principal determinante para a continuidade do conflito, é deixar de lado a influência que outros atores internacionais tiveram na situação, em especial o FMI e o Banco Mundial.

Logo, o autor tenta mostrar que as reformas estruturantes da década de 1990, exigidas pelos organismos supracitados, enfraqueceram a capacidade da Argélia em prover serviços considerados necessários para a população e que estariam no rol de funções a serem desempenhadas por Estados bem-sucedidos, constituindo-se assim num dos motivos mais determinantes a levar parte dos argelinos a apoiar os insurgentes, da mesma forma que financiamentos externos possibilitaram que governo e rebeldes prolongassem os embates. Assim sendo, mediante o exemplo da Argélia, Hill (2009) tensiona a visão de que as causas do fracasso são sumamente domésticas, além de verificar como as conexões do país com o sistema internacional potencializaram seus problemas.

20 Para os interessados no pensamento pós-colonialista, sugerimos Krishna (2009) e Young (2008).

Por fim, temos a contribuição de Marta Fernandez Moreno (2011) que, mediante o estudo de caso da Somália, questiona a construção discursiva do fracasso estatal. Segundo a autora, a caracterização das “novas” operações de paz da ONU, em especial aquelas conduzidas a partir do final da Guerra Fria, depende de determinada visão sobre as sociedades alvo. Mais especificamente:

[...] a produção da **descontinuidade**/inovação das operações de paz em relação ao passado colonial depende da **continuidade** das sociedades alvo de tais operações vistas como sujeitas a conflitos ancestrais de natureza endógena, ligados a um passado pré-colonial; revelando, desse modo, uma dependência mútua entre as identidades “moderna”, produzida como símbolo do progresso, e “tradicional”, construída como atrasada (Moreno, 2011, p. 17; **negrito no original**).

Informada pelas abordagens pós-moderna/pós-estruturalista e pós-colonialista, Moreno procura desestabilizar o discurso de que as “novas” operações de paz seriam uma inovação em relação ao passado colonial. Pelo contrário, a autora sugere que a lógica subjacente a estas missões é a da teoria da modernização, a ideia de que o desenvolvimento se dá por etapas, levando sociedades até outrora consideradas tradicionais para a modernidade. Desse modo, as operações permitiriam retirar os chamados Estados Falidos do caos social no qual estariam inseridos, colocando-os no caminho do desenvolvimento. Contudo, a condição de possibilidade para tal visão é calcada numa caracterização estática de países como a Somália, cuja situação sempre é percebida como derivada da continuidade dos seus modos de organização social pré-modernos. Moreno também destaca o caráter híbrido da Somália, resgatando discursos e obras que apontam para a influência dos atores ditos modernos no atraso das sociedades hoje consideradas passíveis de intervenção, perturbando assim as fronteiras discursivas entre o

progresso e a racionalidade de atores externos e a barbárie e irracionalidade somali.

Considerações finais

Ao final da presente revisão, resta-nos apontar o que a crítica ao conceito de Estado Falido acrescenta ao debate e que novas agendas de pesquisa são abertas para se explorar o problema de países considerados fragilizados.

Em primeiro lugar, temos uma crítica à ideia de que a apreensão do fracasso estatal consistiria simplesmente na seleção de determinados indicadores e o consequente desempenho dos países segundo tais dados, mostrando que a percepção do fenômeno pode mudar drasticamente conforme as variáveis utilizadas. Ademais, por vezes, a distinção entre causas e sintomas do fracasso estatal torna-se opaca: à guisa de ilustração, uma guerra civil é uma indicação de que um Estado faliu ou é a sua causa? Não à toa, Easterly e Freschi (2010) afirmam que o fracasso estatal pode ser considerado um *destruidor de ideias*, pois ao tentar combinar variáveis tão distintas entre si, como guerras civis, corrupção, inabilidade para prover bens públicos, entre outras, cria um agregado extremamente confuso.

Em segundo lugar, a visão de que Estados considerados fracos ou falidos seriam incubadores das ameaças contemporâneas à paz e segurança internacional, em especial o terrorismo, também é tensionada. Parte dos autores apresentados ao longo do texto, a despeito das metodologias distintas, chegou a conclusões no mínimo semelhantes: não é possível fazer afirmações conclusivas sobre a associação entre Estados considerados fracos ou falidos e a proliferação de grupos terroristas, o que se choca frontalmente com as premissas da Guerra ao Terror do governo George W. Bush, quais sejam, há uma relação de causalidade direta entre os ditos Estados Falidos e a proliferação do terrorismo e que

governança democrática e reformas liberalizantes reduziriam a incidência do mesmo.

Nota-se também a ausência de análises historicizantes sobre a situação dos países subdesenvolvidos, optando-se por uma comparação, muitas vezes implícita, entre o que seria um Estado bem-sucedido e o que está faltando no Terceiro Mundo. Ou seja, discutem-se muito as instituições e o tipo de governo que não estariam presentes, mas esquece-se de averiguar que relações sociais e formas de domínio realmente existem, subsumindo todos esses processos pelos conceitos de anarquia, caos social e falência estatal. Ademais, principalmente a partir das críticas vindas dos trabalhos informados pela literatura pós-moderna/pós-estruturalista e pós-colonialista, temos a poderosa ideia de que os Estados Falidos seriam uma representação que acabaria por construir a realidade, viabilizando identidades desiguais entre os atores e autorizando práticas intervencionistas e de reconstrução.

Frente a tal quadro, uma medida extremamente importante é fazer uma mudança na maneira como se formula o problema: em vez de mantermos o viés comparativo, tentando em perguntar o que falta e o que precisa ser transplantado para tais países, talvez devêssemos nos questionar o que as populações nessas regiões estão realmente fazendo

diante da situação na qual estão inseridas e como se relacionam com os interventores.

O primeiro tipo de pergunta acaba por reforçar a ideia de que em Estados Falidos reina um caos total, uma barbárie generalizada, o que cria as condições para as construções de sentido de que a ajuda externa é neutra e benevolente, sem outros interesses. O segundo tipo de pergunta, contudo, leva o pesquisador a deixar de lado essa visão e tentar entender o que realmente se passa nesses países, a se engajar com o local, evitando assim exotizá-lo ou romantizá-lo. Felizmente, alguns analistas já procuram enveredar nesse tipo de investigação, tais como os estudos de Richmond (2010, 2011) e MacGinty (2012), os quais verificam, cada qual a seu modo, como as intervenções externas impactam as populações locais, mas como, ao mesmo tempo, essas mesmas populações negociam com os interventores e conseguem influenciar o processo. Em suma, trata-se de entender as reconstruções como um fenômeno híbrido, que combina contribuições externas, mas também aquelas oriundas da população envolvida. Levando em consideração o atual estágio em que se encontram as reconstruções do Afeganistão e do Iraque, questionar o fracasso estatal é um esforço nada desprezível, pelo contrário, é extremamente necessário.

Bibliografia

BILGIN, Pinar; MORTON, Adam (2002). "Historicizing representations of 'Failed States': beyond the Cold-War annexation of the social sciences?". *Third World Quarterly*, v. 23, n. 1, p. 55-80.

_____. (2004). "From 'Rogue' to 'Failed' State? The fallacy of short-termism". *Politics*, v. 24, n. 3, p. 169-180.

_____. (2007). "Rethinking State Failure: the political economy of security". In: LAMBACH, Daniel; DEBIEL, Tobias (orgs.). *State Failure revisited I: globalization of security and neighborhood effects. INEF REPORT 87*. Institut für Entwicklung und Frieden – INEF, Universität Duisburg-Essen.

BØÅS, Morten; JENNINGS, Kathleen (2007). "'Failed States' and 'State Failure': threats or opportunities?". *Globalizations*, v. 4, n. 4, p. 475-485.

- CARMENT, David (2003). "Assessing State Failure: implications for theory and policy". *Third World Quarterly*, v. 24, n. 3, p. 407-427.
- CARMENT, David; SAMY, Yiagadeesen (2011). "Engaging Fragile States: closing the gap between theory and policy". *Global Dialogue*, v. 13, n. 1, p. 1-11.
- CARMENT, David *et al.* (2006). "The 2006 Country Indicators for Foreign Policy: opportunities and challenges for Canada". *Canadian Foreign Policy*, v. 13, n.1, p. 1-35.
- CHAPAUX, Vincent (2009). "Imposición de un modelo universal del Estado Exitoso? Estudio de la noción de Estado Fallido". *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo*, v. 4, n. 7, p. 117-144.
- CHAPAUX, Vincent; WILÉN, Nina (2009). "Can you express your discontent when you're considered a Failed State? From an ethic of identity to an ethic of capacity". In: WORLD CONGRESS IPSA, Santiago, Chile.
- EASTERLY, William; FRESCHI, Laura (2010). "Top 5 reasons why 'Failed State' is a 'Failed' Concept". Disponível em: <<http://aidwatchers.com/2010/01/top-5-reasons-why-%E2%80%9Cfailed-state%E2%80%9D-is-a-failed-concept/>>. Acesso em: 26 out. 2011.
- FOREIGN POLICY (2005). *The Failed States Index*. Washington D.C.: Washingtonpost. Newsweek Interactive.
- FUKUYAMA, Francis (2005). *Construção de Estados: governo e organização mundial no século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco.
- FUND FOR PEACE (2011). *The Failed States Index 2011*. Disponível em: <<http://www.fundforpeace.org>>. Acesso em: 26 out. 2011.
- GOLDSTONE, Jack (2008). "Pathways to State Failure". *Conflict Management and Peace Science*, n. 25, p. 285-296.
- GOLDSTONE, Jack *et al.* (2000). "State Failure task force report: phase III findings". Disponível em: <<http://globalpolicy.gmu.edu/pitf/SFTF%20Phase%20III%20Report%20Final.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2011.
- GOMES, Aureo de Toledo (2008). *Do colapso à reconstrução: Estados Falidos, operações de nation-building e o caso do Afeganistão no Pós-Guerra Fria*. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.
- _____. (2012). *O colapso e a reconstrução: uma análise do discurso sobre Estados Falidos e Reconstrução de Estados*. Tese de doutorado em Ciência Política, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- HALPER, Stefan (2010). "Beijing's coalition of the willing". *Foreign Policy*, jul./ago.
- HEHIR, Aidan (2007). "The myth of the Failed State and the War on Terror: a challenge to conventional wisdom". *Journal of Intervention and Peacebuilding*, v. 1, n. 3, p. 307-333.
- HELMAN, Gerald; RATNER, Steven (1993). "Saving Failed States". *Foreign Policy*, n. 89, p. 3-18.
- HILL, Jonathan (2005). "Beyond the Other? A postcolonial critique of the Failed State thesis". *African Identities*, v. 3, n. 2, p. 139-154.
- _____. (2009). "Challenging the Failed States thesis: IMF and World Bank intervention in Algerian civil war". *Civil Wars*, n. 1, p. 39-56.
- HUGHES, Caroline; PUPAVAC, Vanessa (2005). "Framing post-conflict societies: international pathologisation of Cambodia and the post-Yugoslav States". *Third World Quarterly*, v. 26, n. 6, p. 873-889.
- KRASNER, Stephen; PASCUAL, Carlos (2005). "Addressing State Failure". *Foreign Affairs*, v. 84, n. 4, p. 153-163.
- KRISHNA, Sankaran (2009). *Globalization and postcolonialism: hegemony and resistance in the twenty-first century*. New York: Rowan & Littlefield Publishers.

- LINKLATER, Andrew (2007). *Critical theory and world politics: citizenship, sovereignty and humanity*. New York: Routledge.
- MAC GINTY, Roger (2012). *International peacebuilding and local resistance: hybrid forms of peace*. New York: Palgrave.
- MANJIKIAN, Mary (2008). "Diagnosis, intervention, and cure: the illness narrative in the discourse of the failed state". *Alternatives*, v. 33, p. 335-357.
- MATA, Javier Fabra; ZIAJA, Sebastian (2009). *User's guide on measuring fragility*. Bonn: German Development Institute.
- MONTEIRO, Leandro (2006). *O conceito de Estado fracassado nas relações internacionais: origens, definições e implicações teóricas*. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, São Paulo, Programa San Tiago Dantas de Relações Internacionais, Unesp/Unicamp/PUC-SP.
- MORENO, Marta Fernandez (2011). *Uma leitura pós-colonial sobre as "novas" operações de paz da ONU: o caso da Somália*. Tese de doutorado em Relações Internacionais, Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio.
- NASSER, Reginaldo (2009). "Os Estados Falidos: novas ameaças e novas oportunidades". In: NASSER, Reginaldo (org.). *Os conflitos Internacionais em suas múltiplas dimensões*. São Paulo: Ed. Unesp.
- NEWMAN, Edward (2007). "Weak States, State Failure, and terrorism". *Terrorism and Political Violence*, v. 19, p. 463-488.
- _____. (2009). "Failed States and international order: constructing a post-Westphalian world". *Contemporary Security Policy*, v. 30, n. 3, p. 421-443.
- NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar (2005). *Teoria das relações internacionais*. Rio de Janeiro: Campus.
- PAPE, Robert A.; FELDMAN, James K (2010). *Cutting the fuse: the explosion of global suicide terrorism and how to stop it*. Chicago: The University of Chicago Press.
- PATRICK, Stewart (2007). "Failed States and global security: empirical questions and policy dilemmas". *International Studies Review*, v. 9, p. 644-662.
- PIAZZA, James (2006). "Rooted in poverty? Terrorism, poor economic development and social cleavages". *Terrorism and Political Violence*, v. 18, p. 159-177.
- _____. (2008). "Do democracy and free markets protect us from terrorism?". *International Politics*, v. 45, p. 72-91.
- PUREZA, José *et al.* (2007). "Do States Fail or are they pushed? Lessons from three former Portuguese colonies". In: 48TH ANNUAL CONVENTION OF THE INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION (ISA), Chicago.
- RASHID, Ahmed (2001). *Taliban: the story of Afghan warlords*. London: Pan Books.
- RESENDE, Erica (2010). *A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas relações internacionais*. Boa Vista, Roraima: Ed. UFRR.
- RICE, Susan; PATRICK, Stewart (2009). *Index of State weakness in the developing world*. Washington D.C.: Brookings.
- RICHMOND, Oliver (org.) (2010). *Palgrave advances in peacebuilding: critical developments and approaches*. London: Palgrave.
- _____. (2011). *A post-liberal peace*. New York: Routledge.

ROTBURG, Robert (2004). "The failure and collapse of Nation States: breakdown, prevention, and repair". In: ROTBERG, Robert (org.). *When States fail: causes and consequences*. New Jersey: Princeton University Press.

SANÍN, Francisco Gutierrez (2011). "Evaluating State performance: a critical view of State Failure and fragility indexes". *European Journal of Development Research*, v. 23, n. 1, p. 20-42.

YOUNG, Robert (2009). *Postcolonialism: an historical introduction*. Oxford: Blackwell Publishers.

ZARTMAN, I. William (1995). "Introduction: posing the problem of State collapse". In: ZARTMAN, I. William (org.). *Collapsed States: the disintegration and restoration of legitimate authority*. Colorado: Lynne Rienner.

Artigo recebido em 13/09/2009

Aprovado em 16/05/2011

Resumo

Questionando o fracasso estatal: um balanço da literatura crítica

O objetivo do artigo é revisar as críticas ao conceito de Estado Falido e evidenciar como as mesmas ampliam o debate contemporâneo sobre o tema. Para tanto, optamos por dividi-las em três linhas: primeiramente, as contribuições que questionam as formas de se identificar o fracasso estatal; em segundo lugar, aquelas que problematizam a relação Estados Falidos e proliferação do terrorismo transnacional; e, em terceiro lugar, as obras que privilegiam a forma como o discurso sobre Estados Falidos é construído e utilizado para a ação política.

Palavras-chave: Estados Falidos; Terrorismo; Segurança internacional; Relações internacionais; Discurso.

Abstract

Calling into question the State failure: a review of critical approaches

The aim of the article is to review the criticisms on the concept of failed State and to show how they enlarge the scope of the contemporary debate on the theme. In order to achieve such goal, the author decided to separate those conceptions into three lines: first, the contributions that discuss the current ways of identifying State failure; secondly, the works that put in question the relationship between failed States and transnational terrorism; and thirdly, those approaches whose main focus is the exam of how the discourse on failed State is built and used for political action.

Keywords: Failed States; Terrorism; International security; International relations; Discourse.

Résumé

La défaillance de l'État en question: un bilan de la littérature critique

L'objectif de l'article est de revoir les critiques à propos du concept d'État Failli et d'identifier comment ces critiques élargissent le débat actuel sur le sujet. Nous avons pour cela décidé de répartir ces critiques en trois groupes : tout d'abord, les contributions qui remettent en question les formes d'identification de l'échec de l'État ; ensuite, celles qui problématisent le rapport entre les États Faillis et la prolifération du terrorisme transnational ; et, enfin, les ouvrages qui privilégient la forme par laquelle le discours sur les États Faillis est construit et utilisé pour l'action politique.

Mots-clés: États Faillis; Terrorisme; Sécurité internationale; Relations internationales; Discours.

Introdução

O objetivo deste artigo é mapear os estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento, revelando os confrontos teóricos e metodológicos entre as principais perspectivas de análise. O objetivo proposto supõe a existência de um campo de estudos que possui um objeto de investigação particular, além de teorias, métodos e conceitos construídos para lidar com problemas de pesquisa específicos: os estudos do desenvolvimento se voltam particularmente para a investigação dos “processos de reprodução e transformação sociais dos países em desenvolvimento, em conjunto com os fatores internacionais que influenciam tais processos” (Martinussen, 2005 [1995], p. 4; tradução própria).

Obviamente, a preocupação com o processo de desenvolvimento antecede a formação desse campo e, portanto, não se restringe a ele. Em confronto com os neoclássicos de seu tempo, preocupados fundamentalmente com o equilíbrio na alocação de recursos pelo mercado, o economista alemão, Joseph Schumpeter (1997 [1912]), colocava maior ênfase sobre os fatores de desequilíbrio do sistema econômico, especialmente os agentes produtores de inovações, que produzem transformações na utilização dos fatores produtivos. Daí, a distinção entre desenvolvimento, resultante de inovações relacionadas com a introdução de novas técnicas de produção, novos produtos ou novas maneiras de

organizar as relações de produção, por um lado, e crescimento, que tem a ver simplesmente com o aumento da capacidade de produção, por outro.

É verdade que os estudos do desenvolvimento se apropriaram dessa distinção, concebendo o desenvolvimento como um processo que envolve profundas transformações estruturais e, ao mesmo tempo, distanciando-se da teoria neoclássica e sua problemática do equilíbrio e eficiência na alocação de recursos. Ainda nesse viés – das origens teóricas do campo de estudos do desenvolvimento – nunca é demais ressaltar a importância que tiveram os autores clássicos das ciências humanas (Martinussen, 2005, p. 19-30). Ao mesmo tempo, esse campo de estudo propõe uma nova mirada sobre o fenômeno. Nele, o desenvolvimento é frequentemente concebido como um processo *multidimensional*, que não se esgota em seu aspecto econômico. Ademais, as escolhas metodológicas propostas geralmente circunscrevem os objetos de investigação aos países incluídos sob o que se convencionou chamar de “Terceiro Mundo” (com enfoque ora sobre os aspectos que os assemelham ora sobre os aspectos que os diferenciam), tomados, em seu conjunto, como *qualitativamente* distintos dos países avançados.

A formação do campo dos estudos do desenvolvimento ocorreu nas décadas de 1940 e 1950, concomitantemente ao processo de descolonização nos continentes africano e

asiático, ao início da Guerra Fria, que ensejou as disputas geopolíticas entre as grandes potências (e resultou na divisão tripartite do mundo), e às mudanças no sistema econômico mundial em decorrência da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial. Sua problemática fundamental residia em explicar as diferentes experiências de desenvolvimento entre os países ora industrializados e aqueles que então se desligavam dos laços coloniais ou que, já deles desligados, passavam por transformações resultantes de mudanças na vinculação à economia mundial (caso de alguns países latino-americanos) (Valenzuela e Valenzuela, 1978). Embora se assemelhem em termos da problemática, os estudos no campo divergem enormemente no que se refere à conceituação do fenômeno (o que é desenvolvimento?), à concepção da natureza e dinâmica do desenvolvimento (como entender o processo, as causas do atraso, as condições de mudança, o papel dos atores etc.), aos métodos de investigação (ex.: unidade de análise) e às estratégias para intervenção (qual é o papel do Estado ou da sociedade civil?).

Entre as décadas 1950 e 1970, os principais embates no campo se davam entre três perspectivas: a *teoria da modernização*, o *estruturalismo cepalino* e a *análise da dependência*. Na década de 1980, duas outras perspectivas emergiram (ou ganharam força) em resposta às dificuldades daquelas em lidar com a crescente diferenciação entre os países do Terceiro Mundo, quando alguns países do Leste Asiático, especialmente Coreia do Sul e Taiwan, deixaram para trás os países relativamente mais desenvolvidos da América Latina (Argentina, Brasil e México) em termos de diversos indicadores

econômicos, sociais e culturais. São elas: *a perspectiva centrada no Estado* e a *perspectiva neoliberal*. Por fim, gostaria de destacar alguns estudos que propõem uma nova abordagem do fenômeno do desenvolvimento em face das mudanças ocorridas no cenário econômico e político internacional a partir das décadas de 1970 e 1980, relacionadas com o fenômeno da transnacionalização do capital e com a emergência de uma nova estrutura de regulação das relações comerciais e financeiras internacionais e de proteção à propriedade intelectual.

A perspectiva da modernização: a oposição entre o tradicional e o moderno

A teoria da modernização surgiu dos esforços de pesquisadores de diversas disciplinas acadêmicas para compreender a natureza das diferenças do desenvolvimento entre os países do Primeiro Mundo e os países do Terceiro Mundo, categorias que correspondiam – ao lado do bloco comunista – à divisão tripartite do mundo após a Segunda Guerra Mundial (Sztompka, 2005)¹.

Nessa perspectiva, que se tornou bastante difundida entre as décadas de 1950 e 1960, o processo de desenvolvimento é entendido como *modernização*, que se refere aos esforços das sociedades atrasadas para “alcançar” as sociedades avançadas em termos econômicos, políticos, culturais e sociais. Nesse sentido, desenvolvimento envolve um movimento de *convergência* das sociedades nacionais (*unidade de análise básica*) em torno de uma estrutura institucional e um sistema de normas e valores comuns (Lerner, 1958; Kerr *et al.*, 1963 [1960]).

1 Ver também Valenzuela e Valenzuela (1978) e So (1990).

Central a essa perspectiva é a oposição entre formas *tradicionais* e *modernas* de organização da vida social. Tradição e modernidade são tomadas como polos de um *continuum*: com base em premissas retiradas da teoria evolucionista, os estudos da modernização entendem que a transição entre eles envolveria mudanças sequenciais, incrementais, irreversíveis e inevitáveis que conduziriam a transformações qualitativas em diversos âmbitos da vida social. O polo do moderno adquiriria centralidade, pois reunia os traços característicos das sociedades então industrializadas e desenvolvidas (essencialmente as sociedades da Europa Ocidental e os Estados Unidos; daí, a acusação de etnocentrismo dirigida a essa perspectiva). O tradicional – definido logicamente em oposição àquele – seria simultaneamente *expressão* e *causa* do atraso. Alguns de seus traços podem ser assim identificados: comportamento social fracamente orientado para a realização, mobilidade social restrita, estrutura produtiva pouco diversificada, economia de mercado incipiente, burocracia estatal precariamente constituída etc. (Black, 1971 [1966]).

Esse quadro analítico-conceitual foi comum a vertentes vinculadas a diferentes disciplinas: a *economia do desenvolvimento* enfocava a escassez de capital e/ou a falta de capacidade empresarial como os principais traços das sociedades tradicionais e os determinantes dos incipientes níveis de poupança e de investimento produtivo que bloqueavam a expansão da moderna economia de mercado (A. Lewis; H. Domar; R. Nurske; W. W. Rostow); a vertente sociológica, profundamente influenciada pelo funcionalismo estrutural, colocava maior ênfase sobre as variações nos sistemas normativos predominantes e no processo de diferenciação estrutural, entendendo que valores e normas de comportamento tradicionais (comportamento pouco orientado para a realização e

desempenho, incipiente institucionalização da racionalidade instrumental, desprezo por atividades manuais e materiais) bloqueariam a expansão dos elementos modernos (T. Parsons; N. Smelser; S. M. Lipset); a ciência política, por sua vez, entendia que o atraso era causado pela reprodução de características tradicionais do sistema político; nesse sentido, a modernização decorreria da diferenciação política, da instauração de formas democráticas de governo, da institucionalização de direitos de cidadania, da constituição de uma administração pública imparcial e universalista e da construção de um aparato estatal capaz de conduzir o desenvolvimento social e distribuir bens coletivos (J. Coleman; G. Almond).

Diferenças à parte, todas essas vertentes viam o desenvolvimento como um processo de modernização que conduziria a uma convergência das estruturas institucionais e bases normativas das sociedades tradicionais com as sociedades modernas. Por isso, a modernização é um *processo homogeneizador*. Além disso, este é um processo *sistemático* e *transformativo*, porque produz mudanças mais ou menos simultâneas em diversas dimensões da vida social (industrialização, urbanização, elevação da mobilidade social, diferenciação estrutural, secularização). Consequentemente, o atraso seria apenas uma *etapa* no processo de desenvolvimento, produto da reprodução de traços tradicionais; desenvolver-se supõe superar os obstáculos da tradição.

Diversas críticas foram dirigidas à teoria da modernização e a algumas de suas premissas e postulados: ao etnocentrismo, decorrente de se derivar o moderno das características das sociedades avançadas da Europa e dos Estados Unidos; ao determinismo pressuposto na premissa evolucionista que via a modernização como um movimento inevitável e necessário, desconsiderando caminhos alternativos ao desenvolvimento; ao

postulado funcionalista acerca da incompatibilidade entre o “tradicional” e o “moderno” etc. O que mais nos interessa aqui, no entanto, é apontar as insuficiências teóricas e metodológicas da teoria da modernização a partir das perspectivas do estruturalismo e da teoria da dependência. Comum a estas duas é a crítica à oposição entre tradicional e moderno como elemento analítico central para explicar o desenvolvimento. Embora as sociedades possam ser diferenciadas em termos das características de suas estruturas sociais, não é isso que está no cerne do problema. Ao invés, para ambas as perspectivas, o desenvolvimento é moldado historicamente pela forma de vinculação das sociedades nacionais ao sistema econômico mundial, hierarquicamente organizado. E tais formas de vinculação moldam a estrutura social interna (assim como esta condiciona as formas de vinculação à economia internacional). Mais fundamentalmente, as diferentes “experiências de desenvolvimento” são entendidas como conformadas por um mesmo processo histórico, de expansão do sistema capitalista em plano global, que produziu, simultaneamente, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, categoria esta que substitui a noção de atraso, por sublinhar que permanecer na periferia do sistema capitalista é uma condição estrutural, historicamente moldada, e não uma mera etapa. Consequentemente, tomar a sociedade nacional como a unidade básica de análise – como faziam os estudos da modernização – é insuficiente por desconsiderar as *relações entre os âmbitos interno e externo* – as formas de inserção das sociedades nacionais no sistema econômico e político mundial – e as *relações internas* que sustentam distintas formas de vinculação entre os componentes do sistema.

A visão cepalina: o método histórico-estrutural para o estudo do desenvolvimento da periferia

O estruturalismo é uma perspectiva de análise do desenvolvimento intimamente vinculada à produção da Cepal (Comissão para Estudos da América Latina e Caribe). O marco inicial dessa corrente pode ser encontrado em um artigo do economista argentino, Raúl Prebisch, publicado em 1949. Como destaca um importante intérprete da corrente cepalina, “as primeiras doutrinas e convicções econômicas de Raúl Prebisch emergem da experiência de um dirigente do banco central enfrentando problemas monetários e de importações de muito difícil solução” (Rodríguez, 2009, p. 72). Prebisch viria a entender tais problemas como produto da vulnerabilidade da economia argentina (e de outras economias latino-americanas) às vicissitudes do comércio internacional, associando-as ao tipo de vinculação das economias da região ao sistema capitalista mundial (Prebisch, 1949, 1952, 1963; Cepal, 1949).

É possível distinguir um conjunto de ciclos interpretativos na produção cepalina ao longo das últimas décadas, que tentam acompanhar as mudanças no cenário internacional e acomodar disputas teóricas. Embora seja extremamente relevante para a compreensão da complexidade do estruturalismo, a descrição de tais ciclos não nos interessará aqui². Ao invés, gostaria de destacar os principais elementos do quadro analítico e conceitual construído por essa corrente.

O estruturalismo produziu um enfoque bastante peculiar para investigar o processo de desenvolvimento (observando especial-

2 Remeto o leitor às obras de Rodríguez (2009) e Bielschowsky (2000).

mente os países latino-americanos), denominado de método histórico-estrutural. Nele, o capitalismo é concebido como um sistema que se conforma no plano global e se polariza em centro e periferia. A concepção do sistema centro-periferia – que é o núcleo básico do pensamento cepalino – serve para descrever o processo de difusão do progresso técnico e a distribuição de seus ganhos no sistema capitalista mundial: no centro, que inclui as economias já industrializadas, o progresso técnico se espalhou rapidamente, diversificando o tecido produtivo e homogeneizando a estrutura social. Diferentemente, na periferia da economia mundial – que se constitui inicialmente como exportadora de produtos primários aos países industrializados – a penetração do progresso técnico foi exígua, restrito aos setores voltados para a exportação, resultando em estruturas produtivas marcadas por forte especialização e estruturas sociais extremamente heterogêneas (Bielschowsky, 2000 [1988], p. 11-29). A partir desse conteúdo básico, foram construídas as análises propriamente ditas, que tentavam dar conta de diversas tendências peculiares do desenvolvimento de longo prazo das economias periféricas, especialmente a deterioração dos termos de troca, a persistência do subemprego estrutural e da inflação e a tendência à reiteração do desequilíbrio externo (Sunkel, 1958; Furtado, 1961; Pinto, 1970).

A tese da deterioração dos termos de troca foi importante para fundamentar a

crítica à teoria liberal do comércio internacional, em voga desde o final do século XIX, ao conectar a noção da difusão desigual do progresso técnico com a ideia da distribuição desigual de seus ganhos no sistema capitalista internacional (Bielschowsky, 2000). Seguindo a tese ricardiana de que a especialização produtiva segundo o princípio das vantagens comparativas elevaria os ganhos do comércio internacional, a teoria liberal insistia que a distribuição desigual do progresso técnico seria compensada pela transferência dos benefícios derivados da elevação da produtividade por meio dos preços relativos. Em outros termos, os países primário-exportadores se beneficiariam dos ganhos de produtividade ocorridos nos países industrializados por meio da redução relativa dos preços dos bens manufaturados frente aos bens primários. Contrariamente, a tese da deterioração dos termos de troca identificava uma transferência de ganhos da periferia para o centro, evidenciada pela crescente disparidade nos níveis médios de renda real entre os dois polos do sistema econômico mundial³.

Como parte de um sistema econômico internacional e sendo incorporadas a ele como economias periféricas, as sociedades latino-americanas seguiriam ritmos e padrões distintos de desenvolvimento em relação aos que caracterizaram as economias centrais. O conceito de subdesenvolvimento sublinha as *características estruturais peculiares* à periferia do sistema capitalista. Sendo

3 A operação dos mecanismos de transferência dos ganhos de produtividade da periferia para o centro estava ligada aos ciclos econômicos. No centro, a maior organização sindical e a concentração mais elevada de capital na indústria impediam que os ganhos de produtividade se traduzissem diretamente em queda de preços na fase minguante do ciclo; na periferia, diferentemente, o excesso crônico de mão de obra exercia pressão baixista constante sobre preços e salários, o que resultava na transferência dos ganhos de produtividade para o centro em proporção maior na fase minguante do que possivelmente aquela de que a periferia se beneficiava na fase ascendente do ciclo (Prebisch, 1949). Houve outras elaborações da tese da deterioração dos termos de troca, não relacionadas diretamente aos ciclos econômicos (Rodrigues, 2009).

o subdesenvolvimento o resultado de um “processo histórico autônomo”, relacionado com a expansão do núcleo comercial e, depois, industrial europeu a partir do século XVIII, ele não poderia ser tomado como uma mera etapa do desenvolvimento capitalista. Ao invés, a penetração das técnicas capitalistas em estruturas sociais arcaicas resultou na “criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista; a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente” (Furtado, 1961, p. 253). Assim, o traço peculiar do subdesenvolvimento – mesmo nas formas mais complexas, em que se formou um núcleo industrial voltado para o mercado interno – é a coexistência de setores econômicos que se orientam de forma capitalista e pré-capitalista.

Da perspectiva cepalina, a possibilidade de desenvolvimento na periferia dependeria de mudanças profundas na forma de vinculação das economias desses países ao sistema capitalista mundial. A industrialização das economias primário-exportadoras alteraria a forma como estavam vinculadas ao sistema mundial e permitiria que elas se apropriassem de uma parcela mais ampla dos frutos do progresso técnico, resultando em melhorias do bem-estar social. Ou seja, a industrialização seria a única via para a superação do subdesenvolvimento, embora não fosse con-

dição suficiente. De fato, devido às características estruturais das economias periféricas (a heterogeneidade estrutural e tecnológica e a especialização produtiva), a industrialização seria inerentemente problemática e poderia bem resultar no aprofundamento do subdesenvolvimento e de seus traços estruturais centrais (desemprego, inflação, desequilíbrio externo)⁴.

A análise da natureza contraditória do processo de industrialização na periferia servia, por um lado, para mostrar que o processo de acumulação capitalista funcionava de modo distinto na periferia do que funcionava nas economias centrais e, por outro, para sublinhar a necessidade da *intervenção do Estado* para conduzir deliberadamente o processo de industrialização⁵. O planejamento estatal (ou a programação industrial) ganhava, assim, centralidade, como princípio capaz de racionalizar o processo “espontâneo” de industrialização que então ocorria no marco das relações centro-periferia, no momento em que se esgotava o modelo primário-exportador ou a fase de “crescimento para fora” após a crise dos anos 1930 (Tavares, 1964). A necessidade de o Estado intervir na economia através da formulação de uma política de desenvolvimento visando à industrialização adquiriu enorme importância no pensamento estruturalista e permanece com algumas modi-

4 Furtado (1961) argumentava que a industrialização na periferia tenderia a reproduzir os padrões tecnológicos utilizados nos países centrais, padrões intensivos em capital e poupadores de mão de obra, portanto, inadequados à dotação relativa de fatores de produção em uma economia periférica. Consequentemente, a expansão dos setores modernos da economia não conseguiria absorver o excedente de mão de obra e a característica básica do subdesenvolvimento se reproduziria mesmo com elevada industrialização da economia.

5 A ênfase sobre a ação Estatal para a superação do “atraso” não era um elemento novo nos estudos do desenvolvimento. De fato, a perspectiva da economia do desenvolvimento já havia sublinhado que, sob as condições de “atraso econômico” – escassez de capital, falta de uma camada empresarial forte, mercado interno incipiente etc. – o desenvolvimento econômico dependeria da ação do Estado, por meio de programas de investimentos públicos e da criação de uma estrutura de incentivos para induzir um comportamento mais empresarial entre as elites econômicas (Hirschman, 1958; Gerschenkron, 1962).

ficações nos estudos mais recentes (Rodríguez, 2009)⁶.

Embora os estudos cepalinos confirmem centralidade à ação estatal no desenvolvimento da periferia, o Estado não é teorizado de forma sistemática. Em geral, tais estudos assumem que o Estado tem (ou pode ter) autonomia em relação aos diferentes grupos sociais e capacidade para formular políticas econômicas e levar a cabo uma estratégia de desenvolvimento econômico baseada na industrialização. No entanto, como sugeriam alguns estudos à época, a possibilidade de se alcançar o desenvolvimento autossustentado pelas economias latino-americanas enfrentava limites estruturais severos no plano externo e interno, que reduziam a margem de manobra da ação estatal. As críticas da análise da dependência ao estruturalismo sublinhavam que a oposição centro-periferia era *insuficiente* para captar as restrições estruturais associadas ao subdesenvolvimento: de um lado, havia uma vertente que entendia que a dependência externa em relação aos países desenvolvidos bloqueava o desenvolvimento da “periferia” e defendia a desvinculação do sistema capitalista mundial como único caminho para a superação do subdesenvolvimento; de outro, havia uma vertente que entendia que o desenvolvimento era possível na periferia no sistema capitalista, mas sua natureza e dinamismo seriam resultado das configurações formadas pelas relações entre

o âmbito *interno*, das alianças sociopolíticas que se expressavam no nível do Estado, e o âmbito *externo*, das relações entre os centros de poder econômico e político mundial.

A análise da dependência

O que se convencionou chamar de análise da dependência inclui vertentes bastante distintas entre si, cujo traço em comum é reivindicar o uso do método marxista (dialético) de interpretação sociológica para dar conta do desenvolvimento na periferia do sistema capitalista mundial. Uma maneira de distingui-las reside no enfoque analítico, predominantemente sobre fatores internos (relações de classe) ou fatores externos (relações de dominação no sistema econômico internacional). Obviamente, trata-se de ênfase diferencial, uma vez que tanto fatores internos quanto externos são considerados (Martinussen, 2005)⁷.

A análise da dependência se desenvolveu nas décadas de 1960/1970 em meio às dificuldades do estruturalismo cepalino para compreender a dinâmica da “nova” fase de crescimento econômico “orientado para dentro” na América Latina. Na exposição anterior, vimos que os estudos cepalinos consideravam que a industrialização seria a única via para superação da condição periférica e de seus traços estruturais (subemprego, inflação, desequilíbrio externo persistente). A industrialização das

6 Nos trabalhos cepalinos, o termo “industrialização espontânea” indicava que o impulso à industrialização da América Latina derivava em parte das forças de mercado, no contexto da crise dos países avançados na década de 1930, induzindo um processo de substituição de importações, resultante da interação entre os desequilíbrios externos e a elevação da demanda doméstica por bens importados nos países da região. O artigo de M. C. Tavares (1964) é bastante esclarecedor acerca da dinâmica peculiar da industrialização latino-americana.

7 Os termos utilizados para designar esses estudos são muito variados: “teoria da dependência” (Cardoso, 1977; Santos, 2000), “análise da dependência” (Love, 1990), “escola da dependência” (So, 1990). Utilizo o termo “análise da dependência” para indicar que o esforço dos autores se voltava mais para a construção/renovação de um método de interpretação de que propriamente para a formulação de um conjunto formal de proposições.

economias latino-americanas permitiria a elas vincular-se de forma mais autônoma à economia mundial em termos da produção de progresso técnico e apropriação de seus ganhos, reduzindo a distância que as separava das economias centrais em termos de níveis de produtividade e de renda e abrindo caminho para o desenvolvimento autossustentado (sobretudo nos países mais desenvolvidos da região, como Argentina, Brasil, México e Chile). Tais previsões perderam força ao longo das décadas de 1950 e 1960, com o menor dinamismo do crescimento industrial na região. Foram feitas diversas tentativas dentro do estruturalismo para explicar por que condições aparentemente tão favoráveis para a transição da etapa de substituição de importações para outra baseada no crescimento dinamizado pelo mercado interno não se materializara. Um dos autores que mais avançou nessa direção foi Celso Furtado. Para ele, o crescimento econômico na América Latina tenderia à estagnação, em virtude da forte concentração da renda e da propriedade fundiária que bloqueavam a expansão do mercado interno. Considerava, então, que a redistribuição de renda – por meio da reforma agrária, tributação progressiva etc. – seria fundamental para ampliar o mercado interno e dinamizar as economias da região (Furtado, 1966)⁸.

Esse argumento foi questionado pela “teoria da dependência” sob dois aspectos distintos. Uma vertente – que inclui autores como A. G. Frank, T. dos Santos e R. Marini – afirmava que as relações de dependência externa, vinculando os centros de poder capitalista e as economias subdesenvolvidas,

constituíam um bloqueio estrutural ao desenvolvimento dessas últimas e defendiam a via da revolução socialista como única estratégia viável para a “periferia” desenvolver-se. Quer dizer, a *estagnação dos países subdesenvolvidos era a contrapartida do crescimento dos países desenvolvidos*. Outra vertente – em que se destacam F. H. Cardoso e E. Faletto – argumentava que a dependência não impedia o desenvolvimento, mas lhe conferia natureza peculiar, associada às distintas configurações assumidas pela relação entre os âmbitos interno e externo. A estagnação econômica da região era vista, por essa vertente, como produto do esgotamento de um padrão de desenvolvimento (industrialização com forte participação do capital nacional) em razão da erosão da aliança sociopolítica (de orientação nacional-desenvolvimentista) que lhe dava sustentação. Para as duas vertentes, portanto, *os erros de diagnóstico do estruturalismo decorriam de insuficiências teóricas e metodológicas*.

Além disso, os estudos da dependência tinham em comum a tentativa de explicar as “formas emergentes de dependência” associadas à fase de industrialização controlada pelas empresas multinacionais (sobretudo nos setores de bens de consumo duráveis e bens de capital) e à resultante internacionalização do mercado interno de diversos países da América Latina, a partir dos anos 1960. Com isso, esses estudos questionavam as “teses sobre o desenvolvimento nacional” – associadas especialmente à esquerda ortodoxa e ao Partido Comunista – segundo as quais o desenvolvimento capitalista na região se daria segundo o padrão clássico, conduzido

8 Posteriormente, a tese do estrangulamento ou estagnação foi substituída pelo argumento de que haveria diferentes estilos de desenvolvimento, alguns mais favoráveis em termos dos conflitos redistributivos e mais dinâmicos do que outros (Pinto, 1976). Para os debates entre Furtado e os “desenvolvimentistas do setor privado” – para os quais, a distribuição de renda em favor do capital nacional era essencial para a elevação da poupança nacional e do nível de investimento produtivo –, ver Bielschowsky (2000 [1988], p. 77-127).

por uma burguesia nacional que, aliada ao proletariado contra as forças oligárquicas e o capitalismo internacional, promoveria a internalização dos centros de decisão e outras mudanças necessárias à ampliação do mercado interno e à consolidação de um desenvolvimento nacional e democrático⁹.

O traço característico às obras dos autores inseridos na primeira vertente é o enfoque sobre as relações de dependência que vinculavam as sociedades subdesenvolvidas ao “núcleo” do sistema capitalista mundial e supostamente bloqueavam seu desenvolvimento. Embora concordassem com algumas premissas cepalinas associadas à concepção centro-periferia (sobretudo que o subdesenvolvimento é um produto histórico da expansão do sistema capitalista em plano mundial), não aceitavam o argumento de que a periferia poderia se desenvolver plenamente dentro desse sistema. Ao invés, a condição de subdesenvolvimento, produto das relações de dependência, implicava que a expansão da periferia só poderia ser um reflexo das economias desenvolvidas (Santos, 1970). A dependência externa é, portanto, determinante dos processos sociais internos.

Uma das manifestações desse fenômeno reside na vinculação entre as relações de exploração transnacional e um tipo de “colonialismo” interno, em que os centros políticos e econômicos internos às economias subdesenvolvidas exploram suas regiões mais atrasadas por meio de políticas fiscais e cambiais (Frank, 1966). Em uma elaboração mais sofisticada dessa ideia, Marini (1977) argumenta que esse padrão de exploração transnacional está necessariamente associado à superexploração da classe trabalhadora local: o excedente econômico produzido

internamente é, em parte, apropriado pela burguesia local para valorizar seu próprio capital e, em parte, transferido para as economias centrais. Esses processos impediriam a ampliação do mercado interno e produziriam uma tendência à estagnação do desenvolvimento, reproduzindo as características estruturais associadas ao subdesenvolvimento. A constatação da inviabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia levou à concepção da saída revolucionária. Assim, o socialismo – que implicaria na destruição dos vínculos das economias subdesenvolvidas com o sistema capitalista mundial – era visto como o único caminho para o desenvolvimento na periferia e tal “necessidade histórica” dependia, para sua materialização, da mobilização das camadas populares e operárias. Alternativamente ao socialismo, estava a reprodução de um padrão capitalista de acumulação incipiente e fortemente concentrador, sustentado por regimes políticos autoritários funcionais à concentração de renda e à exclusão política das camadas populares e operárias (Santos, 1972).

A outra vertente da perspectiva da dependência que trataremos aqui é o produto de um padrão de sociologia política que emerge na Universidade de São Paulo na década de 1950, associada aos trabalhos de autores como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (Sallum, 2002). Esse padrão de sociologia política se materializou de forma mais paradigmática em Dependência e desenvolvimento na América Latina. O enfoque aí proposto tem como fundamento um conceito de dependência redefinido em uma direção não determinista, que contempla a possibilidade de diferentes graus de autonomia das sociedades nacionais em relação

9 Para uma reconstrução desses debates, ver Cardoso (1972, 1977).

aos interesses externos e, com isso, diferentes padrões de desenvolvimento na periferia. Os fatores externos – como a dependência econômica – que eram considerados essenciais na conformação do desenvolvimento periférico (tanto por alguns estudos cepalinos quanto pela vertente vista anteriormente) só o impactam quando passam a ter expressão na estrutura social e política interna (Sallum, 2002). A dependência externa torna-se, assim, dependência estrutural:

[...] a dependência encontra [...] não só “expressão” interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a relação com o exterior. Nesta perspectiva, a análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma ‘variável externa’, mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes no âmbito mesmo das nações dependentes (Cardoso e Faletto, 1970, p. 31).

Em outras palavras, a *dependência estrutural* se expressa por um conjunto de relações internas entre grupos e classes sociais organizadas sob uma estrutura de dominação que, por sua vez, produz uma forma peculiar de vinculação entre a economia nacional e o mercado mundial. Assim, esse conceito capta as relações contraditórias entre o externo e o interno e, por isso, permite contemplar *diferentes padrões de desenvolvimento e situações de dependência*. De fato, “a relação interna entre as classes [...] torna possível e dá fisionomia própria à dependência”. Mais do que isso, “a dinâmica que pode adquirir o sistema econômico dependente, no âmbito da nação, está determinada – dentro de certos limites – pela capacidade dos sistemas internos de aliança para proporcionar-lhe capacidade de expansão” (*ibidem*, p. 36). Contrariamente à perspectiva anterior que priorizava o externo sobre o interno, eliminando a dinâmica política própria das so-

iedades dependentes como fator importante nas explicações, Cardoso sustenta que a relação de dependência é um processo através do qual algumas classes se impõem a outras e certas frações de classe se associam ou se opõem entre si nas lutas políticas. Está aí o cerne da *análise dialética*, segundo o autor: o enfoque sobre “o ‘movimento’, as lutas de classe, as redefinições de interesse e as alianças políticas, que ao mesmo tempo em que sustentavam as estruturas abriam perspectivas de transformação” (Cardoso, 1977, p. 41; tradução própria).

Esse enfoque metodológico sobre a dependência estrutural chamava atenção, ainda, para a insuficiência da análise cepalina, incapaz de integrar de forma adequada “os fatores inscritos na estrutura social [...] responsáveis tanto do resultado favorável quanto da perda de impulso do processo [...] de desenvolvimento” (Cardoso e Faletto, 1970, p. 9). Ao mesmo tempo, ao invés de tomar o desenvolvimento como um processo acumulativo e dinamizado a partir de fora, o enfoque de Cardoso e Faletto sublinhava que a mudança social implica rupturas profundas, produzidas por disputas entre grupos e classes sociais por meio dos quais alguns deles tentam impor uma forma de dominação que expresse seus valores e interesses.

No confronto com o estruturalismo, com as vertentes marxistas e com a teoria da modernização, Cardoso e Faletto constroem a *análise integrada do desenvolvimento* colocando como problemática sociológica fundamental “o estudo das estruturas de dominação e das formas de estratificação social que condicionam os mecanismos e os tipos de controle e decisão do sistema econômico em cada situação particular” (*ibidem*, p. 23). Ou seja, o eixo de uma análise do desenvolvimento orientada por essa perspectiva reside no problema do controle social da produção e do consumo, ou seja, nas disputas em torno da produção e distribuição (setorial e fun-

cional) do excedente econômico¹⁰. Como o Estado possui as alavancas para intervenção na vida social, tais disputas tendem a se materializar em torno das políticas estatais (política cambial, política tributária, política educacional, política fiscal etc.) (Sallum, 2002).

Com esse novo enfoque, os autores rejeitavam tanto a possibilidade aventada pela Cepal de desenvolvimento capitalista autossustentado (na medida em que a burguesia nacional tenderia a se aliar ao capital externo na fase de internacionalização do mercado interno) e recusavam a inevitabilidade – sugerida em alguns estudos marxistas – da alternativa socialismo/fascismo (pois a organização da aliança sociopolítica no Estado comportava alternativas diversas no nível do regime político).

Diferentemente do *mainstream* da tradição marxista, essa vertente da perspectiva da dependência não toma o Estado apenas como o instrumento de uma classe ou coalizão de classes; ao invés, o Estado aparece como “a aliança básica [...] ‘pacto de domínio’ básico, que se estabelece entre as classes sociais ou frações das classes dominantes e as normas que garantem o seu domínio sobre as camadas subordinadas” (Cardoso, 1982, p. 46). Ao tomar o Estado como expressão do pacto de dominação, essa vertente chama atenção aos limites à margem de manobra dos Estados nacionais na formulação e implementação de políticas econômicas, limites derivados da dinâmica dos conflitos entre grupos e classes sociais. Ao mesmo tempo, como não é mero instrumento de dominação de uma classe sobre outra, o Estado torna-se potencialmente autônomo em re-

lação aos interesses sociais. Entretanto, esse fenômeno – *autonomia estrutural* – não é teorizado sistematicamente, pois não se dá muita atenção às estruturas institucionais e organizacionais que medeiam os conflitos distributivos e conformam as ações estatais¹¹.

Diferentes Estados e diferentes formas de intervenção

No campo dos estudos do desenvolvimento, não são incomuns os argumentos de que a intervenção do Estado na economia (e em outras esferas sociais) pode ser um fator importante (senão o aspecto fundamental) para impulsionar o desenvolvimento. Em perspectivas tão distintas quanto a economia do desenvolvimento (vertente econômica da teoria da modernização) e o estruturalismo de origem cepalina, o Estado é concebido como um catalisador do desenvolvimento (em suas diversas acepções). Ao mesmo tempo, em algumas vertentes da perspectiva da dependência, o Estado é concebido como produto de relações de poder, frequentemente subordinado aos interesses das classes dominantes e do capital internacional.

As perspectivas centradas no Estado (State-centered theories) – que emergem na década de 1980, associadas a um movimento mais amplo nas ciências sociais, especialmente norte-americanas, que reivindicava “trazer de volta o Estado” para a investigação de fenômenos sociais diversos (Evans, Rueschemeyer e Skocpol, 1985) – diferem fundamentalmente da perspectiva anterior sob esse aspecto: nesta, o Estado é concebido como um “ator” no processo de desenvolvi-

10 Esse argumento incorpora uma questão clássica da sociologia, que é a dominação política.

11 Como argumenta Hall (1986), negligenciar a dimensão propriamente institucional é uma insuficiência comum às análises que tomam as políticas econômicas como produtos das disputas entre grupos e classes sociais.

mento. A ênfase recai sobre a capacidade e autonomia da burocracia estatal (pelo menos, alguns de seus setores) em formular e implementar políticas de desenvolvimento através da apropriação/construção de alavancas de intervenção política em diversas esferas sociais, sobretudo a econômica. Ao mesmo tempo, em vez de apenas assumir que a intervenção estatal pode impulsionar o desenvolvimento (argumento que não é novo), tal perspectiva tenta revelar – por meio de análise comparativa – os fundamentos da intervenção estatal bem-sucedida, sobretudo as estruturas internas do Estado e as relações que o conectam às demais esferas da sociedade. Isso significa que os Estados não são fenômenos padronizados:

Os Estados não são genéricos, eles variam drasticamente nas suas estruturas internas e relações com a sociedade. Tipos diferentes de estruturas geram capacidades diferenciadas de ação. As estruturas definem a gama de papéis que o Estado é capaz de representar. Os resultados dependem tanto da extensão em que os papéis se enquadram no contexto quanto da competência demonstrada na sua execução (Evans, 2004, p. 37).

Um estudo de Chalmers Johnson (1982) sobre o rápido crescimento econômico no Japão após a Segunda Guerra Mundial foi bastante influente na conformação dessa perspectiva de análise. Nesse estudo, o autor utiliza o conceito de *Estado Desenvolvimentista* para delinear os traços da intervenção do Estado japonês na economia nacional: por meio de políticas econômicas que buscavam construir e aperfeiçoar os mecanismos de mercado, o Estado (sobretudo,

uma agência estatal, o Ministério da Indústria e Comércio Exterior) teve enorme êxito em promover setores industriais estratégicos (indústrias de base e de alta tecnologia) que alavancaram o crescimento econômico do país, permitindo-lhe alcançar e, mesmo, sobrepujar, sob alguns aspectos, os centros do sistema econômico mundial. Nesse sentido, o conceito de *Estado Desenvolvimentista* chama atenção para um *tipo* de intervenção estatal na economia, intervenção orientada para a transformação da economia nacional – industrialização – visando à melhoria de sua posição no sistema econômico mundial¹². A principal contribuição do autor reside justamente em seu esforço por identificar os fatores que permitem explicar a eficácia do Estado japonês nessa empreitada. Tais fatores são a *estrutura interna do Estado* (sobretudo sua burocracia econômica) e os *vínculos* que o conectavam com grupos na sociedade e na esfera político-institucional.

Na visão de Johnson, a eficácia do Estado japonês em conduzir o desenvolvimento econômico após a Segunda Guerra Mundial (como meio de combater o imperialismo ocidental e de garantir a sobrevivência nacional) pode ser explicada sob dois aspectos: (i) a existência de uma burocracia (especialmente os segmentos econômicos) que concentrava enorme poder político, capaz de formular políticas de transformação industrial com vistas a inserir a economia nacional nos nichos produtivos mais dinâmicos do mercado internacional; (ii) vínculos estreitos do Estado com o capital industrial e com a esfera político-partidária, que facilitavam a

12 Segundo Johnson (1982, p. 3-34), esse tipo de intervenção difere substancialmente daquele mais comum aos Estados regulatórios (tipicamente os Estados Unidos), em que a intervenção estatal geralmente se restringe à definição de normas que regulam a competição dos agentes no mercado. Embora o autor utilize os termos Estado desenvolvimentista e Estado regulatório, parece que ele quer diferenciar tipos de intervenção segundo sua orientação predominante.

coordenação pela burocracia estatal dos vários setores econômico e a legitimação política das iniciativas político-estatais.

“A burocracia governa e os políticos reinam”. Talvez esta frase do autor nos ajude a compreender a importância que segmentos da burocracia japonesa adquiriram no período posterior à Segunda Guerra Mundial, concomitantemente às tentativas de reconstrução do Estado japonês pelas forças de ocupação lideradas pelos Estados Unidos. A transformação da burocracia japonesa no principal centro de poder político nesse período decorreu de circunstâncias históricas (ocupação do pós-guerra e reformas político-institucionais que enfraqueceram centros de poder políticos e econômicos anteriores à guerra, sobretudo os militares e os grandes conglomerados econômicos), fatores políticos (elevação das chances de poder do Imperador *vis-à-vis* o Parlamento e o primeiro-ministro antes da guerra) e, ainda, de crenças enraizadas no imaginário coletivo japonês que ligavam a burocracia às tradicionais famílias de *samurais* (Johnson, 1995).

Ademais – e esse é o ponto que gostaria de sublinhar – havia fatores relacionados com a *estrutura interna* da burocracia, sobretudo a forma de recrutamento e os padrões de mobilidade social. O ingresso na carreira pública e a promoção para cargos de alto escalão eram regulados por procedimentos meritocráticos fortemente institucionalizados, que conduziam os indivíduos mais talentosos de cada coorte de ingressantes para os cargos de alto escalão após algumas décadas de serviço público (mesmo em nível governamental). Isso significa que as principais

posições no Estado eram preenchidas por funcionários de carreira segundo critérios de meritocracia e senioridade. Obviamente, ocupar posições dirigentes no Estado elevava as chances de poder da burocracia e sua capacidade de intervir em outras esferas sociais, capacidade ampliada, ainda, pelos laços (quase) primários vinculando os ingressantes no serviço público, que, em sua maioria, vinham do curso de direito das Universidades de Tóquio e de Quioto e que, por isso, possuíam visões de mundo similares resultantes de processos comuns de socialização acadêmica e familiar.

Além disso, um padrão de mobilidade social peculiar entre as elites japonesas reproduzia vínculos densos entre burocratas de alto escalão, dirigentes de grandes empresas (sobretudo o grande capital industrial e financeiro) e atores políticos. Na sociedade japonesa, era comum que os ingressantes de coortes mais antigas dos cargos públicos de alto escalão fossem forçados a se aposentar (*amakudari*) para abrir caminho à promoção de ingressantes de coortes mais novas (o que se dava por volta dos 50 anos de idade)¹³. Os egressos da burocracia eram, então, conduzidos a cargos de direção de empresas no setor privado ou público e/ou convidados para assumir cargos políticos (ministros) ou ingressar na vida partidária. Esse padrão de mobilidade teve consequências importantes para a capacidade da burocracia estatal de formular políticas econômicas e de coordenar os setores econômicos estratégicos de forma mais eficaz: ele forjou vínculos amplos e densos entre os ministérios e suas burocracias, de um lado, e as empresas privadas e a

13 Assim, quando um vice-primeiro-ministro, cargo mais elevado de um funcionário de carreira, era obrigado a se aposentar para ceder seu lugar a alguém mais novo, todos aqueles que haviam ingressado com ele – na mesma coorte – eram também forçados a se retirar do serviço público, pois o critério de senioridade implicava que os cargos mais elevados fossem ocupados por ingressantes mais antigos.

esfera político-partidária, de outro (Johnson, 1982, 1995).

Seguindo a trilha aberta por Johnson, diversos estudos empreenderam análises do desenvolvimento do Leste Asiático (especialmente na Coreia do Sul e Taiwan) que conferiam centralidade às intervenções estatais de orientação desenvolvimentista, questionando o argumento neoliberal mais ortodoxo que privilegiava o papel das forças de mercado na dinâmica do crescimento econômico daquela região (Gold, 1986; Amsden, 1989; Wade, 1990; Woo-Cumings, 1991; Weiss e Hobson, 1995; Evans, 2004). De fato, tais estudos sublinham que os Estados no Leste Asiático conduziram deliberadamente as transformações na economia (“governaram os mercados”, segundo R. Wade) e em outras esferas sociais por meio do planejamento estratégico, levado a cabo por um conjunto de mecanismos de intervenção capazes de criar e aperfeiçoar mercados com o objetivo de elevar a posição daqueles países no cenário político-econômico internacional. O controle sobre as finanças – por meio da criação de mecanismos de financiamento com base no crédito – constituiu-se no aspecto mais importante da condução da economia pelo Estado: controlando tais mecanismos, a burocracia estatal definia padrões de investimento e induzia a mobilidade setorial da produção (Zysman, 1983).

Alguns estudos tentavam explorar a perspectiva de Johnson em um viés comparativo (Schneider, 1990; Loriaux, 1990; Herring, 1990). Evans (2004, 2007) foi o autor que mais avançou nessa direção. O autor empre-

endeu uma interessante análise comparativa do desenvolvimento de países como Coreia do Sul, Índia e Brasil, formalizando os traços que distinguem um Estado do outro. Segundo o autor, os Estados podem ser distinguidos sob duas dimensões: suas estruturas internas e as redes que o conectam com a sociedade e economia. Essas dimensões determinam os tipos de intervenção do Estado na economia e na vida social mais ampla e a eficácia dela: de um lado, um tipo predatório de intervenção, que bloqueia o desenvolvimento da sociedade; de outro, um tipo desenvolvimentista, que dinamiza a economia e contribui para a promoção do bem-estar social. Há, ainda, um tipo intermediário, que combina os traços dos outros dois.

A frágil burocratização do Estado (e não o excesso) e uma tênue imersão (*embeddedness*) do aparato estatal na vida social estariam na raiz do Estado predatório. Seus traços típicos – pouca previsibilidade da ação estatal; ausência de um quadro institucional que regule as ações dos dirigentes estatais e as relações com os grupos sociais; estrutura de dominação patrimonialista – desestimulariam a formação de uma economia de mercado competitiva, bloqueariam a mobilidade social e fechariam o espaço para o surgimento de novos atores coletivos que poderiam dinamizar o desenvolvimento endogenamente. Esse é o caso típico de Estados africanos.

Diferentemente, na raiz da intervenção de orientação desenvolvimentista, estaria uma estrutura burocrática autônoma e, ao mesmo tempo, imersa (*embedded*) na vida social mais ampla¹⁴. Essa combinação apa-

14 Essa perspectiva de análise se assemelha, sob vários aspectos, à produção mais recente na sociologia econômica, especialmente no que se refere à ideia de imersão ou de enraizamento da economia na vida social (Swedberg e Smelser, 1995). As origens teóricas dessa ideia residem na teoria durkheimiana e sua ênfase sobre os fundamentos normativos e morais da vida social. Durkheim expressou esse argumento de forma elegante em sua famosa tese acerca das bases não contratuais do contrato.

rentemente contraditória entre autonomia e parceria é a característica fundamental dos Estados desenvolvimentistas: eles “estão inseridos em um conjunto concreto de alianças sociais que ligam o Estado à sociedade e provêm canais institucionalizados para negociação contínua de objetivos e planos de ação” (Evans, 2004, p. 38)¹⁵. Japão, Coreia do Sul e Taiwan podem ser incluídos sob esse tipo.

Entre esses dois polos – do Estado predatório, de um lado, e do Estado desenvolvimentista, de outro – o autor identifica casos intermediários, em que a combinação entre autonomia e parceria é mais problemática. Nos Estados intermediários, a burocracia estatal é menos autônoma em virtude da menor institucionalização dos procedimentos meritocráticos de recrutamento e de promoção aos cargos de alto escalão. Quando caracteriza o Estado brasileiro como um caso intermediário, Evans sublinha o fato de os chefes do Executivo nomearem milhares de funcionários para os cargos superiores em ministérios e agências estatais. Embora essa prática possa dar maior margem de manobra ao Executivo para construir uma base de apoio político-partidária, ela, ao mesmo tempo, limita a capacidade da burocracia de produzir políticas de longo prazo, que não dependam das forças políticas que ocupam as principais posições dirigentes. Ademais, sublinha o autor, a ausência de uma estrutura burocrática autônoma favorece laços clientelistas. Brasil e Índia são os exemplos de Estados intermediários citados pelo autor.

Resumindo, a distinção entre Estados predatórios, intermediários e desenvolvi-

mentistas chama atenção para diferentes tipos de intervenção estatal na economia (e na vida social mais ampla) e relaciona esses tipos de intervenção às estruturas internas do Estado e às relações que vinculam Estado, economia e sociedade.

A perspectiva de análise que confere centralidade ao conceito de Estado Desenvolvimentista pode ser bastante útil por revelar a primazia da política sobre a economia, quer dizer, por sublinhar como “o desenvolvimento econômico pode resultar de um projeto politicamente construído visando à melhoria da competitividade econômica nacional” (Pempel, 1999, p. 140; tradução própria). No entanto, embora ela avance em relação a outras ao examinar mais detidamente os arranjos institucionais que estão por trás dos graus variados de autonomia e capacidade de ação do Estado para imprimir um padrão peculiar ao desenvolvimento econômico, ela não investiga de modo sistemático os limites estruturais à ação estatal derivados do equilíbrio de poder no âmbito interno e no cenário internacional (Cheng, 1990). O ponto que gostaria de destacar é que o maior peso da participação dos burocratas na tomada de decisões políticas nos Estados do Leste Asiático também pode ser explicado com base na peculiaridade das coalizões ou alianças sociopolíticas que sustentavam uma determinada estrutura de dominação no plano interno e em um equilíbrio favorável de forças no plano internacional

Internamente, Japão, Coreia do Sul e Taiwan possuíam Estados “fortes” sustentados por uma coalizão sociopolítica formada pelo grande capital industrial (sobretudo no

15 A distinção entre Estados predatórios e Estados desenvolvimentistas pouco tem a ver com a distinção – corriqueira em décadas anteriores – entre Estados fortes e fracos. Um exemplo é o estudo de Gunnar Myrdal sobre os determinantes da reprodução do atraso (1968). “Estados fortes podem ser simplesmente fracos em aspectos que conhecemos menos” (Hall, 1986, p. 17).

Japão, *zaibatsu*; Coreia do Sul, *chaebol*) e uma tecnocracia altamente qualificada empregada no alto escalão do Estado que não enfrentava a resistência de grandes proprietários rurais (amplas programas de reforma agrária precederam a industrialização maciça nesses países) ou de organizações trabalhistas (fortemente controladas nos regimes autoritários da Coreia do Sul e de Taiwan), apoiada, ainda, por pequenos proprietários rurais (fortemente protegidos especialmente em Taiwan e Japão) e pequenos comerciantes. O insulamento em relação aos interesses operários e o peso do capital industrial – combinados com a inexistência de partidos comunistas ou socialistas fortes – abriram espaço para que a burocracia estatal conduzisse a transformação da economia numa direção que privilegiava a concentração econômica (setorialmente) e a formação de grandes conglomerados de empresas (Coreia do Sul e Japão) ou de um vasto setor público empresarial (Taiwan), ao mesmo tempo, disciplinando o capital industrial por meio de contrapartidas de desempenho aos subsídios estatais (Pempel, 1999, p. 165-166)¹⁶.

No plano externo, havia condições favoráveis a políticas de desenvolvimento nacional baseadas na industrialização: a ajuda externa, sobretudo norte-americana, foi fundamental para financiar as políticas de desenvolvimento nacional durante as décadas de 1940/1950 no Japão e durante a década de 1960 na Coreia do Sul e Taiwan (que receberam influxos de capital japonês nas décadas seguintes). Além do fluxo de recursos dos Estados Unidos (estratégia geopolítica no contexto da guerra fria), tais países puderam contar com mercados norte-americanos

e de outras economias industrializadas para seus produtos sem a exigência num primeiro momento de contrapartidas em termos de abertura comercial e financeira. Embora estivessem vinculados ao sistema econômico mundial de forma dependente, os Estados nacionais nessa região encontraram ampla margem de manobra para a viabilização de estratégias nacionais de desenvolvimento. Fica claro, então, que as restrições estruturais derivadas das relações de dependência variam segundo o tipo de vínculo predominante com o exterior (ajuda externa, empréstimo comercial, investimento direto etc.) (Stallings, 1990; Gereffi e Fonda, 1992). Ademais, a existência de um cenário internacional tão favorável (derivado, obviamente, da conjuntura do pós-guerra e das estratégias geopolíticas das potências mundiais) levanta a questão sobre a possibilidade de se aplicar tal perspectiva de análise em outros contextos históricos. Ou seja, *não seria a perspectiva de análise baseada no Estado Desenvolvimentista a materialização de oportunidades históricas delimitadas no tempo e no espaço?*

Estado versus mercado: a perspectiva neoliberal

Embora as perspectivas do estruturalismo, da dependência e do Estado Desenvolvimentista possam ser distinguidas em termos de suas premissas, proposições, métodos, conceitos etc., elas se assemelham por entenderem que existem diferenças estruturais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e que a superação da “condição periférica” implica uma política deliberada de desenvolvimento levada a cabo pelo Es-

16 A capacidade de ação da burocracia estatal foi sustentada, ainda, pela importância que o nacionalismo adquiriu nessa região, devido às guerras e aos sentimentos políticos ligados à sorte de tais países no período posterior à Segunda Guerra Mundial (Cumings, 1979; Johnson, 1982; Woo-Cumings, 1991).

tado e/ou forças sociais. Metodologicamente, entendem também que as trajetórias de desenvolvimento a partir da “periferia” são suficientemente peculiares para permitir generalizações a partir da história dos países já desenvolvidos e que mesmo categorias como “Terceiro Mundo”, “subdesenvolvimento” ou “periferia” tornaram-se demasiadamente amplas para abarcar a diversidade dos caminhos percorridos pelas sociedades que buscavam desenvolver-se.

A perspectiva neoliberal, que ganha maior espaço político e acadêmico a partir da década de 1980, questiona vários desses postulados, retomando mesmo algumas das premissas que informavam a teoria da modernização¹⁷. Embora as ideias incorporadas nessa vertente não sejam verdadeiramente novas, elas ganharam maior notoriedade especialmente com a ascensão de governos conservadores na Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha – cujas políticas passaram então a questionar três décadas de keynesianismo – e com a reorientação pró-mercado das políticas das organizações multilaterais nesse período (Martinussen, 2005).

De forma similar à teoria da modernização – bastante popular nas décadas de 1950/1960 – a perspectiva neoliberal concebe o processo de desenvolvimento como movimento de convergência em termos de uma estrutura institucional e normativa comum: o contexto da globalização econômica (sobretudo a maior mobilidade dos capitais) ensejaria a constituição de uma *economia de*

livre mercado em nível global, desde que fosse adotado um conjunto de políticas (as chamadas *reformas estruturais*) que removessem os obstáculos para o funcionamento adequado dos mercados (como na velha teoria da modernização, trata-se de remover os obstáculos oriundos da tradição para a emergência da modernidade). Entre tais obstáculos, está a intervenção do Estado na economia, que, como vimos, marcou fortemente o padrão de desenvolvimento dos países na América Latina e outras regiões.

Para os neoliberais, a intervenção do Estado na economia tende a gerar “comportamentos rentistas” (*rent-seeking behavior*), como a corrupção, reduzindo a eficiência e o dinamismo da economia. Esse postulado fundamenta-se no pressuposto de que a essência da relação entre Estado e sociedade baseia-se em trocas autointeressadas em uma estrutura de oportunidades e restrições (Buchanan, Tolisson e Tullock, 1980). Assim, as autoridades governamentais disputariam um recurso escasso (poder) buscando mobilizar possíveis apoiadores pela distribuição de privilégios (o que resultaria na contínua elevação dos gastos públicos). A distribuição de privilégios pelos agentes do Estado pode tomar a forma da criação artificial de escassez ou imposição de barreiras à expansão da oferta de mercado (ex.: medidas de restrição a importações, barreiras de entrada a novos produtores, reservas de mercado etc.). As oportunidades de ganho econômico dos apoiadores passariam a depender crescente-

17 Os fundamentos do neoliberalismo foram desenvolvidos durante longos períodos. Eles estão ligados a três fontes: os monetaristas como Milton Friedman, a escola de Chicago dos Estados Unidos e o Instituto de Assuntos Econômicos na Inglaterra, que argumentam que a inflação e o déficit fiscal derivam do gasto público excessivo, elevando a quantidade de dinheiro em circulação na economia; o liberalismo econômico clássico, como o representado por Friedrich von Hayek (que sublinhava a importância dos princípios econômicos clássicos de Adam Smith e David Ricardo), e ideias políticas e econômicas que sustentavam o *laissez-faire* e o individualismo (Peet e Hartwick, 1999).

mente desses privilégios de apropriação do excedente econômico (*rents*), tornando-se cada vez mais comprometidos com a manutenção dessa prática. Os altos retornos derivados da busca de lucros em atividades improdutivas acabam por dominar a vida econômica (Bhagwati, 1982).

O desenvolvimento dependeria, para os neoliberais, de se restituir a economia aos mercados, eliminando os controles burocráticos e reduzindo a esfera da atividade estatal na vida social. Claro está que este argumento tenta recuperar uma ideia central à economia política clássica: os agentes econômicos buscariam a maximização do lucro e, em condições de livre mercado, esse comportamento produziria a alocação mais eficiente dos recursos socialmente disponíveis (Smith, [1776] 1985; Lal, 1983; Bhagwati, 1982).

A ascensão dos países do Leste Asiático (sobretudo Coreia do Sul e Taiwan) foi entendida por diversos autores sob essa ótica, servindo como evidência empírica que corroborava as expectativas formuladas por essa teoria: impulsionadas por forças de mercado, tais economias teriam se “desenvolvido para fora”, integrando-se crescentemente aos mercados internacionais. Resultou daí a percepção de que o crescimento “orientado para fora” (*outward oriented*), impulsionado pelo mercado, era preferível ao crescimento “orientado para dentro” (*inward oriented*), cujo traço fundamental é o protecionismo estatal à produção industrial voltada para o mercado

interno (padrão típico aos países latino-americanos)¹⁸.

Essa concepção de desenvolvimento se materializou em um conjunto de recomendações (sintetizadas sob o termo *Consenso de Washington*) que orientaram políticas de “ajuste econômico” ou “reformas estruturais” em diversos países do Terceiro Mundo, especialmente na América Latina, no início da década de 1990. Havia na época uma crescente percepção (entre autoridades políticas, setores empresariais e parcelas da mídia) de que a estagnação econômica e o forte endividamento externo dos países da região haviam sido causados por um padrão de desenvolvimento fortemente controlado pelo Estado que resultou em estruturas industriais pouco competitivas e basicamente imitativas. As políticas neoliberais propunham um decidido fortalecimento do papel dos mercados na alocação de recursos (que implica uma ampla desregulação dos mercados), a redução do tamanho e das atribuições do Estado (por meio da privatização de empresas e serviços públicos), a adoção de medidas de liberalização do comércio exterior e dos movimentos internacionais de capital e o favorecimento do investimento direto estrangeiro.

A principal crítica a essa perspectiva se dirige ao determinismo subjacente à tese da convergência, que supõe que as “reformas estruturais” teriam por objetivo produzir arranjos institucionais ajustados à lógica do mercado, em resposta às mudanças ocorridas no capitalismo internacional (Haggard, 1995). É como se, nesse novo contexto, to-

18 Cf. Little (1979) e Ranis (1979). Para um resumo crítico das teses neoliberais sobre o crescimento econômico dessa região, ver Wade (1990, p. 52-72). Contrariamente às teses neoliberais, alguns estudos tentavam mostrar que o padrão de crescimento “orientado para fora”, que caracterizou a trajetória de desenvolvimento de países como Coreia do Sul e Taiwan a partir da década de 1960, não implicava ausência de intervenção estatal (Gereffi, 1990; Wade, 1990; Amsden, 1989). Para um exame da liberalização econômica na China, comparar Qian (2003), e Haung (2008).

dos os países tivessem que se adaptar às necessidades do mercado. Se, de fato, houver uma única direção que se possa escolher, a economia de livre mercado, e uma única maneira para se percorrer esse caminho, por meio da adoção de “boas políticas” e de “boas instituições”, então não faz mais sentido debater estratégias nacionais de desenvolvimento e, mesmo, a delimitação de um campo de estudos voltado a esse tema tornar-se-ia problemática (Sallum, 2000; Rodrik, 2007).

É ainda possível falar em estratégias nacionais de desenvolvimento?

Não obstante as limitações da perspectiva neoliberal anteriormente apontadas, é importante notar que ela chama atenção para um fenômeno de extrema relevância: as transformações no capitalismo mundial a partir do final da década de 1970 modificaram drasticamente as possibilidades de construção de estratégias nacionais de desenvolvimento (Stallings, 1995).

Os contornos de um “novo” contexto internacional do desenvolvimento surgem associados à desarticulação do regime de regulação de *Bretton Woods* – que dava ampla margem de manobra aos governos nacionais para definir políticas econômicas – a partir do final da década de 1970, a mudanças no sistema monetário internacional e, sobretudo, à intensificação dos fenômenos associados à globalização econômica. Tais fenômenos

são: (i) integração crescente dos mercados de bens e de capital; (ii) internacionalização da produção; (iii) maior influência das organizações multilaterais; (iv) especialização das economias nacionais em diferentes setores industriais ou mesmo em diferentes estágios da produção. Obviamente, esses fenômenos estão intimamente ligados: a liberalização dos fluxos de comércio exterior e dos investimentos, combinada com a revolução tecnológica (na microeletrônica, nas tecnologias de transporte, comunicação etc.), criou novas as oportunidades de atuação para as CTNs (companhias transnacionais), que reorganizaram suas atividades produtivas para além das fronteiras nacionais e integraram os sistemas de produção em nível global (Huber e Stephens, 2005).

Como o desenvolvimento pode ser concebido nesse novo contexto? Alguns estudos sugerem que, para se captar a dinâmica do desenvolvimento em um cenário internacional desse tipo, é essencial redirecionar o enfoque dos estudos do desenvolvimento para as *cadeias globais de mercadorias* [*global commodity chains*] e as posições nelas ocupadas pelas economias nacionais. Se ainda houver espaço para estratégias nacionais de desenvolvimento, elas devem ser pensadas a partir de posições dentro de tais cadeias de produção (Gereffi, 1994, 1995)¹⁹.

As cadeias globais de mercadorias são sistemas integrados de produção, desenvolvimento e distribuição de produtos e serviços que estão enraizados em redes orga-

19 De forma similar à perspectiva do sistema-mundo, a abordagem proposta por Gereffi e outros autores afirma que tomar as sociedades nacionais como unidades de análise é insuficiente para captar a dinâmica do desenvolvimento. Ao invés, essa abordagem sublinha a necessidade de se investigar a dinâmica do sistema mundial. Ao mesmo tempo, a concepção tripartite do sistema mundial proposta pela perspectiva do sistema-mundo (centro, semiperiferia e periferia) é vista como muito vaga para captar as características de integração de diferentes regiões e países à economia mundial. Para uma revisão dos principais trabalhos associados à perspectiva do sistema-mundo, ver So (1990, p. 169-260). Para uma visão crítica dessa perspectiva, ver Gereffi (1994).

nizacionais e institucionais que operam em escala transnacional (Gereffi, 1995, p. 113). As economias nacionais podem se vincular a elas por meio dos seguintes papéis (não mutuamente excludentes): (i) exportação de produtos primários; (ii) montagem de produtos para exportação (por meio das zonas de processamento de exportações); (iii) subcontratação para o fornecimento de peças e componentes; (iv) produção final de bens para empresas detentoras de marcas e patentes; (v) produção final de bens com marcas próprias.

Embora as companhias transnacionais ocupem um lugar central no processo de tomada de decisões nas cadeias globais de mercadorias, as sociedades nacionais ainda teriam certa autonomia para a construção de estratégias de desenvolvimento, buscando tipos mais vantajosos de integração da economia nacional às cadeias de produção. O maior desenvolvimento dos países do Leste Asiático (sobretudo Coreia do Sul e Taiwan), em comparação com países latino-americanos industrializados (Brasil e México), teria decorrido de políticas de desenvolvimento que impulsionaram tais economias a transitar dos três primeiros papéis para os dois últimos ao longo das décadas de 1960 e 1990, sobretudo nos nichos mais dinâmicos da cadeia de produção de tecnologias da informação: um elemento comum às políticas de desenvolvimento nessa região foi o forte apoio estatal a empresas de capital nacional (especialmente em setores econômicos estratégicos) de forma a contrabalançar o peso das CTNs na economia nacional e reduzir a dependência financeira e tecnológica em relação ao exterior (Gereffi, 1994)²⁰.

Outro aspecto pertinente do “novo” cenário internacional ressaltado por alguns estudos se refere à transformação do sistema financeiro internacional no último quarto do século passado. Na década de 1980, houve uma quase total interrupção do fluxo de crédito voluntário para países da América Latina e a concessão de crédito pelas agências multilaterais (como o FMI e o Banco Mundial) nesse período esteve frequentemente associada à adoção de reformas liberalizantes (os países em desenvolvimento do Leste Asiático não sofreram as mesmas restrições financeiras). O restabelecimento dos fluxos internacionais de crédito privado a partir da década de 1990 reduziu a dependência daqueles países em relação às agências multilaterais. No entanto, boa parte do capital de longo prazo nessa década foi redirecionada para os países do Leste Asiático, sob a forma de investimentos diretos, ou para o financiamento do processo de reestruturação industrial dos países desenvolvidos. Enquanto o ingresso de capital externo sob a forma de investimento direto está associado à transferência de tecnologia e ampliação do acesso aos mercados, o fluxo de capitais de curto prazo (que teve maior importância relativa para os países da América Latina) depende geralmente de condicionalidades “implícitas” de investidores privados e agências de *rating*, que associam o risco de investimento em um país à orientação macroeconômica predominante das políticas estatais (Stallings, 1990; Griffith-Jones e Stallings, 1995). Ademais, os capitais especulativos, de curto prazo, tendem a impor “sérias restrições às políticas monetária e cambial internas e, fundamentalmente, não criam condições

20 Ver também Amsden (2004, 2009).

para o financiamento dessas economias” (Goldenstein, 1994, p. 119).

Por fim, alguns estudos sublinham a emergência de formas supranacionais de ordenamento das atividades produtivas e financeiras, associada ao surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC) na década de 1990. A atuação da OMC é normatizada por três conjuntos de acordos que buscam regular o comércio internacional, os fluxos financeiros entre países e garantir a proteção da propriedade intelectual:

- *acordo sobre subsídios e medidas compensatórias*: proíbe subsídios vinculados ao desempenho exportador ou ao uso de insumos nacionais;
- *acordo sobre medidas de investimentos relacionadas ao comércio*: proíbe a imposição de exigências de desempenho ao IED (investimento estrangeiro direto) e a vinculação da concessão de benefícios à adoção de determinadas medidas pelas CTNs;
- *acordo sobre propriedade intelectual relacionada ao comércio*: impõe regras para a proteção da propriedade intelectual e direitos autorais.

Entre estudiosos do desenvolvimento, “há um consenso de que as regras existentes e propostas para a economia global estão restringindo os espaços políticos para o desenvolvimento em nações que mais necessitam de desenvolvimento” (Gallagher, 2005, p. 2; tradução própria). Quer dizer, as “novas regras do jogo” – incorporadas nos acordos da OMC – tenderiam a limitar a gama de instrumentos de política industrial que foram utilizados no passado pelos Estados nacionais na tentativa de alavancarem o desenvolvimento econômico (Chang, 2003, 2005). Entretanto, alguns autores sugerem que, nesse novo contexto, os Estados nacionais ainda

poderiam impulsionar o desenvolvimento por meio de subsídios à formação de *sistemas de inovação*, vistos como elementos centrais de uma estratégia mais vantajosa de integração da economia nacional aos mercados internacionais (Amsden, 2005, 2009; Lall, 2005; Arbix, 2007; Comin e Freire, 2009).

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo delinear os principais confrontos no campo dos estudos do desenvolvimento. Vimos que as perspectivas de análise do desenvolvimento podem ser distinguidas sob três dimensões (conceito, teoria e estratégia) e que elas são frequentemente combinadas: as tentativas de explicar o desenvolvimento são acompanhadas da formulação de estratégias que visam aos objetivos associados a esse processo (crescimento econômico, melhoria do bem-estar social, ativação de grupos sociais etc.) (Martinussen, 2005). O enfoque deste artigo privilegiou a dimensão teórica, dando menor atenção às controvérsias em torno das estratégias políticas e das concepções de desenvolvimento.

O trabalho de construção teórica nos estudos do desenvolvimento raramente incorpora considerações metateóricas de forma sistemática, relacionadas com questões ontológicas e epistemológicas (natureza do objeto, como o objeto pode ser analisado etc.). Isso não necessariamente invalida os esforços teóricos para se conhecer a natureza e a dinâmica do processo de mudança social (reprodução social) associado ao desenvolvimento, mas certamente levanta algumas dúvidas em relação à consistência lógica e precisão dos instrumentos analíticos e conceituais (Martinussen, 2005, p. 345-346). É provável que certo ecletismo teórico resulte da falta de elaboração da dimensão metateórica.

Ao mesmo tempo, é possível notar que os estudos do desenvolvimento têm demons-

trado maior preocupação quanto (i) aos *componentes normativos* que influem em todas as etapas da pesquisa científica, quanto (ii) à *esfera de aplicabilidade* do aparato analítico-conceitual e quanto (iii) à *validade* das evidências produzidas.

Em relação ao primeiro ponto, diversos autores passaram a chamar atenção para o fato de que a definição de certos objetivos associados a uma concepção de desenvolvimento afeta não apenas a escolha da perspectiva teórica e a organização das evidências empíricas, como também influencia a formulação de estratégias. Assim, na década de 1970, surgiu um conjunto de estudos que defendiam concepções de desenvolvimento frequentemente negligenciadas pelo *mainstream* da literatura (desenvolvimento como ampliação das chances de vida de grupos vulneráveis, como elevação da capacidade de ação de grupos populares, desenvolvimento sustentável etc.) e propunham indicadores mais variados para medir bem-estar social e qualidade de vida (questionando a estreita associação entre desenvolvimento e crescimento econômico). Tais estudos sublinhavam, ainda, o impacto diferencial do processo de desenvolvimento sobre diversas categorias sociais (ex.: relações de gênero) (Seers, 1972; Rathgeber, 1990; Sen, 2005).

Quanto à esfera de *aplicabilidade* das teorias e de *validade* dos resultados empíricos, é igualmente possível notar inflexões importantes nos estudos do desenvolvimento. Inicialmente, tais estudos conduziam a análise em um nível bastante elevado de abstração e reivindicavam a universalidade de seus postulados teóricos (especialmente na teoria da modernização). Posteriormente, a análise do desenvolvimento ficou cada vez mais restrita aos chamados países do “Terceiro Mundo”, “periféricos” ou “subdesenvolvidos”, vistos como possuidores de traços estruturais peculiares que exigiam uma teorização específica capaz

de produzir resultados generalizáveis apenas nesse nível. Mais recentemente, o enfoque sobre as características similares a tais países foi substituído por uma ênfase sobre seus traços diferenciadores, tanto em termos das estruturas internas quanto em termos das formas de vinculação ao sistema político-econômico internacional. Quer dizer, a reivindicação de universalidade cedeu espaço ao enfoque sobre a peculiaridade do “mundo em desenvolvimento” e este, à ênfase sobre as variações regionais e locais. O enfoque regional ou local carrega o risco de fragmentação teórica que dificulta a comparabilidade das evidências.

Por fim, este artigo gostaria de sugerir um enfoque que incorpore as principais contribuições das perspectivas exploradas anteriormente. Como já sugerido por Polanyi (2000), toda economia de mercado supõe, para seu funcionamento, uma estrutura institucional e garantias legais que dependem do Estado. Seguindo essa trilha e incorporando avanços posteriores, pode-se dizer que o desenvolvimento é um processo *multidimensional e multifacetado* que supõe relações complexas entre o Estado, a economia e a sociedade. O desafio está em investigar os arranjos institucionais e estruturais que sustentam tais relações (tanto no plano interno quanto externo) e que determinam graus variados de autonomia e de capacidade dos Estados nacionais para imprimir um padrão específico ao processo de desenvolvimento. Quer dizer, os tipos de intervenção do Estado na economia e na vida social mais ampla e os instrumentos que utiliza nessa empreitada são determinados pelos arranjos institucionais existentes, dentro de limites estruturais associados, no plano interno, às relações de poder entre as classes e grupos sociais e, no plano externo, às formas de inserção das economias e sociedades nacionais no sistema mundial e às normas que regulam o comércio e investimentos entre os países.

Bibliografia

- ALMOND, G.; COLEMAN, J. (1960). *The politics of developing areas*. Princeton: Princeton University Press.
- AMSDEN, A. (1989). *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2009 [2004]). *A ascensão do "resto": os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Ed. Unesp.
- _____. (2004). "La sustitución de importaciones en las industrias de alta tecnología: Prebisch renace en Asia". *Revista de la CEPAL*, n. 82, p. 75-90.
- _____. (2005). "Promoting industry under WTO law". In: GALLAGHER, K. (org.). *Putting development first. The importance of policy space in the WTO and international financial institutions*. London; New York: ZED.
- ARBIX, G. (2007). *Inovar ou inovar*. São Paulo: Ed. Papagaio.
- BHAGWATI, J. (1982). "Direct unproductive profit-seeking (DUP) activities". *Journal of Political Economy*, v. 90, n. 3.
- BIELSCHOWSKY, R. (2000). "Cinquenta anos de pensamento da Cepal, uma resenha". In: *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- _____. (2000 [1988]). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BLACK, E. C. (1971 [1966]). *Dinâmica da modernização: estudo de história comparativa*. Rio de Janeiro: Apec.
- BUCHANAN, J.; TOLISSON, R.; TULLOCK, G. (1980). *Toward a theory of rent-seeking society*. Texas: Texas University Press.
- CARDOSO, F. H. (1972 [1964]). *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel.
- CARDOSO, F. H. (1977). "El consumo de la teoría de la dependencia en los Estados Unidos". Disponível em: <<http://aleph.academica.mx/jspui/handle/56789/6484>>.
- _____. (1982). "Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina". In: COLLIER, D. (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. (1970). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC.
- CEPAL (2000 [1949]). "Estudo econômico da América Latina". In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- _____. (2000 [1990]). "Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos de 1990". In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- CHANG, H. J. (2003). *Chutando a escada. A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. Unesp.
- _____. (2005). "Kicking away the ladder: 'good policies' and 'good institutions' in historical perspective". In: GALLAGHER, K. (org.). *Putting development first. The importance of policy space in the WTO and international financial institutions*. London; New York: ZED.
- CHENG, T. J. (1990). "Political regimes and development strategies: South Korea and Taiwan". In: GEREFFI, G.; WYMAN, D. *Manufacturing miracles. Paths of industrialization in Latin America and East Asia*. New Jersey: Princeton University Press.

- COMIN, A.; FREIRE, C. (2009). "Sobre a qualidade do desenvolvimento: atores, instituições e desenvolvimento local". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 84, p. 101-125.
- CUMINGS, B. (1979). *The origins of the Korean war*. Princeton: Princeton University Press.
- EVANS, P. (2004 [2001]). *Autonomia e parceria. Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- _____. (2007). *Instituciones y desarrollo en la era de la globalización neoliberal*. Bogotá: ILSA.
- EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (1985). *Bringing the State back in*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FAJNZYLBER, F. (1983). *La industrialización trunca de América Latina*. México: Nueva Imagen.
- FRANK, A. G. (1966). "Desarrollo y el subdesarrollo". *Revista Desarrollo*, v. 1, n. 2.
- FURTADO, C. (2000 [1961]). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- _____. (1966). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1984). *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GALLAGHER, K. (2005). "Globalization and the Nation-State: reasserting policy autonomy for development". In: GALLAGHER, K. (org.). *Putting development first. The importance of policy space in the WTO and international financial institutions*. London; New York: ZED.
- GEREFFI, G. (1990). "Paths of industrialization". In: GEREFFI, G.; WYMAN, D. L. (orgs.). *Manufacturing miracles: paths of industrialization in Latin America and Asia*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. (1994). "Rethinking development theory: insights from East Asia and Latin America". In: KINCAID, D.; PORTES, A. *Comparative National Development: society and economy in the new global order*. Chapel Hill; London: University of North Carolina Press.
- _____. (1995). "Global production systems and third world development". In: STALLINGS, B. (org.). *Global change, regional responses. The new international context of development*. New York: Cambridge University Press.
- GEREFFI, G.; FONDA, S. (1992). "Regional paths of development". *Annual Review of Sociology*, n. 18, p. 419-448.
- GERSCHENKRON, A. (1962). *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge: Belknap.
- GOLD, T. (1986). *State and Society in the Taiwan Miracle*. New York: M. E. Sharp.
- GOLDENSTEIN, L. (1994). *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra.
- GRIFFITH-JONES, S.; STALLINGS, B. (1995). "New global financial trends: implications for development". In: STALLINGS, B. (org.). *Global change, regional responses. The new international context of development*. New York: Cambridge University Press.
- HAGGARD, S (1995). *Developing nations and the politics of global integration*. Washington DC: The Brookings Institution.
- HALL, P. (1986). *Governing the economy. The politics of State intervention in Britain and France*. New York; Oxford: Oxford University Press.
- HERRING, R. J. (1999). "Embedded particularism: India's failed developmental State". In: WOO-CUMINGS, M. (org.). *The developmental State*. Ithaca; London: Cornell University Press.

- HIRSCHMAN, A. (1958). *Strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press.
- HUANG, Y. (2008). *Capitalism with Chinese characteristics. Entrepreneurship and the State*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUBER, H.; STEPHENS, J. (2005). State economic and social policy in global capitalism. In: JANOSKI, T. et al. *The handbook of Political Sociology: states, civil society and globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JOHNSON, C. (1982). *MITI and the Japanese miracle. The growth of industrial policy, 1925-1975*. California: Stanford University Press.
- _____. (1995). *Japan: who governs? The rise of developmental state*. New York: Norton & Company.
- _____. (1999). "The developmental State: odyssey of a concept". In: WOO-CUMINGS, M. (org.). *The developmental State*. Ithaca; London: Cornell University Press.
- KERR, C. et al. (1963 [1960]). *Industrialismo e sociedade industrial: os problemas das relações entre os sindicatos dos trabalhadores e a gerência*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- LAL, D. (1983). *The poverty of development economics*. London: Institute of Economics Affairs.
- LALL, S. (1999). "Rethinking industrial strategy: the role of the State in the face of globalization". In: GALLAGHER, K. (org.). *Putting development first. The importance of policy space in the WTO and international financial institutions*. London; New York: ZED.
- LERNER, D. (1958). *The passing of traditional society: modernizing the Middle East*. New York: Free Press.
- LIPSET, S. M. (1970). *Elites in Latin America*. New York: Oxford University Press.
- LITTLE, I. (1979). "An economic reconnaissance". In: GALENSON, W. (org.). *Economic growth and structural change in Taiwan: the postwar experience of the Republic of China*. Ithaca: Cornell University Press.
- LORIAUX, M. (1999). "The French developmental State as myth and moral ambition". In: WOO-CUMINGS, M. (org.). *The developmental State*. Ithaca; London: Cornell University Press.
- LOVE, J. (1990). "The origins of dependency analysis". *Journal of Latin American Studies*, v. 22, n. 1, p. 143-168.
- MARINI, R. (1977). *Dialéctica de la dependencia*. Cidade do México: Ediciones Era.
- MARTINUSSEN, J. (2005 [1995]). *State, market and society*. London; New York: ZED.
- PEET, R.; HARTWICK, E. (1999). *Theories of development*. London; New York: The Guilford Press.
- PEMPEL, T. J. (1999). "The developmental regime in a changing world economy". In: WOO-CUMINGS, M. (org.) *The developmental State*. Ithaca; London: Cornell University Press.
- PINTO, A. (2000 [1970]). "Natureza e implicações da 'heterogeneidade estrutural'" na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- _____. (2000 [1976]). "Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina". In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- POLANYI, K. (2000 [1944]). *A grande transformação. As origens de nossa época*. Rio de Janeiro; São Paulo: Elsevier.
- PREBISCH, R. (2000 [1949]) "O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus problemas principais". In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.

- _____. (2000 [1952]). “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico”. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- _____. (2000 [1963]). “Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano”. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- QIAN, J. (2003). “How reform worked in China”. In: RODRIK, D. *In search of prosperity. Analytic narratives on economic growth*. New Jersey: Princeton University Press.
- RANIS, G. (1979). “Industrial development”. In: GALENSON, W (org.). *Economic growth and structural change in Taiwan: the postwar experience of the Republic of China*. Ithaca: Cornell University Press.
- RATHGEBER, E. (1990). “WID, WAD, GAD: trends in research and practice”. *Journal of Developing Areas*, v. 24, n. 4, p. 489-502.
- RODRIGUEZ, O. (2009). *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RODRIK, D. (2007). *One economics, many recipes. Globalization, institutions and economic growth*. New Jersey: Princeton University Press.
- ROSTOW, W. W. (1960). *The stages of economic growth*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SALLUM, B. (2000). “Globalização e desenvolvimento: a estratégia brasileira nos anos 90”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 58.
- _____. (2002). “Notas sobre o surgimento da Sociologia Política em São Paulo”. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia e Política*, Florianópolis, UFSC, v. 1, n. 1, p. 73-86.
- SANTOS, T. dos (2011 [1970]). “The structure of dependence”. *American Economic Review*, v. 60, n. 2, p. 231-6.
- _____. (1972). *Socialismo o facismo*. Buenos Aires: Ed. Periferia.
- _____. (2000). *Teoria da dependência. Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SCHNEIDER, B. R. (1999). “The *desarrollista* State in Brazil and Mexico”. In: WOO-CUMINGS, M. (org.). *The developmental State*. Ithaca; London: Cornell University Press.
- SCHUMPETER, J. (1977 [1912]). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre juros, capital, crédito e o ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural.
- SEERS, D. (1972). “What are we trying to measure?” *Journal of development studies*, v. 8, n. 3, p. 21-36.
- SEN, A. (2005 [1999]). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Ed. Schwarcz.
- SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (1995). “The sociological perspective on the economy”. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. *Handbook of economic sociology*. New York: Princeton University Press.
- SMITH, A. (1985 [1776]). “A riqueza das nações. Investigação sobre sua causa e natureza”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural.
- SO, A. (1990). *Social change and development – modernization, dependency and world-system theories*. Newbury Park: Sage.
- STALLINGS, B. (1990). “The role of foreign capital in economic development”. In: GEREFFI, G.; WYMAN, D. (orgs.). *Manufacturing miracles: paths of industrialization in Latin America and Asia*. Princeton: Princeton University Press.

- _____. (1995). "Introduction: global change, regional response". In: STALLINGS, B. (org.). *Global change, regional response. The new international context of development*. New York: Cambridge University Press.
- SZTOMPKA, P. (2005). *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SUNKEL, O. (2000 [1958]). "A inflação chilena: um enfoque heterodoxo". In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- TAVARES, M. C. (2000 [1964]). "Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil" [1964]. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- TAVARES, M. C.; SERRA, J. (2000 [1970]). "Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo do desenvolvimento no Brasil". In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- VALENZUELA, J.; VALENZUELA, A. (1978). Modernization and dependency: alternative perspectives in the study of Latin American development. *Comparative Politics*, v. 10, n. 4, p. 535-557.
- WADE, R. (1990). *Governing the market. Economic theory and the role of globalization in East Asian industrialization*. New Jersey: Princeton University Press.
- WEISS, L.; HOBSON, J. (1995). *State and economic development*. Cambridge: Policy Press.
- WOO-CUMNINGS, M. (1991). *Race to the Swift: State and finance in the Korean industrialization*. New York: Columbia University Press.
- _____. (1999). "Introduction. Chalmers Johnsons and the politics of nationalism and development". In: WOO-CUMINGS, M. *The developmental State*. Ithaca; London: Cornell University Press.
- ZYSMAN, J. (1983). *Governments, markets, and growth: financial systems and the policy of industrial change*. Ithaca: Cornell University Press.

Artigo recebido em 08/08/2012

Aprovado em 21/02/2013

Resumo

Revisitando os estudos do desenvolvimento

O objetivo do artigo é mapear o campo dos estudos do desenvolvimento, oferecendo uma visão sobre os confrontos entre as principais perspectivas de análise desse fenômeno que se constituíram a partir de meados do século passado, sobretudo nas Ciências Sociais. O enfoque se dirige para os diferentes modos de conceituar e explicar o processo de desenvolvimento e as diferentes estratégias de intervenção política para promovê-lo, segundo as perspectivas examinadas. A conclusão deste artigo sugere uma maneira de superar alguns dilemas dos debates revisitados.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Estruturalismo; Dependência; Estado; Modernização.

Abstract

Revisiting Development Studies

The article attempts to discuss the dilemmas and confrontations involved in the main approaches to the studies on development appeared in the middle of the last century, especially in the social sciences. Its principal concern is the investigation of the different ways of explaining and conceptualizing the process of development and the different strategies of political intervention in order to promote it. In its conclusion, the article suggests ways of overcoming some of the dilemmas in the debates revisited.

Keywords: Development; Structuralism; Dependency; State; Modernization.

Résumé

Une révision des études sur le développement

L'objectif de cet article est d'identifier le domaine des études sur le développement, en offrant un panorama sur les heurts entre les principales perspectives d'analyse de ce phénomène qui se sont constituées à partir du milieu du XXe siècle, surtout dans les Sciences Sociales. L'abordage se dirige vers les différents modes de conceptualiser et d'expliquer le processus de développement et les différentes stratégies d'intervention politique pour promouvoir cet abordage selon les perspectives étudiées. La conclusion de cet article suggère une façon de surmonter quelques dilemmes des débats revisités.

Mots-clés : Développement ; Structuralisme ; Dépendance ; État ; Modernisation.

O século XX foi o palco de eventos e processos que impactaram profundamente as estruturas e as trajetórias da ação coletiva. Também foi a época em que os efeitos das grandes mudanças do século XIX se fizeram sentir para a grande massa da população. Assim, a urbanização, a industrialização, a formação e propagação do modelo de Estado-Nação e, principalmente, a expansão do capitalismo transformaram radicalmente as formas pelas quais as pessoas se relacionam, se percebem e se constituem enquanto sujeitos coletivos.

Uma inovação deste processo foi a constituição e difusão dos movimentos sociais nacionais, que passaram a ser uma forma central de ação coletiva e, portanto, de interação entre a sociedade e o Estado. O objetivo deste artigo é discutir as principais teorias contemporâneas sobre movimentos sociais e ação coletiva sob a luz de uma análise de como estas interpretações lidaram com a interação entre a ação política institucional e a ação política não institucional – especialmente no trato da relação dos movimentos sociais com o seu interlocutor privilegiado, o Estado.

O paradigma clássico

Até a década de 1970, os movimentos sociais e a ação coletiva foram explicados

por duas vertentes – os paradigmas clássico e marxista. Segundo Gohn (1997), o chamado paradigma *clássico* ou do *comportamento coletivo* reuniu um conjunto de teorias inspiradas: pela tradição psicológico-social da Escola de Chicago – especialmente no trabalho de Herbert Blumer (1949); pelas teorias sobre a sociedade de massas de Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) e K. Kornhauser (1959); pela abordagem sociopolítica de Lipset (1950) e Heberle (1951); pelo estrutural-funcionalismo de Smelser (1962); e, por fim, pelas teorias organizacionais-comportamentalistas de Selznick (1952), Gusfield (1955) e Messinger (1955)¹.

As explicações psicossociais que marcaram esse paradigma clássico, com uma forte influência da ideia durkheimiana de anomia social, se preocuparam em compreender o “comportamento coletivo” enquanto uma reação às mudanças sociais geradas pelo processo de modernização. Dessa forma, haveria uma tensão estrutural provocada pela transformação das normas, das hierarquias, dos laços entre grupos intermediários e das incongruências entre o *status* e as expectativas (especialmente em relação à renda, educação e ocupação). Esta tensão estrutural geraria uma situação de anomia e um estado patológico e disruptivo, que poderia, portanto,

¹ Para as teorias da sociedade de massa, ver Kornhauser (1959), assim como Arendt (1973 [1951]). Para a teoria das privações coletivas, ver Blumer (1951, 1957). Para o modelo estrutural-funcionalista do comportamento coletivo e a teoria da tensão estrutural, ver Smelser (1962). Para uma análise sobre o paradigma clássico, ver Gohn (2012 [1997]).

levar a perturbações da ordem. Segundo Alonso (2009, p. 50), para esta vertente, “a mobilização coletiva eclodiria apenas como irracionalidade ou, conforme Smelser, como explosão reativa de frustrações individuais, que as instituições momentaneamente não lograriam canalizar”.

Assim, o foco estaria nas explicações da participação dos indivíduos nos movimentos sociais a partir das suas frustrações e dos seus valores frente às transformações sociais. Ainda nessa linha de inadaptação às novas estruturas sociais, a teoria da sociedade de massas de Kornhauser (1959) defende que os movimentos sociais seriam o chamariz para os indivíduos isolados e sem referências produzidos pela modernidade².

Para as diversas versões do paradigma do comportamento coletivo, haveria uma distinção radical entre a ação política institucional-convencional (como a ação de agentes públicos e de parlamentares) e o comportamento coletivo não institucional. Enquanto a primeira se orientaria pelas normas sociais vigentes, a segunda seria consequência de situações indefinidas e não estruturadas, que provocariam o colapso dos órgãos de controle social ou o colapso da integração normativa (em razão das mudanças estruturais)³.

O paradigma marxista

Em contraposição a este paradigma do comportamento coletivo, alguns autores inspirados pela tradição marxista clássica (como

Barington Moore, 1966; e Eric Wolf, 1969) destacaram a racionalidade das ações coletivas⁴. A origem destas ações também seria estrutural, mas os principais conflitos (inclusive as revoluções) seriam frutos da lógica de exploração do sistema político e econômico, não desaparecendo, portanto, assim que se “normalizasse” a transição para a modernidade. A ação coletiva na sociedade capitalista seria condicionada pela exploração presente no processo produtivo e, portanto, seriam as classes sociais não só os agentes das ações coletivas, mas também os sujeitos históricos das transformações revolucionárias.

A questão reforma ou revolução, central ao marxismo, teria feito com que os movimentos sociais fossem analisados enquanto reformistas, reacionários ou revolucionários. Apesar de algumas análises nos anos de 1970 e 1980 terem focado em movimentos não operários que reivindicavam bens e melhorias coletivas (principalmente na forma de equipamentos públicos)⁵, a maior parte das investigações desta tradição centrou os seus estudos no movimento operário e nas suas lutas sindicais⁶.

O paradigma marxista foi composto tanto por abordagens ortodoxas, quanto pelas não ortodoxas. Estas últimas, defendidas especialmente por Manuel Castells, Jean Lojkin, Claus Offe, Laclau, Hobsbawm, E. P. Thompson e G. Rudé formaram um paradigma neomarxista, no qual “a abordagem dos fatores políticos tem centralidade, e a política passou a ser enfocada do ponto de

2 Cf. Gohn (2010 [2008], p. 23).

3 Cf. Cohen (1985).

4 Para uma análise desta tradição marxista, ver Tilly (1978).

5 Cf. Gohn (2012 [1997]).

6 Cf. Gohn (2008, p. 27).

vista de uma cultura política, resultante das inovações democráticas, relacionadas com as experiências dos movimentos sociais, e tem papel tão relevante quanto a economia no desenvolvimento dos processos sociais históricos” (Gohn, 1997, p. 173).

Ao analisar os movimentos sociais, as abordagens marxistas mantiveram sempre um olhar sobre a problemática das classes sociais, focando na investigação acerca da origem dos participantes, dos interesses do movimento e o respectivo programa ideológico que daria o norte das suas ações (*idem, ibidem*).

Piven e Cloward, ao publicarem em 1977 o livro *Poor people's movements: why they succeed, how they fail*, estabeleceram um marco nos estudos de movimentos sociais. A análise dos autores enfatiza as dificuldades de sucesso dos “movimentos de pobres e classes baixas” no sistema capitalista. Para eles, “os manifestantes ganham, se é que vencem alguma vez, somente aquilo que as circunstâncias históricas já haviam tornado pronto para ser concedido” (p. 36; tradução minha).

A relação entre a ação política institucional e a não institucional seria, para esta tradição, de contraposição. As estruturas institucionais limitariam a emergência, a forma, a extensão e o sucesso dos movimentos sociais de trabalhadores e pobres. Uma das principais contribuições da dupla foi o destaque que deram para o papel crucial das crises estruturais das instituições econômicas e sociais no processo nascedouro dos movimentos sociais. Os que controlam as instituições políticas e os que controlam as instituições econômicas seriam, para eles, atraídos com o tempo para se unirem em uma única

classe dominante. Em tempos normais, as instituições políticas atuariam como os instrumentos de elites econômicas; somente em tempos de convulsão social e rápida mudança institucional que os segmentos da classe dominante poderiam desenvolver interesses diferentes e se dividirem entre si.

Além da ênfase no poder das elites econômicas, Piven e Cloward destacam as táticas de cooptação de lideranças para reduzir ou neutralizar eventuais mudanças. Mas a ruptura entre o institucional e o não institucional não se dá apenas entre Estado e movimentos sociais; para os autores, esta ruptura também dividiria o conjunto dos movimentos sociais ao resgatar Robert Michels (1911) para afirmar que os movimentos sociais de massa inevitavelmente adotariam as tendências conservadoras postas pela *Lei de Ferro das Oligarquias*. Assim, para Piven e Cloward, a única estratégia capaz de eventualmente gerar mobilizações bem-sucedidas das classes mais baixas seria por meio da escalada dos protestos disruptivos, “empurrando turbulência para fora dos seus limites” (Piven e Cloward, 1977, p. 91), o que estaria em contraposição direta com a escolha de investir na pressão por legislação e na organização formal e burocrática de um movimento de massa.

Novos tempos, novos olhares

Um importante ponto de inflexão histórica e teórica foi a irrupção de inúmeros protestos sociais *sui generis* nos países capitalistas desenvolvidos nos anos 1960 e 1970⁷. Essas mobilizações e confrontos mostraram a necessidade de uma reformulação das te-

7 Esses protestos coletivos aconteceram principalmente nos Estados Unidos e na Europa no fim dos anos 1960 e meados dos anos 1970. No Brasil, apesar da onda de manifestações em 1968 que culminaram na edição do Ato Institucional nº 5, e na América Latina, “o boom de protestos coletivos ocorreu a partir de meados da década de 1970 e durante a década seguinte” (Bertoncelo, 2007).

orias de ação coletiva, incapazes de explicar por que os movimentos de protesto eram encabeçados não pelos trabalhadores, mas sim por estudantes, donas de casa, idosos etc. Da mesma forma, as reivindicações eram predominantemente pluriclassistas, colocando em pauta temas como etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o movimento feminista) e estilo de vida (os movimentos pacifistas e ambientalistas)⁸. Assim, esses movimentos não visavam uma revolução política por meio da tomada do poder de Estado (como previam as teorias marxistas), mas também não eram reações irracionais de indivíduos isolados (como nas explicações psicossociais), “mas movimentação concatenada, solidária e ordeira de milhares de pessoas” (Alonso, 2009, p. 51).

Ao longo do debate sobre os significados desta inflexão, três vertentes apresentaram novas abordagens teóricas acerca do fenômeno dos movimentos sociais. De um lado os europeus, com contribuições significativas de Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci, reunidos sob a ótica da “Teoria dos Novos Movimentos Sociais”; do outro lado, duas vertentes norte-americanas, primeiro por meio da Teoria de Mobilização de Recursos, defendida por McCarthy e Zald (1977), e segundo por Charles Tilly, Sidney Tarrow, Doug McAdam, Jack Goldstone e o italiano Mario Diani, que olharam para os movimentos sociais sob a ótica da Teoria do Processo Político ou, mais recentemente, de uma Teoria do Confronto Político (*Contentious Politics*).

A Teoria de Mobilização de Recursos

Ao contrário do paradigma clássico, a Teoria de Mobilização de Recursos, in-

fluenciada pela teoria da escolha racional de Mancur Olson, enfatizou a racionalidade das mobilizações coletivas: “longe de emotiva, a decisão de agir seria ato de deliberação individual, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos” (Alonso, 2009, p. 52). Para McCarthy e Zald, apesar de as privações e os interesses de classe serem constantes, as reações coletivas são esporádicas. Assim, o essencial seria investigar o processo pelo qual os recursos necessários para agir coletivamente são mobilizados – por exemplo, dinheiro, estruturas, contatos, conhecimento, ativistas, apoiadores e tempo. Dessa forma, além de racionais, as mobilizações seriam formas legítimas de ação política e os respectivos ativistas seriam bem integrados à vida social.

Também haveria uma separação radical entre as ações institucionalizadas e as não institucionalizadas. O uso dos canais políticos convencionais estaria relacionado à quantidade e qualidade dos recursos disponíveis a determinado grupo social. Dessa forma, as ações institucionais seriam mobilizadas principalmente via competição partidária e grupos de interesse. Os grupos desprovidos dos recursos necessários para garantir um amplo acesso à esfera institucional lançariam mão de formas de ação não institucionalizadas por meio da mobilização coletiva. Assim, as manifestações, passeatas, greves e ações violentas seriam recursos produzidos para, face às barreiras da política institucional, buscar a realização de interesses por meio de ações não institucionais.

Um dos grandes embates na tradição das teorias sobre os movimentos sociais surgiu com a tese de Mancur Olson do “carona”, na qual a ação lógica de um indivíduo

8 Inglehart (1971) qualificou estas novas reivindicações como demandas “pós-materiais”.

seria a de não se mobilizar enquanto outros se mobilizam em prol de bens comuns/públicos. O “carona” não sofreria os custos de se mobilizar ao mesmo tempo em que recebe, eventualmente, os benefícios das mobilizações de outrem. Assim, para que a ação coletiva ocorresse, os movimentos deveriam distribuir benefícios seletivos ou imporem sanções à não participação.

A crítica de Jean Cohen à Olson se firma na ideia de que ele – ao tomar como pressuposto que as pessoas que se mobilizam em ações coletivas são indivíduos não organizados – não percebe o impacto da solidariedade em grupos previamente organizados. Além disso, se considerarmos os grupos cujos objetivos são justamente a formação de solidariedade ou identidade, a ação coletiva não teria, para eles, custo algum⁹. A formação e os impactos de um *esprit de corps* a partir das solidariedades coletivas entre agentes com condições e condicionamentos semelhantes foram analisados por Pierre Bourdieu. Para o autor, esta solidariedade acarretaria em uma experiência prática de transcendência do grupo, de suas maneiras de ser e de agir:

[...] cada um encontrando na conduta de todos os seus pares a ratificação e a legitimação (“isso se faz”) de sua própria conduta a qual, por sua vez, ratifica e, se for o caso, ratifica a conduta dos outros. [...] há toda espécie de condutas que a tradição utilitarista não consegue dar conta, como as lealdades ou as fidelidades em relação a pessoas ou grupos e, de modo mais amplo, todas as condutas de desprendimento, cujo caso limite é o *pro patria mori*, analisado por Kantorowicz, o sacrifício do ego egoísta, desafio abso-

luto a quaisquer calculistas utilitaristas (Bourdieu, 2007, p. 177-179).

Dessa forma, a excessiva racionalidade da Teoria de Mobilização de Recursos acabou por subestimar a importância da cultura. Ao tomar como unidade de análise o ator individual, não se atentou para o complexo processo de formação de uma identidade coletiva, assim como para o poder da formação de solidariedades no processo de mobilização coletiva. A chave de análise da Teoria de Mobilizações de Recursos também era excessivamente conjuntural, sem considerar as mudanças macroestruturais ou tampouco as transformações culturais e políticas de longo prazo.

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais

Alain Touraine, em seus livros *La voix et le regard* (1978) e *O retorno do ator* (1983), analisou maio de 1968 como parte de um processo de mudança estrutural do ocidente rumo a uma “sociedade pós-industrial” (ou o que ele chamou anteriormente de “sociedade programada”), na qual a produção industrial e o trabalho perdem a proeminência na organização da vida social. Este diagnóstico é semelhante ao de Melucci acerca das *sociedades complexas* (1985) e ao de Offe com a *sociedade de serviços* (1985). Assim, os conflitos por bens não materiais se intensificariam, ganhando uma dimensão simbólica que tenderia a ser predominante. As novas tecnologias sociais produziriam não só instrumentos mecânicos e sistemas de organização (como a sociedade industrial), mas também bens simbólicos, línguas e informação; produção esta que é capaz de moldar ou transformar a nossa representação da natureza humana e

9 Cf. Cohen (1985).

do mundo externo. Para Touraine (1985), o conceito de movimentos sociais seria relativo apenas às disputas em torno do controle social dos principais padrões culturais (um dos oito diferentes tipos de conflitos coletivos por ele identificados¹⁰), que estariam na base do que o autor chama de “Novos Movimentos Sociais”.

Na medida em que a dominação fosse cada vez mais cultural, com uma tecnocracia controlando a informação, estes conflitos se tornariam centrais nas sociedades pós-industriais e os movimentos sociais seriam os sujeitos coletivos por excelência: “técnica e cultura passariam a interpenetrar-se, as distinções entre mundo público e privado teriam se nublado, fazendo com que os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançassem para a vida privada (família, educação, sexo) e ganhassem dimensões simbólicas” (Alonso, 2009, p. 60).

Os eventos de maio de 1968 foram centrais para que se construísse uma ideia de novidade, especialmente em relação aos temas e sujeitos (mulheres, negros, jovens e indígenas) que não teriam espaço e visibilidade pública nas décadas anteriores. Para Gohn (2008, p. 31), “o grande saldo desta corrente foi apresentar ao mundo a capacidade dos movimentos sociais de produzir novos significados e novas formas de vida e ação social”.

O foco dos movimentos sociais, na perspectiva da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, deixa de ser o combate ao (ou pelo) Estado. Ao transferir o lócus das lutas sociais para a Sociedade Civil, Touraine in-

verte o sentido da separação entre a política institucional e não institucional. Os movimentos sociais passam a disputar projetos culturais no interior de um espaço social apartado do Estado e do Mercado. Jürgen Habermas enfatiza os riscos do processo de “colonização do mundo da vida”, no qual a racionalidade instrumental (característica da economia e da política institucional) passa a se expandir para o mundo cultural. Assim, o que antes era interação e comunicação intersubjetiva, passa paulatinamente a ser empobrecida pela monetarização das relações sociais e pela burocratização das formas de interação¹¹. Os novos movimentos sociais surgiriam, portanto, como formas de resistência à colonização do mundo da vida: “Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Recorreriam à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluida, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo” (Alonso, 2009, p. 67).

A crítica à Teoria dos Novos Movimentos Sociais se respaldou, de um lado, em pesquisas empíricas que mostraram que os conflitos por bens não materiais já existiam muito antes da chamada “sociedade pós-industrial” e que os conflitos por bens materiais continuam sendo uma dimensão central (embora não única) das ações contenciosas¹². Ainda, uma definição de (novos) movimentos sociais lastreada somente nos conflitos

10 Os oito tipos de conflitos coletivos seriam, segundo Touraine: (1) Busca competitiva por interesses coletivos; (2) Reconstrução de uma identidade social, cultural ou política; (3) Pressão/Força Política que busca mudar as regras do jogo; (4) Defesa de um *status* ou privilégio; (5) Disputa pelo controle social dos principais padrões culturais; (6) Criação de uma nova ordem (no extremo, uma revolução); (7) Conflitos de cunho nacional; e (8) Neocomunitarismo.

11 Cf. Habermas (1981).

por padrões culturais seria uma definição restritiva e substancialista: o que define um movimento não é mais a sua organização ou a sua forma de realizar uma demanda, mas sim a própria natureza do que está sendo disputado (padrões culturais).

O próprio Alain Touraine (1989) reconheceu a dificuldade de transpor o seu esquema para a realidade latino-americana em razão da relevância das demandas econômicas, produzindo nos trópicos uma “combinação *sui generis*” de demandas materiais e pós-materiais.

Ao se restringir ao plano societário, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais deixou de considerar uma dimensão central no cotidiano dos movimentos sociais: a sua relação com a dinâmica político-institucional. Nesta visão, a produção de mudanças por meio da ação de um movimento social dependeria de uma autonomia do mesmo em relação à política institucional.

A Teoria do Processo Político

Em seu *Models and realities of popular collective action*, escrito em 1985, Charles Tilly procurou construir um modelo de (inter)ação estratégica na qual o conflito e a ação coletiva descontínua e dinâmica seriam características centrais para se compreender os movimentos sociais. Para ele, as teorias anteriores (principalmente as teorias do comportamento coletivo e as primeiras versões da teoria da mobilização de recursos) não expli-

cam as conexões entre a decisão individual e a decisão coletiva, assim como, ao utilizarem modelos individualistas (*single-actor models*, como o de *rational choice*), não percebem que o componente principal da ação coletiva é justamente a interação estratégica intra e intergrupos. Tilly defende a necessidade de se abandonar o uso de modelos estáticos e explicações causais; segundo o autor, ao focarmos o olhar nas interações, é possível desenvolver um modelo no qual a ação coletiva seja compreendida enquanto uma ação dinâmica dentro de um modelo propositivo de interação com atores múltiplos.

Seguindo a ênfase na interação, na informalidade e na ação contenciosa enquanto componentes-chaves, Mario Diani (1992, p. 13; tradução minha) afirma que “Um movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em um conflito político ou cultural, e baseada no compartilhamento de uma identidade coletiva”. Em outro artigo escrito em parceria com Doug McAdam, Diani ressalta ainda que a adoção de formas radicais de ação, a preferência por formas soltas e informais de organização e o interesse por temáticas novas não são elementos peculiares e distintivos dos movimentos sociais. Para os autores, a característica *sui generis* dos movimentos sociais seria justamente o fato de eles serem constituídos por atores formalmente independentes e imersos em contextos ‘locais’¹³ específicos; atores estes que carregam

12 Ver *From mobilization to revolution*, de Tilly (1978). Ou também seu artigo “Models and reality of popular collective action”, publicado em 1985. Em 1995, Calhoun escreveu o artigo “Novos movimentos sociais do começo do século XIX”, no qual ele “argumenta que as características que a TNMS considera novas e peculiares a movimentos do século XX já estavam em seus similares do XIX: multidimensionalidade; demandas não materiais; criação de identidades. [...] Assim, a tese da novidade de agenda das mobilizações nas sociedades pós-industriais, mais culturais que econômicas, expressaria mais os óculos dos analistas que as motivações dos agentes” (Alonso, 2009, p. 70).

13 O qualificativo “local” teria, para os autores, um sentido tanto territorial quanto social.

identidades, valores e orientações específicas e perseguem metas e objetivos específicos, mas que, no entanto, são, ao mesmo tempo, conectados por meio de diversas formas de cooperação concreta e/ou de reconhecimento mútuo – formando uma ligação que se estende para além de qualquer protesto ou campanha específicos¹⁴. Para Charles Tilly, apesar de ter estruturas e histórias bem definidas, um movimento social não é um grupo, mas sim uma forma complexa de interação social cujos participantes são provenientes (em graus desproporcionais) de diferentes redes sociais já existentes. Ele chama esta ligação de solidariedade, que seria produto de uma *catnet*: um conjunto de indivíduos que pertencem tanto a uma mesma categoria (compartilhando características) quanto a uma mesma rede interpessoal¹⁵. Quanto maior for a sobreposição entre a identidade comum e as redes internas, maior será o grau de organização do grupo.

Tilly retoma a compreensão marxista de que o conflito é inerente à nossa sociedade, utilizando-a em sua definição dos movimentos sociais. Dessa forma, ele afirma que: “um movimento social consiste em um desafio sustentado aos detentores de poder em nome de uma população morando sob a jurisdição daqueles detentores de poder, por meio de repetidas manifestações públicas do número, comprometimento, unidade e valor. Um movimento social pressupõe interação contenciosa; ele envolve a realização mútua de demandas entre os desafiantes e

os detentores de poder” (Tilly, 1993-1994, p. 7; tradução minha). É importante ressaltar aqui o caráter relacional e processual da sua análise, em contraposição às definições “substancialistas” de Habermas (1981) e Touraine (1989). Tilly, ao contrário, enfatiza os processos de interação entre os atores sem definir *a priori* quais demandas e interesses fazem parte do que podemos chamar de movimentos sociais.

Para a Teoria do Processo Político – especialmente para Charles Tilly, Doug McAdam, Sidney Tarrow, Jack Goldstone e Mário Diani – falar em movimento social significa falar em ação coletiva, em interação entre atores em prol de algum objetivo ou valor. Nesse sentido, uma das maiores descobertas de Charles Tilly foi que, historicamente, dentre as infinitas possibilidades de ação coletiva, o conjunto de formas de ação e de estratégias utilizadas por diferentes grupos ou indivíduos para efetuarem as suas demandas é surpreendentemente limitado. Assim, existiria um “repertório de ações coletivas” que seria tanto estrutural quanto cultural: “não é só o que as pessoas *fazem* quando elas têm uma demanda; mas é também o que elas *sabem como fazer* e o que a sociedade passou a esperar que elas escolham fazer dentro de um conjunto de opções sancionado culturalmente e limitado empiricamente” (Tilly *apud* Tarrow, 1995, p. 91)¹⁶. Para Mayer N. Zald, os movimentos extrairiam do “estoque cultural” de uma sociedade informações sobre como protestar

14 Cf. Diani e McAdam (2002).

15 Segundo Tilly (1978, p. 62; tradução minha), “Uma *categoria* plena contém pessoas que se reconhecem todas como possuidoras de determinada característica. Há também *redes de pessoas* que estão ligadas entre si, direta ou indiretamente, por um tipo específico de vínculo interpessoal”.

16 A primeira versão do conceito, no entanto, já havia sido elaborada por Tilly em 1978, no livro *From mobilization to revolution* (p. 151).

e sobre como se organizar: de um lado, os “repertórios de ações coletivas” ou de ações “contenciosas”, que incluiriam desde ações mais pacíficas como organizar passeatas e carreatas, até ações mais disruptivas, como montar barricadas, realizar ataques com bombas, entre outros; do outro lado, também se extrairia deste estoque cultural uma série de “modelos de organização” (*templates of organization*), que incluiriam habilidades e tecnologias de comunicação, de captação de recursos, de gerenciamento de um escritório, de recrutamento de ativistas, entre outros¹⁷.

Embora repertório não seja algo estático, as suas transformações ao longo do tempo são lentas, graduais e marginais. Transformações que, em geral, estariam relacionadas às mudanças no Estado e no sistema econômico (como a formação do Estado-Nação e a expansão do capitalismo). Um exemplo seria a transformação de um repertório de confrontos locais, violentos, estreitos e particulares no século XVIII (como as revoltas por terra, comida, crença ou contra alguma morte considerada injusta), para, a partir do século XIX, um repertório de confrontos cosmopolitas e autônomos, mobilizando formas modulares de ação¹⁸, como o boicote, as petições de massa e a insurreição urbana.

Assim, novas formas de ação podem trazer vantagens táticas, mas também são arriscadas quando não são culturalmente aceitas, especialmente se o ritmo da mudança for

muito acelerado. Estas rotinas são fruto de um processo de aprendizagem e de socialização, cujos limites restringiriam “as opções disponíveis para a interação coletiva” e estabeleceriam “as bases para futuras escolhas” (Tarrow, 2009, p. 51).

O domínio e a reprodução de um conjunto de formas de ação coletiva, ou seja, de uma técnica social, é um instrumento também de poder interno em um movimento social. Os ativistas mais experientes, que sabem como organizar greves e passeatas, teriam, naturalmente, mais poder do que os novos membros que nunca participaram de uma mobilização coletiva de grande porte e complexidade. A tentativa de introdução de uma inovação no repertório de ação por parte de um movimento pode também estar ligada a uma estratégia para ocupar uma posição diferenciada na relação entre diferentes movimentos com temáticas semelhantes¹⁹.

O conceito de repertório de Tilly é complementado pelo conceito de “ciclos contenciosos” (ou ciclos de protestos) de Sidney Tarrow, que procura demonstrar a principal forma produtora de mudanças em um determinado repertório (tornando mais dinâmico o conceito de Tilly). Para Tarrow, estes ciclos de protesto canalizam e absorvem as inovações do repertório produzidas em momentos de grande efervescência social; segundo o autor, as principais características destas ondas de protesto seriam a existência de conflito

17 Cf. Zald (1996).

18 Cosmopolitas porque os conflitos diziam respeito a muitas localidades. Modulares porque as formas de confronto podiam ser facilmente transferidas de um local ou circunstância para outro. E, finalmente, autônomas porque quem as iniciavam eram, agora, os próprios reclamantes, que estabeleciam contatos diretos com centros de poder nacionais. Cf. Tarrow (2009).

19 Um exemplo marcante foi o crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no final da década de 1980 e, principalmente, em meados da década de 1990. Ao disseminarem a forma de ocupações de terras como meio de luta pela reforma agrária, o MST conseguiu se diferenciar do tradicional sindicalismo rural e superar a crise de mobilização por conta do esgotamento e da ineficácia das velhas formas de ação e reivindicação.

acirrado com uma amplitude setorial e geográfica, assim como o surgimento de novas organizações de movimentos sociais e o “empoderamento” (*empowerment*) de velhos movimentos, a criação de novos “enquadramentos globais” (*master frames*) de significados e a invenção de novas formas de ação coletiva²⁰.

Mas quando e por que existem estes ciclos de intensa mobilização em determinados momentos históricos? A resposta está intimamente relacionada ao conceito-chave da Teoria do Processo Político: Charles Tilly elaborou em seu livro *From mobilization to revolution* (1978) a ideia de Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP). Para o autor, é necessário sempre analisar o conjunto de oportunidades e ameaças presentes no mundo que cerca o movimento/indivíduos e que tem alguma probabilidade de afetar o bem-estar e o sucesso dos atores. Dessa forma, do lado da oportunidade, deve-se identificar a extensão da vulnerabilidade de outros grupos (incluindo governos) em relação a novas demandas que poderiam, se bem-sucedidas, aumentar a realização dos interesses do contestador. Já do lado das ameaças, é preciso atentar em que medida outros grupos ameaçam realizar de-

mandas que, se bem-sucedidas, irão reduzir a realização dos interesses do contestador²¹. Dessa forma, em certos momentos históricos, abre-se uma janela de oportunidades políticas que, se *bem percebidas e interpretadas* pelos movimentos sociais e pela população potencialmente ativa, podem estimular o surgimento e a ebulição de novas mobilizações sociais.

É exatamente a transformação de uma Estrutura de Oportunidades e Ameaças Políticas que promove uma nova onda de mobilizações. Segundo Sidney Tarrow (2009, p. 38), em seu livro *O poder em movimento*:

[...] as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores – especificamente, em movimentos sociais.

No que toca as ações dos movimentos, parte crucial deste jogo social seria a cria-

A “forma ocupação” foi peça-chave para as transformações na dinâmica das lutas agrárias, tanto no que diz respeito à competição entre os diferentes movimentos, quanto no que diz respeito à competição entre as diferentes gerações no interior do próprio movimento sindical. Assim, as disputas internas se travaram em torno das formas de luta, tornando-se um aspecto essencial no posicionamento dos agentes e dos movimentos: uma geração socializada nas greves e passeatas de 1979/1980, lutando prioritariamente por direitos trabalhistas, valia-se das glórias passadas e da experiência de negociações para defender um movimento reconhecido enquanto interlocutor dentro dos marcos da lei; do outro lado, se constituiu, com o tempo, um grupo de lideranças mais jovens que tinham pouco espaço nas diretorias (dos sindicatos e federações) e foram socializadas neste momento em que as velhas práticas de mobilização já não surtiam efeito, sendo seduzidos pela disseminação e sucesso das ocupações realizadas, principalmente, pelo MST. Para a competição entre o MST e o Sindicalismo Rural e o conflito geracional no interior do próprio sindicalismo, ver Rosa (2004). Para uma análise sobre o papel do Estado na disseminação da forma ocupação, ver Sigaud (2005). E, finalmente, para uma análise sobre o processo de mobilização e interação em torno da forma ocupação, ver Macedo (2005).

20 Cf. Tarrow (1995).

21 Cf. Tilly (1978). O conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas foi criticado por Polletta (1999) por ser “demais abrangente e, por decorrência, pouco explicativo” (Alonso, 2009, p. 71).

ção (e o domínio) de *quadros interpretativos* (*frames*) da ação coletiva que, segundo Sidney Tarrow (2009, p. 40), “justificam, dignificam e animam a ação coletiva”. A redefinição do conceito de *frames* de Erving Goffman foi feita inicialmente por Snow e Benford (1986, 1992, 2000) ao afirmarem que os movimentos sociais produziram *quadros interpretativos* capazes de reduzir a complexidade social, destacando injustiças que demandam mobilizações. Segundo Alonso (2009, p. 78), “o conceito de *frame* enfatiza práticas interpretativas e o caráter construído e contingente dos significados que orientam mobilizações, aos quais faltaria, portanto, a organicidade de sistema suposta nos conceitos de ideologia e cultura política”.

Além dos quadros interpretativos próprios ao processo de mobilização, os movimentos também lutariam para criarem e disseminarem novos *quadros interpretativos globais* (*master frames*) que transformariam os significados e os valores com que a sociedade veria os temas levantados pelas mobilizações, assim como os próprios movimentos que as levantam.

Existiria, no entanto, uma série de obstáculos à formação e disseminação destes quadros interpretativos que seriam próprios do jogo social e do embate entre os dominantes e os dominados. Em relação ao processo de formação de um novo quadro interpretativo, talvez o maior empecilho seja a violência simbólica resultante da necessária adesão que o dominado concede ao dominante por ter ao seu dispor apenas categorias de percepção e de classificação partilhadas e enviesadas que, frequentemente, naturalizam a relação de dominação. Dependendo do tamanho da ruptura proposta pelo novo quadro interpre-

tativo, seria preciso romper com toda uma multiplicidade de formas de pensamento e de comunicação que estão incorporadas nas estruturas de dominação.

Desdobramentos do século XXI e a *Contentious Politics*

De um lado, a opção metodológica de Tilly complexifica a ação coletiva, analisando as suas dinâmicas, os seus pressupostos e as suas contradições internas. No entanto, por outro lado, ela toma a (inter)ação racional estratégica (ou “relacionada a fins”, como diria Weber) como a principal forma possível de ação coletiva. Com isso, há uma dificuldade em se analisar as mobilizações coletivas quando se trata de uma “ação social relacionada a valores”, ou tampouco de uma ação social de “modo afetivo” ou de “modo tradicional”²². Ao enfatizar o processo de organização e mobilização em prol de interesses coletivos mediados por detentores de poder locais, as dimensões relativas à identidade e aos padrões culturais são marginalizadas, especialmente quando se trata de um movimento expressivo, cujo objetivo é justamente uma transformação no estatuto social e simbólico de determinada identidade ou padrão cultural.

No entanto, a convergência recente entre as teorias, com a disseminação de conceitos como “repertórios de ação coletiva”, solidariedade, identidade coletiva, quadros interpretativos e quadros interpretativos globais acabou por oferecer aos pesquisadores um amplo leque de ferramentas para analisar o papel da cultura nos movimentos sociais.

Segundo Tilly, Tarrow e McAdam (2001), as identidades políticas variam ao

22 Para a tipologia weberiana de ação social, ver Weber (1999, p. 13-16).

longo de um *continuum* que vai do *embedded* ao *detached*. As identidades *embedded* seriam um amplo espectro de relações sociais cotidianas, elas seriam relativas às múltiplas categorias sociais das quais qualquer indivíduo pertence. Já as identidades *detached* seriam um conjunto estreito e especializado de relações sociais intermitentes, que “seriam produzidas pela hipérbole de uma das facetas *embedded*, no curso de um conflito específico e em relação a um interlocutor e a uma estrutura de oportunidades políticas. Seria essa identidade contextual a que orientaria mobilizações políticas” (Alonso, 2009, p. 72)²³.

Os desdobramentos recentes da Teoria do Processo Político também resultaram numa expansão em face de problemas e características contemporâneas, como o terrorismo, a burocratização e a globalização do ativismo. Em seu *Dynamics of contention*, Tilly, Tarrow e McAdam redefiniram os movimentos sociais como uma das formas possíveis de ação “contenciosa”, ao lado de partidos, nacionalismo, guerrilhas, terrorismo, guerras civis e revoluções. Os autores propõem, portanto, uma Teoria da Política Contenciosa ou Teoria do Confronto Político (a tradução do *Contentious Politics Approach* ainda é objeto de discussão no Brasil), na qual se destaca movimentos como o de antiglobalização, que transpõem os limites dos Estados-Nação e passam a construir mobilizações transnacionais, possibilitadas e potencializadas por redes de ativismo e por fóruns globais. Outro destaque passa a ser as organizações terroristas e movimentos de fanatismo religioso, que se tornaram peças centrais no jogo geopolítico do século XXI.

A relação entre a política institucional e a política não institucional também aparece como uma problemática central entre os autores da Teoria do Processo Político/ Teoria do Confronto Político. Cada vez mais, busca-se analisar o processo político de forma relacional, colocando em cheque as fronteiras entre a política institucional e não institucional; estas fronteiras são vistas agora como turvas e permeáveis. A própria substituição da palavra Estado pela “detentores de poder” na definição de Tilly está ligada à tentativa de “suplantar as barreiras convencionais que definem “Estado” e “sociedade” como duas entidades coesas e monolíticas” (Alonso, 2009, p. 56). Assim, a perspectiva de Tilly analisa os movimentos sociais no âmbito de um conflito entre diferentes partes em que uma delas pode estar momentaneamente ocupando o Estado ou posições de poder, enquanto a outra representaria momentaneamente a sociedade (ou parte dela). Dessa forma, movimentos sociais e Estado nacional não seriam atores, mas sim formas de ação coletiva (*idem, ibidem*).

Jack Goldstone (2003, p. 2) afirma que, assim como não é mais possível analisar os movimentos sociais de forma isolada de seu contexto político, o inverso também seria verdade; ou seja, nós “não podemos compreender o trabalho normal e institucional de cortes, legislaturas, executivos ou partidos sem compreender o processo íntimo e contínuo de moldagem destas esferas pelos movimentos sociais”. Para o autor, os partidos e as instituições estatais na sociedade contemporânea estão cada vez mais interpenetrados por movimentos sociais, que passaram a fazer parte das estruturas sociais e

23 Segundo Tilly, McAdam e Tarrow (2001, p. 135), “Em suma, as etiquetas ‘*embedded*’ e ‘*detached*’ não descrevem o conteúdo das identidades, mas as suas ligações com a vida social de rotina”.

“ambientais”²⁴ que moldam e formam partidos, cortes, legislaturas e eleições.

Segundo Tarrow, sob a ótica da participação, ao contrário do que era pregado a respeito de uma competição entre partidos e movimentos por ativistas, pessoas que protestam possuem maior probabilidade de se envolverem em toda uma gama de formas convencionais de participação cívica e política²⁵. Outros autores como Kenneth Andrews (2001), Daniel Cress e David A. Snow (2000) sugerem, ao contrário dos teóricos de 50/60, que a habilidade de combinar as formas de protesto (associação, demonstrações, passeatas etc.) com as táticas políticas convencionais (*lobby*, campanhas eleitorais, candidaturas a cargos públicos, o próprio ato de votar etc.) para influenciar atores governamentais é o melhor caminho para o sucesso dos movimentos.

As duas formas de atuação política se complementam tanto temporalmente (os protestos podem existir e emergir ao longo do tempo enquanto que existem ciclos eleitorais regulares) quanto em temáticas (geralmente as ações de protestos possuem um foco temático mais específico do que a rotina eleitoral e a política partidária consegue atingir). Os protestos são formas de refinar e complementar os resultados de eleições convencionais de acordo com a Estrutura de Oportunidades Políticas que se apresenta aos movimentos. Por fim, a ação e os protestos dos movimentos sociais têm impacto eleitoral, seja em termos de votos, seja no sucesso em pautar determinados interesses e demandas de grupos específicos, colocando-os na agenda política eleitoral.

As análises sobre movimentos sociais no Brasil

Uma importante contribuição à discussão sobre a influência da cultura nos movimentos sociais é o livro *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, de Ana Maria Doimo, que acaba utilizando a ideia de campo (mais a ideia do que o conceito e a metodologia de Bourdieu) para teorizar sobre um *campo ético-político* autodenominado de Movimento Popular: “Trata-se de um campo que, ancorado em instituições de porte como a Igreja Católica, o ecumenismo secular e entidades de cooperação internacional, não sem enraizamento na intelectualidade e grupos de esquerda, constituiu-se à base de extensas redes *movimentalistas*, predispostas ao incremento de ações diretas de tipo reivindicativo” (Doimo, 1995, p. 32). O contexto que a autora trata é, principalmente, o das lutas de 1970 e 1980, em um país em desenvolvimento, ainda sob o regime militar, em transição para uma democracia. Locus de lutas por direitos sociais, civis e políticos de primeira ordem, muito diversas daquelas travadas então na Europa e nos Estados Unidos.

Outro clássico brasileiro foi o livro de Eder Sader, *Quando novos atores entram em cena*. O autor discorre sobre os movimentos populares do período entre 1978 e 1985 e destaca a importância das questões do cotidiano, compreendidas não como puro reformismo, mas sim enquanto expressões de resistência, autonomia e criatividade, transformando-as em eixos centrais da luta política. Assim, os movimentos populares passa-

24 No sentido amplo da tradução de *environment*, ou seja, as circunstâncias e condições do contexto que cercam os partidos, cortes, legislaturas e eleições.

25 Cf. Meyer e Tarrow (1998).

ram a reivindicar novos direitos relacionados às questões de moradia, educação, saúde, trabalho, lazer, e dos direitos da criança e do adolescente, entre outros.

A ideia de matrizes discursivas proposta por Eder Sader em 1988 é muito similar ao conceito de *quadros interpretativos* de Snow e Benford por também procurar investigar as relações entre o processo cognitivo e coletivo de percepção da realidade com os impulsos para a ação coletiva. Sader (1988) defende que os movimentos sociais no Brasil dos anos 1970 e 1980 recorriam a três matrizes discursivas diferentes, mescladas entre si e adaptadas às necessidades momentâneas: a da teologia da libertação, a dos grupos de esquerda e a do “novo sindicalismo” (ou do “sindicalismo autêntico”).

A difícil interação entre a política institucional e a política não institucional também foi um eixo que norteou a literatura sobre movimentos sociais no Brasil. Ao longo da década de 1970 até o começo dos anos 1980, o contexto político nacional (em plena ditadura militar na qual os espaços tradicionais de participação política encontravam-se total ou parcialmente bloqueados) propiciou um conjunto de pesquisas qualitativas que enfatizaram em demasia duas características-chaves dos movimentos sociais (principalmente os urbanos) do período: o seu espontaneísmo e a sua autonomia.

A ênfase excessiva no espontaneísmo e na autonomia refletia, segundo Cardoso (1987, 2004), a vontade dos pesquisadores em ressaltar o surgimento de um novo elemento, mais puro, que representaria uma

quebra dentro do sistema político, atribuindo, sem maior exame, uma potencialidade revolucionária aos movimentos urbanos. Esta seria descrita como uma fase de *emergência heroica dos movimentos*: “Dessa forma, a grande contribuição dos movimentos sociais seria trazer uma mudança na cultura política. Mudança que vinha exatamente do ato de a autonomia dos movimentos quebrar com as relações clientelísticas, com o modo de atuação do sistema político tradicional. Como a participação representava essa mudança, ela era, quase fazendo um chavão, uma participação anti-Estado, antipartido, antissistema político em geral, sendo o Estado realmente visto como um inimigo” (Cardoso, 2004, p. 82).

Lucio Kowarick (1987) aponta para a influência, na época, das análises de Manuel Castells – e do seu conceito de *contradições urbanas* em um Estado contemporâneo transformado principalmente pela força do capital monopolista – na formulação dessa visão na qual as lutas sociais e políticas levadas adiante pelas classes populares urbanas estariam em um contexto de oposição radical ao Estado²⁶. Para Kowarick (1987, p. 6), foram raros os trabalhos nacionais “que se detiveram sobre o funcionamento e as respostas do Estado às demandas populares, permanecendo em colocações genéricas e abstratas de que ele é o adversário ou inimigo natural das lutas que despontam nos bairros pobres”.

A crítica à bibliografia brasileira sobre movimentos sociais é ainda mais severa no caso de Renato Boschi (1987), para quem a literatura havia se limitado a manter um re-

26 Sobre os textos de Castells que influenciaram os pesquisadores da época, ver *La question urbaine*, de 1972, assim como *The city and the grassroots...*, de 1983. Outro texto de Castells que chegou ao Brasil foi “Pobreza urbana e organización social: análisis comparativo de movimientos urbanos en asentamientos espontáneos en América Latina”, 1978. Outros autores que também influenciaram os pesquisadores brasileiros da época foram Borja e Lojkin; ver principalmente Borja (1975) e Lojkin (1981).

gistro das manifestações coletivas sem muita consistência teórica, reunindo fenômenos coletivos distintos sob o rótulo de “movimentos sociais urbanos” e focando apenas nos chamados “setores populares nas áreas urbanas”, negligenciando a participação e capacidade de mobilização da classe média nos eventos e processos políticos do período.

Essa ênfase excessiva nos elementos de ruptura entre os movimentos e o Estado nos estudos da década de 1970 influenciou a abordagem inicial dos pesquisadores na década de 1980. O novo contexto político, marcado pelo início do processo de redemocratização e pela abertura gradual de novos canais de comunicação e de participação até então parcialmente bloqueados (principalmente a partir das eleições estaduais de 1982), oferecia desafios às chaves de interpretação anteriores.

De fato, com a redemocratização e com o pluripartidarismo, começava-se a estabelecer novas relações entre os movimentos sociais e os partidos políticos, assim como entre os movimentos e as agências públicas. A contragosto de Cardoso (1987), alguns intérpretes chamaram o fenômeno de “cooperação” e de refluxo dos movimentos sociais:

Eu não gosto de falar “Estado” porque não houve tal relação e, inclusive, porque esse processo era muito parcial. Acontecia na saúde, por exemplo, mas não acontecia na educação; criava-se um conselho da mulher, mas não eram criados conselhos em outras áreas, quer dizer, era um processo extremamente fragmentado. Portanto, é difícil dizer que foi uma nova relação com o Estado, já que não fazia parte de uma política estabelecida. Contudo, esse processo foi aos poucos abrindo várias brechas e criando uma nova relação (Cardoso, 1987, p. 83).

Com a abertura de espaços de participação institucional dos movimentos (espe-

cialmente por meio de conselhos), a interação entre a política institucional e a não institucional passa a ser um fator central, destacando-se os processos de negociação e o problema da representação no interior da participação (os processos de escolha e de legitimação de movimentos e associações que passam a representar setores da sociedade no interior dos conselhos, por vezes em contextos de disputa sobre o quadro interpretativo e sobre os caminhos a serem travados). Apesar de negligenciada por parte da literatura brasileira dos anos 1970, a valorização dos processos de negociação das organizações sociais é, para Cardoso, um instrumento central para o registro e a análise dos debates internos sobre as diferentes estratégias possíveis²⁷. Análise esta que seria impossibilitada em um contexto no qual os pesquisadores se esforçavam para classificar, de forma maniqueísta, as escolhas táticas dos movimentos como exemplos ora de autonomia perante o Estado, ora de clientelismo e manipulação pelo mesmo.

Uma década após Piven e Cloward, Renato Boschi também resgata Robert Michels, desta vez para ressaltar que: “A tendência dos movimentos coletivos a adquirir um componente institucional é talvez evidenciada pelo fato de que um imperativo organizacional emerge em algum momento no processo de mobilização. E é posteriormente intensificada pela presença da lei de ferro das oligarquias, tão logo alcançado tal estágio organizacional” (Boschi, 1987, p. 24).

Mesmo sem um diálogo direto com a Teoria do Processo Político, já em 1987 Cardoso apontava para um esquema teórico repleto de similaridades, como a necessidade de uma análise interacional dos movimentos

27 Cf. Cardoso (1987, p. 8).

que considerasse o contexto político e permitisse o reconhecimento de objetivos diversos e interlocutores específicos para cada tipo de associação. Destacando inclusive que não só seria necessário analisar as agências públicas interessadas, mas também o papel dos apoios externos às comunidades mobilizadas – como o apoio das Igrejas, de alguns profissionais liberais identificados com os ideais comunitários, funcionários públicos que desejam promover a participação e, por fim, de partidos ou grupos políticos (Cardoso, 1987, p. 10)²⁸.

O esquema teórico de Cardoso também possibilitaria a percepção das inovações que os grupos produzem em seu modo de funcionar e o respectivo fluxo e refluxo de suas ações (problemas que, como vimos, estão na raiz de conceitos como repertório de ações coletivas e ciclos de protesto). Para Cardoso (1987, p. 10),

Tal procedimento permitiria reconhecer e analisar os conflitos internos das ditas “comunidades”, que muitas vezes são apenas expressões de táticas diversas para chegar ao mesmo objetivo. Muitas vezes, a ênfase na comunidade de interesse deixou obscuro o debate interno e as divergências são rotuladas de resistências ideológicas a serem superadas.

No entanto, Boschi (1987, p. 43) alerta que, ao limitarem-se a identificar as bases sociais dos movimentos e os seus graus de organização, “os estudos esquivam-se à questão da mudança, ainda que ela permeie toda a discussão, implícita ou explicitamente”. A mudança tratada na literatura apareceria apenas numa ênfase irrealista sobre um potencial dos movimentos para a derrubada

radical das instituições. Não haveria uma preocupação em desenvolver uma teoria dos efeitos político-institucionais da ação coletiva, central para a compreensão do processo de obtenção da cidadania e de outras conquistas frente ao monopólio exercido pelo Estado. Faltaria uma análise que levasse em conta a criação de canais permanentes entre a sociedade e o Estado e o impacto dos movimentos sobre as transformações de práticas institucionais a médio e longo prazo²⁹.

No caso do contexto social, econômico e político do Brasil nos anos 1990, esses efeitos político-institucionais e as transformações na relação entre a sociedade e o Estado tiveram impactos significativos sobre os movimentos sociais nacionais. Por consequência, as pesquisas sobre movimentos sociais se voltaram, em grande parte, para o chamado “novo quadro do associativismo brasileiro”, no qual o destaque recaiu tanto sobre as ONGs e entidades do Terceiro Setor (em muitos casos ligadas ou financiadas por meio de políticas de responsabilidade social de empresas), quanto sobre o impacto das políticas sociais públicas (muitas das quais oriundas da Constituição de 1988) na organização dos grupos sociais³⁰. Segundo Gohn (2010, p. 170), a “sociedade fragmentada e polimorfa” que se configurou a partir dos anos de 1990 teria produzido este novo associativismo, um fenômeno prioritariamente urbano que seria “novo na forma de se organizar, nas demandas e nas práticas desenvolvidas. É ativo e propositivo, não se limita às camadas populares, atua em rede e se articula como uma nova esfera

28 Um exemplo de como um ator externo (a Igreja) influenciou a organização e a formação de identidades coletivas de movimentos de moradia no Brasil pode ser encontrado em Coelho (1992, p. 12-21).

29 Cf. Boschi (1987, p. 43-45).

30 Cf. Gohn (2010).

pública – que cria espaço de interlocução, debates, proposições”³¹.

Este processo continuaria a se consolidar ao longo dos anos 2000, com uma ênfase na atuação por meio de redes, na criação de fóruns e na articulação de movimentos sociais transnacionais – processo favorecido pelos avanços tecnológicos na área de comunicação. Para Gohn (2010, p. 173), “rede deixou de ser um recurso estratégico para se transformar numa forma e ferramenta de ação social coletiva”. A autora ressalta a diversidade de movimentos sociais e destaca a volta da sua visibilidade, tanto na sociedade quanto na academia, com um retorno do tema à agenda dos pesquisadores³².

Assim como nos anos 1970 e 1980, o debate sobre a autonomia dos movimentos sociais se tornou central no século XXI. O contexto foi marcado pela ascensão ao poder dos setores de esquerda ligados ao Partido dos Trabalhadores e pela ampliação de políticas sociais com foco na criação de redes de proteção às parcelas mais vulneráveis da sociedade brasileira. Para alguns autores, este cenário não teria gerado um fortalecimento das organizações populares, pelo contrário, por vezes teria acontecido um enfraquecimento com a cooptação de líderes pelos aparelhos estatais e suas políticas compensató-

rias: “Francisco de Oliveira chega a afirmar que o movimento social foi capturado pelo Estado” (Gohn, 2008, p. 60). Gohn também critica os processos políticos que “outorgariam” o reconhecimento da identidade de certos movimentos sociais e que acabam por gerar uma institucionalização da ação coletiva – “de forma normativa, com regras e enquadramentos, como temos observado nas políticas públicas no Brasil na atualidade” (p. 63). Para a autora, o reconhecimento da identidade política só se faz no processo de luta e a legitimidade de um direito só é possível por meio de uma demanda organizada que gerasse uma resposta do Estado.

Ao mesmo tempo, Luciana Tatagiba (2008) critica a visão normalmente utilizada no Brasil de autonomia enquanto uma ausência de relação entre movimento e Estado, defendendo uma interpretação na qual o conceito serviria para qualificar certo tipo de relação entre os movimentos sociais e atores do campo político-representativo. Uma relação autônoma dependeria da forma com a qual os atores se colocariam nela³³.

Ao destacar questões centrais das duas grandes teorias – a identidade para a Teoria dos Novos Movimentos Sociais e a eficácia para a Teoria do Processo Político –, Tatagiba ressalta o dilema posto pela interação entre

31 A análise da sociedade fragmentada e polimorfa está em Gohn (2010, p. 11).

32 Gohn (2008, p. 71) cita alguns dossiês recentes sobre movimentos sociais de revistas brasileiras: “*Sociedade e Estado* (v. 21, n. 1, 2006); *Estudos Históricos* (n. 42, 2008); *Caderno CRH* (v. 21, n. 54, 2008); *Lua Nova* (n. 76, 2009); *ECCOS Revista Científica* (v. 10, n. 1, 2009); *Ciências Sociais Unisinos* (v. 46, n. 1, 2010); *Revista Brasileira de Ciência Política* (n. 3, 2010); *Revista IHU – Humanitas Unisinos* (n. 325, 2010); *Anais do I Seminário Internacional – Movimentos Sociais, Participação e Democracia* (Florianópolis, 2010), entre outros”.

33 Para a autora, “No geral, esse foi um tema negligenciado ou quando muito tratado sob os contornos de um conceito de autonomia apreendido pelo signo da não relação. [...] O problema foi a reificação do conceito de autonomia, como traço permanente e inextricável da identidade dos movimentos. Nesse quadro não parece exagerada a referência a um certo ‘fetichismo da autonomia’ na análise e na prática política dos movimentos sociais latino-americanos (Hellman, 1992), que levava a interpretar toda aproximação dos movimentos com Estado e partidos sob o signo da cooptação, instrumentalização e subordinação” (Tatagiba, 2008, p. 3).

movimentos sociais e sistema político: “se por um lado, a identidade dos movimentos está associada a sua capacidade de atuar de forma autônoma, ou seja, não dirigida por partidos ou governos; por outro lado, a eficácia política dos movimentos depende das relações que suas lideranças são capazes de estabelecer com o meio político-institucional. Esses princípios (autonomia e eficácia), embora não sejam excludentes, trazem exigências de operação distintas, conformando um âmbito próprio de dilemas e tensões constitutivas às relações entre esses dois campos” (Tatagiba, 2008, p. 8).

Do recente debate acadêmico sobre os movimentos sociais no mundo e, particularmente, no Brasil, conclui-se que a interação entre a ação política institucional e a não institucional adquiriu um papel central tanto na esfera empírica quanto na teórica.

O crescimento dos movimentos sociais nas sociedades democráticas acarretou na intensificação das interações junto às agências públicas e junto aos espaços institucionais de participação e de representação.

O juízo acerca do grau de autonomia e de cooptação dos movimentos em um cenário de maior interação com os detentores de poder político, deverá forçosamente analisar (inclusive empiricamente) os seus impactos para todos os atores desta interação. Não será surpreendente se uma agenda de pesquisa neste sentido destampe a fluidez deste processo: as frequentes interações entre movimentos, contra-movimentos, partidos políticos e agentes públicos são constantemente ressignificadas e ainda faltam análises que deem conta dos seus impactos diretos e indiretos a médio e longo prazo, sejam eles positivos ou negativos.

Bibliografia

- ALONSO, Ângela (2009). “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”. *Lua Nova*, São Paulo, Cedec, n. 76, p. 49-86.
- ANDREWS, Kenneth (2001). “Social movements and policy implementation: the Mississippi civil rights movement and the war on poverty, 1965 to 1971”. *American Sociological Review*, n. 66, p. 71-95.
- ARENDT, Hannah (1973 [1951]). *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BERTONCELO, Edison (2007). *A campanha das Diretas e a democratização*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Fapesp.
- BLUMER, Herbert (1951). “Collective behavior”. In: McCLUNG LEE, Alfred (ed.). *New outline of the principles of sociology*. New York: Barnes & Noble.
- _____. (1957). “Collective behavior”. In: GITTLER, J. B. (ed.). *Review of sociology: analysis of a decade*. New York: Wiley.
- BORJA, Jordi (1975). *Movimientos sociales urbanos*. Buenos Aires: SIAP.
- BOSCHI, Renato Raul (1987). *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- BOURDIEU, Pierre (2007). *Mediações pascalianas*. 2. ed. Trad. de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CARDOSO, Ruth C. L. (1987). “Movimentos sociais na América Latina”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 3.

- _____. (2004 [1996]). "A trajetória dos movimentos sociais". In: DAGNINO, Evelina (org.) *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. p. 82-90.
- COELHO, Simone de C. T. (1992). *O estado e os movimentos pró-moradia: a construção de uma relação democrática*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- COHEN, Jean L. (1985). "Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements". *Social Research*, v. 52, n. 4, p. 663-716.
- CRESS, Daniel M.; SNOW, David (2000). "The outcomes of homeless mobilization: The influence of organization, disruption, political mediation and framing". *American Journal of Sociology*, n.105, p. 1063-1104.
- DIANI, Mario (1992). "The concept of social movement". *The Sociological Review*, v. 40, n. 1, p. 1-25.
- DIANI, Mario; McADAM, Doug (2002). "Networks and social movements: a research program". In: *Social movements analysis: the network perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- DOIMO, Ana Maria (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Anpocs.
- GOLDSTONE, Jack A. (2003). "Bridging institutionalized and non institutionalized politics". In: *States, parties, and social movements*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 1-24.
- GOHN, Maria da Glória (2010 [2008]). *Novas teorias dos movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola.
- _____. (2010). *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2012 [1997]). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10. ed. São Paulo: Loyola.
- HABERMAS, Jürgen (1981). "New social movements". *Telos*, n. 49, p. 33-37.
- INGLEHART, R. (1971). "The silent revolution in post-industrial societies". *American Political Science Review*, n. 65.
- KORNHAUSER, W. (1959). *The politics of mass society*. New York: Free Press.
- MOORE, Barington (1996). *Social origins of dictatorship and democracy*. Boston: Beacon.
- KOWARICK, Lucio (1987). "Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 3.
- LOJKINE, Jean (1981). *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- MACEDO, Marcelo Hernandez (2005). "Entre a 'violência' e a 'espontaneidade': reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro", *MANA*, v. 11, n. 2.
- McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. (2001). *Dynamics of contention*. New York: Cambridge University Press.
- MEYER, David; TARROW, Sidney. (1998). "A movement society: contentious politics for a new century". In: *The social movement society: contentious politics for a new century*. Lanham: Rowman & Little Field.
- MOORE, Barington (1966). *Social origins of dictatorship and democracy*. Boston: Beacon.
- PIVEN, Frances Fox; CLOWARD, Richard A. (1977). *Poor people's movements: why they succeed, how they fail*. New York: Pantheon Books.
- ROSA, Marcelo. (2004). "As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3.

- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SIGAUD, Lygia (2005). “As condições de possibilidade das ocupações de terra”. *Tempo Social*, v. 17, n. 1, jun.
- SMELSER, Neil (1962). *The theory of collective behavior*. New York: Free Press.
- SNOW, D. A.; BENFORD, R. D. (1992). “Master frames and cycles of protest”. In: MORRIS, A. D.; MUELLER, C. M. (eds.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven London: Yale University Press.
- _____. (2000). “Framing processes and social movements: an overview and assessment”. *Annual Review of Sociology*, n. 26, p. 611-639.
- TARROW, Sidney (1995). “Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention”. In: TRAUGOTT, Mark (org.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press. p. 89-115.
- _____. (2009). *O poder em movimento*. Trad. de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes.
- TATAGIBA, Luciana (2008). “Movimentos sociais e sistema político: um diálogo preliminar com a literatura”. In: 6º ENCONTRO DA ABCP, Campinas, São Paulo.
- TILLY, Charles. (1978). *From mobilization to revolution*. Menlo Park: Addison-Wesley Publishing Company.
- _____. (1985). “Models and reality of popular collective action”. *Social Research*, v. 52, n. 2.
- _____. (1993-1994). “Social movements as historically specific cluster of political performances”. *Berkeley journal of Sociology: a critical review*, v. XXXVIII, p. 1-30.
- TOURAINÉ, Alain (1985). “An introduction to the study of social movements”. *Social Research*, v. 52, n. 4, p. 749-787.
- _____. (1989). “Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 5-18, jun.
- WEBER, Max (1999). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. V. I. Brasília: Ed. UnB.
- WOLF, Eric (1969). *Peasant wars of the twentieth century*. New York: Harper & Row.
- ZALD, Mayer N. (1996). “Culture, ideology, and strategic framing”. In: McADAM, D.; McCARTHY, J.; ZALD, M. (eds.). *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framing*. Cambridge: Cambridge University Press.

Artigo recebido em 18/12/2012

Aprovado em 21/02/2013

Resumo

A literatura sobre movimentos sociais: interações entre a política institucional e a política não institucional

O artigo tem como objetivo apresentar as principais teorias contemporâneas sobre movimentos sociais desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa, assim como fazer um breve balanço de como as análises nacionais sobre a temática têm incorporado e ressignificado este arcabouço teórico a partir das especificidades sociais e políticas do Brasil. O fio condutor deste estudo é a análise de como estas teorias lidaram com a problemática da interação entre a ação política

institucional e a ação política não institucional – especialmente no trato da relação dos movimentos sociais com o seu interlocutor privilegiado, o Estado.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Ação coletiva; Estado; Política institucional; Política Não institucional.

Abstract

The literature on social movements: interactions between institutional politics and non-institutional politics

This article seeks to present the main contemporary theories about social movements developed in the United States and Europe, as well as to make a brief assessment of how Brazilian studies on the subject have incorporated and reframed that theoretical framework in considering the social and political specificities of the country. The guiding principle of the study is the analysis of how these theories have dealt with the problem of the interaction between institutional political action and non-institutional political action – especially in dealing with the relationship of the social movements with their main interlocutor, the State.

Keywords: Social movements; Collective action; State; Institutional politics; Non-institutional politics.

Résumé

La littérature sur les mouvements sociaux: les interactions entre la politique institutionnelle et la politique non institutionnelle

Cet article présente les principales théories contemporaines sur les mouvements sociaux développés aux États-Unis et en Europe, ainsi qu'une brève évaluation de la façon dont les études nationales sur le sujet ont incorporé et reformulé ce cadre théorique en raison des spécificités sociales et politiques du Brésil. Le principe directeur de cette étude est l'analyse de la façon dont ces théories ont abordé le problème de l'interaction entre l'action politique institutionnelle et l'action politique non institutionnelle – en particulier dans le traitement du rapport entre les mouvements sociaux avec son interlocuteur principal, l'État.

Mots-clés: Mouvements sociaux; Action collective; État; Politique institutionnelle; Politique non institutionnelle.

INSTITUIÇÕES FILIADAS

A ANPOCS congrega os programas e instituições brasileiras atuantes no Campo das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia)

Alagoas

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFAL)

Amazonas

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFAM)

Bahia

CRH - Centro de Recursos Humanos (UFBA)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFBA)

Ceará

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade (UECE)

Núcleo de Documentação Cultural (UFC)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFC)

Distrito Federal

CEPPAC - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (UnB)

Mestrado em Relações Internacionais (UnB)

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UnB)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UnB)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UnB)

Espírito Santo

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFES)

Goiás

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFG)

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFG)

Maranhão

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFMA)

Minas Gerais

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFJF)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFMG)

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFMG)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFMG)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PUC-MG)

Pará

Museu Paraense Emílio Goeldi

NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFPA)

Paraíba

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR (UFPB)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPB)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPB)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFMG)

Paraná

Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPR)

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFPR)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPR)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UEL)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UEM)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UNIOESTE)

Pernambuco

Centro Josué de Castro Estudos e Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFPE)

FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco - Instituto de Pesquisas Sociais

Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPE)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPE)

Piauí

Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia (UFPI)

Rio de Janeiro

Casa de Oswaldo Cruz

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (FGV)

FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa

ISER - Instituto de Estudos da Religião (ISER)

Museu Nacional - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRJ)

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRRJ)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFF)

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (IESP/UERJ)

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFF)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PUC-RJ)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UERJ)

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UERJ)

Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (UFF)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (IESP/UERJ)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social (UFRJ)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (UFF)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFF)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (UENF)

IRI - Instituto de Relações Internacionais (PUC-RJ)

Rio Grande do Norte

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRN)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRN)

Rio Grande do Sul

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRGS)

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFPEL)

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFRGS)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UNISINOS)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFSM)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PUC-RS)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFPEL)
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano Regional (UFRGS)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFRGS)

Santa Catarina

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFSC)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (UFSC)
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UFSC)

São Paulo

Centro de Estudos Africanos (CEA-USP)
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC)
Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU-USP)
Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Núcleo de Estudos de População (NEPO-UNICAMP)
Núcleo de Estudos de Gênero - (PAGU/UNICAMP)
Núcleo de Estudos de Política Pública (UNICAMP)
Programa de Doutorado em Ciências Sociais (UNICAMP)
Programa de Política Científica Tecnológica (UNICAMP)
Programa de Pós-Graduação Culturas e Identidades Brasileiras (IEB/USP)
Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo (FGV)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UNICAMP)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (USP)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFSCar)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UNIFESP – GUARULHOS)
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UNICAMP)
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (USP)
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFSCar)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PUC-SP)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UNESP)
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UNESP-UNICAMP-PUC/SP)
Programa de Pós-Graduação de Pós-Graduação em Relações Internacionais (IRI/USP)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UNESP-Araraquara)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UNICAMP)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (USP)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFSCar)
Núcleo de Ciência, Tecnologia e Sociedade (UFABC)

Sergipe

Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (UFS)
Núcleo de Pós-Graduação em Antropologia (UFS)

Arquivos e Centros de Documentação

Anarchy Archives

dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/

Archiv der sozialen Demokratie

www.fes.de/archive/index_gr.html

Archives de France

www.archivesdefrance.culture.gouv.fr

Arquivo Ana Lagôa

www.arqanalagoa.ufscar.br

Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp

www.unicamp.br/suarq/siarq/

Arquivo de História da Ciência do MAST

www.mast.br/histciencia2.htm

Arquivo do Centro de Comunicação da Unicamp

www.unicamp.br/cco/areas/acervo/index.htm

Arquivo do Estado de São Paulo

www.arquivoestado.sp.gov.br/

Arquivo Edgar Leuenroth

[www.arquivo.ael.ifch.unicamp .br](http://www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br)

Archivo General de Indias

www.mcu.es/lab/archivos/AGI.html

Archivo General de la Guerra Civil Española

www.mcu.es/lab/archivos/SGV.html

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

www.rio.rj.gov.br/arquivo/

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

www.clionet.ufjf.br/ahufjf/

Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional

www.visualnet.com.br/mhn/

Arquivo Histórico do Museu Imperial

www.museuimperial.gov.br/arquivohistorico.htm

Arquivo Histórico Municipal de Salvador

www.pms.ba.gov.br/fgm

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

www.prodiam.sp.gov.br/dph

Arquivos do Komintern

e-mail: iisgmofl@glasnet.ru

Arquivos Históricos/Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Unicamp

www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/

Arquivo Multimeios/Instituto de Artes/ Unicamp

www.iar.unicamp.br/multimeios/arquivo.htm

Arquivo Nacional

www.arquivonacional.gov.br

Arquivo Público da Cidade de
Belo Horizonte
www.pbh.gov.br/cultura/arquivo

Arquivo Público do Distrito Federal
www.arpdf.df.gov.br/

Arquivo Público do Estado da Bahia
www.apeb.ba.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Espírito
Santo (APEES)
www.ape.es.gov.br/web/index2.htm

Arquivo Público do Estado do Pará
www.arqpep.pa.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio de
Janeiro
www.aperj.rj.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio Grande
do Sul
www.sarh.rs.gov.br/apers/

Arquivo Público de Mato Grosso
www.apmt.mt.gov.br/

Arquivo Público Estadual Jordão Emeren-
ciano (Estado de Pernambuco)
www.fisepe.pe.gov.br/apeje/

Arquivo Público Estadual do Rio Grande
do Norte
www.ape.rn.gov.br/

Arquivo Público do Paraná
www.pr.gov.br/arquivopublico/

Arquivo Público Mineiro (APM)
[www.cultura.mg.gov.br/programas/
cultura027.htm](http://www.cultura.mg.gov.br/programas/cultura027.htm)

Arquivo Público Municipal de Além Paraíba
– MG (Arquivo Público Municipal Geraldo
de Andrade Rodrigues)
[www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/
index.html](http://www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/index.html)

Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento (Cebrap)
www.cebrap.org.br

Centro de Documentação Cultural
Alexandre Eulalio – Unicamp
www.unicamp.br/iel/cedae/cedae.html

Centro de Documentação e Informação em
Arte da Funarte (Cedoc)
www.funarte.gov.br/cdoc/

Centro de Documentação e Memória –
Unesp
www.cedem.unesp.br/

Centro de Documentação e Referência Itaú
Cultural (CDR)
[www.itaucultural.org.br/quemsomos/
bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagina=120](http://www.itaucultural.org.br/quemsomos/bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagina=120)

Centro de Documentação Maurício
Tragtenberg
www.nobel.com.br/-cdmt/

Centro de Documentação Memória
Sindical – CUT
www.cut.org.br/index.htm

Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA)
www.candidomendes.br/ceaa

Centro de Estudos da Metrópole
www.centrodametropole.org.br

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea (Cedec)
www.cedec.org.br

Centro de Memória da unicamp
www.unicamp.br/suarq/cmu/

Centro de Pesquisa e Documentação de
História Contemporânea do Brasil
(CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

Consórcio de Informações Sociais (CIS/
NADD)
www.nadd.prp.usp.br/piloto/index.aspx

Fundação Arquivo e Memória de Santos
www.web@santos.sp.gov.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br/

Fundação Joaquim Nabuco
www.fundaj.gov.br/

Fundação Osvaldo Cruz/Departamento de
Arquivo de Documentação
www.fiocruz.br/coc/dad1.html

Fundação Patrimônio Histórico da Energia
de São Paulo
www.fphesp.org.br/

Marxists.org Internet Archive
www.marxists.org/

National Archives and Records
Administration (Nara)
www.nara.gov/

National Archives of Australia
www.naa.gov.au/

National Archives of Canada
www.archives.ca/

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da
Unicamp (Nepp)
www.nepp.unicamp.br

Associações e Conselhos

Arquivistas Associados (ARQAS)
znap.to/arqas/

Associação Brasileira de Educação em
Ciência da Informação (Abecin)
www.abecin.org/Home.htm

Associação Brasileira de Normas Técnicas
(ABNT)
www.abnt.org.br/

Associação Brasileira de Arquivologia
(Abarq)
[www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/
default.asp](http://www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/default.asp)

Associação de Amigos do Arquivo Público do
Estado de Santa Catarina
e-mail: associacaoamigos.sc@bol.com.br

Associação de Arquivistas de São Paulo
(ARQ-SP)
www.arqsp.org.br/

Associação dos Arquivistas do Estado do
Rio Grande do Sul (AARS)
www.arquivologia.ufsm.br/aars/

Associação dos Arquivistas Brasileiros
(AAB)
www.aab.org.br/

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-
Graduação em Ciência da Informação e
Biblioteconomia (Ancib)
www.alternex.com.br/~aldoibct/ancib.html

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)
www.anpocs.org.br

Conselho Nacional de Arquivo (Conarq)
[www.arquivonacional.gov.br/conarq/
index.htm](http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/index.htm)

Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos
Municipais
e-mail: forumdam@uol.com.br

International Council on Archives
www.ica.org/

Bibliotecas Virtuais

ABU: la Bibliothèqu Universelle
abu.cnam.fr/

Bibliomania
www.bibliomania.com/

Biblioteca Virtual Carlos Chagas
www.prossiga.br/chagas/

Biblioteca Virtual de Ciências Sociais
www.prossiga.br/csociais/pacc/

Biblioteca Virtual de Estudos Culturais
www.prossiga.br/estudosculturais/pacc/

Biblioteca Virtual Prof. José Roberto do
Amaral Lapa
143.106.59.6/index.htm

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro
www.bibvirt.futuro.usp.br/

Bibliotecas Virtuais Temáticas
www.prossiga.br/bvtematicas/

UNESBIB – Bibliographic records of
Unesco documents, publications an Library
collections
unesdoc.unesco.org/ulis/unesbib.html

The Library of Congress
www.loc.gov
<http://catalog.loc.gov>

SiBi/USP
www.usp.br/sibi

Faculdades e Institutos

Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia (IBICT)
www.ibict.br/

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)
(Especialização em Organização de
Arquivos)
www.ieb.usp.br/

Instituto Superior de Estudos da Religião
www.iser.org.br

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio
de Janeiro (iuperj)
www.iuperj.br

Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais (Graduação em Ciência da Informa-
ção)
www.inf.pucminas.br/ci/

Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo (Mestrado e Doutorado em Comuni-
cação e Semiótica – área: Tecnologias da
Informação)
www.pucsp.br/~cos-puc/

Universidade do Rio de Janeiro
(Graduação em Arquivologia)
www.unirio.br/cch/index.htm

Universidade Estadual de Londrina/Depto.
de Ciências da Informação/Depto. de
História (Graduação em Arquivologia;
Especialização em Gerência de Unidades e
Serviços de Informação)
www.uel.br/ceca/cinf/arquivologia.htm

Universidade Federal de Santa Maria/
Arquivologia (Graduação em Arquivologia)
www.arquivologia.ufsm.br/

Universidade Federal Fluminense/Depto.
de Documentação (Graduação em Arqui-
vologia, Especialização em Planejamento,
Organização e Direção de Arquivos)
www.uff.br/#

Universidade Nacional de Brasília/Depto.
de Ciência da Informação e Documentação
(Bacharelado em Arquivologia)
www.unb.br/deg/cursos.htm

Universidade Nacional de Brasília/Depto.
de Ciência da Informação e Documentação
(Mestrado em Biblioteconomia e Docu-
mentação – área: Planejamento de Proces-
sos Documentários)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Doutorado em Ciência da Informação – área: Transferência da Informação)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade de São Paulo/Depto. de Biblioteconomia e Documentação (Mestrado e Doutorado em Ciências – área: Ciências da Informação e Documentação)
www.eca.usp.br/departam/cbd/cursos/postgrad/index.htm

Guias, Banco de Dados e Listas de Discussão

Comissão de Patrimônio Cultural (CPC)
www.usp.br/cpc/cpcinfo.html

Guia da Internet no Brasil para Cientistas Sociais, Historiadores e Arquivistas (do CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

infocafé
www.infocafe.cjb.net/

Lista de Arquivistas, Arquivos e Arquivologia
br.egroups.com
e-mail: owner@egroups.com

Lista Eletrônica de História do Brasil (HBrasil-L)
www.clionet.ufjf.br/hbr-l/index.htm
e-mail: hbr-mod@ah.ufjf.br

Rede Eletrônica de História do Brasil (ClioNet)
www.clionet.ufjf.br/

Museus

International Museum of Photography and Film (George Eastman House)
www.eastman.org/

Memorial do Imigrante
www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/

Museu da Pessoa
www2.uol.com.br/mpessoa/

Museum of Television & Radio, The
www.mtr.org/

Publicações Eletrônicas

Archival Science
www.wkap.nl/journals/archival_science

Arquivologia no Brasil
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

ASIS Thesaurus of Information Science, 2nd Edition (by Jessica Milstead)
www.asis.org/Publications/Thesaurus/tnthome.htm

Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth – o AEL via Internet
e-mail: andrew@unicamp.br

Boletim Eletrônico da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs *on-line*)
www.anpocs.org.br/boletim/boletim.htm

Bulletin des Archives de France-Publications
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/

Bulletin of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Bulletin/

Journal of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Publications/JASIS/jasis.html

Informação e Sociedade – Estudos
www.informacaoesociedade.ufpb.br/

Revista Brasileira de História
www.fflch.usp.br/dh/anpuh/public_html/revista.htm

Revista Ciência da Informação (*Cionline*)
www.ibict.br/cionline/300101/index.htm

Scientific Electronic Library Online (Scielo
Brazil)
www.scielo.br/

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, “Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica”.

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, “Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências”.

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, “Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada”.

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D’Alva Gil Kinzo, “Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978”.

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, “Movimentos ‘Mesiânicos’ Brasileiros: Uma Leitura”.

BIB 7

Roque de Barros Laraia, “Relações entre Negros e Brancos no Brasil”.

BIB 8

Amaury de Souza, “População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, “A Mulher na Força de Trabalho”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil”.

BIB 10

Lia F. G. Fukui, “Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil”.

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, “Educação e Sociedade no Brasil”; *Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, “Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente”.

BIB 12

Maria Teresa Sadek de Souza, “Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro”; *José Guilherme C. Magnani*, “Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas”.

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, “Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica”.

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, “Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica”.

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, “Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate”; *Bila Sorj*, “O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa”.

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, “Histórias de Vida na América Latina”; *Neuma Aguiar*, “Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 17

Julio Cesar Melatti, “A Antropologia no Brasil”; *Luiz Werneck Vianna*, “Atualizando uma Bibliografia: ‘Novo Sindicalismo’, Cidadania e Fábrica”.

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente”; *Mariza Corrêa*, “Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente”.

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, “A Instituição Militar no Brasil”.

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, “Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro”.

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, “Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas” e *Tania Salem*, “Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica”.

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, “Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 23

Roque de Barros Laraia, “Os Estudos de Parentesco no Brasil”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80”.

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, “Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise”.

BIB 25

Giralda Seyferth, “Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico”.

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, “Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura”.

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, “Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes”; *Cláudia Fonseca*, “A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar”.

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, “A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira”; *Anette Goldberg*, “Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político”; *Maria Cecília Spina Forjaz*, “Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)”.

BIB 29

Emília Viotti da Costa, “Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha”; *Berta G. Ribeiro*, “Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988”.

BIB 30

José Sávio Leopoldi, “Elementos de Etnoastromia Indígena do Brasil: Um Balanço”; *Rafael de Menezes Bastos*, “Musicologia no Brasil Hoje”; *Lais Abramo*, “Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço”.

BIB 31

Helena Hirata, “Elisabeth Souza Lobo 1943-1991”; *Elisabeth Souza Lobo*, “O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Interesses, Organizações e Políticas Sociais”; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, “Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano”.

BIB 32

Angela M. C. Araújo e *Jorge R. B. Tapia*, “Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de

Duas Trajetórias”; *José Ricardo Ramalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate”; *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente”.

BIB 33

Paulo Freire Vieira, “A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990”; *Guita Grin Debert*, “Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, *Rogério Augusto Schmitt* e *Jairo César Marconi Nicolau*, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais* e *Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campeinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgar Leuenroth”.

BIB 36

Maria Lígia de Oliveira Barbosa, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes Ferreira*, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

BIB 37

Fernando Limongi, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-

Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro* e *Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

BIB 38

Theodore Lowi, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

BIB 39

Marta T. S. Arretche, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)”; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira* e *Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

BIB 40

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna*, *Maria Alice Rezende de Carvalho* e *Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lais Abramo* e *Cecília Montero*, “A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

BIB 41

Gustavo Sorá, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sin-

dicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Gloria Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, “Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo”; *José Maurício Domingues*, “Evolução, História e Subjetividade Coletiva”; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, “A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”; *Marco A. C. Cepik*, “Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana”; *Angela Alonso*, “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”.

BIB 43

Sérgio Costa, “Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo”); *Eduardo C. Marques*, “Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estadais e Atores Políticos”; *Paulo J. Krischke*, “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”.

BIB 44

Luis Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, “Depoimento de Darcy Ribeiro”; *Christina de Rezende Rubim*, “Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira”; *Gláucia Villas Bôas*, “A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão”; *Carlos Pereira*, “Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente”; *Flávia de Campos Mello*, “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”.

BIB 45

Eli Diniz, “Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente”; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Morais*, “Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)”; *Lúcio Rennó*, “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”.

BIB 46

Julia S. Guivant, “A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, “Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social”; *Aloísio Ruscheinsky*, “Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos”; “Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, “Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior”; *José Vicente Tavares dos Santos*, “A Construção da Universidade Autônoma”; *Gilberto Vello*, “Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica”; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, “A ANDIFES e a Autonomia”.

BIB 47

Eduardo G. Noronha, “A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho”; *Cecília Loreto Mariz*, “A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia”; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, “A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico”; *Jawdat Abu-El-Haj*, “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”.

BIB 48

Priscila Faulhaber, “Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira”; *Fernanda Wanderley*, “Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica”; *Celina Souza e Márcia Blumm*, “Autonomia Política Local: Uma

Revisão da Literatura”; *Fabiola Rohden*, “Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um *Travelling* no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

BIB 49

Licia Valladares e Roberto Kant de Lima, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

BIB 50

Marcus André Melo, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

BIB 51

Maria Hermínia Tavares de Almeida, “Federalismo, Democracia e Governo no Brasil”; *Liszt Vieira*, “Notas Sobre o Conceito de Cidadania”; *Santuza Cambraia Naves e outros*, “Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil”; *Lúcio Rennó*, “A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto”; *Priscila Faulhaber*, “A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema”.

BIB 52

Ângela Maria Carneiro de Araújo, “Globalização e Trabalho”; *Clara Araújo*, “Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíti-

cas Recentes”; *Fabiano Toni*, “Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais”; *Celso F. Rocha de Barros*, “A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado”; *Luiz Henrique de Toledo*, “Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)”.

BIB 53

Gláucio Ary Dillon Soares, “Homenagem a Vilmar Faria”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte I)”; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um Balanço Bibliográfico”; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, “*Path dependency* e os Estudos Históricos Comparados”; *Leonardo Mello e Silva*, “Qualificação *versus* Competência: um Comentário Bibliográfico sobre um Debate Francês Recente”; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Ligia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, “Mestres e Doutores em Sociologia”.

BIB 54

Maria Helena de Castro Santos, “Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)”; *Maria Lucia Maciel*, “Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”; *Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira*, “Águas Revoltas. Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”; *Paolo Ricci*, “A Medida das Leis: do Uso de Noções Genéricas à Mensuração do Imponderável”.

BIB 55

Fernando Limongi, “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”; *João Feres Jr.*, “A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma Breve História *cum* estudo bibliográfico”; *Jorge Zaverucha e Helder B. Teixeira*, “A Literatura sobre Relações Civis-Militares no Brasil (1964-2002): uma Síntese”; *Delma Pesanha Neves*, “O Consumo de Bebidas Alcoólicas:

Prescrições Sociais”; *Ana Maria Kirschner*, “A Sociologia Brasileira e a Empresa”.

BIB 56

Walquiria Leão Rêgo, “Norberto Bobbio, um Clássico das Ciências Sociais”; *Pedro Simões*, Religião, “Espiritualidade e Assistência Social”; *Paulo César Nascimento*, “Dilemas do Nacionalismo”; *Marcelo Ayres Camurça*, “Secularização e Reencantamento: a Emergência dos Novos Movimentos Religiosos”; *José Celso Cardoso Jr.*, “Fundamentos Sociais das Economias Pós-industriais: uma Resenha Crítica de Esping-Andersen”; *Diana Nogueira de Oliveira Lima*, “Antropologia do Consumo: A Trajetória de um Campo em Expansão”.

BIB 57

Maria Armanda do Nascimento Arruda, “Homenagem a Octavio Ianni”; *Giralda Seyferth*, “A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais”; *Christine Jaquet e Livia Alessandra Fialho da Costa*, “A Sociologia Francesa diante das Relações *Beaux-parents*: Enteados nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação”; *Marcelo Medeiros*, “As Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos”; *Marcia Contins*, “Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: Uma Bibliografia”; *Cloves L. P. Oliveira*, “O que Acontece quando um Cavalo de Cor Diferente Entra na Corrida? O Painel das Estratégias Eleitorais dos Políticos Afro-americanos nas Eleições Municipais nos Estados Unidos”.

BIB 58

Argelina Cheibub Figueiredo, “O Executivo nos Sistemas de Governo Democráticos”; *R. Parry Scott*, “Família, Gênero e Poder no Brasil do Século XX”; *Andrei Koerner*, “Direito e Regulação: uma Apresentação do Debate Teórico no Réseau Européen Droit et Société”; *Sérgio Eduardo Ferraz*, “Os Dados do Normativo: Apontamentos sobre a Recepção das Teorias Contemporâneas de Justiça no Brasil (1990-2003)”; *Pablo Alabarces*, “Veinte años de Ciencias Sociales y Deporte en América Latina: un balance, una agenda”.

BIB 59

Luiz Felipe Miguel, “Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento”; *Alfredo Alejandro Gugliano*, “O Impacto das Democracias Participativas na Produção Acadêmica no Brasil: Teses e Dissertações (1988-2002)”; *Simone Bohm*, “Política Comparada: Um Mapeamento do Debate entre Propostas Teóricas e Metodologias de Pesquisa Alternativas”; *Luís Antônio Francisco de Souza*, “Criminologia, Direito Penal e Justiça Criminal no Brasil: Uma Revisão da Pesquisa Recente”; *Carlos Eduardo Sell*, “Sociologia da Mística: Uma Revisão da Literatura”.

BIB 60

José Reginaldo Santos Gonçalves, “Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios”; *Fabiola Rohden*, “A constituição dos saberes sobre a sexualidade em diferentes perspectivas de análise”; *Piero de Camargo Leirner*, “Perspectivas Antropológicas da Guerra”; *Artur Zimmerman*, “Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil”; *Paulo Sérgio Peres*, “O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: Uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico”.

BIB 61

Elisete Schwade, “Neo-esoterismo no Brasil: Dinâmica de um Campo de Estudos”; *Ana Cláudia N. Capella*, “Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas”; *Ana M. F. Teixeira*, “‘A cigarra e a formiga’: Qualificação e Competência – Um Balanço Crítico”; *Amâncio Jorge Oliveira, Janina Onuki e Manoel Galdino Pereira Neto*, “Modelos Espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: Perspectivas e Críticas”; *Tatiana Savoia Landini*, “Sociologia de Norbert Elias”.

BIB 62

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha, “Tráfico de Drogas: Uma Revisão Bibliográfica”; *Rafael Duarte Villa e Rossana Rocha Reis*, “A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de

Pesquisa”; *João Marcelo Ehlert Maia*, “Idéias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura...”; *Daniel Barile da Silveira*, “Max Weber e Hans Kelsen: a Sociologia e a Dogmática Jurídicas”; *Felícia Picanço*, “Os Estudos de Mobilidade Social e Ocupacional: Passado, Presente e Desafios para o Futuro”

BIB 63

Reginaldo Prandi, “As Religiões Afro-brasileiras nas Ciências Sociais: uma Conferência, uma Bibliografia”; *Maria Aparecida Chaves Jardim*, “Criação e Gestão de Fundos de Pensão: Novas Estratégias Sindicais”; *André Borges*, “Desenvolvendo Argumentos Teóricos a Partir de Estudos de Caso: o Debate Recente em Torno da Pesquisa Histórico-Comparativa”; *Andrei Koerner*, “Instituições, Decisão Judicial e Análise do Pensamento Jurídico: o Debate Norte-Americano”; *Rousiley C. M. Maia*, “Política Deliberativa e Tipologia de Esfera Pública”.

BIB 64

Sônia M. K. Guimarães, “Sindicatos em Transformação. ‘Modelos’ de Ação Sindical: o Debate Internacional”; *Claudia Barcellos Rezende*, “Identidade e Contexto: algumas Questões de Teoria Social”; *Ednaldo Ribeiro*, “Teoria do Desenvolvimento Humano, Cultura Política e Democracia”; *Eugênio Carlos Ferreira Braga*, “Entre Fatos e Discursos: sobre o Debate em torno da Convergência Técnico-metodológica”; *Carla Machado e Ana Rita Dias*, “Cultura e Violência Familiar: uma Revisão Crítica da Literatura”.

BIB 65

André Marengo, “Estudos de Elites Políticas Explicam como Instituições Tornam-se Instituições?”; *Celina Souza*, “Federalismo: Teorias e Conceitos Revisitados”; *Edmar Aparecido de Barra e Lopes*, “Setor Informal: um Debate Conceitual, uma Nova Abordagem”; *Fabrizio Mendes Fialho*, “As Múltiplas Definições do Conceito de Capital Social”; *Roberta Bivar C. Campos*, “Sobre a Docilidade” do Catolicismo: Interpretações do Sincretismo e Anti-sincretismo na/da Cultura Brasileira”.

BIB 66

Ana Cristina Augusto de Sousa e Nilson do Rosário Costa, “A Crise do Setor de Saneamento Básico no Brasil: uma Revisão Bibliográfica”; *Daniel Guerrini e Ronaldo Baltar*, “Tecnologia, Informação e Sociedade: uma Sistematização de Conceitos e Debates”; *Leonor Lima Torres*, “Cultura das Organizações: Enfoques Dominantes, Tendências Internacionais e Novas Propostas Analíticas”; *Manoel Leonardo Santos*, “Teoria e Método nos Estudos sobre o Legislativo Brasileiro: uma Revisão da Literatura no Período 1994-2005”; *Ricardo Borges Gama Neto*, “Eleições, Economia e Ciclo Político: uma Revisão da Literatura Clássica”.

BIB 67

Céli Regina Jardim Pinto, “Por onde Andou a Teoria Crítica na Brasil? (o GT de Teoria Social na Anpocs – 1999-2007)”; *Edison Ricardo Emiliano Bertonceo*, “As Classes na Teoria Sociológica Contemporânea”; *Patrice Schuch*, “Antropologia do Direito: Trajetória e Desafios Contemporâneos”; *José Maria Pereira da Nóbrega Júnior, Jorge Zaverucha e Enivaldo Carvalho da Rocha*, “Homicídios no Brasil: Revisando a Bibliografia Nacional e seus Resultados Empíricos”; *Carolina Pulici*, “Sociologia do Gosto: Notas sobre um Confronto Bibliográfico”; *Glenda Mezarobba*, De que se Fala, quando se diz ‘Justiça de Transição’?”

BIB 68

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha, “Conceito e Origens do Crime Organizado: Uma Revisão Bibliográfica”; *Paulo Sérgio Peres*, “Revisitando a ‘Teoria Geral’ dos Partidos de Maurice Duverger”; *João Areosa*, “O Risco no Âmbito da Teoria Social: Quatro Perspectivas em Debate”; *Angela Nunes e Rosário de Carvalho*, “Questões Metodológicas e Epistemológicas Suscitadas pela Antropologia da Infância”; *Cleber da Silva Lopes*, “O Controle da Segurança Privada: Um Balanço da Literatura Internacional e a Situação das Pesquisas no Brasil”.

BIB 69

Gabriel Cepaluni, “Coalizões Internacionais: Revisão da Literatura e Propostas para uma Agenda de Pesquisa”; *Odaci Luiz Coradini*, “Estruturas de Dominação, Integração Social e muito mais: os Confrontos entre as Noções de Capital Social de Bourdieu e de Coleman”; *Aline G. Hellmann*, “Análise de Redes e Desigualdade Social: a Abordagem Relacional de Charles Tilly à Luz da Lei de Potência de Barabási”; *Ricardo Fabrino Mendonça*, “Democracia Discursiva: Contribuições e Dilemas da Abordagem Deliberativa do Grupo Australiano”; *Juliana Mezzomo Allain e Julia S. Guivant*, “O Estudo da Confiança na Alimentação: Análise do Campo de Pesquisa”.

BIB 70

Marcelo de Almeida Medeiros, Augusto Wagner M. Teixeira Jr. e Elton Gomes dos Reis, “O Mercosul na Agenda de Pesquisa contemporânea da Política Internacional”; *Renato Perissinotto e Adriano Codato*, “Marx e seu Legado para a Teoria Contemporânea do Estado Capitalista”; *Gilmar Rocha*, “O Circo no Brasil – Estado da Arte”; *Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro*, “Determinantes do Tempo da Justiça Criminal: Perspectiva Comparada entre Brasil, Portugal e Estados Unidos”; *Cleber da Silva Lopes e Andrei Koerner*, “As Tensões entre Segurança Doméstica e Direitos Civis nos EUA pós-11 de Setembro”; *Wagner de Melo Romão*, “O Eclipse da Sociedade Política nos Estudos sobre o Orçamento Participativo”.

BIB71

Patrice Schuch, “A vida social ativa da ética na Antropologia”; *André Filipe Pereira Reid dos Santos*, “Principais abordagens sociológicas para análises das profissões”; *Raquel Andrade Weiss*, “Perspectivas sobre a política na teoria de Émile Durkheim”; *Aureo de Toledo Gomes*, “Questionando o fracasso estatal: um balanço da literatura crítica”; *Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo*, “Revisitando os estudos do desenvolvimento”; *Lucas Coelho Brandão*, “A literatura sobre movimentos

sociais: interações entre a política institucional e a política não institucional”.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À BIB

As resenhas e balanços bibliográficos devem ser encaminhados para análise pelo e-mail: <bib@anpocs.org.br>.

Os textos aprovados para publicação deverão ser entregues para edição organizados da seguinte maneira:

- em programa Word for Windows, em fonte Times New Roman, corpo 12, em espaço 1,5, com margens superior e inferior, 2,5; direita e esquerda, 3,0; parágrafo com recuo de 1ª. linha padrão; páginas numeradas;
- o título do artigo deverá ter, no máximo, 80 caracteres com espaços, em corpo 14, fonte Times New Roman, negrito, alinhado à direita; nome do autor logo abaixo, em itálico, corpo 12, letra clara;
- se uma versão do artigo já houver sido publicada, esses dados (publicação, data, título) deverão entrar no rodapé, com asterisco vinculado ao título atual;
- se houver agradecimento, este entrará no rodapé, com um ou mais asteriscos vinculados ao(s) nome(s) do(s) autor(es);
- o artigo integral não deve ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas por página) ou cerca de 6 mil palavras;
- o texto deve ser acompanhado de um resumo em português (se possível, também em inglês, *abstract*, e francês, *resume* – com seus respectivos títulos) e de 5 palavras-chave (*keywords*, *mots-clés*), bem como de uma minibiografia do(s) autor(es) (formação, instituição atual, cargo, linhas de pesquisa e 2 últimos livros ou artigos publicados, se for o caso);
- é preferível que quadros, mapas, tabelas etc. já estejam inseridos no corpo do texto. Mas, se em arquivo separado, devem ter

indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos;

- as menções a autores, no decorrer do texto, seguem a forma (Autor, data) – se apenas referência – ou (Autor, data, página) – em caso de citação. Exemplos: (Jaguaribe, 1962) ou (Jaguaribe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, diferenciar com letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc. Fazer esta marcação também na bibliografia;
- checar se constam corretamente TODAS as referências a autores na bibliografia;
- nas notas de rodapé entram apenas informações sintéticas, complementares e de natureza substantiva, procurando não ultrapassar 6 linhas. O texto das notas de rodapé é em corpo 10;
- as citações devem sempre ser acompanhadas de sua fonte (Autor, data, página). As citações que ultrapassem 5 linhas no corpo do texto do artigo devem ser destacadas (separadas) em corpo 10, com recuo à esquerda de 1,25 e texto justificado à direita. Se em língua estrangeira, devem ser traduzidas. Se tradução livre, o texto original deve entrar no rodapé;
- a bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética, conforme os exemplos abaixo.

1) Livros

SEITENFUS, Ricardo (1991). *Mercosul: impasses e alternativas*. São Paulo: IEA/ USP. (coleção Documentos – série Internacional, 14).

2) Parte de livros

Mesma autoria

BENJAMIN, Walter (1983). “O narrador”. In: *Textos escolhidos*:

Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno. 2. ed. Trad. José Lino Grünnewald et al. São Paulo: Abril Cultural. p. 57-74.

Autoria diferente

ALTVATER, Elmar (1976). “Notas sobre algunos problemas del intervencionismo de Estado”. In: SONNTAG, Heinz R.; VALLECILLOS, Hector (eds.). *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo XXI. p. 88-133.

3) Artigos em periódicos

OLIVEIRA, Amâncio Jorge; ONUKI, Janina; PEREIRA NETO, Manoel Galdino (2006). “Modelos espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: perspectivas e críticas”. *BIB*, v. 61, p. 71-90.

MILNER, Helen V. (1992). “International theories of cooperation among nations: strengths and weaknesses”. *World Politics*, v. 44, n. 3, Apr., p. 466-496.

4) Dissertações e teses

DIAS, João M. (2006). *O orçamento participativo na cidade de São Paulo: confrontos e enfrentamentos no circuito do poder*. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, São Paulo, PUC.

RIBEIRO, L. M. L. (2009). *Administração da justiça criminal na cidade do Rio de Janeiro: uma análise dos casos de homicídio*. Tese de doutorado em Sociologia, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

5) Outros

Congressos, seminários,

publicação eletrônica:

FOLMER, Raquel; YOUNG, Maycke (2008). “Análise de redes sociais: elementos para uma discussão teórico-metodológica”. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADE: INOVAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS. Disponível em: <http://www.redeapasul.com.br/publicacoes/analise_de_redes_sociais_elementos_para_uma_discussao_teoricom Metodologica_2008.pdf>. Acesso em: 6 out. 2011.

BATTUCCI, E. C.; CRUZ, M. V.; SILVA, B. I. (2006). Fluxo do crime de homicídio no sistema de justiça criminal de Minas Gerais. In: 30º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (Anpocs), Caxambu, MG.

Mais de 3 autores

CRISHTI, M. A. *et al.* (2003). *America's security, civil liberties*

and national unity after September 11. Washington: Migration Policy Institute (MPI).

Várias obras de mesmo autor, data em ordem crescente

ROCHA, Gilmar (2007). “O maior espetáculo da terra’ – circos, monstros, fronteiras e ‘self’ na sociedade moderna”. *Transit Circle*, UFF, n. 6, p. 10-31.

_____. (2008). “A cidade em festa” – evocações do circo de infância na arte moderna brasileira”. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, Belo Horizonte, UFMG.

_____. (2009a). “Cultura popular: do folclore ao patrimônio”. *Mediações*, v. 14, n. 1, p. 218-236.

_____. (2009b). “Fazer a praça’ – a montagem do circo como processo ritual”. In: CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, José Reginaldo. *As festas e os dias – ritos e sociabilidades festivas*. Rio de Janeiro: Contracapa. p. 142-168.

Sem autoria declarada, entidade ou documento como um todo

BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo: Anpocs, 1996-

MUSEU DE FOLCLORE EDISON CARNEIRO (1987). *Circo – tradição e arte*. Rio de Janeiro: Funarte/ Instituto Nacional do Folclore.

BID/INTAL – Instituto para Integração da América Latina e do Caribe. *Informe Mercosul*, n. 13 (2007-2008) [*on-line*]. Disponível em: <www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/publicaciones/p_Informe_MERCOSUL_13.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2009.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à Anpocs.

Endereço: EDITORIA BIB

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar – Cidade Universitária – CEP 05508-010 São Paulo – SP
Tel.: (11) 3091-4664
Email: bib@anpocs.org.br

Publicações ANPOCS

Associação Nacional
de Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315
1º andar – Cidade Universitária
CEP 05508-010 São Paulo SP
www.anpocs.org.br

A **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS)**, criada em 1986, se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*.

Assinar a **RBCS** é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros.

É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

e-mail: rbc@anpocs.org.br

Assinatura Anual da RBCS:

R\$ 75,00 (03 edições)

Números Avulsos:

R\$ 30,00 cada

Depósitos em conta corrente:

Banco do Brasil
Agência 3559-9
Conta Corrente 15801-1

Enviar comprovante para:

publicacoes@anpocs.org.br
Telefax (11) 3091-4664
(11) 3091-5043